



Universidade Politécnica

A POLITÉCNICA

**Tese de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento**

**Tema:**

**A (in) visibilidade da mulher e as Relações de Género em Moçambique:**

**O Distrito de Jangamo e a prática de actividades turísticas, 2004 - 2013**

**Autora: Náona Denise Paulo Jone Kambala**

**Maputo, Setembro de 2024**

NÁONA DENISE PAULO JONE KAMBALA

A (in) visibilidade da mulher e as Relações de Género em Moçambique:

O Distrito de Jangamo e a prática de actividades turísticas, 2004 - 2013

Tese apresentada no programa de  
Doutoramento em Estudos de  
Desenvolvimento, da Universidade  
Politécnica, como requisito para obtenção do  
título de Doutor.

Orientador: Professor Doutor Lourenço do Rosário

Maputo

2024

NÁONA DENISE PAULO JONE KAMBALA

## RESUMO

A não contabilização e (in) visibilidade do contributo da mulher na prática de atividades turísticas nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo nos instrumentos que medem o desenvolvimento remete este grupo da sociedade a um papel secundário e de (in)visibilidade, o que conduz em parte a uma condição de falta de reconhecimento destas como sendo agentes ativos do desenvolvimento. A tese demonstra a (in)visibilidade da mulher na prática de atividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário, na província de Inhambane, no posto administrativo de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo. O trabalho teve a sua ancoragem na pesquisa mista, abrangendo dois tipos de pesquisa: quantitativa e qualitativa. Foi possível demonstrar que as mulheres de Jangamo Sede e Ligogo que compreendem como pode ser praticada a atividade turística têm ganhos médios mensais de 2.668,05 MT, enquanto as mulheres sem entendimento algum têm ganhos médios mensais de 4.042,09 MT. Com base nestes ganhos, elas constroem casas melhoradas e pagam a educação e saúde dos seus filhos. As mulheres de Jangamo Sede e Ligogo, numa percentagem de 53,75%, têm financiamento próprio para a execução de alguma atividade turística, e 32,50% têm financiamento por associações comunitárias. O governo tem uma contribuição muito baixa no que tange ao financiamento das mulheres para as atividades turísticas, com apenas 1,25%. É imperativo que o governo, as organizações não governamentais e associações comunitárias impulsionem o financiamento para as atividades turísticas, sobretudo o turismo de negócios e de lazer, uma vez que, o estudo verificou que estas práticas estimulam a economia das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo. Há necessidade de se contabilizar o contributo destas para permitir o desenho de políticas e estratégias que visem a visibilidade da mulher. Como limitações, foi possível verificar que os rendimentos das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo apresentam uma desigualdade na distribuição de benefícios; portanto, os ganhos provenientes da atividade turística não são distribuídos de forma equitativa. Em estudos futuros, pode-se procurar perceber com maior profundidade este aspecto. Não foi aprofundado no estudo sobre os mecanismos usados para a conservação da fauna e biodiversidade durante o pico do turismo em Jangamo Sede e Ligogo.

**Palavras-chave:** (In) visibilidade da mulher; Capital humano e social-mulher; Reconhecimento social; Agregado familiar e Actividades turísticas.

## ABSTRAT

The fact that the contribution of women in tourism activities in the towns of Jangamo Sede and Ligogo is not accounted for or (in)visible in the instruments that measure development means that this group of society is consigned to a secondary role and (in)visibility, which partly leads to a lack of recognition of them as active agents of development. The thesis demonstrates the (in)visibility of women in the practice of tourist activities, with a view to community development, in the province of Inhambane, in the administrative post of Jangamo, in the localities of Jangamo Sede and Ligogo. The work was based on mixed research, covering two types of research: quantitative and qualitative. It was possible to show that the women of Jangamo Sede and Ligogo who understand how tourism can be practised have average monthly earnings of 2,668.05 MT, while the women without any understanding have average monthly earnings of 4,042.09 MT. From these earnings, they build improved houses and pay for their children's education and health care. The women of Jangamo Sede and Ligogo, 53.75 per cent, have their own funding to carry out some tourist activity, and 32.50 per cent have funding from community associations. The government has a very low contribution when it comes to funding women for tourism activities, with only 1.25 per cent. It is imperative that the government, non-governmental organisations and community associations boost funding for tourism activities, especially business and leisure tourism, since the study found that these practices stimulate the economy of the women of Jangamo Sede and Ligogo. Their contribution needs to be accounted for to design policies and strategies aimed at women's visibility. As a limitation, it was possible to verify that the incomes of the women of Jangamo Sede and Ligogo show an inequality in the distribution of benefits; therefore, the earnings from tourism are not distributed equally. Future studies could analyse this aspect in greater depth. The study did not go into the mechanisms used to conserve fauna and biodiversity during the peak of tourism in Jangamo Sede and Ligogo.

**Keywords:** (In)visibility of women; Human and social capital-women; Social recognition; Households and tourist activities.

## **SUMÁRIO**

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJECTO DO PROJECTO DA TESE .....</b>	<b>1</b>
1.1. DA APROXIMAÇÃO AO PERCURSO COM O OBJECTO DE PESQUISA.....	1
1.2. (IN)VISIBILIDADE DA MULHER: ANÁLISE DA LITERATURA NO ÂMBITO GLOBAL.....	3
1.2.1 (IN)VISIBILIDADE DA MULHER FACE A ACTIVIDADES TURÍSTICAS ....	13
1.3. JUSTIFICATIVA .....	16
1.4. PROBLEMA, QUESTÕES, OBJECTIVOS E HIPÓTESES.....	21
1.5. METODOLOGIA.....	25
1.5.1. Tipo de pesquisa .....	26
1.5.2. Definição da amostra do estudo.....	27
1.5.3. Universo e base de amostragem do estudo .....	27
1.5.4. Estudo probabilístico .....	28
1.5.5. Probabilidade de inclusão das unidades populacionais .....	29
1.5.6. Tamanho da amostra.....	29
1.5.7. Etapas de selecção de unidades amostrais .....	32
1.6. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	33
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>36</b>
2.0 TAXA DE RESPOSTA E ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO ESTUDO .....	36
2.1 Taxa de cobertura do estudo.....	36
2.2 Taxa de resposta do estudo.....	37
2.3 Estatísticas descritivas .....	38

<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>44</b>
<b>3.0 A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER E AS RELAÇÕES DE GÉNERO NA SOCIEDADE .....</b>	<b>44</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	44
<b>3.2. (in)visibilidade social .....</b>	<b>44</b>
3.2.1. (In)visibilidade da mulher nos espaços socioculturais .....	50
3.2.2. (In)visibilidade da mulher nos espaços profissionais .....	58
3.3. Conceitos e teorias de género.....	61
3.4. Relações de género.....	65
3.5. DISCUSSÕES.....	66
3.5.1. Avanços mundiais para a igualdade de género.....	66
3.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	81
 <b>CAPÍTULO 4 .....</b>	 <b>82</b>
<b>PERSPECTIVAS DO BANCO MUNDIAL, ONU MULHER E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO NA PRÁTICA DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS .....</b>	<b>82</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	82
4.1.1 Produção académica da actuação do Banco Mundial sobre a igualdade de género....	82
4.1.2 Produção académica da actuação da ONU Mulher nas questões de igualdade de género .....	88
4.1.3. Produção académica da actuação da Organização Mundial do Turismo nas questões de igualdade de género .....	94
4.2 Políticas e estratégias .....	99
4.2.1 Linhas de conflitos.....	107

4.3.1 Influência do Banco Mundial, da ONU Mulher e da Organização Mundial do Turismo, nas políticas de igualdade de género, no âmbito da prática de actividades turísticas em Moçambique.....	113
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>122</b>
<b>5.0 PERSPECTIVA HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA DA (IN)VISIBILIDADE DA MULHER E AS RELAÇÕES DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>122</b>
5.1. INTRODUÇÃO .....	122
5.2. Teoria de reconhecimento de Axel Honneth.....	122
5.3. Caracterização geral do sector responsável pela promoção da igualdade de género em Moçambique.....	129
5.4. Planos quinquenais do Governo de Moçambique e a componente da promoção da igualdade de género.....	137
5.6. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Jangamo.....	142
5.7. Adequação das metas globais à realidade do país.....	145
5.9 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	153
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>155</b>
<b>6.0 PARTICIPAÇÃO DA MULHER, NA PRÁTICA DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS.....</b>	<b>155</b>
6.1 Introdução.....	155
6.2. Análise da correlação entre os níveis de escolaridade da população de Jangamo Sede e Ligogo e a prática de actividades turísticas nessa localidade.....	156
6.3 Turismo e benefícios para as comunidades do distrito de Jangamo Sede e Ligogo ....	159
6.4 Importância da participação da mulher na prática de actividades turísticas .....	165
6.5 Estágio de políticas e estratégias de igualdade de género, para a participação da mulher na prática de actividades turísticas, em-Jangamo Sede e Ligogo.....	168

6.6 Impacto da participação da mulher, na prática de actividades turísticas, na província de Inhambane, no Posto Administrativo de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo .....	171
6.7. O impacto da actividade turística praticada pelas mulheres na população de Jangamo Sede e Ligogo.....	171
6.8 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	175
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
7.1 Contribuições económicas em Jangamo Sede e Ligogo .....	186
7.3. Contribuições ambientais do turismo em Jangamo Sede e Ligogo .....	187
7.4. Limitações da actividade turística de Jangamo Sede e Ligogo.....	188
7.5. Limitações socioeconómicas do turismo em Jangamo Sede e Ligogo .....	188
7.6. Limitações ambientais do turismo em Jangamo Sede e Ligogo .....	189
7.7. Pesquisas futuras para actividade turística de Jangamo Sede e Ligogo.....	190
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE A. TABELAS COMPLEMENTARES DOS TESTES APLICADOS.....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE B. QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>205</b>
<b>APÊNDICE C. LISTA DE ÁREAS DE ENUMERAÇÃO SELECIONADAS.....</b>	<b>212</b>
<b>APÊNDICE D. TABELA DE SELECÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES NA ÁREA DE ENUMERAÇÃO .....</b>	<b>213</b>

## Índice de Figuras

FIGURA 1: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS COSTEIRAS DO DISTRITO .....	156
--	-----

## Índice de Tabelas

TABELA 1: TAMANHO DO UNIVERSO.....	28
TABELA 2: TAMANHO DA AMOSTRA E SUA DISTRIBUIÇÃO O DOMÍNIO DE ANÁLISE. ....	31
TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS NA ÁREA DO ESTUDO.....	31
TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DE INDIVÍDUOS ECONOMICAMENTE ACTIVOS NA AMOSTRA DO ESTUDO POR SEXO. ....	32
TABELA 5: TAXA DE COBERTURA DAS ÁREAS DE ENUMERAÇÃO DO ESTUDO.....	36
TABELA 6: TAXA DE COBERTURA DOS AGREGADOS FAMILIARES DO ESTUDO .....	37
TABELA 7: TAXA DE RESPOSTA INDIVIDUAL DO ESTUDO .....	37
TABELA 8: DIMINUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE SEXO DOS ENTREVISTADOS .....	39
TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS DE 15 ANOS E MAIS, DE ENTREVISTADOS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, 2022.....	39
TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS DE 15 ANOS E MAIS DE ENTREVISTADOS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO POR RELIGIÃO, 2022 .....	40
TABELA 11: DIMINUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DO LUGAR DE PROVENIÊNCIA DOS ENTREVISTADOS .....	41
TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE CHEFE DE AGREGADOS FAMILIARES ENTREVISTADOS.....	41
TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA INDIVÍDUOS DE 15 E MAIS ANOS ENTREVISTADOS, QUE PRATICAM ACTIVIDADE TURÍSTICA .....	43
TABELA 14:ESTRUTURA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE RECONHECIMENTO.....	126
TABELA 15: COMPROMISSOS INTERNACIONAIS DE IGUALDADE DE GÉNERO ASSUMIDOS POR MOÇAMBIQUE.....	135
TABELA 16: PARTICIPAÇÃO DA RAPARIGA.....	143
TABELA 17: ATENDIMENTO DA MULHER E CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA .....	144
TABELA 18: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL-MULHER E ACÇÃO SOCIAL.....	144
TABELA 19: FINANCIAMENTO DOS ODS ATRAVÉS DO OE.....	148
TABELA 20: RESUMO DAS METAS E INDICADORES QUE REGISTRARAM PROGRESSOS .....	149
TABELA 21: 204. DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE INDIVÍDUOS QUE JÁ OUVIRAM FALAR DAS POTENCIALIDADES E ACTIVIDADE TURÍSTICAS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO .....	160
TABELA 22: TESTE DE QUI-QUADRADO PARA POPULAÇÃO QUE ENTENDE COMO PODE SER PRATICADA A ACTIVIDADE TURÍSTICA E A QUE JÁ PARTICIPOU NALGUMA EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	162
TABELA 23: TESTE DE QUI-QUADRADO PARA POPULAÇÃO QUE ENTENDE COMO PODE SER PRATICADA A ACTIVIDADE TURÍSTICA E A QUE JÁ PARTICIPOU NALGUMA EM JANGAMO SEDE E LIGOGO, EM RELAÇÃO AO GÉNERO.....	163
TABELA 24: GANHOS MENSIS DAS MULHERES QUE ENTENDEM E AS QUE NÃO ENTENDEM SOBRE A PRÁTICA DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO .....	165

TABELA 25: MULHERES QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS E PARA A PRÁTICA DA ACTIVIDADE TURÍSTICA, NO TURISMO DE LAZER. ....	166
TABELA 26: CORRELAÇÃO ENTRE AS ACTIVIDADES TURÍSTICAS PRATICADAS POR MULHERES NA MELHORIA DA VIDA DA COMUNIDADE E O DINAMISMO DOS TURISTAS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	170
TABELA 27: PERCENTAGEM DO IMPACTO DE ACTIVIDADE TURÍSTICA PRATICADA POR MULHERES DE JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	171
TABELA 28: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DO PENSAMENTO DA POPULAÇÃO DE JANGAMO SEDE DE LIGOGO, SOBRE O ENVOLVIMENTO DAS MULHERES NA ACTIVIDADE TURÍSTICA. ....	172
TABELA 29: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DA POPULAÇÃO DE JANGAMO SEDE E LIGOGO SOBRE A RELAÇÃO DE GÉNERO NO ENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS. ....	173
TABELA 30: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DO PENSAMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE AS ACTIVIDADES TURÍSTICAS PRATICADAS POR MULHERES EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	173
TABELA 31: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO, DE JANGAMO SEDE E LIGOGO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS. ....	174
TABELA 32: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS, EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	174

## Índice de Gráficos

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE ESTADO CIVIL DOS ENTREVISTADOS .....	40
GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ESTADO CIVIL DOS ENTREVISTADOS .....	40
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DA RELAÇÃO DE PARENTESCO DOS ENTREVISTADOS COM O CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR .....	42
GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DE PERCENTUAL DA RELAÇÃO DE PARENTESCO DOS ENTREVISTADOS COM O CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR .....	42
GRÁFICO 5: PROPORÇÃO DE MULHERES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. ....	151
GRÁFICO 6: PROPORÇÃO DE MULHERES NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....	151
GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TIPO DE ACTIVIDADE TURÍSTICA MAIS PRATICADA NAS LOCALIDADES DE JANGAMO SEDE E LIGOGO .....	161
GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES TURÍSTICAS PRATICADAS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO.....	164
GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA OPINIÃO SOBRE A PRÁTICA DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS POR PARTE DAS MULHERES NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MULHERES.....	167
GRÁFICO 10: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE INDIVÍDUOS QUE PRATICAM <del>DE</del> ACTIVIDADE TURÍSTICA EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	167
GRÁFICO 11: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS QUE AFIRMAM HAVER ALGUM FINANCIAMENTO PARA AS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	168
GRÁFICO 12: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ENTIDADES QUE FINANCIAM ACTIVIDADES TURÍSTICAS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO.....	169
GRÁFICO 13: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE OPINIÃO SOBRE A VALORIZAÇÃO DA ACTIVIDADE TURÍSTICA DESENVOLVIDA POR MULHERES EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	170
GRÁFICO 14: DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE PESSOAS QUE ESTÃO MAIS ENVOLVIDAS NA PRÁTICA DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EM JANGAMO SEDE E LIGOGO. ....	172
GRÁFICO 15: DISTRIBUIÇÃO DE PERCENTUAL DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS.....	175

## **LISTA DE ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS**

ANAC - Administração Nacional das Áreas de Conservação.

BM - Banco Mundial

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

CNAM - Conselho Nacional para o Avanço da Mulher.

DEMG- Departamento de Estudos da Mulher e do Género.

DF- Destacamento Feminino.

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique.

FUTUR - Fundo do Turismo.

GROWIT - Relatório sobre Mulheres no Turismo.

ISAEN - Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios da Politécnica.

ISAP - Instituto Superior de Administração Pública.

INATUR - Instituto Nacional de Turismo.

LIFEMO - Liga Feminina Moçambicana.

MGCAS - Ministério do Género, Criança e Acção Social.

MICULTUR - Ministério da Cultura e Turismo.

NESAM- Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique.

ODM - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

OMM- Organização da Mulher Moçambicana.

ONG - Organização não Governamental.

OMT - Organização Mundial do Turismo.

ONU- Organização das Nações.

ONU Mulheres - Organizações das Nações Unidas -Mulheres.

PEDTM - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique.

PIB- Produto Interno Bruto.

UJC- Universidade Joaquim Chissano.

VBG- Violência baseada no Género.

WDR - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: Igualdade de Género e Desenvolvimento.

WLSA - Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust.

**Pesquisadora:** Náona Denise Paulo Jone Kambala

**Supervisor:** Prof. Doutor Lourenço do Rosário

Maputo, Setembro de 2024

### **DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE**

Náona Denise Paulo Jone Kambala, candidata ao grau de doutoramento em estudos de desenvolvimentos na Universidade A POLITÉCNICA com o trabalho intitulado: “**A (in) visibilidade da mulher e as Relações de Género em Moçambique: O Distrito de Jangamo e a prática de actividades turísticas, 2004 - 2013**”, declaro por minha honra, que o presente trabalho do fim do curso, foi elaborado por mim, fruto de uma investigação científica desenvolvida por mim e que a mesma nunca foi usada antes para obtenção de qualquer grau académico. Por fim, declaro que todas as fontes de informação e as literaturas usadas foram devidamente referenciadas.

Maputo, Setembro de 2024

A pesquisadora

---

(Náona Denise Paulo Jone Kambala)

## **Dedicatória**

Dedico esta tese a Deus, pela força e sabedoria concedidas durante esta jornada.

À minha mãe, Senhora Professora Rute, por ser a primeira incentivadora do meu desejo de estudar. Suas palavras sempre me guiaram: “Filha, para te tornares alguém neste mundo, tens que te concentrar nos estudos para que possas servir de modelo para os mais jovens e, assim, ajudarás a desenvolver o país.”

Aos meus pais, Rute Nataniel Jone e Victorino Paulo Jone (in memoriam), pelo incentivo e paciência ao longo desta jornada. Ao meu esposo, Ebeka Kambala, e ao meu filho, Carlos Henrique Cossa, pelo amor e compreensão nos momentos mais desafiadores, especialmente durante a minha ausência, mesmo estando em casa.

Aos meus irmãos, Victor Paulo Jone, Julieta Paulo Jone, Wetela Paulo Jone, Alberto Rute Muenda e Elizabeth Muenda Nhampossa, que são meu suporte constante e a quem devo muito pelo amor e compreensão durante minha caminhada académica.

Ao colega Emmanuel Jovo, pelo apoio emocional e moral, manifestado através de debates sobre a importância de me inscrever no doutoramento em Estudos de Desenvolvimento da Universidade POLITÉCNICA-Moçambique.

## **Agradecimentos**

Foram muitos os caminhos percorridos nesta jornada, repleta de alegria, sucessos e desafios, que me conduziram ao ponto em que hoje me encontro. Estes caminhos foram trilhados com muita humildade e com a colaboração de diversos actores desde o início da minha educação, na Escola Primária Terceiro Congresso e na Escola 3 de Fevereiro, passando pelo ensino secundário e médio na Escola Secundária Emília Dausse, na cidade de Inhambane. Agradeço profundamente aos meus professores por suas valiosas contribuições na minha formação.

Gostaria de expressar minha gratidão aos meus professores universitários, tanto da Universidade Eduardo Mondlane quanto do Instituto Superior de Administração Pública. Vocês foram fundamentais para fortalecer meu desejo de seguir o caminho académico, desmistificando o estereótipo de que, por ser mulher, eu seria incapaz de alcançar graus académicos mais elevados.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha família, que sempre me apoiou incondicionalmente. Em especial, agradeço aos meus pais, Rute Nataniel Jone e Victorino Paulo Jone (in memoriam), pelo constante incentivo e paciência ao longo desta jornada. Ao meu esposo, Ebeka Kambala, ao meu filho, Carlos Henrique Cossa e a minha sobrinha, Constância Ricardo Laquene, agradeço pelo amor e compreensão nos momentos mais desafiadores, especialmente durante a minha ausência, mesmo estando em casa.

Aos meus irmãos, Victor Paulo Jone, Julieta Paulo Jone, Wetela Paulo Jone, Alberto Rute Muenda e Elizabeth Muenda Nhampossa, manifesto minha profunda gratidão pelo suporte inestimável, amor e compreensão ao longo de minha trajetória académica e pessoal.

Aos meus sobrinhos, e em especial Nuro Amade Anifo Adamo, Ruth Victor Chirindza e Igor Victor Jone, pelo suporte incondicional como conselheiros das tecnologias de informação. Muito obrigada de coração meus filhos.

Agradeço ao Diretor Eduardo Chilundo por possibilitar que o então Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), financiasse os meus estudos, viabilizando a concretização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor Lourenço do Rosário, expresso minha imensa gratidão pela orientação incansável, conselhos valiosos e por acreditar em meu potencial desde o início, Professor, “ a pedra foi partida”.

À Professora Doutora Isabel Casimiro e à Professora Virgínia Olga Idália das Neves, agradeço pela contribuição significativa e feedbacks construtivos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. A todos os Professores que estiveram envolvidos neste percurso do programa de Doutorado de Estudos em Desenvolvimento, o meu muito obrigado.

Aos meus colegas de turma e parceiros de pesquisa, agradeço pela colaboração directa, discussões enriquecedoras e suporte técnico. Um agradecimento especial ao estaticista Nomen Fautino Jone Traquino e à equipa de pesquisa, pelo suporte incansável nas trilhas arenosas do Distrito de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo. Foi uma experiência verdadeiramente enriquecedora.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão às estruturas governamentais do Distrito de Jangamo na Província de Inhambane e à população das localidades de Jangamo Sede e Ligogo. Em especial, agradeço às mulheres destas localidades que prontamente se dispuseram a participar desta pesquisa.

Agradeço imensamente a todas as mulheres pela superação dos desafios que enfrentaram pelo simples fato de serem mulheres. Vocês demonstraram que o vosso contributo nas atividades turísticas em Jangamo Sede e Ligogo é fundamental para o desenvolvimento de vossas famílias e da comunidade onde estão inseridas.

## CAPÍTULO 1

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJECTO DO PROJECTO DA TESE

#### 1.1. DA APROXIMAÇÃO AO PERCURSO COM O OBJECTO DE PESQUISA

Nesta parte introdutória da tese, julgo<sup>1</sup> importante descrever alguns percursos efectuados antes e durante o processo da sua elaboração. As memórias deste percurso incluem: a) minha integração em 2008 no conselho técnico nacional do então Ministério da Mulher e Acção Social para o avanço da mulher; b) minha formação académica no nível de mestrado profissional em Administração Pública, na especialização de gestão de recursos humanos, pelo então Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), hoje Universidade Joaquim Chissano (UJC), no período entre 2011 e 2017; c) minha inserção profissional como gestora administrativa do ISAP-/UJC permitiu participar da elaboração de planos económicos e sociais e planos operacionais, tendo em conta a orçamentação na óptica do género; d) o resultado desta integração na construção da tese e na produção e divulgação do conhecimento científico no que tange à consciencialização das famílias, comunidades e sociedade em geral, sobre a importância da visibilidade da mulher na prática de actividades turísticas, através de evidências do seu contributo no desenvolvimento da sua comunidade.

Acredito que, enquanto estava a desempenhar actividades no conselho técnico do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher, no então Ministério da Mulher e Acção Social<sup>2</sup>, a minha formação académica do curso de mestrado profissional em Administração Pública, a minha inserção profissional nas equipas de elaboração dos planos económicos e sociais do (ISAP/UJC), aliado ao facto de ser natural da província de Inhambane e estar em constante visita ao distrito de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo, para desfrutar das belas praias, nasceu em mim a paixão pela aproximação ao objecto de estudo.

Importa referir que, antes da minha inserção no conselho técnico do CNAM, já estava interessada em questões relacionadas com a luta da igualdade do género e, como inspiração, tinha a activista de direitos humanos Graça Machel e a activista social e pesquisadora Isabel

---

<sup>1</sup> A parte reservada a contextualização do objecto da tese, no primeiro capítulo, está escrita na primeira pessoa do singular, no entanto, a partir da análise da literatura e os demais capítulos, assume-se a primeira pessoa do plural.

<sup>2</sup> O Conselho Nacional para o Avanço da mulher (CNAM), é um órgão de consulta através do qual o Ministério do Género, Criança e Acção Social faz a coordenação intersectorial, com o objectivo principal de impulsionar e acompanhar a implementação de políticas e programas aprovados pelo Governo através do Conselho Técnico, órgão com competência genérica de assegurar o suporte técnico ao funcionamento do CNAM e de assegurar a coordenação e articulação entre diferentes sectores interveniente. [www.unwomen.org](http://www.unwomen.org)

Casimiro. Aquando da minha formação académica no nível de licenciatura em Psicologia Organizacional, no período de 2002 a 2006, na Universidade Eduardo Mondlane, tive o privilégio de fazer parte de palestras ministradas pela activista social e pesquisadora Isabel Casimiro em que as suas abordagens estavam voltadas para a temática de paridade de género, com maior ênfase para a visibilidade da mulher na sociedade moçambicana. Tive a honra de participar em palestras organizadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade – FDC, em que a oradora foi a activista humanitária Graça Machel. As suas colocações eram em forma de protesto contra costumes africanos que oprimem mulheres e prejudicam o seu progresso enquanto comunidade.

Estes eventos fizeram-me reflectir sobre as diferenças existentes entre os modelos e políticas no enfoque da temática de género em Moçambique e a sua implantação, principalmente na visibilidade do contributo da mulher no desenvolvimento da comunidade onde está inserida.

A aproximação com o objecto de pesquisa começou a ser materializada em 2019, aquando da minha candidatura ao Programa, de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, oferecido pela Universidade Politécnica- Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN), para o qual, no mês de Fevereiro de 2020, fui admitida. Em Abril do mesmo ano, iniciaram as aulas onde o primeiro módulo de Metodologias de Investigação foi ministrado pela Professora Doutora Isabel Casimiro, pessoa que, com as suas palestras me tinha inspirado a trabalhar sobre a temática de género.

Assim, desde a elaboração e o andamento da tese, sob a orientação do Professor Doutor Lourenço do Rosário, participei no exame de qualificação I e II, e fui aprovada por um Júri de Avaliação com a seguinte constituição: Profa. Doutora Irene Mendes – Presidente; Profa. Doutora Ana Guina – Arguente e Prof. Lourenço do Rosário – Orientador.

## **1.2. (IN)VISIBILIDADE DA MULHER: ANÁLISE DA LITERATURA NO ÂMBITO GLOBAL**

Vivemos numa sociedade onde não existe igualdades de oportunidades entre homens e mulheres, apesar de se defender, na maior parte das nações, que todos os cidadãos são iguais perante a legislação, desfrutam de idênticos privilégios e estão ligados às mesmas obrigações, sem discriminação de cor, etnia, género, origem, religião, nível de educação, posição social, situação matrimonial dos progenitores, ocupação ou filiação política. Ao fazer a abordagem da (in) visibilidade da mulher, é necessário compreender porque é que uma pessoa ou grupo de pessoas se tornam invisíveis na sociedade em que estão inseridas.

Conforme foi destacado por Tomás (2012), a invisibilidade social é originada pela consciência que subjaz ao acto de “não perceber o outro”. Dessa forma, este fenómeno é descrito como essencialmente subjectivo. Ao analisarmos de forma mais profunda o conceito de invisibilidade social, percebe-se que a sua essência reside na intersubjectividade. Ao se considerar o que ocorre entre consciências individuais, como a fundamentação da invisibilidade social, torna-se evidente uma relação entre o indivíduo não percebido e os demais, onde o não percebido é concebido como alguém invisível aos olhos de quem o cerca, enquanto os outros indivíduos são entendidos como a consciência constituinte.

Tomás (2012) afirma ainda que a acção social de “não ver outrem”, pode comunicar que o mecanismo desta relação é a intersubjectividade. O acto de não ver a outra pessoa pode ser percebida como uma acção geral e regular, mas o seu significado social pode conduzir a uma deposição de determinadas classificações. De acordo com este raciocínio, pode-se compreender o acto de não ver como sendo uma prática direccionada de forma significativa. Quando o ser humano age, implica que o acto de não reconhecer irá tornar-se intencional e voluntário. Entretanto, esta intenção de negação pode ser configurada como a renúncia do reconhecimento e conseqüente desprezo. Neste caso, surge a problemática da identidade e da apreciação do outro em sua alteridade, visto que a aspiração pelo reconhecimento desempenha um papel crucial no processo de integração social. Este raciocínio evidencia que o sujeito não reconhecido inevitavelmente almejará o reconhecimento.

“Segundo Tomás (2009), a invisibilidade social e a falta de reconhecimento geram um sentimento de invisibilidade, que é experimentado por determinados grupos sociais discriminados, como os negros e as mulheres. A história dos invisíveis está intrinsecamente ligada à história dos marginalizados. Axel Honneth (2005) contribuiu significativamente para o desenvolvimento das teorias sobre a (in) visibilidade social

através de sua teoria do reconhecimento. Ele focaliza a experiência daqueles que se sentem invisíveis, explorando como esses indivíduos percebem sua própria invisibilidade.”

Held (2008) defende que o fundamento da teoria de reconhecimento de Axel Honneth está ancorado numa variedade de tradições e autores, incluindo Hegel, G. H. Mead e a psicanálise em geral, a teoria das relações objectais em particular, em que descreve o processo pelo qual os indivíduos, por meio de relações interpessoais, formam um senso de identidade por meio de relações de reconhecimento.

Honneth delinea três áreas básicas de reconhecimento: afectivo, legal e social, associadas respectivamente ao amor, direitos e solidariedade.

- ✓ O nível afectivo é caracterizado pelas relações íntimas entre indivíduos: relações entre familiares, amigos ou outros íntimos. Essa relação também é descrita como “amor”, uma vez que ela é necessária para o progresso da própria auto-confiança. Com relação a este nível de reconhecimento afectivo, a (in) visibilidade é manifestada através de uma violação do espaço pessoal ou de humilhação em geral. Isso significa a negação da integridade física de alguém, uma lição aprendida, no início da vida, e essencial para a formação, de um senso coerente de si mesmo. Esta categoria é a principal de reconhecimento.
- ✓ A relação jurídica é descrita como o reconhecimento de um particular, pelo estado como uma fonte válida de reivindicações legítimas é feita em igualdade de condições entre outros requerentes. O reconhecimento legal é melhor expresso através da provisão de direitos civis e de liberdades. Honneth chama a essa relação de “direitos”. O reconhecimento legal é necessário para o cultivo do autorrespeito e, conseqüentemente, da visibilidade do indivíduo.
- ✓ O reconhecimento social ocorre quando alguém é respeitado em virtude de pertencer a um grupo social. Reconhecimento deste tipo verifica-se na existência social de alguém como um membro digno da sociedade e promove a auto-estima. Quando o reconhecimento social, verificado através da solidariedade, é secundarizado e desprezado, há uma depreciação do estilo de vida do indivíduo.

Held (2008) descreve que a inter-relação das três áreas acima enumeradas é necessária para o desenvolvimento do auto reconhecimento, ou seja, a secundarização e a invisibilidade inibem o bom relacionamento intra e interpessoal.

Para o aumento do auto reconhecimento, Tomás (2009) afirma que, dos vários grupos invisíveis tais como os homossexuais, idosos e negros, as mulheres são as que ao longo da história que, da humanidade, ficaram secundarizadas. Por sua vez, Melo e Thomé (2018) consideram que a história das mulheres no mundo demonstra que estas estavam privadas dos espaços públicos, confinadas nas suas casas, responsáveis pelos cuidados dos maridos, filhos e familiares, e eram remetidas a uma situação de improdutivas, mesmo sendo activas, pois eram mantidas em prisões, hospitais psiquiátricos, presas com cadeados e até com nomes fictícios, porque não podiam expressar as suas intenções e posições de forma contundente.

Esta secundarização das mulheres não é nova na humanidade. Já na Grécia antiga entendiam que a mulher, por não participar da vida militar ou em guerras, não tinha capacidades nem espírito público, colectivo. Platão afirma na sua obra “A República”, precisamente no livro V, diálogo entre Sócrates e Glauco, que não há ocupação exclusiva de mulheres e nem de homens, sem descurar que o homem é mais forte que a mulher. Esta fraqueza refere-se ao aspecto força física e não necessariamente ao uso da razão, pois qualquer um deles poderia administrar uma cidade, desde que fossem submetidos à educação.

Conforme observado por Pereira (2001), na análise do pensamento platónico, apresentado na obra “A República”, especificamente no Livro V, expresso por meio do diálogo entre Sócrates e Glauco, ressalta-se que na gestão da cidade não há diferenciação de ocupações entre indivíduos do sexo masculino e feminino, pois as características naturais de ambos são distribuídas de maneira similar. Tanto homens quanto mulheres participam em todas as actividades, de acordo com a sua natureza, apesar de considerar que a mulher é fisicamente mais frágil, ao homem. A formação educacional destinada às mulheres, inclusive no contexto militar, não difere substancialmente daquela destinada aos homens, especialmente se o objectivo primordial for o cultivo de naturezas similares.

Esta visão do pensamento de Platão sobre o lugar das mulheres, no tocante ao desenvolvimento da sociedade, demonstra que havia uma ideia nessa altura de que existem diferenças biológicas entre ambos os sexos, mas se os mesmos seres fossem submetidos a uma

educação, treinamento, dependendo das suas habilidades, qualquer um deles poderia e pode desempenhar qualquer actividade.

No entanto, Aristóteles, discípulo de Platão, nas suas obras “Política” e “História dos Animais”, contrapôs ao seu mentor defendendo que o homem, a menos que constituído em algum aspecto contrário à natureza, é por natureza mais especializado na liderança do que a mulher e é inferior ao jovem que ainda está em desenvolvimento. A dinâmica entre os géneros masculino e feminino é inerentemente denotada por uma configuração de poder que envolve tanto relações de superioridade e inferioridade, assim como de dominância e submissão.

Aristóteles, na sua obra “História dos Animais”, argumenta que as mulheres exibem traços distintos, com uma maior inclinação para a benevolência e para a sensibilidade; mas, também são caracterizadas por serem mais propensas à ganância, sentimentalismo e conflito. Ele observa que as mulheres têm uma tendência aumentada à melancolia e ao desespero, comparativamente os homens, além de serem mais propensas à falsidade e à falta de vergonha. Aristóteles também sugere que as mulheres são mais susceptíveis a serem ofendidas, são preguiçosas e, em geral, menos incentivadas do que os homens. Assim, ele defende que estes são mais inclinados a oferecer ajuda e demonstram uma maior coragem do que as mulheres.

Apesar da filosofia de Platão defender que tanto homens como mulheres podem desempenhar as mesmas ocupações, Aristóteles vem negar esta igualdade em termos de desempenho de actividades na esfera pública da mulher, remetendo-a aos cuidados da casa e dos homens a pólis.

Segundo Melo e Thomé (2018), as revoluções Francesa e Russa modificaram esta realidade, com a participação activa das mulheres em levantamentos populares. No entanto, o grande passo no enfrentamento contra a (in) visibilidade das mulheres dá-se com a obtenção do direito a votar<sup>3</sup>.

Esquecendo massacres e anos negros, a percepção positiva do século XX na Europa, de um século triunfante para as mulheres, oposto ao século vitoriano, é modelada por várias imagens

---

<sup>3</sup> O primeiro país democrático a reconhecer o direito ao sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, no ano de 1893. Esse direito somente foi reconhecido após uma intensa luta liderada pela feminista neozelandesa Kate Sheppard. Seguindo o caminho de Sheppard e da conquista das mulheres neozelandesas, iniciou-se um intenso movimento pelo sufrágio feminino na Inglaterra no ano de 1897, que, após radical intensificação e anos de luta, conquistou o direito ao voto feminino no ano de 1918. A partir daí, mulheres de todo o mundo passaram a reivindicar o seu direito ao voto em seus países. <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/sufragio-feminino.htm> Busca feita em Fevereiro de 2023.

tais como: a «*garçonne*», produto da guerra e dos Anos Loucos, a mulher «emancipada», produto da pílula, ou até mesmo a «*superwoman*» dos anos oitenta, produto do feminismo e da sociedade de consumo, capaz de se equilibrar com sucesso entre a carreira, os filhos e os amores. Mas, no seu contexto, as duas primeiras imagens foram mais utilizadas para denunciar a transgressão da barreira entre os sexos ou da moral dupla do que para aplaudir as conquistas femininas. E a última, criticada por Betty Friedan, em *The Second Stage*, parece ambígua, oferecendo um modelo inacessível à maioria das mulheres de hoje e fazendo desaparecer as tensões que nascem de exigências contraditórias. Para Rose-Marie Lagreve, a sua função social seria mesmo esconder o aumento das desigualdades entre o masculino e feminino. (Duby e Perrot, 1991).

Trazendo um olhar de África, constata-se que o poder é fundamentalmente masculino, pois os homens, enquanto que líderes políticos e religiosos, asseguram a defesa da linhagem masculina, preservam a sua unidade e mantêm a ordem social a seu favor, conferindo poder às autoridades que procedem à gestão das terras, bens, casas, guerras, actividades públicas, resolução de conflitos, etc. Às mulheres, é-lhes reservada a actividade doméstica, ou seja, a organização da vida familiar e de todo um conjunto de actividades consideradas de nível secundário. (Teles e Brás, 2010).

No contexto específico de Moçambique, especialmente na região sul onde prevalece a estrutura social de linhagem patrilinear, observa-se uma tendência de relegar o lugar e a expressão da mulher para segundo plano, frequentemente resultando na sua marginalização e invisibilização em relação ao papel que desempenham na sociedade.

Cunha (2010), no seu artigo “*A voz feminina: constituição da literatura pós-colonial moçambicana*” analisa o romance *Niketche*, da autoria de Paulina Chiziane, com o objectivo de discutir aspectos sociais, culturais e identitários, bem como as batalhas e enfrentamentos suportados pela mulher, apresentados na obra. Afirma que a vida para as mulheres africanas, que simbolicamente foram descritas em *Niketche*, na verdade reflecte a vida das mulheres do sul de Moçambique, de onde a autora é oriunda, que foi sempre caracterizada por restrições, no tocante, ao que era oferecido. A elas não era permitida a participação na vida social e económica do país, nem opinar sobre os assuntos do lar, já que na vida conjugal, era a voz masculina que ditava as regras, restando a sujeição e o silenciamento, este acentuado durante a época colonial.

De acordo com Cunha (2010), a autora diferencia as mulheres do norte às do sul de Moçambique, como uma estratégia para ilustrar a riqueza da diversidade cultural e social no país. Além disso, o texto sugere que o período colonial teve um impacto significativo nos valores morais femininos e nas dinâmicas de gênero. A colonização reforçou a ideia da supremacia masculina sobre a feminina, como exemplificado na seguinte passagem: “Cala-te mulher! Desde quando você tem autoridade para se dirigir a um doutor? Nunca concedi permissão para que se comunicasse com qualquer pessoa do sexo masculino. Você está agindo de maneira desrespeitosa e inadequada, similar ao comportamento de uma pessoa que vende favores sexuais” (Chiziane, 2004, conforme citado por Cunha, 2010).

Cunha (2010) destaca que Chiziane retrata uma riqueza de diversidade cultural, frequentemente delineando relações competitivas entre as mulheres das regiões norte e sul de Moçambique. As do sul são retratadas como desprovidas de interesse e falsas, pelas do Norte, enquanto estas são vistas como frágeis, pelas primeiras. O contraste entre as regiões é evidenciado na narrativa, como exemplificado pelo trecho:

“No Sul, as mulheres são exiladas dentro do seu próprio mundo, condenadas a uma existência carente de amor e plenitude [...] são mais tristes, mais subjugadas. Seguem em frente com a cabeça baixa [...]” No entanto, no norte, “[...] nos embelezamos, cuidamos de nós mesmas, adornamo-nos. Caminhamos com confiança [...] ninguém escraviza ninguém, pois homens e mulheres são igualmente filhos de Deus” (Chiziane, 2004, citado por Cunha, 2010).

Segundo Cunha (2010), a mulher do sul é caracterizada pela limitação de sua organização e vaidade, além de ser frequentemente privada de voz. Em contraste, a mulher da região norte desfruta de direitos igualitários e está aberta a ajustar sua aparência em busca de melhorias. Ela também é descrita como orientada sexualmente, não sendo obrigada a permanecer em um casamento quando a relação se deteriora para uma das partes.

Após o término do colonialismo, os povos africanos entram em processo de resgate de antigos costumes, onde as tradições tribais frequentemente conflitam com as mudanças comportamentais, ideológicas e com a nova ordem social e cultural. Neste contexto, as mulheres rejeitam esse modelo ao perceberem a existência de um mundo além das tradições, permitindo-lhes explorar pensamentos e atitudes mais progressistas. No entanto, não adotam completamente essas novas mudanças, demonstrando uma alternância entre a adesão às tradições e à modernidade (Cunha, 2010).

Segundo Cunha (2010), o romance em questão representa uma contribuição significativa para as mulheres moçambicanas, oferecendo uma representação profunda da essência feminina e destacando o árduo processo de emancipação das mulheres.

Os discursos pós-coloniais e feministas visam principalmente integrar as mulheres marginalizadas na sociedade, proporcionando-lhes voz e espaço. No entanto, esse despertar não é um processo simples. As mulheres enfrentam uma luta contínua para serem reconhecidas nas esferas sociais, desmantelando narrativas dominantes e conquistando seu lugar na sociedade (Bonnici, 2000, conforme citado por Cunha, 2010).

Carvalho (2013) entende que os elementos culturais permeiam a compreensão de género, que ainda traz fortes traços da razão androcêntrica<sup>4</sup>. Estes factos levam a perpetuar as desigualdades sociais entre os sexos masculino e feminino e sua influência no mercado laboral, criando um perfil que reflecte um padrão cultural próprio de um tipo de sociedade que molda valores, crenças, preceitos e ideologia, dentro das organizações empresariais.

No caso de Moçambique, embora haja uma vasta legislação e um Ministério que procura resgatar a visibilidade da mulher em vários campos, factores culturais e sociais ainda estão bem patentes na sociedade.

Graça Machel, no seu discurso da I “Conferência Internacional sobre a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres”, afirmou que qualquer nação que tem o desiderato de se desenvolver, deve trazer todas as forças vivas, em particular as mulheres, para o centro do seu desenvolvimento. Graça Machel questionou como é possível que numa economia que é basicamente gerida por mulheres, estas estão excluídas da banca formal.

Conforme observado por Iglésias (2007), os primeiros registos sobre a condição da mulher, seja como progenitora ou jovem em busca de educação para um futuro distante dos vícios da sociedade colonial, podem ser encontrados no periódico "O Brado Africano", publicado em Lourenço Marques (hoje Maputo) de 1919 a 1974, por um grupo de intelectuais africanos, comprometidos com a causa do povo africano. Para esse influente grupo de activistas, a educação das meninas e mulheres era vista como uma ferramenta crucial para elevar moralmente a comunidade negra. Os textos produzidos no início do século XX, impregnados de ideais que poderiam ser caracterizados como proto-nacionalistas, defendiam, principalmente para as mulheres urbanas, uma formação profissional e técnica centrada no seu

---

<sup>4</sup> O androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward (Souza, 2009) que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo. Está literalmente ligado à noção de patriarcado. <https://unilogos.org/revista/wp-content/uploads/2020/04>

papel fundamental como mães e donas de casa. Essa formação, conhecida como educação feminina, incluía instruções em costura, culinária e higiene.

Segundo Iglésias (2007), no seio do grupo de intelectuais africanos, conhecido primeiro como Grémio Africano de Lourenço Marques (de 1908 a 1938) e depois Associação Africana da Colónia de Moçambique, foi possível identificar algumas mulheres que se evidenciaram a partir dos finais dos anos quarenta, exercendo actividades tais como as de professoras, enfermeiras, funcionárias e comerciantes. Escreveram no “Brado Africano, quer em prosa quer em poesia, denunciando a exploração de que eram vítimas. É sem dúvida no período da luta armada de libertação nacional que foram feitas importantes reflexões e estudos, segundo o autor, considerados mais globais, da situação da mulher moçambicana, pelo tratamento da problemática dos obstáculos à emancipação, tendo em conta a estratégia de inclusão da mulher nos espaços públicos, com poder de decisão, e pelo envolvimento da mulher na tarefa de combater pela independência de Moçambique.

Em 1981, Iglésias (2007) reitera que aconteceu realmente uma viragem, quando Aquino de Bragança, director do Centro de Estudos Africanos, encorajou o estudo, na então Oficina de História, da presença da Mulher na luta armada. Desenvolveu este projecto a Professora Doutora Isabel Casimiro, que começou por entrevistar algumas das mulheres protagonistas, como membros da LIFEMO (Liga Feminina Moçambicana, que foi constituída em Junho de 1966, em Mbeya, Tanzânia, e que era formada por elementos marginais à própria luta); do DF (Destacamento Feminino) e, da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que se constituiu na estrutura da FRELIMO como um novo braço da Revolução, que deve atingir as largas massas de mulheres tais como enfermeiras, professoras, secretárias, camponesas, mobilizadoras, transportadoras de material, produtoras de mantimentos e alimentadoras dos combatentes.

Os resultados deste trabalho levaram à criação oficial, em Maio de 1991, do Departamento de Estudos da Mulher e do Género (DEMG), em funcionamento desde 1990, e que congrega interdisciplinarmente historiadoras, psicólogas, pedagogas e economistas. A linha e o enfoque da investigação está bem patente nos seus sectores de trabalho: - Mulher e Lei – Participação no Projecto Regional: “A situação legal da Mulher na África Austral” – A Mulher perante o Direito a Alimentos (1990-1992); A Mulher perante o Direito de Propriedade e Sucessão (1992-1993); Mulher e Força de trabalho – Sector Formal e Informal; Dinâmica

Feminina; Mulher e Meio Ambiente – onde tenta delinear as categorias específicas que liguem a abordagem do gênero ao desenvolvimento do meio geográfico.

O envolvimento das mulheres no processo revolucionário foi antecedido da participação desta em movimentos contra o colonialismo. Antes mesmo do início da luta armada, camponesas cumpriram um papel estratégico na propaganda anticolonialista e essa experiência também foi vivenciada por grupos femininos das zonas urbanas, por via de estudantes que actuavam no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), de onde saíram os líderes que compuseram os primeiros quadros da Frelimo.<sup>5</sup>

Segundo Santana (2009), o NESAM desempenhou um papel crucial ao inspirar um grupo de mulheres a se engajarem na causa da Independência. No entanto, algumas delas, insatisfeitas com simplesmente distribuir panfletos, decidiram tomar medidas mais diretas, como foi o caso de Josina Machel, originária da província de Inhambane, que se uniu à Frelimo em 1965 ao pegar em armas.

Desde 1965, um contingente de mulheres camponesas solicitou à Frelimo treinamento militar, visando proteger as comunidades sob sua tutela, resultando na formação do pioneiro Destacamento Feminino. Entretanto, há registos conflitantes em documentos e notícias, indicando a fundação do Destacamento Feminino em 1966, durante uma reunião do Comité Central. Este cenário inicial evidencia a demanda das mulheres por engajamento na luta armada, não fundamentada primordialmente em instrução política, mas sim na necessidade sentida por essas camponesas de unirem-se em prol de uma causa colectiva, em benefício próprio e de suas famílias (Casimiro, 2004).

A ausência da população masculina era muito comum no sul do país, devido ao trabalho migratório nas minas da África do Sul. Isto ocasionou a existência de povoados, constituídos, na sua maioria, por velhos, crianças e mulheres que assumiam o papel de chefes de família. Eduardo Mondlane era um *Changane*, um dos povos da região sul de Moçambique.

Numa de suas entrevistas, ao ser questionado sobre as origens do seu interesse e dedicação pelos outros, confessou que desde criança tivera este aprendizado junto às mulheres da sua localidade, que eram as primeiras e únicas responsáveis pela garantia da sobrevivência.

---

<sup>5</sup>Jacimara Souza Santana citando ISAACMAM;STEFHAN,1984, p. 22.A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique, em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985).

Embora na região norte o trabalho migratório não fosse incidente, a disposição das camponesas macondes em defender os seus territórios, também denuncia a carência da presença masculina em suas famílias. De maneira geral, os movimentos autónomos de mulheres, reunidos em torno de causas colectivas, caracterizaram diferentes estruturas sociais do continente africano.<sup>6</sup>

Num olhar sobre a visibilidade do papel desempenhado pela mulher, é possível perceber que há algum registo da sua participação no período antes e durante a luta de libertação, o que revela que ela sempre lutou para que a sua contribuição fosse vista não apenas na perspectiva de mãe e doméstica, mas também como alguém que, lado a lado com homem, contribui para a solução dos problemas da sua família e da comunidade.

Com o propósito de promover a igualdade de género em Moçambique, já no governo de transição, 1974, o Governo mandou publicar no suplemento Oficial I Série, o Decreto-Lei nº 17 que define as competências dos órgãos Centrais do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Em 1975, a Acção Social continuou acoplada ao Ministério da Saúde. Em 1988, esta instituição toma a liderança a aprovação da licença para maternidade e amamentação, que de 15 dias passa para 30 dias, tendo mais tarde passado para 60 dias e actualmente 90 dias.

Em 1989 é criada a *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust* (WLSA), que é uma organização não-governamental regional (ONG), com o objectivo de fazer pesquisa sobre a situação dos direitos das mulheres, em sete países da África Austral. Esta instituição desenvolveu uma abordagem caracterizada pela sinergia entre pesquisa e produção de conhecimento, visando elucidar os processos de construção e manifestação das dinâmicas de género na sociedade. Num ciclo de investigação que teve início na década de 90, a WLSA busca ampliar o entendimento sobre a situação dos direitos humanos das mulheres em Moçambique, partindo do princípio teórico de que as interações sociais entre homens e mulheres são moldadas por um sistema de poder que perpetua a subordinação feminina. Dentro dessa perspectiva, a organização tem-se empenhado em influenciar mudanças no arcabouço legal, destacando-se o seu engajamento activo na formulação, aprovação e disseminação da Lei da Família, bem como na elaboração do Anteprojecto da Lei Contra a Violência Doméstica.<sup>7</sup>

O Governo de Moçambique, por sua vez, estabelece:

---

<sup>6</sup> (Tempo, fev. 1984, P 19; CASIMIRO, 2004, P 173)

<sup>7</sup> <https://www.wlsa.org.mz/visao-e-missao-da-wlsa>

Em 1990, a Secretaria de Estado de Acção Social, que era responsável pelos grupos vulneráveis e lá se incluía a mulher;

Em 1994, o Ministério da Coordenação de Acção Social, que assume algumas atribuições que eram desempenhadas pela OMM, por exemplo, a luta pelos direitos iguais, entre homens e mulheres nos cargos administrativos e políticos;

Em 2000, o Ministério da Mulher e Coordenação de Acção Social, que coordena a execução da política da emancipação e desenvolvimento da mulher;

Em 2005, o Ministério da Mulher e Acção Social, que reconhece o papel que a mulher moçambicana desempenha nos vários sectores de progresso nacional. Assim, foi lançada a Política do género e estratégia da sua implementação, com o propósito de assegurar a participação e acesso a direitos e oportunidades iguais entre os sexos masculino e feminino, assegurando que todos os indivíduos contribuam para o desenvolvimento sustentável de Moçambique e para a redução da pobreza absoluta.

Em 2015, cria-se o Ministério do Género, Criança e Acção Social. Esta mudança constante de nomes destes órgãos, que de certa forma mantêm as suas atribuições, em parte evidencia, por si só, o dilema da (in) visibilidade e a importância da participação da mulher no desenvolvimento do país.

### **1.2.1 (IN)VISIBILIDADE DA MULHER FACE A ACTIVIDADES TURÍSTICAS**

Segundo o diagnóstico do sector privado: Criação de Mercados em Moçambique, conduzido pelo grupo Banco Mundial em parceria com SIDA<sup>8</sup>- *Country Private Sector Diagnostic*, realizado em junho 2021, Moçambique apresenta um notável potencial no âmbito da indústria turística, inegavelmente forte, baseado principalmente no seu rico potencial da natureza. Seu maior trunfo turístico está na costa do Oceano Índico, que contém numerosas áreas de praias imaculadas, recifes de corais e prolífica biodiversidade. Além disso, o país possui um património cultural único, que inclui o intercâmbio histórico das culturas, africana, portuguesa, indiana e árabe.

---

<sup>8</sup> O Diagnóstico do Sector Privado do País (CPSD) é um diagnóstico conjunto da IFC e do Banco Mundial que visa fazer recomendações concretas para atrair investimentos e financiamentos do sector privado nos países que são clientes. O CPSD analisa o contexto do país, incluindo o estado do sector privado, e identifica oportunidades e restrições transversais e específicas do sector. A análise apresentada no CPSD de Moçambique contribuirá para vários relatórios futuros de engajamento do Grupo Banco Mundial (WBG) para o país, incluindo a estratégia de país da IFC e o Diagnóstico Sistemático de País (SCD) do WBG. Da mesma forma, espera-se que o CPSD seja do interesse do governo, do sector privado e de outros parceiros de desenvolvimento. Os decisores políticos em Moçambique podem tirar partido do CPSD para realizar reformas para melhorar as oportunidades de investimento do sector privado em sectores económicos prioritários. O CPSD procura fornecer respostas às principais questões de desenvolvimento do sector privado em Moçambique, incluindo identificar quais os sectores comercializáveis, para além dos extractivos, têm maior potencial para impulsionar o crescimento e o emprego produtivo, e que reformas são necessárias para apoiar esta mudança.

O governo considera o turismo um sector prioritário da economia e estabeleceu uma visão ambiciosa para Moçambique, como o destino turístico mais atraente, dinâmico e exótico de África, até 2025. O turismo é designado como um dos quatro sectores de desenvolvimento na Estratégia de Desenvolvimento Nacional (2015 – 35).

Além disso, o programa quinquenal do governo (2020 – 24) reconhece a necessidade de fortalecer a capacidade e o papel do turismo para impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a criação de emprego nas comunidades urbanas e rurais. Alinhado a essas estratégias, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2015 – 24), desenvolvido pelo, com o apoio do Banco Mundial, destaca a necessidade de concentrar recursos em áreas prioritárias identificadas para investimento turístico e priorizar mercados emissores, produtos e locais que podem aumentar os gastos com turismo e o valor global criado.

O governo também destacou sectores prioritários para investimentos no turismo, visando impulsionar o turismo de lazer, que pode gerar benefícios significativos para as comunidades onde ocorre, tanto em termos financeiros quanto culturais.

Azizpour et al. (2022), em sua pesquisa sobre Análise Booleana dos Factores que Influenciam a Participação das Mulheres no Turismo Rural, destacam que o turismo desempenha um papel significativo nos âmbitos económico, cultural e nas interações sociais. Portanto, é crucial compreender as percepções e atitudes dos habitantes de áreas turísticas, em relação aos impactos do turismo nas suas comunidades. Dado o importante papel das mulheres nas zonas rurais, elas enfrentam restrições e limitações que podem obstruir a sua plena participação na vida rural, especialmente no sector do turismo.

Minasi et al. (2022) observam que a persistência de disparidades e desigualdades de género, tanto em termos de oportunidades quanto de resultados, tem sido objecto de interesse para académicos de diversas disciplinas. Nas últimas duas décadas, houve um aumento significativo no volume de estudos dedicados à análise das temáticas de género e à participação das mulheres, em diversas esferas da sociedade. Numerosos trabalhos enfatizam a presença desproporcional de mulheres em determinadas actividades produtivas, bem como as disparidades salariais, de poder e de influência entre os sexos.

Na literatura académica sobre turismo, as investigações acerca da equidade de género começaram a ganhar destaque na década de 1990 (Aitchison, 2005; Swain, 1995). Os estudos nesse domínio apontam para as desvantagens enfrentadas pelas mulheres em diversas esferas,

abrangendo diferentes níveis de remuneração e prestígio, bem como na educação, na pesquisa e em eventos científicos. Os achados revelam um aumento substancial na produção acadêmica sobre o tema, especialmente a partir de 2010. Entretanto, como salientado por Vázquez et al. (2019), apesar do crescimento significativo, a investigação sobre gênero no turismo, trazendo como exemplo a América Latina, ainda é incipiente e carece de uma base teórica e empírica mais robusta (Minasi et al., 2022).

Gabrielli (2022) sustenta que as dinâmicas de gênero são inerentes a todas as sociedades, uma vez que dizem respeito a interações socialmente construídas entre os indivíduos de diferentes sexos. Dessa forma, os padrões dessas interações variam conforme o contexto local. Portanto, o turismo propicia encontros entre pessoas que habitualmente vivenciam diferentes formas dessas relações, fomentando intercâmbios em várias configurações, podendo tanto contribuir para a redução das desigualdades quanto para a sua perpetuação. Daí a relevância de análises críticas e orientações voltadas para a promoção de práticas turísticas responsáveis.

O conceito de gênero pode ser elucidado mediante o contexto das interações sociais como um elemento distintivo, pois, à medida que o corpo é percebido como feminino, há uma expectativa de que este ocupe uma posição de subalternidade em relação aos corpos percebidos como masculinos. Aqui, subalternidade refere-se à condição de pertencer às camadas mais marginalizadas da sociedade, sujeitas a formas específicas de exclusão nos domínios econômico, político e legal, bem como à falta de oportunidades para alcançar plena integração no estrato social dominante (Spivak, 2010). Nesse contexto, a subalternidade associada ao feminino implica que as mulheres muitas vezes carecem de voz e, quando tentam se expressar, frequentemente enfrentam obstáculos para serem ouvidas.

É crucial destacar que essas práticas são sempre moldadas pelas “constelações de poder” presentes nas relações sociais, onde as mulheres frequentemente ocupam espaços socialmente menos valorizados em diversas culturas e esferas sociais. Após décadas de mobilização dos movimentos feministas em várias frentes, algumas iniciativas, como as "Conferências Mundiais das Mulheres", passam a adquirir suas demandas cada vez mais reconhecidas. (Gabrielli, 2022)

### 1.3.JUSTIFICATIVA

Quanto à justificativa, persiste ainda a secundarização da mulher em diferentes áreas, em particular na prática de actividades turísticas na província de Inhambane no distrito de Jangamo, concretamente nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo. Esta subalternação muitas vezes é manifesta sob o pretexto da inferioridade da mulher em relação ao homem, justificada pela sua natureza biológica<sup>9</sup>, cultural e social, o que faz com que o seu contributo para o desenvolvimento da comunidade acima descrita não seja visível e nem contabilizado.

Da extensa costa para a prática da indústria turística de recreação em Moçambique, a faixa litoral de Inhambane, que vai de Inharrime até Massinga, apresenta uma diversidade de produtos a serem explorados para as actividades turísticas como: sol, praia e mar, prática de desportos aquáticos, contemplação de pássaros, cultura e gastronomia.

A escolha do local do estudo prende-se com o facto de o Posto Administrativo de Jangamo, ser uma área onde a actividade turística vem ganhando o seu espaço junto das comunidades locais. Este distrito tem uma costa de 42,13 km, com uma superfície de 1,293km<sup>2</sup> e uma população de 107.757 habitantes, sendo 58.620 mulheres (54.4%) e 49.138 homens (45.6%), segundo o IV Recenseamento Geral da População e Habitação, de 2017.

A existência, no distrito, de diversas estâncias turísticas de grande valor, ao longo das praias de Massavana, Guinjata, Painsane, Gumula, Guicunela, Guifugo e Ligogo, faz com que grande parte dos turistas internacionais e nacionais procure esta zona para efeitos de turismo de lazer. As atracções turísticas no Posto Administrativo de Jangamo incluem acampamentos, hotéis, “lodges”, centro de desportos aquáticos (mergulho, pesca desportiva, vela, etc.), restaurantes, quiosques, bares e casas de hóspedes, que proporcionam aos residentes rendimentos para as suas famílias e desenvolvimento da sua comunidade.

Os habitantes do distrito de Jangamo, particularmente nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo, participam na dinamização das actividades turísticas como guias turísticos, na venda

---

<sup>9</sup> Com base nesta situação histórica, divulgou-se o mito da pretendida superioridade social do sexo masculino. Geralmente, diz-se como um axioma imutável que os homens são socialmente superiores porque são naturalmente superiores. De acordo com este mito, a supremacia masculina não é um fenómeno social característico de um momento determinado da história, mas sim uma lei natural. Os homens, afirma-se, foram dotados pela natureza de atributos físicos e mentais superiores.

Não foi a natureza, e sim a sociedade quem roubou da mulher seu direito de participar nas tarefas mais altas da sociedade, exaltando somente suas funções animais de maternidade. E este roubo foi perpetuado mediante uma dupla mistificação. Por um lado, a maternidade se apresenta como uma aflicção biológica. Por outro, esse materialismo vulgar se apresenta como algo sagrado. Para consolar as mulheres como cidadãs de segunda classe, as mães são santificadas, adornadas com uma auréola e dotadas de “intuições” especiais, sensações e percepções que vão além da compreensão masculina. Santificação e degradação são simplesmente dois aspectos da exploração social da mulher na sociedade de classes. Evelyn Reed (1954). *O Mito da Inferioridade da Mulher*. Fonte: Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. Traduzido por Ana Chagas. <https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>

de artesanato, na confecção da gastronomia típica desta área e, ainda, como trabalhadores das instâncias turísticas, entre outras actividades que lhes proporcionam renda para as suas famílias e para o desenvolvimento da sua comunidade. Verificou-se que as mulheres das localidades de Jangamo Sede e Ligogo estão envolvidas na prática de actividades turísticas, como forma de busca de fontes de receita, uma vez que nestas comunidades também se pratica a agricultura. Surgiu a necessidade de demonstrar a (in) visibilidade do seu contributo, para o desenvolvimento, através da melhoria delas e das suas famílias.

Gabrielli (2022) argumenta que diversas organizações e entidades buscam incorporar temas contemporâneos em suas agendas, com o propósito de orientar práticas e reflexões, visando aprimorar as condições de vida humanas de maneira abrangente. Nesse sentido, A Organização das Nações Unidas (ONU) introduziu em 2015 a resolução intitulada ‘Transformando o Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’, que constitui uma revisão da Declaração do Milénio de 2000. Esta agenda consiste em dezassete Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), se desdobram em 169 metas a serem alcançadas pelos países signatários do documento.

Nos últimos anos, tem-se observado um aprofundamento nas considerações e recomendações relativas a temas específicos no campo do turismo, incluindo as dinâmicas de género (ODS 05). Embora ainda recebam menos atenção, é perceptível que, por meio da elaboração e disseminação de orientações e normas por parte de instituições internacionais de destaque, há contribuições significativas. Tais esforços não apenas enriquecem o debate acadêmico sobre a interligação entre turismo e dinâmicas de género, mas também orientam os Estados e seus agentes e cidadãos no desenvolvimento de ações responsáveis nesse contexto (Gabrielli, 2022).

Em 2008, um Relatório Global sobre Mulheres no Turismo, concebido na Wageningen University, nos Países Baixos, inaugura uma série de análises e relatórios produzidos por diversas entidades, com o intuito de instigar reflexões acerca de como a indústria turística pode desempenhar um papel na mitigação das disparidades de género, as quais atravessam todas as estruturas sociais humanas.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Destacam-se, sequencialmente, os seguintes documentos: “*Global on Women in Tourism*” de 2010, da UNWTO (*World Tourism Organization*). Em 2013 a *International Labor Organization* (ILO) lança o “*International perspectives on women and work in hotels, catering and tourism*”. Três anos mais tarde, a União Europeia, por meio do *European Institute for Gender Equality* (EIGE), divulgou seu relatório “*Gender and Tourism*”. Já o Banco Mundial lançou o “*Tourism for development – Women and Tourism: Designing for inclusion*”, elaborado

É interessante observar esse género de produção em contraste com o corpus académico, uma vez que as dinâmicas de género emergem como foco de estudo no âmbito do turismo desde os anos 1980, impulsionadas por preocupações feministas. Tais preocupações estão centradas principalmente no turismo sexual, na representação das mulheres e na dinâmica da esfera laboral. Ao longo do tempo, novas abordagens foram incorporadas às discussões, incluindo o papel das mulheres, enquanto viajantes, o empreendedorismo feminino, a liderança comunitária e o processo de tomada de decisões, entre outros temas, já em 1995, Swain publicou, um volume especial do *Annals of Tourism Research*, dedicado à temática de género e turismo, considerado um ponto de partida crucial para esse campo de estudo (Gabrielli, 2022).

Morrison (2006) sustenta que o turismo representa uma possibilidade económica alternativa para o desenvolvimento de um destino. Quando devidamente exploradas, as opções económicas vinculadas ao turismo têm o potencial não apenas de impulsionar o crescimento económico, mas também de impulsionar o progresso social.

O turismo também joga um papel importante no desenvolvimento cultural das comunidades. A comercialização da produção artesanal pode garantir a sobrevivência dos artesãos. A gastronomia típica também é uma boa opção de renda para as populações locais.

Por sua vez, Ignarra (2003) afirma que a actividade turística traz consigo um leque de vantagens, tais como: gerar divisas; aumentar a renda das comunidades visitadas e não só; incrementar o Produto Interno Bruto (PIB); desenvolver as infraestruturas já existentes; proporcionar instalações turísticas e recreativas que também podem ser utilizadas pelas populações locais; romper as barreiras de língua, classe, raça, crenças religiosas e políticas; incrementar o bem-estar dos habitantes; tender a ser uma actividade de desenvolvimento económico mais acessível para uma área ao completar outras actividades económicas.

O Balanço da Estratégia de Marketing Turístico 2006–2013, no seu Objectivo Estratégico Específico 4 – *Maximizar o Impacto Económico e Social do Sector do Turismo* – afirma que a indústria turística oferece emprego directo e indirecto para milhares de moçambicanos e gera acima de 17 biliões de Meticais em receitas estatais, com uma

---

em 2017. O WTTC (World Travel & Tourism Council) publicou o “*Travel & Tourism: Driving Women’s Success*”, em 2019 e, por fim, houve a segunda edição do “*Global Report on Women in Tourism*”, da UNWTO (2020). (Gabrielli, 2022).

contribuição de 6,2% no PIB. Os projectos de investimento directo ao sector de turismo registaram um aumento assinalável nos últimos 10 anos, sendo de 175,608,542.61 MT para 323.764.153,00 MT.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, no período de 2013 a 2018, identifica o turismo de lazer, a procura por ambientes tropicais, especialmente zonas costeiras, a rica biodiversidade representada pelos emblemáticos “*big five*”, e a herança cultural como as principais atracções que continuam a estimular as deslocações para destinos turísticos em nações em processo de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique. As vantagens comparativas, evidenciadas pela sua posição geográfica estratégica e pela qualidade dos recursos naturais devido à sua preservação e singularidade, constituem oportunidades excepcionais a serem aproveitadas.

A Política de Turismo (2003) apresenta princípios basilares para o avanço da indústria turística em Moçambique, em resposta às mudanças observadas no sector, destacando a importância de estabelecer uma sinergia entre o produto turístico e as demandas do mercado. Isso implica uma maior ênfase na valorização dos espaços de preservação como componente essencial do produto turístico, a incorporação da abordagem do Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) no desenvolvimento turístico, a harmonização com as tendências globais do turismo (tais como ecoturismo, cruzeiros, turismo de aventura e desportos náuticos), e o envolvimento activo das populações residentes.

Segundo FUTUR (2007), os aportes financeiros no sector turístico favorecem, de um lado, as populações residentes, ao estimularem a geração de empregos directos e indirectos, promovendo, assim, um incremento na produção e na eficiência laboral. Ademais, contribuem para a melhoria das circunstâncias existenciais, marcadas pela disponibilidade de novas infraestruturas e incremento de recursos monetários.

Apesar dos benefícios que a actividade turística fornece à comunidade, o seu crescimento sem uma planificação correcta pode trazer efeitos mais nocivos do que benefícios às comunidades. Ignarra (2003: 80-81) afirma que os efeitos nocivos do turismo são: contribuir para a propagação de enfermidades; degradar o ambiente físico natural; criar uma demanda excessiva de recursos; provocar inflação; gerar conflitos com a comunidade anfitriã; gerar problemas sociais; aumentar os índices de criminalidade e de prostituição.

A falta de reconhecimento da participação feminina nas actividades que promovem o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas resulta de elementos culturais e

históricos que relegaram as mulheres a um papel secundário e confinado ao âmbito doméstico. Essa falta de visibilidade das mulheres, evidenciada pela subvalorização das actividades por elas realizadas, não se limita às localidades de Jangamo Sede e Ligogo. Compreenda-se que a abordagem da (in) visibilidade da mulher na prática das actividades turísticas, neste trabalho, não é feita, na perspectiva de vítima da sociedade, mas sim como agente activo no desenvolvimento da sociedade, contribuindo, assim, para o bem-estar do seu núcleo familiar e da comunidade.

O Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (2020), na sua secção dedicada à comunidade, propõe como directrizes primordiais a imperatividade de assegurar que a indústria turística promova o fortalecimento da autonomia feminina para mitigar as iniquidades de género nas comunidades onde estão inseridas, especialmente por meio do apoio a instituições da sociedade civil e grupos femininos em regiões turísticas e fomentando a colaboração conjunta. Isso pressupõe que os intervenientes devem: fortalecer as redes turísticas lideradas por mulheres, ONG e cooperativas turísticas; facilitar a participação feminina nos processos decisórios tanto a nível comunitário quanto familiar em áreas turísticas; e implementar estratégias e empreendimentos, visando fomentar a igualdade de género nas comunidades turísticas.

Entretanto, a visibilidade das mulheres na prática das actividades turísticas deve ser trazida através de propostas claras por elas apresentadas no desenho de políticas e estratégias e sua implementação, tendo em conta que são agentes activos do desenvolvimento da sociedade, servindo como modelo de mudança deste olhar de fragilidade, secundarização e subalternação das mulheres que foi construído e enraizado na sociedade nestas relações de género.

Embora a política do turismo e estratégia de sua implementação (2003), no âmbito de inclusão social, aborde a necessidade da promoção do estatuto, direitos, papel da mulher no turismo e sua participação activa, a mulher continua invisível nesta área.

Casimiro (2008) afirma que a adopção de políticas que favoreçam a incorporação das mulheres no trabalho, formal ou informal, aumenta os níveis de rendimento das famílias, diminui a pobreza e possibilita a utilização dos rendimentos para o aprimoramento das circunstâncias existenciais dos filhos, em termos de saúde, educação e habitação.

#### **1.4. PROBLEMA, QUESTÕES, OBJECTIVOS E HIPÓTESES**

Ao longo da história da humanidade, as mulheres têm sido secundarizadas, ora por factores sociais, culturais e até biológicos que, de certa forma, conduziram a mesma a uma (in)visibilidade, no que diz respeito ao seu contributo tanto no desenvolvimento da família, como no da sua comunidade.

Em Moçambique, após a conquista da Independência Nacional em 1975, destaca-se, no discurso político, a relevância da participação feminina no espaço público como um dos alicerces para a edificação do novo país. Nesse período, emerge uma estratégia para promover a obtenção das mulheres a recursos que atendam às suas necessidades práticas, embora sem questionar o modelo cultural que delinea e categoriza os papéis sociais com base no sexo.

É evidente uma convivência ambígua entre a igualdade formal preconizada na retórica política, e uma estrutura de discriminação que ainda influencia as relações de género. Tal realidade é nitidamente demonstrada pelo facto de que, enquanto o Estado se declara neutro em relação ao sexo, a estrutura familiar mantém-se orientada por uma hierarquia fundamentada na disparidade entre mulheres e homens (Osório, 2010).

O estudo sobre o perfil de género em Moçambique (2016) refere que as disparidades podem derivar das percepções arraigadas sobre as mulheres, que são vistas como responsáveis pela esfera doméstica e reprodutiva, enquanto os homens são associados ao domínio público e produtivo. Os resultados evidenciam também a persistência de tradições e atitudes patriarcais que retratam as mulheres como subservientes aos homens e dependentes deles.

Ao reconhecer a relevância das actividades turísticas no desenvolvimento das comunidades locais e considerando que essas actividades são praticadas tanto por homens quanto por mulheres, surge a preocupação em compreender os factores históricos, culturais e sociais, que podem influenciar a visibilidade (ou a falta dela) da participação das mulheres em actividades turísticas e no desenvolvimento comunitário, do Posto Administrativo de Jangamo, no Distrito de Jangamo. Apesar de as políticas formuladas no sector do turismo em Moçambique formalizarem a igualdade de género no acesso a recursos para iniciativas individuais, empresariais ou associativas, bem como nas oportunidades de trabalho, na prática, tais políticas são pouco implementadas, o que se reflecte na subvalorização do papel das mulheres no desenvolvimento activo dessa comunidade.

A não contabilização e visibilidade do contributo da mulher na prática de actividades turísticas nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo nos instrumentos que medem o desenvolvimento remete este grupo da sociedade a um papel secundário e de (in) visibilidade, o que conduz em parte a uma condição de falta de reconhecimento destas como sendo agentes activos do desenvolvimento.

Os aspectos culturais e sociais que influenciam na (in) visibilidade da mulher vêm-se manifestando há bastante tempo na sociedade. Segundo Gaspari (2003), citado por Rodrigues (2021), Rousseau advogava que a educação das mulheres deveria se limitar às actividades domésticas, pois ele considerava que elas não deveriam se dedicar ao conhecimento, pois isso seria contrário à sua natureza. Esta comunidade, que buscava arduamente pela emancipação, começou a demandar a inclusão das mulheres nos seus quadros, porém na função de progenitoras, preservadoras das tradições, e como indivíduos prontos a servir ao homem.

Muteia (2014) defende que alguns dos problemas mais graves de pobreza absoluta que o mundo enfrenta hoje, originam-se, não apenas de factores de natureza económica, mas também de cariz social e cultural que, combinados, causam distorções na partilha de oportunidades e deixam feridas profundas no tecido social. O desequilíbrio de género e a marginalização da presença feminina, nos processos de desenvolvimento, são exemplos elucidativos dessa realidade.

Certas tradições e práticas retrógradas (encobertas em forma de tabus, dogmas, rituais, superstições, credos, convicções e preconceitos), conjugadas com o analfabetismo institucionalizado, deram origem a situações aberrantes, que vão além dos limites do humanamente aceitável motivo mais do que suficiente para uma profunda reflexão colectiva.

Essa realidade é mais notória no meio rural, onde a pobreza impera, a mobilidade social é mais lenta, as feridas sangram mais, as cicatrizes são mais duradouras e os sistemas tradicionais são menos flexíveis às mudanças culturais e sociais; onde o acesso aos recursos naturais e a participação nos processos decisórios são institucionalmente recusados à mulher, configurando não apenas um acto de injustiça e negação de direitos fundamentais, mas também um flagrante desperdício da sua capacidade e potencialidade produtiva.

Por sua vez, o Perfil de Igualdade de Género (2022) afirma que um dos grandes desafios da implementação das directrizes traçadas para a paridade de género está vinculada à fraca institucionalização da priorização da igualdade de género. Este aspecto constatado é preocupante uma vez que é nestas instituições em que são desenhadas as linhas orientadoras,

políticas públicas viradas à equidade de género. Assim, o comprometimento institucional, para a priorização da igualdade de género, parece depender da sensibilidade da liderança máxima da instituição, levando à situação em que, dependendo da gestão do momento, as questões de género são ou não eficazmente tomadas em consideração.

A outra lacuna, que concorre para a (in) visibilidade da mulher, pode ser observada no diagnóstico situacional do PEDTM 2016-2025, em que traz dados não desagregados por sexo, o que não permite inferir até que ponto esta área está a trabalhar para a visibilidade da mulher, concorrendo para a igualdade de género. Por exemplo, a quantidade de empregos no sector privado da indústria turística é estimada em cerca de 46.000 ocupações, com a maioria concentrada nas áreas de hospedagem (25.890) e serviços de restauração e bares (19.460). Os restantes empregos estão distribuídos entre agentes de viagens (aproximadamente 200), operadores turísticos (cerca de 250) e guias turísticos (menos de 200). No que diz respeito aos postos de trabalho, no sector do turismo, a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) emprega 1.028 indivíduos, a maioria dos quais são trabalhadores rurais. O Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR) tem uma equipa de 131 funcionários, enquanto o Instituto Nacional de Turismo (INATUR) possui 46 colaboradores, sendo que apenas 15 estão directamente envolvidos na implementação de programas turísticos. As Direcções Provinciais de Cultura e Turismo (DPCULTURs) contam com aproximadamente 33 funcionários dedicados ao turismo.

Fundamentado nos dados estatísticos acima citados, é possível perceber que dificilmente se pode verificar a visibilidade do contributo da mulher, na prática de actividades turísticas, visando o desenvolvimento da sua comunidade. A desagregação dos dados por sexo é importante porque poderá facilitar a execução de políticas públicas em prol da igualdade de género que, por si só, concorrerá para a visibilidade do contributo da mulher com vista ao desenvolvimento da sua família e, conseqüentemente, da comunidade em que está inserida. Outra situação a considerar é que o PEDTM 2016-2025, que é o instrumento orientador para os envolvidos na área do turismo, nos seus objectivos estratégicos, não clarificam como a igualdade de género deve ser tratada pelos interessados, o que concorre para a questão que foi levantada anteriormente, referente às políticas baseadas em princípios gerais de oportunidades.

Esta (in)visibilidade da mulher faz com que nos questionemos sobre o seguinte:

As barreiras socioculturais, institucionais e as políticas baseadas em princípios gerais de igualdade de oportunidades contribuem para a (in)visibilidade da mulher na prática de actividades turísticas e no desenvolvimento comunitário no posto administrativo de Jangamo.

Para efeito de condução da pesquisa, indagamos:

De que maneira as influências das organizações internacionais se posicionam, no apoio à igualdade de género, na prática de actividades turísticas? Que mecanismos são utilizados, no posto administrativo de Jangamo, para influenciar a prática de actividades turísticas? Como são abordados os assuntos de igualdade de género, no posto administrativo de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo? De que maneira ocorrem as relações de género, na prática das actividades turísticas, no posto administrativo de Jangamo? Qual é o papel da mulher, no desenvolvimento comunitário, através da prática de actividades turísticas nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo? Qual é o impacto económico e social da participação da mulher, nas actividades turísticas, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo?

Diante dessas questões, objectivamos com a tese demonstrar a (in)visibilidade da mulher, na prática de actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário, na província de Inhambane, no posto administrativo de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo. A partir do objectivo geral, formulamos os seguintes objectivos específicos:

- ✓ Caracterizar a (in) visibilidade da mulher e as relações de género, na sociedade;
- ✓ Verificar a influência do Banco Mundial, ONU Mulheres e a Organização Mundial do Turismo (OMT), no âmbito internacional, sobre a igualdade de género, na prática de actividades turísticas;
- ✓ Descrever a perspectiva histórica e sociológica da (in) visibilidade da mulher e as relações de género, em Moçambique;
- ✓ Identificar a participação da mulher na prática de actividades turísticas, no distrito de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo;
- ✓ Avaliar o papel da mulher no desenvolvimento comunitário, através das actividades turísticas, no distrito de Jangamo.

Quanto às hipóteses da tese, formula-se a seguinte resposta hipotética que surge das seis questões de pesquisa levantadas:

**Hipótese 1:** A (in)visibilidade da mulher, na prática de actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário, no posto administrativo de Jangamo, tem uma relação significativa com barreiras socioculturais.

**Hipótese 2:** A (in)visibilidade da mulher na prática das actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário no posto administrativo de Jangamo, tem uma relação significativa com políticas baseadas em princípios gerais de igualdade de oportunidades.

**Hipótese 3:** A (in)visibilidade da mulher na prática das actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário no posto administrativo de Jangamo, tem uma relação significativa com barreiras institucionais.

### **1.5.METODOLOGIA**

Metodologia é a estratégia geral ou modelo operacional para conduzir pesquisa: um plano que contém uma organização lógica e as direcções para responder a uma questão de pesquisa. Ela molda como os métodos são usados, mas não determina os dados necessários, como esses dados devem ser colectados ou como devem ser analisados. (HYLAND, K, 2016).<sup>11</sup>

O trabalho compreendeu três etapas: a primeira foi a escolha do tema e da área de estudo, que culminou com a elaboração do projecto deste trabalho; a segunda cingiu-se a um estudo aprofundado das abordagens teóricas respeitantes à (in) visibilidade da mulher em Moçambique, com enfoque na prática das actividades turísticas, que culminou com a recolha de fontes bibliográficas nas bibliotecas e, como forma de enriquecimento do trabalho, recorreu-se igualmente a fontes digitais.

A recolha de dados foi mediante um questionário estruturado, entrevistas a indivíduos de 15 anos e mais; a mesma foi conduzida pela pesquisadora deste estudo e por uma equipa por si dirigida e coordenada; a terceira etapa foi a criação de uma base de dados, a partir de um questionário estruturado, produzido para esse estudo, recolhido nas duas localidades do posto administrativo de Jangamo (localidade de Jangamo Sede e Ligogo); a quarta etapa foi a análise da base de dados (BD), feita após a recolha dos mesmos. Esta recolha teve como recurso o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), através de estatísticas

---

<sup>11</sup> HYLAND, K, 2016 <https://ueaeprints.uea.ac.uk>

paramétricas e não paramétricas (análise qualitativa), discussão dos dados e posterior cruzamento dos resultados das análises de dados estatísticos, com as teorias encontradas nas abordagens teóricas.

Referir que a tese foi escrita de modo que cada capítulo assumia características de artigo científico, tendo a seguinte estrutura: introdução, método, discussões e considerações parciais; no entanto, todos estão vinculados ao objectivo geral da tese.

### **1.5.1. Tipo de pesquisa**

O trabalho teve a sua ancoragem na pesquisa mista, porque abrangeu dois tipos de pesquisa, nomeadamente: a pesquisa quantitativa<sup>12</sup> e a pesquisa qualitativa<sup>13</sup>. Porém, diferentes vertentes do pensamento científico alicerçam o desenvolvimento metodológico da pesquisa científica que têm apontado distintas visões sobre a complementaridade ou não da abordagem quantitativa e qualitativa na definição metodológica do estudo científico (Khun, 2000).

Para alcançar uma amostra que seja abrangente, representativa e estatisticamente significativa, de indivíduos economicamente activos (com 15 anos e mais), nas duas localidades do posto administrativo de Jangamo (localidade de Jangamo Sede e Ligogo) e por meio de avaliações estatísticas, generalizar as tendências encontradas numa pequena parte de indivíduos economicamente activos (amostra) e, para todos os indivíduos economicamente activos, usou-se o método de pesquisa quantitativa.

Nesse aspecto, contamos com o apoio técnico de um estaticista, especializado em técnicas de produção de instrumentos de recolha de dados. É importante aclarar que também usámos dados das estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e, para sustentar a abordagem qualitativa do estudo, recorreremos à entrevista semi-estruturada, mediante um questionário produzido pela autora do estudo:

*Entrevista semi-estruturada é um método de colecta de dados no qual as questões são elaboradas e respondidas verbalmente. Consiste numa interacção organizada que permite ao entrevistador obter as informações desejadas.*

---

<sup>12</sup> Pesquisa quantitativa é a que considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Tal tipo de pesquisa requer o uso de recursos e técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc), (Lundin, 2016).

<sup>13</sup> Pesquisa qualitativa considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, absolutos ou percentuais. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos de técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte directa para a recolha de dados e o pesquisador é o instrumento chave. Esta pesquisa é descritiva, (Lundin, 2016).

*De acordo com Manzini (1990/1991), a entrevista semi-estruturada concentra-se num tema específico para o qual um roteiro com questões principais é elaborado, complementado por outras questões pertinentes às circunstâncias específicas da entrevista. O autor destaca que esse tipo de entrevista permite uma divulgação mais livre de informações, com respostas não limitadas a alternativas padronizadas.*

Recorremos à pesquisa qualitativa, com o objectivo de interpretar os fenómenos observados nas teorias sobre o tema em estudo e verificar o contexto teórico, sobre a (in)visibilidade da mulher na prática de actividade turística, através das leituras bibliográficas e pesquisas virtuais, adjacentes à área de estudo. Para Lakatos & Marconi (2003), técnica de pesquisa é o conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência na obtenção dos seus propósitos. Portanto, na metodologia qualitativa, foram usadas, neste trabalho, as seguintes técnicas:

***Técnica Bibliográfica** - Técnica bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2003), fundamenta-se na utilização de material publicado, constituído basicamente de livros, artigos periódicos e informações disponibilizados na internet.*

***Técnica Documental** - Esta técnica é constituída de materiais que não receberam tratamento analítico, como legislação diversa (Lakatos e Marconi, 2003). Oliveira (2007:70) corrobora com Lakatos e Marconi, dizendo que, na técnica documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico.*

### **1.5.2. Definição da amostra do estudo**

O estudo foi realizado junto de uma amostra de agregados familiares em duas localidades costeiras em referência. Realizámos amostragem probabilística em duas etapas de selecção. A amostra do presente estudo é um conjunto de indivíduos que vive em agregados familiares, conforme referido anteriormente, dentro da mesma área de estudo.

### **1.5.3. Universo e base de amostragem do estudo**

A amostra do estudo abrangeu indivíduos seleccionados de alguns agregados familiares que se encontram nas áreas de enumeração, seleccionadas aleatoriamente. O universo do estudo é a globalidade de indivíduos de 15 anos e mais, residentes em agregados familiares nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo. A tabela 1 mostra o tamanho do universo de agregados

familiares e da população economicamente activa na área de estudo, que são os indivíduos de 15 e mais anos de idade, discriminados por sexo, segundo o Censo 2017, realizado pelo INE.

Portanto, o estudo abrangeu cerca de 8677 agregados familiares, residentes em habitações particulares, dos quais 4.430 residentes em Ligogo e 4.247 em Jangamo Sede. Através da mesma tabela, podemos constatar que, na área de estudo, há cerca de 19.811 indivíduos de 15 anos, sendo que a maior parte é do sexo feminino, com cerca de 11.499 e do sexo masculino, cerca de 8312, o que corresponde a 58,04% e 41,96%, respectivamente. A localidade de Ligogo apresenta o maior número de população-alvo e de famílias. Segundo os dados do INE, essa população vive em 91, áreas de enumeração (AE), 46 áreas estão em Jangamo Sede e 45 em Ligogo.

**Tabela 1: Tamanho do Universo**

Posto Administrativo	Localidades	Número de famílias (Censo 2017)			População economicamente activa (15+ anos) censo 2017			Número de AEs
		Urbana	Rural	Total	Homens	Mulheres	Total	
Jangamo	Jangamo Sede	0	4247	4247	4291	5501	9792	46
	Ligogo	0	4430	4430	4021	5998	10019	45
		<b>0</b>	<b>8677</b>	<b>8677</b>	<b>8312</b>	<b>11499</b>	<b>19811</b>	<b>91</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

#### 1.5.4. Estudo probabilístico

Monteiro (2012), ao referenciar Fonseca e Martins (1996), afirmou que os métodos de amostragem probabilística demandam que cada membro da população tenha uma probabilidade única de selecção, não nula (0). Tipicamente, essas probabilidades são homogéneas. Assim, se N representa o tamanho do universo, a probabilidade de seleccionar cada unidade é de  $1/N$ . Tais abordagens garantem, de modo científico, a aplicação de técnicas estatísticas de inferência, conforme almejado neste estudo. Apenas por meio de amostragens probabilísticas, se torna possível realizar inferências ou generalizações sobre a população, obtida da amostra, particularmente nas duas localidades do posto administrativo -Jangamo Sede e Ligogo -, enquadradas neste contexto.

Conclusivamente, em termos estatísticos, espera-se que os desfechos desta investigação sejam fiáveis em 95% de confiança, com uma precisão máxima de 0.05, permitindo, com isso,

tirar conclusões ou fazer induções apenas para as duas localidades do posto administrativo (Jangamo Sede e Ligogo), com os dados obtidos da amostra resultante deste estudo.

#### **1.5.5. Probabilidade de inclusão das unidades populacionais**

Neste trabalho, deduzimos as probabilidades de inclusão, recorrendo ao paralelismo com a Sondagem Aleatória Simples dos elementos da população. A compreensão deste paralelismo é facilitada tomando em conta que, facilita na tiragem geral com probabilidades iguais à unidade considerada, é o indivíduo da população e, no caso da tiragem com probabilidades iguais de áreas de enumeração, é a unidade de selecção.

#### **1.5.6. Tamanho da amostra**

Em geral, a dimensão da amostra depende do nível de precisão requerido para as estimativas mais importantes de um inquérito (ou estudo por amostragem) em relação ao domínio de análise. O erro da amostra e o coeficiente de variação têm uma relação inversa à dimensão da amostra. Ao mesmo tempo, uma dimensão da amostra muito grande torna-se difícil de controlar e podem-se aumentar os erros não amostrais. A exactidão das estimativas de estudo por amostragem depende de ambos os tipos de erros – amostrais e não-amostrais. Portanto, é importante que a dimensão da amostra seja prática de manear, e que haja um bom sistema de controlo de qualidade em toda a operação desse estudo.

Para a presente tese, os resultados são fiáveis ao nível de 95%, sendo que a estimativa máxima do erro absoluto é de 5% e sua representatividade é para as duas localidades do posto administrativo de Jangamo (Jangamo Sede e Ligogo), segundo os objectivos do mesmo.

Segundo Crespo (1998) “A dimensão da amostra depende também da variabilidade da característica em estudo na população. Se os elementos da população forem relativamente homogéneos, a dimensão da amostra pode ser pequena; mas, para uma mesma população muito heterogénea, a amostra deve ser maior”. Outra consideração tida em conta, para determinar a dimensão e distribuição da amostra, é o número de agregados familiares a seleccionar dentro de cada conglomerado. No presente estudo, foram seleccionadas 16 famílias em cada conglomerado escolhido.

A tese teve um único período de recolha de dados; portanto, o tamanho da amostra deste estudo foi calculado de forma que a mesma fosse representativa, nesse período e teve uma precisão aceitável, dentro do recomendado. A maior parte das estimativas desta pesquisa está apresentada em forma de percentagens, taxas, razões ou proporções. Considerando a amostragem aleatória simples, a dimensão inicial, obtém-se pelas fórmulas:

Onde:

$n_0$  = Tamanho inicial da amostra usando a amostragem simples;

Z = Intervalo de confiança (IC 95 % = 1,96);

P = 0.500 (Estimativa de mulheres na actividade turística, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo);

(1P) = 0.500 (Estimativa de mulheres fora da actividade turística, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo);

e = Margem de erro (recomendado fixado em 0,05 para equilibrar a realidade de pesquisa de custos com a precisão das estimativas);

TR = Taxa de resposta (fixada em 90%);

$n_1$  = Tamanho da amostra com taxa de resposta.

Esta é a dimensão da amostra considerada suficiente (por vezes mais do que suficiente) para conseguir a precisão e o nível de confiança desejados. Fazendo  $Z = 1.96$  para um intervalo de confiança de 95% e 0,05 de precisão absoluta, com o valor de  $P = 0.500$  e  $Q = 0.500$  e com uma variância de 0.2500, temos, em média, 384 agregados familiares (AF), ou seja, para as duas localidades em estudo, com uma variação de  $365 < n_0 < 403$ , e uma precisão estimada que varia de  $0.051298 < e < 0.04879$ .

Para melhorar a amostra, houve necessidade de considerar outra medida estatística, que é a taxa de resposta baseada em estudos de agregados familiares, usado pelo Instituto Nacional de Estatística. em estudo de agregados familiares. Essa medida estatística também inclui as possíveis perdas e, nesse contexto, como mencionado anteriormente, foi aplicada uma taxa de resposta de 90%, o que culminou com uma amostra de 427 AF com uma variação de  $407 < n_1 < 447$  e uma margem de erro entre  $0.048601 < e < 0.046348$ . De tal forma que em cada AE seleccionada, foram visitados 16 agregados familiares (AF). Em toda a área de estudo, foram visitadas 27 áreas de enumeração; portanto, nestas condições, esperava-se uma amostra final

de 432 AF com uma precisão de 4,7%, dentro dos parâmetros calculados. A tabela 2 mostra a distribuição do tamanho da amostra de agregados familiares esperados por cada localidade do estudo do posto administrativo em análise no estudo.

**Tabela 2: Tamanho da amostra e sua distribuição o domínio de análise.**

Posto Administrativo	Localidades	Nº de famílias (Censo 2017)			Probabilidade e de inclusão das famílias	Nº de famílias esperadas na amostra
		Urbana	Rural	Total		
Jangamo	Jangamo Sede	0	4247	4247	0.489	211
	Ligogo	0	4430	4430	0.511	221
<b>Total</b>	-----	<b>0</b>	<b>8677</b>	<b>8677</b>	<b>1.00</b>	<b>432</b>

Fonte: Autora do estudo,2023

A tabela 3 exhibe a distribuição da amostra do presente estudo, ajustada ao número de agregados familiares que foram seleccionados e visitados em cada conglomerado. Nele, podemos constatar que, na localidade de Jangamo Sede, foram seleccionadas e visitadas 208 famílias em 13 conglomerados e, na localidade de Ligogo, foram seleccionadas e visitadas 224 famílias em 14 conglomerados. Portanto, em toda área de estudo foram seleccionadas e visitadas 432 famílias em 27 conglomerados.

**Tabela 3: Distribuição das famílias na área do estudo**

Posto Administrativo	Localidades	Nº de Famílias esperado na amostra	Nº de Famílias por Conglomerado	Nº Conglomerados esperados na amostra	Nº de Famílias ajustado
Jangamo	Jangamo Sede	211	16	13	208
	Ligogo	221	16	14	224
<b>Total</b>	-----	<b>432</b>	----	<b>27</b>	<b>432</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

A tabela 4 mostra o número de indivíduos economicamente activos, onde se pode constatar que foram entrevistados um total de 864, sendo 432 mulheres e 432 homens, o que se equipara a 50% para ambos os géneros. A localidade de Ligogo apresenta a maior quantidade de indivíduos economicamente activos, com 448, sendo 50% para cada género, e Jangamo Sede 416 indivíduos economicamente activos, sendo 50% para cada género. A distribuição da amostra para cada localidade teve em conta a estrutura da população-alvo do estudo.

**Tabela 4: Distribuição de indivíduos economicamente activos na amostra do estudo por sexo.**

<b>Posto Administrativo</b>	<b>Localidades</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Nº de Mulheres</b>	<b>Nº de Homens</b>	<b>Total</b>
Jangamo	Jangamo Sede	208	208	208	<b>416</b>
	Ligogo	224	224	224	<b>448</b>
<b>Total</b>	-----	<b>432</b>	<b>432</b>	<b>432</b>	<b>864</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

### **1.5.7. Etapas de selecção de unidades amostrais**

As unidades amostrais obedecem a três momentos, conforme se descreve a seguir:

*Na primeira etapa* – A população foi dividida em unidades primárias exaustivas e mutuamente exclusivas, chamados conglomerados, feita pelo INE para efeito de produção estatística, e foram seleccionadas algumas dessas áreas de enumeração com probabilidade proporcional ao número de famílias existentes nas duas localidades do posto administrativo de Jangamo (Jangamo Sede e Ligogo).

*Na segunda etapa* – Dentro cada conglomerado seleccionado na etapa anterior, seleccionámos sistematicamente os agregados familiares com uma probabilidade conhecida e diferente de zero para pertencer à amostra. Dentro do conglomerado, os 16 agregados familiares foram seleccionados com a mesma probabilidade mediante a tabela de selecção de famílias que foi produzida para o efeito (anexo 2). Os agregados familiares dentro do mesmo conglomerado têm a mesma probabilidade de pertencer à amostra.

*Na terceira etapa* – Em cada um dos agregados familiares seleccionados na segunda etapa, foram escolhidos, sistematicamente, dois indivíduos de 15 anos e mais, sendo um do sexo feminino e um de sexo masculino (anexo 3). Essa selecção foi feita mediante uma tabela de selecção de indivíduos elegíveis, produzida especificamente para este estudo, que permitiu uma melhor avaliação comparativa do contributo da mulher na actividade turística nas duas localidades do posto administrativo de Jangamo (Jangamo Sede e Ligogo).

## **1.6. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO**

O capítulo 1 perfaz a parte introdutória da tese, aborda a aproximação do objecto de estudo, descrevendo o roteiro percorrido pelo pesquisador, antes e durante a sua formação ao nível de Pós-graduação (Mestrado), bem como na actividade profissional como gestora administrativa envolvida em actividades de planificação e orçamentação na óptica de género.

Além do acima descrito, o capítulo apresenta justificativa, questões, objectivos e hipóteses académicas baseados na revisão da literatura no âmbito internacional e nacional sobre a (in) visibilidade da mulher face a actividades turísticas. Igualmente, engloba as técnicas metodológicas que suportam a tese e a organização da mesma.

O capítulo 2 apresenta a taxa de resposta e estatística descritiva do estudo. Este expõe a taxa de cobertura do estudo, a taxa de resposta e as estatísticas descritivas.

O capítulo 3 dedica-se a analisar a (in)visibilidade da mulher e as relações de género na sociedade, dando um enfoque aos espaços sociais, culturais e profissionais. Aborda, ainda, as diferentes teorias de género, conceitos e a evolução das relações de género.

Recorrendo à análise qualitativa, tem como procedimento a revisão da literatura, bibliográfica e documental, sobre as discussões dos avanços mundiais e das abordagens apresentadas em Moçambique, rumo à igualdade de género.

O capítulo 4 procura perceber as influências do Banco Mundial, ONU Mulheres e a Organização Mundial do Turismo, no âmbito internacional e nacional, nas questões de igualdade de género e na prática de actividades turísticas. O capítulo compõe-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza exploratória e tem como procedimento, teórico-metodológico a pesquisa comparada (Lundin, 2016).

Com base na análise qualitativa, assume como procedimento, a revisão de literatura e os relatórios que demonstram as actividades realizadas pelas instituições acima citadas, visando o apoio ao desenvolvimento de mecanismos, que visam a igualdade de género na prática de actividades turísticas em Moçambique.

O capítulo 5 retrata a perspectiva histórica e sociológica das políticas e estratégias em face à (in)visibilidade da mulher e às relações de género em Moçambique, ancorada no pensamento de Axel Honneth. Analisa também os planos quinquenais, estratégicos e operacionais na componente promoção da igualdade de género.

Este capítulo discorre o esforço de Moçambique para adequar as metas globais à realidade do país, tendo em conta a situação em que se encontra no tocante à desigualdade de género. Para o efeito, utiliza como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental.

O capítulo 6 descreve a participação da mulher na prática de actividades turísticas em Moçambique e seus benefícios para as comunidades acolhedoras. Demonstra, também, a (in) visibilidade da mulher na prática de actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo.

No tocante à teoria e método, utiliza a pesquisa mista, porque abrangeu dois tipos de pesquisa, nomeadamente, a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa, suportadas pelas técnicas bibliográfica e documental. A pesquisa qualitativa interpreta os fenómenos observados nas teorias sobre o tema em estudo e verifica o contexto teórico sobre a (in) visibilidade da mulher na prática de actividade turística, através das leituras bibliográficas e pesquisas virtuais adjacentes à área de estudo.

Quanto à pesquisa quantitativa, a amostra foi definida em famílias de duas localidades costeiras em referência, com base em amostragem probabilística em duas etapas de selecção e abrangeu indivíduos escolhidos nalgumas famílias que se encontram nas áreas de enumeração seleccionadas aleatoriamente.

O universo do estudo é a globalidade de indivíduos de 15 anos e mais, residentes em famílias, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo. Envolve cerca de 8677 famílias residentes em habitações particulares, sendo 4.430 famílias em Ligogo e 4.247 em Jangamo Sede. Assim, entrevistou-se um total de 864 indivíduos, sendo 432 mulheres e 432 homens. A localidade de Ligogo tem o maior número de indivíduos economicamente activos (448), sendo 50% para

cada género, e a localidade de Jangamo Sede 416, sendo também 50% para cada género. A distribuição da amostra para cada localidade teve em conta a estrutura da população-alvo desse estudo. Por fim, apresenta as considerações parciais da pesquisa.

## CAPÍTULO 2

### 2.0 TAXA DE RESPOSTA E ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO ESTUDO

#### 2.1 Taxa de cobertura do estudo

Nesse estudo, a taxa de cobertura é um indicador que mede a percentagem da cobertura de conglomerados e agregados familiares previstos e alcançados, ou seja, que relaciona o número alcançado, assim como o número de agregados familiares previstos e alcançados no período de coleta de dados do estudo (7 dias).

Esperava-se visitar 27 áreas de enumeração, para a área de estudo, das quais 13 conglomerados na localidade de Jangamo Sede e 14 na localidade de Ligogo. Durante o processo da recolha de informação, todos os conglomerados foram visitados pela autora do estudo, atingindo uma cobertura de 100% em ambas as localidades. (Tabela 5).

**Tabela 5: Taxa de cobertura das áreas de enumeração do estudo**

<b>Localidades</b>	<b>Nº Conglomerados esperados na amostra</b>	<b>Nº Conglomerados visitados</b>	<b>Taxa de cobertura das AEs</b>
Jangamo Sede	<b>13</b>	13	100.0
Ligogo	<b>14</b>	14	100.0
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Autora do estudo,2023

No estudo, esperava-se visitar 432 agregados familiares, dos quais 208 na localidade de Jangamo Sede e 224 na localidade de Ligogo, conforme descrito na metodologia desse estudo (Tabela 6). Durante a fase de colecta de dados, todos os agregados familiares previstos nas referidas localidades foram seleccionados sistematicamente e visitados; portanto, o estudo atingiu uma cobertura de 100% de agregados familiares em ambas as localidades.

**Tabela 6: Taxa de Cobertura dos agregados familiares do estudo**

<b>Localidades</b>	<b>Nº de Famílias ajustado</b>	<b>Nº de Famílias entrevistado</b>	<b>Taxa de cobertura das AFs</b>
Jangamo Sede	<b>208</b>	208	100.0
Ligogo	<b>224</b>	224	100.0
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>432</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Autora do estudo,2023

## **2.2 Taxa de resposta do estudo**

Neste estudo, a taxa de resposta é um indicador que calcula a proporção de pessoas com idade economicamente ativa, a partir dos 15 anos de idade, que foram previstas para participar, em relação às pessoas com idade economicamente ativa a partir dos 15 anos que foram alcançadas ou entrevistadas.

No tocante à taxa de resposta individual, o estudo previa entrevistar 864 indivíduos economicamente activos, com 15 e mais anos de idade, sendo 416 para a localidade de Jangamo Sede e 448 para a localidade de Ligogo. Destes, 229 indivíduos, o que corresponde a 55.0%, foram entrevistados na localidade de Jangamo Sede e 254, correspondente a 56.7%, na localidade de Ligogo. A taxa de resposta individual desse estudo é de 55.9% (Tabela 7). Com as taxas de respostas, podemos analisar as tendências dos indicadores obtidos; portanto, podemos produzir indicadores para o nível do agregado familiar, visto que este apresenta uma taxa de 100%, conforme ilustra a Tabela 6, ou seja, todos os agregados familiares previstos foram visitados.

**Tabela 7: Taxa de resposta individual do estudo**

<b>Localidades</b>	<b>Número de Indivíduos de 15 e mais anos de idade esperados na amostra</b>	<b>Número de Indivíduos de 15 e mais anos de idade entrevistados</b>	<b>Taxa de resposta de Indivíduos de 15 e mais anos de idade</b>
Jangamo Sede	<b>416</b>	229	55.0
Ligogo	<b>448</b>	254	56.7
<b>Total</b>	<b>864</b>	<b>483</b>	<b>55.9</b>

Fonte: Autora do estudo,2023

A ideia de entrevistar 2 indivíduos economicamente activos, com 15 e mais anos de idade, era para permitir a comparabilidade dos resultados no que concerne aos sexos masculino e feminino em agregados familiares seleccionados para amostra sobre o tema em análise. Sucede que, nalguns agregados familiares, não foram encontrados dois indivíduos economicamente activos com 15 e mais anos de idade.

Nesse contexto, os dados foram ajustados para os 483 indivíduos economicamente activos com 15 e mais anos de idade, que foram encontrados nos agregados familiares. Com esse tamanho da amostra, garantiu-se uma precisão ainda maior do que estava previsto, tendo passado de 0.04743 para 0.04459. Infelizmente, os dados não permitiram fazer a análise paralela entre ambos os sexos e optou-se por uma análise generalizada e de forma agregada para os indivíduos de 15 e mais anos de idade, das localidades de Jangamo Sede e Ligogo.

A amostra da parte quantitativa do estudo é probabilística e representativa a nível do agregado familiar. Por essa razão, os dados foram ponderados, para permitir a inferência estatística, ou seja, os dados podem ser extrapolados para a população-alvo do estudo, que são todos os indivíduos economicamente activos, com 15 anos ou mais, o que quer dizer que as conclusões tiradas do estudo podem ser generalizadas para todos os indivíduos de 15 e mais anos de idade, residentes em Jangamo Sede e Ligogo. O nível de precisão estimado e alcançado no estudo é fiável a 95% de confiança e a margem de erro é de 4,459%.

### **2.3 Estatísticas descritivas**

Após a colecta de dados via tablete, com recurso ao sistema operativo *android*, no aplicativo CSEntre, um técnico informático especializado baixou a Base de Dados (BD) no formato SPSS. O processo seguinte foi da análise descritiva dos dados e recorreu-se às estatísticas descritivas para se ter uma visão geral dos dados observados no campo.

Nesse contexto, usaram-se as estatísticas da frequência e da percentagem para as variáveis qualitativas, nomeadamente, sexo, nível de escolaridade, estado civil, religião, local de proveniência, chefe do agregado familiar e prática de actividade turística (tabela e gráficos).

A estatística descritiva marca o ponto de partida na descrição e análise de dados observados.

Em Jangamo Sede e Ligogo, foram entrevistados 483 indivíduos economicamente activos, de 15 e mais anos de idade, dos quais 154 são homens, 31.9%, e 329 mulheres, correspondente a 68.1%. (Tabela 8).

**Tabela 8: Diminuição de frequência de sexo dos entrevistados**

Sexo	Frequência	Percentagem
Masculino	154	31.9
Feminino	329	68.1
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>100</b>

Fonte: Autora do estudo,2023

A maioria dos entrevistados têm o nível primário do primeiro grau, seguido de nível primário do segundo grau, respectivamente, 140 e 97 indivíduos, com 15 e mais anos de idade, o que equivale a 29.0% e 20.1%. (Tabela 9).

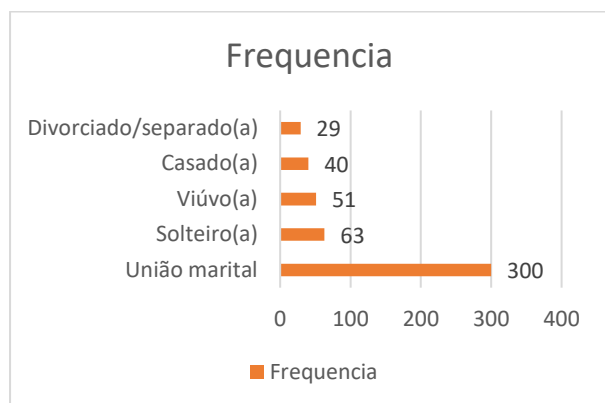
**Tabela 9: Distribuição percentual de indivíduos de 15 anos e mais, de entrevistados em Jangamo Sede e Ligogo por nível de escolaridade, 2022**

Nível de escolaridade	Percentagem	n
Pré-escolar	3.5	17
Alfabetização	2.5	12
Primário EP1	29	140
Primário EP2	20.1	97
Secundário ESG1	12.6	61
Secundário ESG2	5.6	27
Técnico elementar	0.2	1
Técnico básico	0.2	1
Técnico médio	0.2	1
Licenciatura	0.6	3
Não sabe	25.5	123
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>483</b>

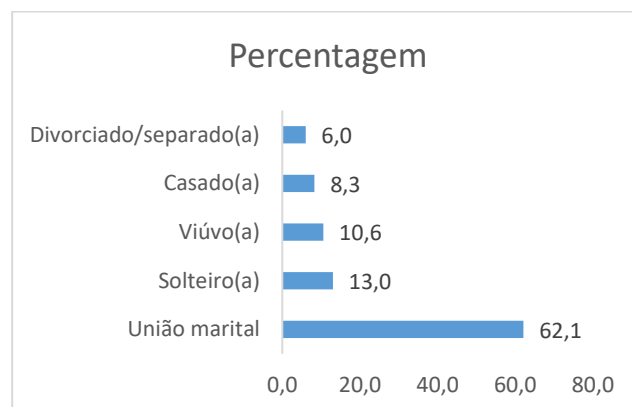
Fonte: Autora do estudo,2023

Quanto ao estado civil dos participantes da pesquisa, a maioria está em união marital, totalizando 300 entrevistados, o que representa 62.1% do total (ver Gráfico 1). Os solteiros compõem o segundo maior grupo, com 62 indivíduos, correspondendo a 13.0% (ver Gráfico 1). Apenas 20 entrevistados estão divorciados ou separados, o que equivale a 6.0% do total de entrevistados (ver Gráfico 2).

**Gráfico 1: Distribuição de frequência de estado civil dos entrevistados**



**Gráfico 2: Distribuição percentual de estado civil dos entrevistados**



A maior parte dos entrevistados são protestantes (287 indivíduos de 15 e mais anos de idade, o que corresponde a 59.4%), seguindo-se 146 da religião cristã, correspondente a 30,2% (Tabela 10).

**Tabela 10: Distribuição percentual de indivíduos de 15 anos e mais de entrevistados em Jangamo Sede e Ligogo por religião, 2022**

Religião	Porcentagem	n
Cristã	30.2	146
Protestante	59.4	287
Islâmica	0.6	3
Nenhuma	2.7	13
Outra	7	34
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>483</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

A tabela 11 mostra que, nesse estudo, foram entrevistados 482 indivíduos economicamente activos de 15 e mais anos de idade, sendo que 229 (47.4%), são residentes em Jangamo Sede e Ligogo; 254 indivíduos economicamente activos, de 15 e mais anos de idade, ou seja, a maioria dos entrevistados que vivem em Jangamo Sede e Ligogo é proveniente de outros locais do distrito ou da província de Inhambane ou até mesmo do resto do país (cerca de 52.6%).

**Tabela 11: Diminuição de frequência do lugar de proveniência dos entrevistados**

<b>Nativo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Sim	229	47.4
Não	254	52.6
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>100</b>

Fonte: Autora do estudo,2023

A tabela 12 mostra que a maioria dos indivíduos são chefes de agregados familiares (278, o que corresponde 57.6%) e 205 são membros do agregado familiar, o que equivale a 42.5% dos entrevistados.

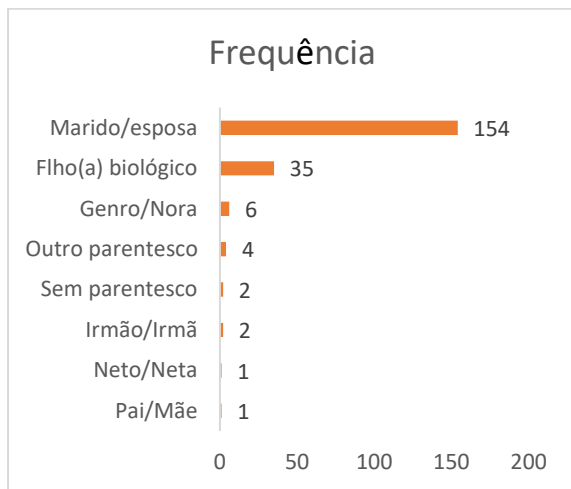
**Tabela 12: Distribuição de frequência de chefe de agregados familiares entrevistados**

<b>Chefe do agregado familiar</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Sim	278	57.6
Não	205	42.4
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>100</b>

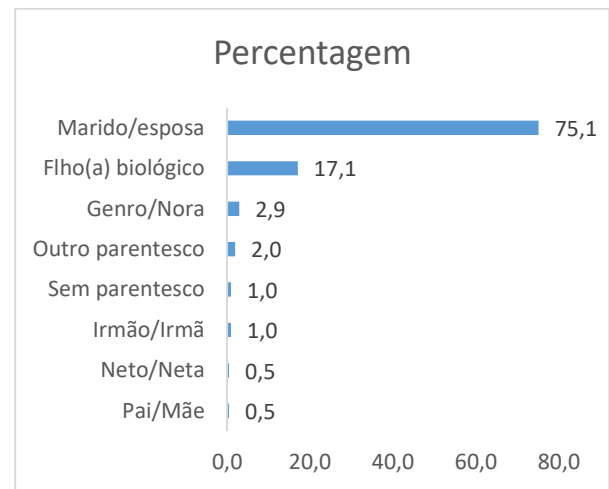
Fonte: Autora do estudo,2023

O Gráfico 3 revela que, dos 205 entrevistados que não são chefes de família, a maioria são cônjuges do chefe do agregado familiar, totalizando 154 entrevistados (Gráfico 3), o que representa 75.1% do total (Gráfico 4). Em segundo lugar, os filhos biológicos do chefe do agregado familiar totalizam 35 entrevistados (Gráfico 3), equivalendo a 17.1% (Gráfico 4).

**Gráfico 3: Distribuição de frequência da relação de parentesco dos entrevistados com o chefe do agregado familiar**



**Gráfico 4: Distribuição de percentual da relação de parentesco dos entrevistados com o chefe do agregado familiar**



No estudo foram entrevistados 483 indivíduos com 15 e mais anos de idade, residentes em agregados familiares seleccionados aleatoriamente. A maior parte não pratica actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo, (383, ou seja, 79.3% ) mas têm alguma opinião sobre a actividade turística das mulheres no local, assim como se beneficiam de forma directa ou indirecta dessa actividade. Portanto, 100 indivíduos (20,70%) com 15 e mais anos de idade, que foram entrevistados nesse estudo, praticam actividades turísticas, em Jangamo Sede e Ligogo. (Tabela 13).

**Tabela 13: Distribuição de frequência indivíduos de 15 e mais anos entrevistados, que praticam actividade turística**

<b>Actividade Turística</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Sim	100.0	20.7
Não	383.0	79.3
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>100</b>

Fonte: Autora do estudo,2023

## **CAPÍTULO 3**

### **3.0 A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER E AS RELAÇÕES DE GÉNERO NA SOCIEDADE**

#### **3.1. INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, realiza-se uma análise focalizada na percepção da presença ou ausência da mulher e nas dinâmicas de género na sociedade, com uma atenção especial voltada para os contextos sociais, culturais e profissionais. São exploradas diversas correntes teóricas sobre género, conceituações e o desenvolvimento histórico das interações de género.

Procura-se compreender: O que é ser (in)visível? O que leva à (in)visibilidade social? Que os aspectos e factores podem estar por detrás da (in)visibilidade da mulher e das relações de género? Quais os movimentos de pressão que foram surgindo ao longo dos tempos, para que esta condição de sujeito passivo e subalterno da mulher é vista na sociedade possa ser revertida?

O capítulo também traz uma visão sobre o lugar da mulher, em Moçambique, e as pressões por ela exercidas, quer sejam organizadas em movimentos sociais de natureza reivindicativa quer na componente académica, através de pesquisas atinentes à igualdade de género. Também aborda alguns ganhos alcançados no concernente à importância da escolarização da rapariga, saúde, participação da mulher em espaços públicos e assistência social. Apresenta os desafios persistentes para promover a igualdade de género em Moçambique, no que tange à importância da contabilização do contributo da mulher como sujeito activo e indispensável no desenvolvimento da sociedade em que está inserida.

#### **3.2. (IN)VISIBILIDADE SOCIAL**

Para se discutir a (in) visibilidade social, é crucial compreender que, conforme os princípios da psicanálise clínica, essa condição refere-se à característica de um objecto não ser visualmente detectável, o que, no contexto humano, implica que a luz visível não seja absorvida ou reflectida pelo objecto em referência. No âmbito social, existem diversas manifestações de invisibilidade: económica, racial, sexual, etária, entre outras.<sup>14</sup> Nunes (2020) destaca que o termo e o conceito se têm tornado uma referência fundamental e significativa no âmbito sociológico, com diferentes

---

<sup>14</sup> <https://www.psicanaliseclinica.com/invisibilidade-social-significado-conceito-exemplos/>. Busca feita em Fevereiro de 2023.

abordagens que se fundamentam nas ferramentas da antropologia, psicologia social, ciência política, ética, literatura, artes visuais, fotografia, entre outros campos.

Baseando-se na teoria das crenças de Husserl, Tomás (2012) argumenta que a invisibilidade social surge da consciência primordial do ato de “não ver o outro”. Esse fenômeno é essencialmente subjetivo. Ao desdobrar eideticamente o conceito de invisibilidade social, sua essência revela-se na intersubjetividade. Considerando a intersubjetividade como a estrutura fundamental da invisibilidade social, identificamos uma interconexão entre o “não percebido” e os outros indivíduos, onde o “não percebido” é aquele que permanece invisível aos olhos daqueles ao seu redor, enquanto os indivíduos são compreendidos como consciências constituintes. A invisibilidade social depende (entre outros fatores) da percepção que os outros têm de mim. Se o outro não me percebe, é porque não faço parte da sua esfera de interação. No entanto, eu existo fisicamente, portanto, sou visível. A falta de percepção do outro é uma consequência de sua própria existência, da qual eu não faço parte.

No âmbito da invisibilidade social, Tomás (2012) examina o fenômeno da negação do reconhecimento por meio de uma análise hermenêutica, argumentando que a visão, como principal meio de conhecimento, é uma constante epistemológica desde tempos antigos. A crença tem um papel fundamental na percepção visual, de modo que a percepção do outro é moldada por uma visão pressuposta. Dessa forma, a imagem que formamos dos outros resulta da integração de estruturas mentais que organizam a consciência. É a recusa de ver que, na verdade, configura a alteridade invisível. Essa rejeição pode ser observada na negação do reconhecimento e na indiferença.

Conforme a análise de Ricoeur 2004, citado por Tomás, 2012 na sua obra "Parcours de la Reconnaissance", três vertentes são delineadas: a identificação do outro (seja objecto ou indivíduo), o reconhecimento do Eu e o reconhecimento mútuo. Para o filósofo, a essência do reconhecimento reside primordialmente na capacidade de distinguir, especialmente na discernência entre o verdadeiro e o falso. Assim, distinguir e identificar emergem como termos intrinsecamente interligados, formando uma díade verbal indissociável. Tratando-se da invisibilidade, é possível inferir que a ausência de reconhecimento equivale à incapacidade de identificar. Em termos mais precisos, o invisível é sinónimo do indistinguível. Tal argumento pressupõe que o sujeito não reconhecido, ou seja, o desconhecido, perpetuamente almejará o

reconhecimento. Dessa forma, a aplicação existencial do conceito de invisibilidade social demonstra-se altamente relevante.

Tomas, 2012 com referência a Hegel, Ricoeur delinea os três paradigmas fundamentais de reconhecimento como sendo o amor, o direito e a estima social. O primeiro desses paradigmas, o reconhecimento afectivo, manifesta-se de maneira palpável nas relações de cunho erótico, familiar e amistoso. Este estágio compreende o âmbito pré-jurídico do reconhecimento mútuo, no qual os primeiros embates conflituosos se desdobram numa esfera emocional, tal como aquela entre mãe e filho. A recusa desse reconhecimento culmina na privação do auto-respeito. O segundo paradigma, o reconhecimento jurídico, revela-se nos domínios dos direitos civis (que englobam a protecção individual), dos direitos políticos (que implicam a participação democrática) e dos direitos sociais (que concernem à distribuição equitativa dos recursos essenciais).

As primordiais contidas pelos direitos civis remontam ao século XVIII, enquanto os esforços pela conquista dos direitos políticos ganharam ímpeto no século XIX, sendo que os direitos sociais se revelaram particularmente problemáticos ao longo do século XX, conforme observado por Ricoeur. A negação dos direitos civis enseja na humilhação, a negação dos direitos políticos resulta em frustração e a negação dos direitos sociais se traduz em exclusão. A busca pelo reconhecimento emerge quando se alcança o estágio de indignação, transformando-se, então, numa luta pela dignidade humana.

O terceiro paradigma, a estima social, versa sobre a esfera ética da existência. "Os indivíduos avaliam o impacto das suas características na vida do outro a partir de valores e objectivos partilhados" (*ibid.*: 316). Desse modo, a identidade é moldada pelo reconhecimento ou pela sua ausência. Aqueles que são privados dessa percepção interiorizam representações negativas de si próprios. Quando a indignação assume a forma de uma vontade de reivindicação, ela adquire uma dimensão colectiva. (Tomás, 2012).

A invisibilidade social consolida-se quando pelo menos uma das modalidades de reconhecimento é negada a um indivíduo. Tal circunstância resulta na possível invisibilidade em âmbitos afectivos, jurídicos e/ou sociais. Consequentemente, a invisibilidade transcende a mera categorização social, transformando-se numa condição ou realidade que engendra o sentimento de "desprezo social" (Honneth, 2004). Em síntese, a autopercepção de cada indivíduo é moldada pela

avaliação dos outros. Quando alguém se percebe como invisível, experimenta a sensação de ausência de valor positivo tanto para os outros quanto para a sociedade. Ademais, é possível sustentar que a invisibilidade é percebida tanto em dimensões colectivas e sociais quanto em esferas individuais e psicológicas.

Neel, R., & Lassetter, B. (2019), no seu artigo sobre “O estigma da irrelevância percebida: uma teoria de administração de recursos da invisibilidade interpessoal”, propõem uma teoria da invisibilidade de gestão de recursos que se baseia em avanços empíricos e conceptuais recentes na pesquisa da invisibilidade e em trabalhos sobre preconceito e estigmatização.

Os autores constataram que pesquisas anteriores em psicologia, sociologia e outros campos invocaram o conceito de invisibilidade para descrever uma série de fenómenos relacionados ao estigma e estereótipos, de ter as palavras de alguém atribuídas a outra pessoa, ver poucas ou apenas representações culturais negativas do próprio grupo, experimentar estereótipos ou discriminação, ou a ser percebido como contribuindo pouco para um grupo social além de sua presença. Invisibilidade tem sido usado para se referir a um amplo conjunto de fenómenos.

Estes distinguem duas formas de invisibilidade: a invisibilidade representacional e a invisibilidade interpessoal. A invisibilidade representacional refere-se à falta de representação de um grupo nos domínios cultural, histórico, legal e político (Fryberg & Townsend, 2008; Purdie-Vaughns & Eibach, 2008; Schug, Alt, Lu, Gosin, & Fay, 2017). Por exemplo, a cultura popular pode incluir poucas representações dos nativos americanos (Fryberg & Townsend, 2008); as histórias dos movimentos de direitos civis dos negros americanos podem deixar de mencionar as contribuições de lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros (Purdie-Vaughns & Eibach, 2008); e revistas populares nos Estados Unidos podem apresentar menos imagens de homens asiáticos do que de mulheres asiáticas (Schug *et al.*, 2017).

Em cada um desses casos, os produtos culturais omitem, não representam e/ou não reconhecem um grupo ou membros específicos de um grupo. Em contraste, a invisibilidade interpessoal manifesta-se nas respostas dos observadores a alvos específicos – especificamente, desatenção, indiferença e negligência comportamental dos observadores em relação a pessoas específicas (em vez de produtos culturais que representam grupos inteiros). Por exemplo, quando as falas de uma mulher negra são atribuídas a terceiros (Sesko & Biernat, 2010), uma idosa deixa

de receber a atenção dos outros (Rodin, 1987), e um homem negro escapa da atenção de mulheres brancas que estão a pensar no parceiro romântico (Brown-Iannuzzi et al., 2014), elas são alvos de invisibilidade interpessoal. Por serem fenómenos distinguíveis, a invisibilidade interpessoal pode ser produzida por mecanismos diferentes da invisibilidade representacional.

Ainda conforme os estudos da invisibilidade, Sohi e Singh (2016), no seu trabalho sobre “Experimentando microagressão: invisibilidade, angústia e auto-estereotipagem entre nordestinos na Índia”, afirmam que os tempos actuais, as experiências de discriminação de vários grupos marginalizados tendem a ser caracterizadas por actos subtis de desrespeito e intolerância, além dos tradicionais e mais flagrantes incidentes de violência. Uma dessas manifestações mais recentes é a microagressão.

Esta pesquisa explorou o impacto da frequência de experimentar a invisibilidade (ou seja, sentir-se ignorado ou negligenciado devido à participação num grupo) no sofrimento entre os nordestinos residentes em Delhi. Além disso, foi investigado o papel da auto-estereotipagem individual como moderador na relação frequência-angústia da invisibilidade. A análise de moderação sugeriu um efeito moderador significativo da auto-estereotipagem individual na relação entre a frequência de experimentar os actos de invisibilidade e o sofrimento experimentado por nordestinos. Ou seja, vivenciar a invisibilidade causava angústia aos participantes que se viam como protótipos dos nordestinos. Curiosamente, a frequência de vivenciar a invisibilidade foi associada à angústia para todos os nordestinos, porém o tamanho dessa relação foi maior para os nordestinos que se viam como típicos do seu grupo.

Mohabeer (2021), no seu estudo sobre “Um método para analisar a invisibilidade: navegando na dissonância entre acordado e seguro”, sustenta que a falta de visibilidade está sempre ao nosso redor. As coisas comuns são visíveis não porque não podemos vê-las ou porque não importam, mas porque as tornamos rotineiras e esperadas. A construção multidimensional da invisibilidade que o autor traz oferece e adiciona uma lente adicional raciocinada e valiosa para considerar uma variedade de maneiras pelas quais podemos pensar sobre as negociações da presença no mundo social na intersecção de visão, poder, voz e afecto, enquanto viajam juntos através do tempo e do espaço e flutuam com a experiência.

O autor avança que invisibilidade pode ser desejável, e é quase contra-intuitiva. Pode-se supor que ser visto inverte a abjeção de ser invisível; mas, quando a invisibilidade é elevada para

além de uma simplificação do ver (ou não), surgem oportunidades para considerar outras possibilidades. Girard, 2013 e Latour 2010, citados por Mohabeer, 2021 demonstram de maneira útil que as invisibilidades “são feitas e reais; elas são construções e actores e constituem os esforços conjuntos de pessoas e processos par“regimes de invisibilidade”, conjuntos complexos de práticas, tecnologias, mediadores, conhecimentos e traduções.

Nunes (2020) destaca que, apesar do crescente reconhecimento do tema da invisibilidade social nos tempos recentes, a sua história e teoria ainda estão em processo de desenvolvimento. Entretanto, é possível identificar certos momentos, como marcos de inflexão no tratamento deste tema, no âmbito sociológico, a partir do término da década de 1980. Foi por meio do movimento feminista, que a questão da subvalorização do trabalho feminino, notadamente o trabalho doméstico, emergiu como tema relevante. Nunes, 2020 afirma que a socióloga norte-americana Arlene Kaplan Daniels (1930-2012) introduziu a expressão “trabalho invisível” em 1987, a qual foi retomada no ano subsequente na sua obra sobre carreiras invisíveis.

Conforme salienta Daniels: "Uma abordagem para destacar esse trabalho é evidenciar a sua execução, os esforços envolvidos e a avaliação monetária que receberia caso fosse transaccionado no mercado". A autora prossegue explicando que o trabalho doméstico "é privado; não se torna público além dos limites da família e sua execução é personalizada, variando conforme as preferências dos membros familiares. Nestas circunstâncias, é compreensível que tanto as mulheres quanto os próprios familiares não reconheçam integralmente alguns aspectos desse labor" (Nunes, 2020).

Ora, se a questão da invisibilidade social, em particular das mulheres, tem preocupado pesquisadores na perspectiva de que estas se tornem visíveis, entendemos que sua visibilidade poderá ser alcançada através do reconhecimento do contributo social tanto no domínio público quanto no domínio privado.

### 3.2.1. (In)visibilidade da mulher nos espaços socioculturais

A história invisibilizou o papel importante que as mulheres sempre tiveram na sociedade. Isabelle Anchieta<sup>15</sup>, na entrevista concedida a Leandro Karnal<sup>16</sup>, no seu canal de rede social *Youtube* “Prazer Karnal”, intitulada “Imagem da mulher na História no ano 2022”, ao responder à questão colocada por Karnal sobre: “Porque as sociedades mudam?” Respondeu defendendo que a história não é previsível e não está sob controlo de determinados grupos, por mais que eles tenham poder. Os sentimentos e as disputas por reconhecimento é que dão a ligação na sociedade.

Afirma que a primeira tentativa do ser humano foi o domínio da natureza e do sobrenatural através da ciência. De seguida, a sociedade procurou ter poder das relações intersubjectivas. É neste momento que surge o casamento e uma série de instituições sociais, com intenção de controlar as relações sociais e, por fim, o terceiro momento, que é o auto-controlo, em que os seres humanos vão tentar dominar os seus próprios sentimentos e o seu corpo.

Anchieta defende que tanto na idade média<sup>17</sup>, idade moderna<sup>18</sup> e idade contemporânea<sup>19</sup>, a sociedade teve problemas básicos com o feminino, porque sempre houve a tentativa de constranger as intuições naturais da mulher. Estes impedimentos são os factores que provavelmente tenham criado toda a reivindicação das mulheres pela ocupação de um espaço na sociedade.

A história das mulheres na sociedade revela que elas foram restringidas aos espaços privados, sendo encarregues dos cuidados dos maridos, filhos e familiares, mesmo que muitas fossem altamente produtivas. No entanto, frequentemente eram mantidas ocultas atrás de portas trancadas, instituições psiquiátricas, prisões ou até mesmo sob pseudónimos, já que muitas não podiam expressar livremente as suas ideias e opiniões.

---

<sup>15</sup> Isabelle Anchieta é autora da trilogia “Imagens da Mulher no Ocidente Moderno”/Edusp, vencedora do prêmio Abeu 2020. A professora é doutora em Sociologia pela USP, mestre em Comunicação Social e jornalista. Recebeu distinção acadêmica em sua defesa de tese pela USP; prêmio como jornalista cultural pelo Rumos Itaú Cultural e prêmio como “jovem socióloga brasileira” pela Associação Internacional de Sociologia (ISA), com apoio da Unesco. <http://isabelleanchieta.com/sobre/>. Busca efectuada em Janeiro de 2023.

<sup>16</sup> Leandro Karnal é historiador com especialização em História da América, doutor em História Social pela USP e pós-doutor pela UNAM, no México, e pelo CNRS, na França. Assim, sua formação une história cultural, antropologia e filosofia, e suas publicações abordam temas como ensino, filosofia, história, política e comportamento. É professor da Universidade Estadual de Campinas e membro de corpo editorial da Revista Brasileira de História. Também é professor convidado das pós-graduações do PUCRS Online. <https://online.pucrs.br/>. Busca efectuada em Janeiro de 2023.

<sup>17</sup> A Idade Média é o período da história que tem início em 476 e vai até a tomada de Constantinopla, pelos turcos otomanos, em 1453. Nesse período da história se destacam: Alta Idade Média; Feudalismo; Baixa Idade Média Cultura Medieval e Formação das Monarquias Nacionais.

<sup>18</sup> A Idade Moderna é o período da história que tem início em 1453 e vai até o ano de 1789, data da Revolução Francesa. Dentro desse período da história se destacam: Expansão Marítima Europeia; Revolução Comercial e o Mercantilismo; Colonialismo Europeu na América; Périplo Africano; Renascimento Cultural; Reforma Protestante e Contrarreforma; Absolutismo e Iluminismo.

<sup>19</sup> A Idade Contemporânea é estudada de 1789, época da Revolução Francesa, até os dias atuais. Dentro desse período, vários acontecimentos políticos, econômicos e sociais, receberam influência da Revolução Francesa, como: Revolução Industrial. <https://www.todamateria.com.br/divisao-da-historia>. Busca feita em fevereiro de 2023.

Essa marginalização das mulheres não é algo novo na história da humanidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, a mulher era considerada desprovida de um espírito público colectivo, devido à sua ausência em exércitos ou guerras. Independentemente de religião ou crença, a marginalização das mulheres, que contribuiu para a sua invisibilidade nos espaços sociais, sempre foi uma constante na sociedade. Essa invisibilidade deu origem a reivindicações por parte das mulheres, para ocuparem espaços públicos.

Lima (2014), no seu estudo sobre um movimento político-religioso recente, o feminismo islâmico, ressalta que, enquanto alguns líderes do islamismo insistiam no retorno das mulheres aos espaços domésticos, certas activistas desse movimento seguiam uma orientação ideológica e activista distinta. Nesse contexto, três gerações destacam-se como fontes de referência, mantendo-se dentro dos limites do islamismo e rejeitando o conceito de feminismo.

A primeira geração é personificada pela figura conservadora e adepta das tradições de Zainab Al-Ghazali (1917-2005), fundadora, em 1936, da Associação das Mulheres Muçulmanas (*Jamaa'at alSayyidaat al-Muslimaat*). Desde os anos 40 até o seu falecimento, ela foi integrante do grupo Irmãs Muçulmanas. Al-Ghazali delineava o papel da mulher na sociedade, sem qualquer veleidade feminista, abraçando predominantemente os discursos dos conservadores islamitas masculinos. Para ela, o papel feminino residia em nutrir os filhos como devotos praticantes da fé religiosa, visando a concretização de uma autêntica sociedade islâmica. Contudo, Al-Ghazali censurava as sociedades muçulmanas contemporâneas, por não adequarem os direitos das mulheres inerentes ao Islã, atribuindo tal falha à sua associação com culturas não muçulmanas.

A segunda geração inclui Safinaz Qazim, também conservadora, nascida em Alexandria, em 1936. Ela foi jornalista e escritora, praticando o *da'wa* (chamado islâmico) sem se associar a grupos organizados. Nos anos 1980 e 1990, abordou temas com fundamentos islâmicos, opondo-se ao conceito de feminismo, por considerá-lo uma imposição ocidental. Apesar disso, ela defendia, vigorosamente, muçulmanas à educação, ao trabalho e à participação em espaços públicos, advogando pela construção de uma sociedade plenamente desenvolvida.

Por fim, temos a geração da "islamita progressista" egípcia, representada por Heba Rauf, nascida em 1965. Ela é reconhecida como uma pioneira de um discurso islâmico revolucionário com inclinações ao feminismo, apesar de manter a sua militância no islamismo (ainda ocupando posição executiva nas Irmãs Muçulmanas) e se opor ao conceito de feminismo. As suas ideias

visam abolir as dicotomias entre o feminino/masculino, o público/privado e o político/religioso nas sociedades. Educada numa escola alemã, Rauf acredita que tanto homens quanto mulheres devem ser igualmente defensores da identidade e soberania islâmicas. Portanto, ela defende a igualdade de direitos e obrigações sociais para todos, inclusive apoiando a ideia de que o serviço militar deveria ser obrigatório também para as mulheres.

Lima (2014) destaca alguns eventos significativos nas interações entre mulheres islamitas e o feminismo secular em diversos países muçulmanos. Por exemplo, durante a "guerra do véu" na Turquia, nos anos 1980, quando o Governo proibiu o uso do véu nas instituições públicas, o feminismo defendeu o direito das mulheres islamitas de usarem o *hijab*. No Iêmen, feministas e mulheres islamitas uniram-se durante as eleições de 1997, empregando a retórica islâmica para promover o engajamento das mulheres no âmbito parlamentar e trabalharam juntas para combater disposições reaccionárias das leis, propondo reformas no código de *status* pessoal e na legislação familiar baseados na Sharia. Além disso, houve um caderno inicial, em 1995, durante um painel de discussão no Cairo, intitulado "Ao redor do espectro feminista-islamita", envolvendo tanto feministas seculares quanto mulheres islamitas.

Um primeiro ponto de interrogação do feminismo islâmico, no que tange ao Alcorão, a distribuição das responsabilidades no seio familiar e na esfera social, baseada na biologia e utilizada para justificar a desigualdade, não tem base corânica, mas sim cultural e social. Elas argumentam que capítulos do Alcorão que promovem explicitamente a igualdade estão a ser ignorados ou negligenciados. Por exemplo, os seguintes versos, que elas afirmam sugerir igualdade, são frequentemente subestimados:

a) Sura 49, *aya* 13 – *al-Hujura*:

Salve, humanidade! Criamos-vos de um único par, um masculino e um feminino, e fizemos-vos em tribos e nações para que possais conhecer uns aos outros (não para que possais desprezar uns aos outros). O mais honrado de vós diante de Deus é o mais justo de vós (aquele que pratica o mais *taqwa* – consciência de Deus ou piedade);

b) Sura 9, *aya* 71 – *al-Tawbah*:

“Os crentes, masculinos e femininos, são protectores (*‘awliyya*) uns dos outros”.

Pode-se exemplificar aqui uma interpretação do Alcorão sob uma perspectiva feminista: quando a mulher está para dar à luz e amamentar, o homem é chamado pelo Alcorão a apoiá-la,

como está no versículo *aya* 34, sura 4 (*al-Nisa'i*), “Homens são responsáveis por (*qawwamuna 'ala*) mulheres, porque Deus deu a um mais do que a outro (*bima faddalan*) e porque eles a apoiam com os seus recursos”.

Autoras feministas islâmicas argumentam que o termo *qawwamuna 'ala* transmite a ideia de “prover para” no momento do parto. A referência ao Alcorão estipula uma divisão de tarefas, na esfera doméstica e na sociedade; contudo, isso não implica que a mulher esteja impossibilitada de garantir, autonomamente, os meios indispensáveis para a sua subsistência. Para elas, *qawwamuna 'ala* não representa uma autoridade masculina incondicional, como é interpretado tradicionalmente, tornando uma situação contingente em universal.

No que diz respeito aos *ahadith*, o feminismo islâmico sustenta que as interpretações *prevalentes* atribuem ao profeta posicionamentos misóginos; no entanto é factível analisar esses textos sem essa predisposição, como propõe a feminista islâmica turca Hidayet Tuksal, ao usar uma metodologia de releitura para desmistificar os *ahadith* misóginos como espúrios.

Essa estratégia metodológica também foi previamente empregue pela escritora marroquina e socióloga Fatima Mernissi. Apesar de se auto-declarar como feminista secular, a sua obra, datada dos anos 1980, “Women and Islam: an historical and theological enquiry” (original em francês, “La harem politique”), é reconhecida como um dos pioneiros textos a adoptar uma perspectiva feminista islâmica.

No contexto do *fiqh* (jurisprudência islâmica), a reinterpretção foca na compreensão de que esta legislação é intrinsecamente patriarcal, espelhando as normas sociais do século IX, época em que as quatro correntes jurídicas de jurisprudência foram estabelecidas. Com o intuito, portanto, de reformar essa jurisprudência e, conseqüentemente, a sociedade, o feminismo islâmico demanda equidade de género e equidade social. Contudo, uma vez que esses direitos não se materializam completamente num sistema patriarcal, considerou-se necessário erradicar todos os vestígios de patriarcado do Islã.

A antropóloga iraniana Ziba Mir-Hosseini, por exemplo, seguindo essa abordagem, desenvolveu análises sobre o *fiqh*, alinhadas com os princípios do feminismo islâmico, que diferenciam o *fiqh* (o corpus legal da Sharia) como sendo uma construção humana, enquanto a Sharia é considerada a revelação divina. Ela ressalta:

"Há uma distinção entre a jurisprudência elaborada pelos seres humanos e a interpretação da Sharia, ou 'a fé', como revelada no Alcorão. A sobreposição do *fiqh* e da Sharia tem servido como uma barreira às construções patriarcais da jurisprudência, efectivamente impedindo ideias e acções igualitárias dentro do Islã."

Pelá e Chaveiro (2021), no seu trabalho sobre as mulheres na produção socio-espacial, de Goiânia (Brasil): invisibilidade e sexismo focalizam na relação entre a acção urbana colonizadora e segregação, procurando também compreender o grau de afinidade e de intersecção entre capitalismo e patriarcado. Afirmam que as mulheres, desde o início, estiveram presentes na construção de Goiânia, mas foram e são ideologicamente excluídas das representações e das pesquisas. As mulheres continuam a ser segregadas e são objecto de violência social e urbana.

Violência e segregação são estratégias de poder que visam naturalizar e, conseqüentemente, camuflar as desigualdades socioeconómicas, as contradições estruturais e culturais, a opressão, o conservadorismo que transforma as mulheres em produtoras da existência humana. E, ao negarem a realidade, estas estratégias forjam uma memória colectiva de que a Goiânia por si só representa o progresso e, com isso, apaga o passado, a história e a memória das contradições, dos conflitos e da participação das mulheres e dos trabalhadores na sua construção.

Neste contexto, as autoras argumentam que o apagamento histórico persiste de forma incisiva por duas vertentes. A primeira é através do sexismo urbano, resultante da intersecção entre o modo de produção capitalista e o estilo de vida enraizado na cultura patriarcal, manifestando-se nas configurações, nos conteúdos e na dinâmica socioespacial de Goiânia, o que gera disparidades socioespaciais e de género; a segunda vertente é a violência contra as mulheres, que se configura como uma das armas mais letais empregadas pelo capitalismo e pelo patriarcado para assegurar a sua continuidade.

A partir daí, é possível compreender a origem e o porquê desta distinção e fragmentação entre o público e o privado que, além de altamente nocivo e violento para as mulheres, é um dos factores que contribui para promover a sua invisibilidade e a expropriação da sua força de trabalho. A fragilização e o aniquilamento social, político e económico das mulheres da vida pública são imprescindíveis para garantir a sua dominação e exploração pelos homens.

A complexidade do embate cultural exige uma análise igualmente refinada. É crucial compreender como se forja e se refaz a ideia de normalidade e de diferença, pois é disso que se

trata. Em síntese, é fundamental entender aquele que é identificado como agente padrão, convencional, saudável, e quem se distancia desse padrão. As concepções de norma e diferença assumiram uma importância particular na contemporaneidade (Louro, 2008).

Louro (2008) ressalta que a normatividade não emerge de uma única fonte, não é promulgada por um soberano, mas sim permeia todas as esferas. Ela expressa-se por meio de directrizes reiteradas e observadas no quotidiano, as quais servem como parâmetros para todos. É por essa razão que a normatividade se torna pervasiva, capaz de se naturalizar. No que concerne à diferença, esta pode ser considerada um atributo que só adquire significado ou pode ser estabelecido em relação a outro. A diferença não existe de antemão nos corpos individuais para ser meramente reconhecida; ao invés disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou qualquer outra entidade) quando este é comparado a outro tomado como ponto de referência.

Consequentemente, se a posição do homem heterossexual branco, com extracto social urbano de renda intermediária historicamente estabelecida com a posição de sujeito ou identidade de referência, decorre que todas as identidades que não se alinhem a essa norma ou se distanciem dela serão consideradas distintas. A posição normativa é, de certa forma, omnipresente, sempre pressuposta, o que a torna, paradoxalmente invisível. Não há imperativo de mencioná-la. As identidades que se desviem dessa norma serão proeminentemente destacadas.

De maneira contínua, as marcas da diversidade são registadas e reiteradas por meio das políticas e dos conhecimentos legitimados, perpetuadas por diversas práticas sociais e pedagogias culturais. Mesmo que as classificações binárias de género e sexualidade já não sejam suficientes para abarcar todas as possibilidades de práticas e identidades actualmente, isso não implica que os indivíduos possam transitar livremente entre esses territórios, nem que sejam igualmente reconhecidos.

Portanto, em vez de adoptar, de forma acrítica, noções estabelecidas de normalidade e diferença, parece mais produtivo reflectir sobre os processos de registo dessas marcas. Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de reconhecer que é dentro da cultura, e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados. Como isso tudo ocorreu e ocorre? Através de quais mecanismos? Se hierarquias e relações de poder estão envolvidas em tudo isso, como tais relações se manifestam? Não, a diferença não é inata, mas sim naturalizada.

A diferença é produzida por meio de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada (Louro, 2008).

Aprendemos a experienciar género e sexualidade dentro da cultura, por meio dos discursos repetidos presentes na media, na religião, na ciência e na legislação, assim como nos tempos actuais, nos discursos dos movimentos sociais e nos diversos dispositivos tecnológicos. As diversas formas de explorar prazeres e desejos, de expressar afeto, de amar e ser amado(a) são transmitidas e aprendidas culturalmente, variando conforme a cultura, a época e a geração.

Actualmente, mais do que em qualquer outro momento, essas manifestações apresentam-se em variados arranjos. As oportunidades para vivenciar géneros e sexualidades ampliaram-se. As certezas desapareceram. Tudo isso pode ser fascinante, enriquecedor e também desestabilizador. No entanto, não há como fugir desse desafio. A única maneira de enfrentar os desafios da contemporaneidade é, precisamente, não se esquivar de vivê-la.

No seu estudo intitulado “Estética da invisibilidade na identidade das mulheres iranianas e seu espaço doméstico durante a década de 1980”, Golabi (2022) afirma, nas suas descobertas, que, enquanto ocorriam mudanças nas aparências visuais das mulheres, também em espaços públicos, ocorriam mudanças significativas no exterior das casas. Nessa época, a parte frontal das casas foi concebida para funcionar como um véu e um limite preciso, ocultando os espaços interiores das casas e restringindo a interacção social com o exterior, reforçando, assim, a reclusão das mulheres.

Semelhante à aparência incolor e roupas pretas das mulheres no Irã, a parte frontal das casas eram modestas, sem elementos arquitectónicos atraentes. Além disso, a forma espacial e o espaço social reforçam-se reciprocamente por meio dos habitus (a prática da vida quotidiana). Consequentemente, a espacialidade foi moldada física e materialmente, e foi “mantida através de qualquer número de ideias sobre comportamento e valores apropriados de género.

Berkovitch *et al.* (2012), no seu estudo intitulado “A política da (in) visibilidade: sobre os pontos cegos da discriminação feminina” na academia, afirmam que a noção de igualdade de género<sup>20</sup> está directamente ligada à entrada das mulheres, na esfera pública, que ocorreu quando as barreiras formais que anteriormente as impediam de integrar e engajar-se na esfera pública

---

<sup>20</sup> Todas as responsabilidades, direitos e oportunidades devem ser igualmente concedidas para todos os géneros, sem haver qualquer tipo de restrição baseada no fato de determinada pessoa ter nascido com o sexo masculino ou feminino. <https://www.significados.com.br/igualdade-de-genero/>

foram abolidas e muitos programas e projectos especiais foram iniciados e implementados no mundo, a níveis regional, nacional e local, visando promover a inclusão das mulheres.

Além disso, mais mulheres são vistas na mídia, no Governo, nas organizações, na academia e em cargos de chefia na administração pública e no sector privado, o que cria a impressão de igualdade de género. A questão, porém, é o que nos diz o crescente número de representações femininas nas organizações e na esfera cultural. Quais são as consequências e os efeitos de uma representação elevada das mulheres e suas diversas imagens no domínio público, a feminilidade é percebida? Isso muda os estereótipos normativos tradicionais ou talvez os propague de maneira sofisticada e velada que a socióloga cultural Angela McRobbie chama de 'feminista mascarada'?

Berkovitch *et al.* (2012) explicam que as fotografias que analisaram no estudo são imagens 'fundadas', uma vez que o funcionamento da ideologia de género é descompactado e exemplificado e não se pode deixar de ver os seus efeitos repetidos que continuam a funcionar e a reproduzir a hierarquia de género como conhecimento tácito. Para entender a alteridade continuada das mulheres em meio aos padrões mutáveis das relações de género e para poder detectar os mecanismos pelos quais a discriminação é formada e opera, é preciso reconhecer não apenas a imagem em si, mas também os seus efeitos conscientes e inconscientes (e efeito cumulativo).

Só então é possível compreender as “leis” de produção masculinas subjacentes e as formas como os estereótipos sociais institucionais continuam a ser mobilizados e a normalizar a ordem das coisas, como forma de controlar as categorias de género e, conseqüentemente, os indivíduos concretos. Quando, foto após foto, em encadeamentos de textos e imagens, vêem-se mulheres sorrindo, inclinadas, colocadas ao fundo, olhando fixamente, diminuídas de tamanho, ofuscadas ou ornamentando uma situação, o que vemos são mulheres de alto *status*, cujo modo de representação as transformou em 'mulheres representativas' que adornam a prestigiosa universidade.

Essas técnicas marginalizadoras, que criam e mantêm os pontos cegos da discriminação, formam e reformam o subtexto das relações de poder de hierarquias de antero, e submetendo o espectador a cenas aparentemente novas de conhecimento, sem desafiar os pressupostos tradicionais sobre masculinidade, feminilidade, homens e mulheres.

Desta forma, a universidade, supostamente uma instituição de conhecimento inovador e uma fronteira de mudança cultural, actua como uma força/agente social e cultural conservadora, reconstituindo e reforçando a discriminação de género em seu subtexto de relações públicas. Se há uma mensagem a tirar deste estudo é que hoje se vêem mais imagens de mulheres nas organizações; contudo, o que se vê são imagens femininas mais estereotipadas. A transmissão cultural das representações de género (pictóricas e linguísticas) funciona de forma tácita, muitas vezes velada, da qual não se tem necessariamente consciência. As imagens sociais e culturais exigem disposição para mudar não apenas o que se pode observar, mas também o que não se vê e, no entanto, está-se exposto ao seu efeito e poder (Berkovitch et al., 2012).

### **3.2.2. (In)visibilidade da mulher nos espaços profissionais**

Ao falarmos da (in)visibilidade da mulher, nos espaços profissionais, procuramos ilustrar a luta que ela vem travando através dos movimentos feministas na sociedade, procurando o seu reconhecimento não apenas nos espaços privados, mas principalmente nos espaços públicos. Esta reivindicação pela visibilidade do seu contributo, no tecido social, em que está inserida é no intuito de ser vista como agente e não como objecto no ambiente em que ela sempre esteve e está presente.

“No contexto organizacional, a distinção técnica atribuída ao trabalho também revela a segregação de género. Funções percebidas como mais cruciais, estáveis e associadas a contratos formais de emprego, frequentemente estão reservadas para homens, ao passo que aquelas de natureza periférica, precarizada e com menos autoridade, ou voltadas para serviços de assistência, são geralmente designadas às mulheres” (Hirata, 1999).

Segundo Fonseca (2000), este fenómeno está integrado às práticas informais das organizações, operando como um mecanismo para internalizar um conjunto de normas socialmente reconhecidas. A autora argumenta que o capital simbólico associado à família, sob a administração predominantemente feminina, abrange actividades de apresentação, representação, recepção e acolhimento, frequentemente sendo transferido para o contexto empresarial. Tal percepção não se restringe ao âmbito profissional, mas também é observada entre as próprias mulheres, que tendem a orientar as suas escolhas de carreira ou posições, influenciadas por esse “simbolismo familiar” (Fonseca, 2000).

Silva (2008) explorou a questão da presença das mulheres na ciência, destacando como elas são marginalizadas nesse campo profissional. Ele argumenta que entender a relação entre

ciência e mulheres é essencialmente compreender as dinâmicas das relações de género, dado que a ciência, historicamente se definiu como uma esfera masculina, frequentemente excluindo ou diminuindo as contribuições femininas, por meio de discursos e práticas não neutras. É relevante destacar que a neutralidade é um dos princípios fundamentais que confere prestígio e autoridade à Ciência Moderna. Portanto, é crucial reconhecer que essa ciência está situada num contexto histórico específico, influenciada directamente por interesses políticos, económicos e sociais, que moldam as temáticas de género e raça.

Na análise histórica, podemos apreciar como os factores sociais influenciam o conhecimento, identificando as condições que permitiram ou impediram a participação de diferentes grupos no desenvolvimento científico. Historicamente, a ciência tem mantido uma relação complexa com as mulheres, às vezes negando a sua existência de forma directa, outras vezes resistindo a qualquer movimento em direcção à libertação dos seus corpos. Essa situação está intrinsecamente ligada às justificativas históricas das diferenças de género, que são hierarquizadas e valorizadas de maneira desigual, ocasionando danos às mulheres.

A questão de género desempenha uma função crucial na produção do conhecimento científico, estabelecendo hierarquias entre as Ciências Naturais e Exactas, por um lado, e as Ciências Humanas e Sociais, por outro. As primeiras, conhecidas como ciências ‘duras’, são percebidas como objectivas e, portanto, mais consonantes à verdade e à confiabilidade, devido à sua abordagem universal. Por essa razão, são vistas como superiores e são dominadas pelos homens de forma natural. Já as segundas, rotuladas como ciências ‘moles’, abordam os aspectos humanos desde a complexidade individual até as dinâmicas sociais, sendo consideradas mais apropriadas para as mulheres e, portanto, relegadas a uma categoria inferior” (Silva, 2008).

Embora os fundamentos da Ciência Moderna tenham sido estabelecidos, os quais excluíram as mulheres do processo de construção do conhecimento científico, ainda durante o século XIX, as mulheres europeias foram influenciadas pelas ideias de igualdade e democracia que emergiram da Revolução Francesa, e insurgiram-se contra as desigualdades que enfrentavam em comparação aos homens na mesma sociedade. Organizadas, essas mulheres reivindicaram direitos fundamentais, desafiando o sistema de género que as subjugava e transgredia a suposta “lei natural” que justificava a sua inferioridade. Percebendo-se ameaçada, a estrutura social dominante reage e sente a necessidade de fornecer as respostas que lhe convém, incumbindo à ciência a tarefa de elaborar essas respostas.

Silva (2008) argumenta que as disparidades enfrentadas pelas mulheres, ao longo da história, e as discrepâncias de gênero não são inerentes ou biologicamente determinadas. A Biologia não estabeleceu nem estabelece valores ou hierarquias no modo vida dos seres humanos. O que se observa é que essas disparidades são resultado de processos históricos e culturais, e, portanto, podem ser superadas.

Da mesma maneira, a participação das mulheres na ciência deve ser compreendida como uma consequência desse longo processo de estruturação, que resultou em diversas formas de exclusão. Isso ocorreu quando foram obrigadas a viver à margem dos homens e tiveram os frutos das suas pesquisas apropriados, quando foram impedidas de compartilhar os espaços científicos devido às complexas ideologias de gênero, ou em virtude da ausência de estímulo nas instituições educacionais para o estudo de disciplinas como Matemática, Física, Biologia, entre outras, além da sua representação limitada ou estereotipada nos materiais didáticos.

Ballakrishnen *et, al.* (2019), no seu estudo com o título “(in)visibilidade intencional: mulheres profissionais e a navegação nas restrições do local de trabalho”, defendem que a persistência da disparidade de gênero, no local de trabalho, se concentra em duas explicações para a sub-representação das mulheres no nível superior das organizações: barreiras estruturais à promoção (por exemplo, Elliot e Smith, 2004; Gorman e Kmec, 2009; Kanter, 1993; Miller, 1976) e comportamentos de gênero internalizado através da socialização (por exemplo, Coltrane, 1996; Helgesen, 1990). Os estudiosos concordam que existe uma relação recursiva entre estrutura e socialização (Alvesson e Billing, 1997; Ridgeway e Correll, 2004), significando que, nas organizações, a posição de alguém impacta o comportamento de outrem e vice-versa.

No entanto, pouco se sabe sobre os processos pelos quais as organizações incentivam os funcionários a adotarem estratégias comportamentais específicas que contribuem para a disparidade de gênero.

As mulheres referidas no estudo, na sua maioria, eram profissionais altamente educadas, de extracto social privilegiado, de famílias com renda dupla. Muitas se identificaram como líderes em suas carreiras e tiveram acesso à ajuda terceirizada para tarefas domésticas e de cuidados. No entanto, mesmo entre esse grupo auto-selecionado de mulheres privilegiadas, descobrimos que muitas adotaram a “invisibilidade intencional”. Apesar de estarem cientes dos estilos profissionais executivos, essas mulheres descobriram que uma abordagem menos visível para

navegar no ambiente laboral as ajudou a manter a sua posição profissional, sem colocá-la em risco. (Ballakrishnen et, al., 2019).

As descobertas lançam luz sobre tendências mais amplas no avanço da carreira das mulheres, aprofundando a nossa compreensão de como e por que os ganhos profissionais e económicos delas, nas últimas décadas, não foram proporcionais ao seu capital humano. As mulheres enfrentam problemas estruturais generalizados que sustentam a sub-representação das mesmas. No trabalho, elas têm um ambiente constituído por preconceitos, discriminação e outros obstáculos ao longo das suas carreiras. Mostramos que as mulheres adoptam a invisibilidade como uma estratégia para evitar conflitos, permitindo que se sintam autênticas e mantenham a estabilidade no trabalho e em casa, sem desafiar as expectativas femininas. Nossas descobertas indicam que, independentemente do impacto que a invisibilidade intencional possa ter no progresso da carreira a longo prazo, essa estratégia atrai várias mulheres que estão aprisionadas em organizações preconceituosas.

Segundo Ballakrishnen et, al., (2019), Apesar de estarem voltadas para a carreira, as mulheres abordaram o seu trabalho com o objectivo de fortalecer as suas famílias para possíveis contingências. De facto, é notório como a responsabilidade de muitas mulheres em garantir o bem-estar das suas famílias serve como uma barreira multinível, que as encoraja a ficar fora dos holofotes. No entanto, elas carregaram o fardo de manter a estabilidade familiar e estar disponíveis para lidar com contingências de uma forma que os seus maridos simplesmente não faziam. Juntas, as pressões pessoais e organizacionais que essas mulheres enfrentaram fizeram da (in)visibilidade uma estratégia ideal.

### **3.3. Conceitos e teorias de género**

“A vontade de aprofundar discussões e análises de maneira mais meticulosa sobre como ocorre e por que se perpetua a invisibilidade da mulher, no processo de produção do conhecimento histórico levou ao surgimento do conceito de género como categoria analítica relevante”. A formulação teórica, inicialmente delineada, que constitui um ponto de partida fundamental na trajectória rumo à elucidação do que posteriormente evoluiu para o conceito de género, é atribuída a Gayle Rubin. Ela é uma das teóricas feministas que contribuíram para criar as bases que possibilitaram a emergência desse conceito tão significativo para as teorias feministas. O seu trabalho é considerado uma referência nessa jornada em busca de teorias capazes de fornecer

explicações e auxiliar na compreensão da forma como são construídas e valorizadas as distinções entre os sexos” (Siqueira, 2008).

Nesta exploração do conceito de género (Scott, 1975, citado por Siqueira, 2008), é destacado que Rubin, no seu trabalho 'Tráfico de mulheres', analisa e desenvolve o conceito de 'sistema de sexo/género', descrevendo-o como 'um conjunto de estruturas mediante os processos pelos quais a sociedade converte a sexualidade biológica em algo socialmente construído, produto da actividade humana'. Rubin propõe um instrumento analítico que implica que o masculino e o feminino não são inerentes, mas são concepções subjectivas, moldadas por cada indivíduo humano.

Scott (1994, citado por Siqueira, 2008) argumenta que o género é um elemento fundamental das relações sociais, fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, e ainda mais, que o género é uma forma primordial de atribuir significado às dinâmicas de poder.

Lauretis (1994) inicia a reflexão sobre o termo género, a partir da análise gramatical, explorando como ele se manifesta de maneiras diversas, ou até mesmo está ausente, dependendo da língua utilizada.

“O conceito de género transcende a mera representação de entidades físicas ou animadas. Ele encapsula uma dinâmica relacional, delineando a afiliação a uma estrutura de classe, grupo ou categoria. O género, assim, encarna a simbolização de uma relação intrínseca, estabelecida dentro de uma classe predefinida, articulando laços de pertencimento. Portanto, o género não se reduz à singularidade do indivíduo, mas sim à interdependência social; em síntese, representa o indivíduo como integrante de uma colectividade.” (Lauretis, 1994).

Mazzuca, *et. al* (2020), no seu estudo sobre “Género é um conceito multifacetado: evidências de que experiências de vida específicas moldam diferencialmente o conceito de género” afirmam que género pode ser considerado um conceito social corporificado em que tanto os componentes concretos (ou seja, factores biológicos) quanto os componentes abstractos (relacionados a interpretações sociais) são relevantes. Assim, género é um conceito complexo e multifacetado, cuja complexidade não se esgota em dicotomias simplistas entre qualidades biológicas do corpo humano e aspectos culturais ou sociais das expressões sexuais. Essas características interagem em diferentes níveis e em diferentes extensões, dependendo também de experiências específicas, de modo a formar a representação do conceito de género.

Izquierdo (1994) fundamenta a necessidade de diferenciar sexo de gênero, como forma de discernir as restrições e habilidades associadas às características biológicas específicas, em contraste com os padrões de identidade, normas, posições e conceitos preconcebidos moldados pelas influências sociais, psicológicas e históricas. Tais padrões e conceitos são forjados pela sociedade em questão, num determinado período, delineando expectativas sobre como uma pessoa se deve comportar e apresentar.

Na perspectiva de trazer o conceito de gênero, entendemos que a abordagem apresentada por Guedes (2012), no seu estudo sobre “Gênero, o que é isso?”, como sendo a mais adequada para a nossa tese. Com base nas afirmações da autora, as teorias contemporâneas sobre gênero podem ser categorizadas em duas vertentes distintas:

- ✓ Uma abordagem descritiva, que oferece uma explicação do conceito de maneira objectiva, sem adentrar em interpretações ou atribuições de causalidade.

Neste contexto, destacam-se as investigações recentes sobre a utilização do termo “gênero”, que, em certo momento, passou a ser utilizado como sinónimo de “mulher”. Onde antes se mencionava "mulheres", agora emprega-se o termo “gênero”. Tal emprego visa conferir uma conotação mais impessoal e neutra, conforme definição dicionarizada, em comparação ao termo “mulheres”. No entanto, essa prática tende a marginalizar a contribuição e a experiência do movimento feminista, estabelecendo uma separação entre as esferas da ciência e da política. Ademais, tal abordagem evita tomar posição em relação à disparidade de poder e não identifica a parte vulnerável da equação. Ao incluir as “mulheres” sem nomeá-las, acaba-se por relegá-las ao anonimato. Nesse contexto, é pertinente recordar a observação de Lacan sobre a inexistência da mulher, situada no domínio do inefável, ou seja, além dos limites da linguagem.

- ✓ Outras correntes teóricas explicam o gênero, sugerindo que as informações sobre as mulheres são intrinsecamente ligadas a dados relativos ao sexo masculino, implicando, assim, o estudo do outro. Essa abordagem ressalta a concepção de que o mundo das mulheres é parte integrante do mundo dos homens, sendo moldado e influenciado por ele. Rejeita-se, portanto, a concepção de esferas separadas e as justificativas baseadas em aspectos biológicos.

Guedes (2012) argumenta que o uso do gênero dessa forma pressupõe um sistema complexo de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele nem

influencia diretamente a sexualidade. Surge, então, o desafio de conciliar a teoria com a história, que se baseia em experiências e estudos específicos. Como articular uma teoria concebida em termos gerais e universais com a especificidade da condição feminina?

As historiadoras feministas abordam o gênero de maneiras diversas, que podem ser sintetizadas em três perspectivas teóricas: a) Um esforço exclusivamente feminista que busca explicar as origens do patriarcado; b) Debates dentro da tradição marxista; e c) Incorporação das diversas correntes da psicanálise para explicar a formação e a perpetuação da identidade de gênero do indivíduo, que se divide entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objecto.

Após a exposição da complexidade do conceito de gênero, Guedes, citando Scott (1995), define gênero como um elemento fundamental das relações sociais, fundamentado nas disparidades percebidas entre as categorias sexuais. O gênero é uma forma essencial de atribuir significado às dinâmicas de poder.

Guedes (2012) estabelece uma distinção entre o conceito de gênero de Scott, cuja definição compreende duas partes e diversas subcategorias. Dessa forma, os elementos fundamentais relacionados à primeira parte da definição, que sugere que o “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (1995, p. 86), abrangem quatro elementos interconectados: a) Ícones culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, frequentemente dotadas de contradições. Essas representações simbólicas podem suscitar múltiplas interpretações, mas são contidas em interpretações binárias, oriundas de narrativas culturais; b) Padrões normativos que expressam interpretações dos significados dos ícones, buscando restringir e delimitar as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão presentes nas doutrinas religiosas, educacionais, científicas, políticas ou jurídicas e assumem a forma típica de uma oposição binária fixa que categoriza de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino; c) Noção de imutabilidade que sugere uma aparência de permanência intemporal na representação binária dos gêneros; d) Noção de Identidade Subjetiva. As identidades de gênero são formadas a partir de conceitos e preconceitos imaginários e simbólicos. Isso se dá pela compreensão da linguagem como um elemento formador e constitutivo do psiquismo, assim como dos símbolos, que conectam os indivíduos a formas normativas de exercer sua subjetividade.

A visão de Scott (1995), conforme referido por Guedes (2012), sobre a natureza do género como um constructo crucial na dinâmica do poder, segundo ele, é embaçada na concepção de Godelier. Este último argumenta que não é a orientação sexual que molda a estrutura social, mas sim o contrário: é a estrutura social que molda as formas de expressão da sexualidade corporal. As discrepâncias anatómicas entre os corpos, determinadas pelo sexo biológico, são frequentemente invocadas como evidências das complexas interações sociais e das realidades que transcendem directamente o domínio da sexualidade. Esses corpos não só testemunham tais dinâmicas, mas também as ratificam, conferindo-lhes legitimidade.

### **3.4. Relações de género**

As dinâmicas de género representam um fenómeno multifacetado que se origina no processo educacional desde o nascimento, evoluindo de maneira contínua ao longo do percurso existencial, contribuindo, assim, para a perpetuação da disparidade entre os sexos. Este fenómeno é especialmente evidente em quatro domínios fundamentais: a esfera da sexualidade, a questão da reprodução, a divisão laboral segundo os géneros e a participação na esfera pública e cidadã (Cabral, 1998). De acordo com as observações de Macêdo e Macedo (2004), o conceito de género implica uma dinâmica na qual frequentemente se atribui maior valorização ao que é associado ao masculino, resultando numa distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio, conforme o sexo dos indivíduos. Logo, as interações de género constituem, essencialmente, relações de poder que são continuamente moldadas ao longo do tempo e nas actividades quotidianas, ocorrendo entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens.

Louro (1998), conforme referido por Macêdo e Macedo (2004), enfatiza que o factor social não implica necessariamente uma negação da existência dos corpos sexuados. Este argumento não visa invalidar a biologia, mas sim salientar deliberadamente a influência da edificação social e histórica relativa às peculiaridades biológicas que emergem como premissa fundamental. As discrepâncias não devem ser atribuídas às divergências biológicas, mas sim aos moldes sociais, à narrativa histórica e às oportunidades de acesso aos recursos sociais, além das formas de representação. Scott (1994), citado por Siqueira (2008), argumenta que o conhecimento histórico está intrinsecamente ligado à política do sistema de género. Por exemplo, quando o discurso histórico nega visibilidade às mulheres, ele perpetua a sua subordinação e a imagem delas como meras receptoras passivas da acção dos outros agentes da História. Nesse sentido, é incumbência desse campo do saber, enquanto um importante *locus* de produção de conhecimento sobre as

diferenças sexuais, fazer parte de uma "política" de representação de género e buscar elucidar a invisibilidade das mulheres.

Emerge, portanto, a indagação: Como discernir a dimensão de género na disciplina histórica? Scott oferece-nos um indício ao enfatizar a relevância da textualidade, isto é, a maneira pela qual os argumentos são estruturados e expostos, e não apenas o que é explicitamente comunicado. Os significados são forjados por meio de exclusões, e é imperativo reconhecer e assumir a responsabilidade pelas omissões evidentes no trabalho individual de cada pesquisador. Persistir na reprodução do conhecimento histórico, conforme tem sido tradicionalmente realizado, com a negligência ou subjugação das vozes femininas, denota uma política que normaliza e desautoriza certas categorias, suprimindo assim determinados tópicos e perpetuando, por conseguinte, as disparidades de género.

Assim, investigar os processos de constituição de significados e como nós próprios constituímos significados é uma postura política, pois posiciona o conflito como central na análise, reconhecendo que hierarquias e poder são inerentes aos processos linguísticos examinados (Scott, 1994, citado por Siqueira, 2008).

Da mesma forma, noutras correntes teóricas, académicos e académicas, que investigam as dinâmicas de género, oferecem uma gama variada de abordagens em relação aos estudos organizacionais.

Este fenómeno pode ser atribuído à evolução das definições propostas em relação ao conceito de género, influenciadas por cada época e contexto, moldando assim diversas perspectivas. As primeiras discussões sobre género atribuíam a desigualdade entre os sexos às características biológicas de cada um. Contudo, posteriormente, passou-se a compreender o género como um produto resultante da socialização e do acesso a experiências distintas por parte de homens e mulheres. (Calas e Smircich, 1996)

### **3.5. DISCUSSÕES**

#### **3.5.1. Avanços mundiais para a igualdade de género**

Nas sociedades antigas, as mulheres, muitas vezes eram representadas como seres incompletos, com defeitos percebidos, e, por conseguinte, eram marginalizadas. Os grupos marginalizados ao longo da história foram representados de diversas maneiras na historiografia,

na literatura e nos meios de comunicação; contudo, as representações produzidas pela classe dominante predominaram.

Rodrigues (2016) salienta que a história das mulheres é de importância primordial para uma compreensão holística do desenvolvimento histórico, pois é intrinsecamente relacional, abrangendo todos os elementos da vivência humana: desde as suas aspirações e triunfos até os seus parceiros, construções sociais e desafios. Abordar a temática feminina requer a apresentação de dados factuais pertinentes, bem como de ideias e perspectivas relevantes para todos aqueles que buscam contemplar o panorama contemporâneo ou influenciá-lo. Isso implica uma análise da condição feminina através das diversas tensões e contradições que emergem em épocas, períodos e contextos socioculturais distintos.

Examinando as diversas perspectivas sobre o papel da mulher, ao longo das épocas, é possível evidenciar as concepções disseminadas no século XVII, em que reforçaram a mulher como sendo um sujeito desprovido de autonomia de acção. Rousseau defendia que a educação da mulher deveria ser restrita à doméstica, uma vez que a busca do saber por elas era contrária à sua natureza.

Kant, influenciado por Rousseau, adopta um discurso sexista ao afirmar que, do ponto de vista educacional, o aprendizado das mulheres se deve limitar ao conhecimento superficial, excluindo tudo o que for complexo ou que possa perturbar a serenidade que deve prevalecer nas suas mentes, as quais devem ser mantidas num certo grau de dependência. Além disso, todo o seu processo educacional deve ser controlado, de acordo com o que é considerado próprio da natureza feminina: o cultivo da sensibilidade em detrimento do raciocínio, nunca permitindo um processo livre de conquistas e desenvolvimento pessoal. Mesmo a prática da pintura e da música não deve ser encarada como arte, mas sim como expressão da sensibilidade.

Rodrigues (2016) observa que, durante o século XVII, algumas mulheres aproveitaram as oportunidades emergentes, como a participação em salões intelectuais, onde interagiam com poetas, escritores e oradores, para se estabelecerem no domínio intelectual. Apesar das noções preconceituosas que desacreditavam a capacidade feminina de conciliar beleza e racionalidade, algumas buscavam activamente aprimorar os seus conhecimentos por meio da leitura.

Essa visão desigual entre os géneros, sustentada por preconceitos e estereótipos que favoreciam o ideal masculino, provavelmente contribuiu para a perpetuação de uma sociedade marcada pelo machismo nos séculos XIX e XX. Contudo, durante o século XIX, houve o

surgimento de uma nova perspectiva filosófica em relação à situação da mulher. Concomitantemente, manifestações contra a discriminação de gênero e o movimento pelo sufrágio feminino ganhavam destaque. Eventos precursores de uma transformação na perspectiva da vida das mulheres começaram a ocorrer. Foi nesse contexto que os movimentos feministas começaram a tomar forma.<sup>21</sup>.

Santos (2011) argumenta que o feminismo teve a sua origem no século XIX, período em que as sociedades passaram a reconhecer cada vez mais a opressão das mulheres numa estrutura social centrada no homem, moldada pelo legado do patriarcado. As primeiras manifestações confrontaram de maneira simultânea a estrutura conservadora que marginalizava as mulheres do domínio público, incluindo os seus direitos políticos e de cidadania, e também propostas mais progressistas que almejavam não apenas a igualdade política, mas também a emancipação feminina, desafiando a dominação masculina sobre o gênero feminino em todos os âmbitos da existência das mulheres.

A jornada do feminismo tem as suas raízes na busca das mulheres pela paridade com os homens. Nesse sentido, o feminismo consolidou-se como um movimento social, que advoga pela igualdade de direitos e posição entre os gêneros masculino e feminino, em todas as esferas da sociedade. Ao enfatizar a promoção da equidade de gênero, incita-se uma reflexão sobre a evolução histórica das mulheres e a sua progressiva inserção nos registros históricos, considerando o longo período em que foram relegadas a uma posição inferior e consideradas incapazes. Para superar a marginalização e a subordinação, as mulheres empreenderam uma busca pela resistência, organização e activismo. (Santos, 2011).

Nas últimas décadas do século XX e fruto das pressões de movimentos feministas, as ciências sociais foram movidas pelos estudos feministas que tinham como base a análise da vida social, partindo da experiência das relações de gênero.

Para Santos (2011), o conceito de gênero envolve duas dimensões: uma compreende a ideia do biológico sexual inato, que não dá conta da explicação do comportamento diferenciado, masculino e feminino; outra perspectiva aborda a concepção de que a distribuição do poder ocorre de forma assimétrica entre os gêneros, resultando na atribuição de uma posição subordinada às

---

<sup>21</sup> A palavra feminismo foi usada pela primeira vez na primeira metade do século XIX pelo filósofo francês e teórico do socialismo utópico **Charles Fourier** (1772-1837), autor do livro “Teoria dos quatro movimentos”, no qual afirma que o progresso da sociedade como um todo tem como pré-condição a conquista de direitos pelas mulheres. <https://mundoeducacao.uol.com.br/>

mulheres, na estruturação da ordem social. Ao buscar uma reflexão histórica, a respeito da construção do conceito de género, pode-se perceber que tudo começou a partir dos questionamentos que se faziam sobre o rumo dos estudos das mulheres.

Santos (2011) afirma ainda que ocorreu uma ruptura da construção teórico-metodológica das discussões dos estudos sobre mulheres, quando trouxeram para arena dos embates novos desafios. A análise da construção social do sentido de ser mulher foi transportada para diferentes lugares. A generalização do uso do conceito de género ocorreu inicialmente no espaço intelectual anglo-saxão. Tal construção deu-se através de uma proposta multidisciplinar que se aproximou das áreas de história, sociologia, antropologia, literatura, filosofia, psicologia. A nova abordagem da concepção de género desvinculava-se do sentido da construção dos significados sociais femininos compreendidos apenas na escala biológica.

A princípio, as feministas aproximaram-se do marxismo, utilizando o conceito de “género”, a fim de denunciar as relações sociais, através da teoria da opressão da mulher, o que determinou a origem do conceito de patriarcado. Nas leituras do feminismo socialista, enfocavam-se tais concepções com a fundamentação da teoria marxista, principalmente da exploração da mulher pelo capitalismo. Essas discussões centravam-se, sobretudo, na questão do trabalho doméstico no capitalismo, que nunca fora tratada, nem por Marx nem por Engels. Os estudos de género, nessa etapa, buscam extrair das teorias marxistas uma compreensão da experiência social feminina ao longo da história, argumentando que as mulheres são exploradas dentro do sistema capitalista, através da subjugação do trabalho doméstico.

Por último, Santos (2011) propõe que a questão género, dentro do movimento feminista, é empregue para destacar a busca pela igualdade de oportunidades entre indivíduos, independentemente do seu género, visando superar as barreiras, tanto visíveis quanto invisíveis, que limitam a participação económica, política e a dimensão social do género feminino. O objectivo é estabelecer a ideia de que todos os indivíduos possuem o direito de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer escolhas, independentemente dos papéis que lhes são atribuídos pela sociedade e pela cultura.

Mészáros (2002), citado por Santos & Oliveira (2010), no seu artigo sobre "Igualdade nas relações de género na sociedade capitalista: limites, contradições e progressos", afirma que as dinâmicas de género, como as raciais e as afectivo-sexuais, não são a origem da desigualdade e do antagonismo inerente ao sistema capitalista. Elas estão interligadas numa teia de relacionamentos

dialéticos, profundamente influenciadas pelas características estruturais fundamentais de todo o complexo social.

A autonomia feminina nesta estrutura social não pode ser alcançada, apesar do reconhecimento, por parte das forças dominantes, de algumas reivindicações, pois é uma sociabilidade que depende da exploração do trabalho tanto das mulheres quanto dos homens no processo de acumulação.

Após estudos de Santos & Oliveira (2010), destaca-se que a luta por direitos e as iniciativas políticas promovidas pelo movimento feminista têm sido cruciais para evidenciar as múltiplas formas de opressão historicamente enfrentadas pelas mulheres. Dessa maneira, trata-se de uma abordagem estratégica que pode ser um factor contribuinte para a edificação de uma nova ordem social. A agenda política feminista, na sua busca pela emancipação, visa compreender a complexidade da desigualdade social e reconhecer como, nesse contexto, a violação dos direitos das mulheres se manifesta de forma específica. Torna-se imperativo intensificar a luta contra as estruturas do sistema capitalista.

Conforme observado por Alves (2016), no seu artigo intitulado “Desafios da paridade de Género no Século XXI”, houve melhorias nas condições socioeconómicas das mulheres, porém essas mudanças ocorreram de maneira desigual em diversas áreas de actividade humana, e não foram uniformes, em termos nacionais e regionais. As disparidades de género têm diminuído desde o fim da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, após a realização da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. Isso é evidenciado no documento “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformando Economias para Realizar Direitos” (ONU Mulheres, 2015).

Alves (2016) também destaca que o relatório mostra como, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, até as quatro Conferências da ONU sobre a situação das Mulheres, os diversos governos do mundo assumiram compromissos, legalmente vinculativos, para respeitar, proteger e garantir os direitos humanos das mulheres, reconhecendo a conexão entre o empoderamento feminino e o progresso económico. Essa interligação já era reconhecida desde 1808, quando Charles Fourier afirmou: “O nível de emancipação das mulheres numa sociedade é o termómetro geral pelo qual se mede a emancipação geral”.

Indubitavelmente, o percurso rumo à autonomia feminina passa pela garantia de direitos substanciais e pela promoção da equidade de oportunidades entre os géneros no seio familiar e na esfera social. O sector empresarial já demonstrou sensibilidade à necessidade de integrar

plenamente a força laboral feminina, reconhecendo as competências e aptidões das mulheres para impulsionar a dinâmica económica, conforme indicado no relatório do Fórum Económico Mundial de Davos (WEF, 2009). Observa-se uma crescente consciencialização de que o avanço das comunidades é incompatível com a discriminação e a segregação de género, bem como com a subaproveitação das capacidades da metade da população global.

Globalmente, ao longo das últimas décadas, têm-se observado progressos significativos no campo educacional, reflectidos no aumento do ingresso de alunas, na crescente inserção feminina no mercado laboral e na ampliação da participação das mulheres em cargos de liderança, tanto no âmbito público quanto privado. Além disso, registou-se uma maior acessibilidade das mulheres à propriedade e à herança, tanto no contexto matrimonial quanto no processo de divórcio.

No concernente à equidade substantiva e prerrogativas efectivas, Alves (2016) defende que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, junto aos tratados internacionais subsequentes, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), foram fundamentais para criar as bases jurídicas da igualdade de direitos que podem ser demandadas na prática, através de constituições políticas e estratégias de diferentes países.

É fundamental ressaltar que, mesmo com a existência de leis e tratados de igualdade de género, a realidade é intrincada, uma vez que persistem disparidades e práticas discriminatórias que prejudicam indivíduos e grupos sociais, especialmente as mulheres.

Alves (2016) enfatiza que, para alcançar a igualdade substantiva, é necessário intervir em três esferas interconectadas: a eliminação das desvantagens socioeconómicas enfrentadas pelas mulheres; a luta contra estereótipos, estigmas e violência; e o fortalecimento do poder de acção, voz e participação das mulheres.

Os direitos humanos são universais, complementares e indivisíveis, devendo abranger todas as pessoas e áreas como saúde, educação, trabalho, moradia, liberdade de expressão, organização e manifestação. Portanto, para garantir os direitos das mulheres, é necessário progredir em políticas sociais com uma perspectiva de género, garantindo pleno emprego, trabalho digno e políticas macroeconómicas baseadas nos direitos humanos.

Um dos avanços significativos em direcção à igualdade de género é representado pela série de relatórios intitulada “O Progresso das Mulheres no Mundo”, uma pesquisa temática periódica sobre os direitos das mulheres, que vem sendo publicada desde o ano 2000. O seu propósito é promover alterações nas leis, políticas e programas, além de criar um contexto favorável para que

mulheres e meninas possam exercer os seus direitos. O mais recente relatório da ONU Mulheres, intitulado “O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: Famílias num mundo em transformação”, apresenta recomendações cruciais para alcançar a igualdade de género, que incluem:

Alterar e reformar as legislações relacionadas à família, para assegurar que as mulheres possuam autonomia para decidir sobre casamento, momento e parceiro, considerando a possibilidade de divórcio quando necessário, e possibilitar o alcance pelas mulheres dos recursos familiares:

- ✓ Reconhecer diversas formas de união para defender os direitos das mulheres, tanto daquelas que vivem com parceiros, quanto das que estão em casais homossexuais;
- ✓ Investir em serviços públicos, especialmente na educação e cuidados de saúde reprodutiva, para aumentar as perspectivas de vida de mulheres e jovens do sexo feminino;
- ✓ Avaliar a viabilidade da implementação da licença parental remunerada e prover apoio estatal para o cuidado de crianças, idosos e a configuração de sistemas de protecção social que possam auxiliar as famílias;
- ✓ Garantir a segurança física das mulheres por meio da adoção de leis e políticas destinadas a erradicar todas as formas de violência contra mulheres e jovens do sexo feminino, além de proporcionar acesso à justiça e serviços de apoio às vítimas de violência.

Durante a análise realizada para este estudo, foi observado que a maioria dos países tem a capacidade de implementar uma gama de políticas de apoio económico, abrangendo toda a vida, bem como cuidados de saúde e serviços de cuidados para crianças e idosos, por um custo inferior a 5% do seu Produto Interno Bruto (PIB).

O estudo aborda o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, um fenómeno que continua a crescer de forma significativa. No entanto, o casamento e a maternidade têm impacto na redução das taxas de participação no mercado de trabalho, resultando em menor renda e benefícios associados à actividade laboral. Globalmente, mais de cinquenta por cento das mulheres entre 25 e 54 anos estão inseridas no mercado de trabalho, uma proporção que se eleva para dois terços entre as mulheres solteiras.

### **3.5.2. Abordagem para a igualdade de género, em Moçambique**

Em África, constata-se que o poder é fundamentalmente masculino, pois os homens, enquanto que líderes políticos e religiosos, asseguram a defesa da linhagem masculina, preservam a sua unidade e mantêm a ordem social a seu favor, conferindo poder às autoridades que procedem à gestão das terras, bens, casas, guerras, actividades públicas, resolução de conflitos, etc. Às mulheres, é-lhes reservada a actividade doméstica, actividades consideradas de nível secundário, enquanto aos homens cabe o controlo dos meios de produção, o que lhes garante o papel dominante. (Teles e Brás, 2010).

Segundo Teles e Brás (2010), a mulher é socializada sempre em função de outrem. Deste modo, os seus direitos estão sempre assim associados aos papéis de mãe e de esposa, que resultam de um modelo cultural com grande influência religiosa. Esta situação discrimina as mulheres, pois não lhes permite o livre exercício da sexualidade e reprodução. Pode tomar-se como exemplo a conservação da virgindade e a condenação da reprodução independente (mãe solteira), que constitui uma vergonha para muitas famílias.

Ao fazer a abordagem para a igualdade de género em Moçambique, é necessário trazer alguns aspectos históricos importantes sobre o lugar da mulher moçambicana no desenvolvimento desta sociedade. Não sendo Moçambique uma ilha no que diz respeito à secundarização e consequente (in)visibilidade da mulher, Zimba (2012)<sup>22</sup> afirma que, na sociedade moçambicana, desde os tempos remotos ao período colonial, se considerava a mulher um ser fraco e inferior ao homem. A distribuição de tarefas entre a mulher e o homem obedecia a critérios de desigualdade e já nos séculos IX e X, esta prática era uma característica típica da sociedade moçambicana.

Não obstante a condição de inferioridade em que a mulher moçambicana estava colocada na sociedade, Zimba (2012) defende que um factor bastante peculiar é a capacidade de superação desta, com o propósito de se colocar como sujeito de desenvolvimento da família e da comunidade em que está inserida. Nesta condição de sujeitos de desenvolvimento da sociedade moçambicana, destacam-se algumas mulheres com posição de chefia ao longo do desenvolvimento da história.

---

<sup>22</sup> Benigna Zimba é natural de Gaza, Moçambique, Professora Associada do Departamento de História na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo Moçambique.

Segundo Zimba (2012), entre 1586 e 1597, Mazarira, a “mulher principal” do Rei do Império do Monomotapa, encarregava-se do sistema de prestação de contas, incluindo taxas de circulação e multas para o comércio com os portugueses. De modo semelhante, durante o século XVI, no Xeicado de Quitangonha, a Rainha ou *Apiamwene* (língua Emakhuwa) desempenhou um papel relevante nas transacções comerciais típicas da época.

No Sul de Moçambique, em Chibuto, encontra-se uma situação idêntica. Nos anos 1830–1840, a Rainha Ndlhovukaze tornou-se famosa na região devido à maneira como ela geria a prestação do tributo na sua jurisdição. Entre os séculos XVIII e XIX, com o processo de penetração colonial e consequente ocupação de Moçambique, por causa do factor reprodutivo, a mulher constituía objecto de grande procura para alimentar a escravatura e o comércio de escravos que era o eixo fundamental da economia colonial.

Zimba (2012) afirma que as líderes comunitárias como rainhas ou *Mwenes* (língua Emakwa) ou *Humu Nkongwe* (língua Shimakonde) conseguiam desempenhar papéis ou tarefas usualmente consideradas masculinas. No caso da Rainha Achivanjila (cerca de 1870 até 1914-1918), em Majune, esta comandava o ritual que consistia na orientação de cerimónias tradicionais que antecediam as guerras de resistência contra a invasão colonial, ou rivalidades internas. Em 1945, no planalto de Muidumbe, em Cabo Delgado, as rainhas Nkakya e Moka, que eram consideradas comandantes de outras rainhas pela tradição local, tornaram-se famosas por liderarem cerimónias ligadas à bênção dos soldados e à resolução de conflitos inter-regionais.

É evidente que, apesar da existência da disparidade entre homens e mulheres na sociedade moçambicana, algumas mulheres conseguiram transcender as condições a que estavam submetidas, emergindo como agentes relevantes nas diversas comunidades em que estavam inseridas, servindo como exemplo de que, nalgumas comunidades africanas, especialmente a moçambicana, algumas mulheres estavam aptas a ocupar espaços públicos de maneira igualitária aos homens. No entanto, mesmo tendo desempenhado actividades destacadas, as mulheres não detinham o poder de decisão para influenciar a necessidade de igualdade entre homens e mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX, com o aparelho e administração colonial bastante enraizado em Moçambique, e com as ideias de secundarização da mulher trazidas pelo Ocidente, acentuou-se a relação desigual entre homem e mulher, que concorreu para a opressão desta pelo

homem. No período colonial, de forma geral, à mulher era reservado o espaço doméstico em que as suas atribuições se resumiam na procriação e cuidados ao marido e filhos.

Segundo Zimba (2012), as mulheres eram privadas do acesso à educação, constituindo a maior proporção da população iletrada. Assumia-se que, se a mulher estudasse, ela poderia enveredar pela prostituição e, não podendo ser chefe de família, não havia razão para que ela estudasse. No tocante aos cuidados de saúde da mulher, caso adoecesse, a família deveria reunir-se para deliberar sobre o encaminhamento do assunto.

Apesar de a mulher em Moçambique se encontrar secundarizada no advento da colonização, foi de uma forma organizada envolvendo-se em associativismo, como meio reivindicativo da sua condição de inferioridade e de oprimida em relação ao homem. Esta reivindicação não tinha como objectivo a inversão de papéis, no que diz respeito à superioridade em relação ao homem, mas sim a necessidade de ocupação de espaços públicos. Nascia, assim, o movimento de emancipação da mulher, que foi, de certa forma, o embrião do surgimento do feminismo<sup>23</sup> em Moçambique.

Zimba (2012) afirma que Josina Abiatar Muthemba (1945-1971) figurou entre os poucos membros do sexo feminino que participaram activamente no NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos Moçambicanos), associação que contribuiu no despertar da consciência anti-colonial. A moçambicana Noémia de Sousa (1926-2002), poetisa e jornalista de agências de notícias internacionais, viajou por vários países africanos, contribuindo com os seus escritos para a denúncia do racismo, arbitrariedades e barbaridades do regime colonial português.

Na fase da preparação para a insurreição pela independência de Moçambique, o envolvimento feminino tornou-se evidente, principalmente através da luta clandestina. Um pouco por todo o país, verificaram-se diversas actividades envolvendo mulheres, tais como: a preparação dos alimentos para os militares; mobilização de apoiantes ao movimento de independência de Moçambique, através de venda de cartões de filiação nas agremiações partidárias. Uma parte considerável de activistas na clandestinidade eram camponesas anónimas e mulheres da povoação.

---

<sup>23</sup> Feminismo é um movimento que luta pela igualdade social e de direitos para as mulheres e busca combater o modelo social baseado no patriarcado e os abusos e a violência contra as mulheres. [www.politize.com.br](http://www.politize.com.br). Feminismo é um movimento social por direitos civis, protagonizado por mulheres, que desde a sua origem reivindica a igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres. Sua atuação não é sexista, isto é, não busca impor algum tipo de superioridade feminina, mas a igualdade entre os sexos. <https://mundoeducacao.uol.com.br/>

Nos estágios antecedentes à obtenção da independência, emergiram as pioneiras associações femininas do país, que estavam ligadas à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). A Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO, 1962); o Destacamento Feminino (DF, 1965) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM, 1973).

Essas organizações desempenharam um papel preponderante na luta pela inclusão da mulher em esferas públicas, não se restringindo apenas aos domínios privados, e na conscientização sobre a importância da mulher como agente de desenvolvimento. Após a independência, de acordo com Trindade e Rocha (2020), começaram a surgir organizações femininas de carácter voluntário, associações com ou sem finalidades remunerativas e numa variedade de áreas, tais como a Associação Moçambicana de Defesa da Família (AMODEFA, 1989), a Associação de Mulheres Empresárias e Executivas (ACTIVA, 1990), a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural (AMRU, 1991), a Associação das Donas de Casa (ADOCA, 1992), a Associação para a Promoção do Desenvolvimento Económico e Sociocultural da Mulher (MBEU) e a Associação PROGRESSO (1991).

Ligado ao Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), da Universidade Eduardo Mondlane, é criado em 1989 o projecto regional *Woman and Law in Southern Africa Research Trust*, tendo sido elaboradas várias pesquisas com o intuito de conhecer a situação da mulher em Moçambique. Mais tarde, o projecto sai da Universidade Eduardo Mondlane e transforma-se, em 2003, na ONG denominada Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust (WLSA Moçambique).

Desta evolução da luta pela igualdade de género em Moçambique é possível perceber a busca constante da mulher no que diz respeito à sua inserção como sujeito de desenvolvimento. No início desta busca pela não secundarização da mulher, esta foi, através do movimento de libertação de Moçambique do colonialismo português, envolvendo-se em actos de mobilização, usando da sua capacidade de transmissão de informação, no meio doméstico em que se encontrava, ganhando assim espaço como agente activo neste processo.

Após a Independência, a mulher, com espaço conquistado, uma vez que havia uma certa sensibilização da sociedade moçambicana da importância do contributo da mulher, foi-se organizando em associações de cariz: voluntário, de prerrogativas e possibilidades iguais na sociedade, académico e na advocacia para a implementação de leis, políticas e estratégias.

Trindade e Rocha (2020) destacam a criação da Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE, 1991), que foi a primeira associação em Moçambique dedicada à promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres. Além disso, surgiram o Núcleo Mulher e Meio Ambiente (NUMMA, 1992) e o Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento (FM, 1993), uma rede estabelecida para coordenar diversos projetos, atividades e organizações voltadas para género e desenvolvimento.

Assistiu-se ao longo dos anos a um aumento de recursos, um maior engajamento com a agenda da igualdade de género, uma intensificação na articulação, produção académica e mobilização social na construção de um feminismo moçambicano e africano, em diálogo com outras correntes feministas. Além disso, o compromisso de assumir a coordenação internacional da Marcha Mundial de Mulheres trouxe novas posturas políticas e novas disputas para forjar um campo progressista, anti-patriarcal e anti-capitalista (Trindade e Rocha, 2020).

Trindade e Rocha (2020) sustentam que o campo de direitos que mais progrediu com o activismo dos colectivos feministas pela defesa dos direitos das mulheres, foi o da violência baseada no género (VBG), grandemente influenciado pela participação em Beijing e pelos compromissos dela resultantes. Uma das realizações primordiais do movimento feminista foi a promulgação da legislação sobre violência doméstica contra a mulher, em 2009, um marco cujo desenvolvimento teve início em 1996 com o lançamento da campanha Todos Contra a Violência (TCV).

As interacções e colaborações entre a academia, organizações de mulheres (nacionais e internacionais) e o governo, relacionadas aos processos de debate, desenvolvimento e aprovação de legislação para promover maior igualdade de género e direitos das mulheres, resultaram em importantes avanços na protecção desses direitos, como a Lei de Terras (1997), a Lei da Família (2004), a Lei contra o Tráfico e Abuso de Mulheres e Crianças (2008), a Lei Anti-discriminação contra Pessoas Vivendo com o HIV e AIDS (2009), a revisão do Código Penal (2014), a revogação do Despacho 39 (2018) – que decretava a transferência compulsiva das grávidas para o ensino nocturno, a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (2019), a nova Lei da Família (2019), a Lei das Sucessões (2019), entre outras.

Apesar da sua influência e das muitas realizações durante o transcorrer do tempo, o movimento feminista moçambicano ainda enfrenta diversos desafios. Existe um conjunto de políticas e legislação relativamente amplo e progressivo, mas ainda há uma grande lacuna na regulamentação, alocação de recursos e implementação dos mesmos. Isso resulta numa grande disparidade entre, por um lado, o que está formalizado e, por outro, o conhecimento, acesso e exercício dos direitos por parte das mulheres e meninas.

“Ainda há um longo percurso na batalha pelos direitos das mulheres e pela igualdade de género, e todas essas mobilizações têm contribuído significativamente para as transformações que têm ocorrido. Mais mulheres ocupam cargos de liderança, têm maior acesso à educação, posicionam-se contra casamentos forçados e gravidezes precoces, exercem o direito de escolher se, quando e como desejam engravidar, e discutem abertamente corpo e sexualidade nos meios de comunicação e nas redes sociais, o que proporciona uma maior visibilidade para as agendas, demandas, lutas e vozes desses agentes políticos que sempre enfrentaram desafios para terem as suas vozes ouvidas” (Trindade e Rocha, 2020).

O perfil de género (2022), que é um instrumento que discute os avanços na promoção da igualdade do género em Moçambique e está na sua segunda edição, tendo em conta que o primeiro foi lançado em 2016, refere que os ganhos dos movimentos e associações envolvidos na luta contra a secundarização e consequente (in)visibilidade da mulher em Moçambique incluem a aprovação e reforço de um conjunto de leis e estratégias que, entre outros, previnem e sancionam eficazmente a violência baseada no género, as alianças matrimoniais precoces que engendram um contexto propício à não retenção escolar feminina.

No âmbito da educação, destaca-se o progresso em direcção à paridade no ingresso por género: o índice de matrícula entre meninas e meninos evoluiu de 0,90 para 0,91 no ensino primário do segundo grau EP2, de 2014 a 2018; de 0,96 para 0,98 no 1º ciclo do ESG e de 0,98 para 1,04, para 2º ciclo do ESG.

A incidência da pobreza tem exercido um impacto desproporcional nos lares liderados por mulheres (63% em comparação com 52% dos chefiados por homens), e estas são as mais excluídas das oportunidades de trabalho digno, representando apenas 4% da força de trabalho no sector formal, com as taxas mais altas de desemprego no país concentradas entre mulheres urbanas de 19 a 24 anos.

A violência baseada no género (VBG), manifestada como violência física, psicológica e sexual contra a mulher, ainda é frequente no país. Os dados de relatórios de violência de 2018 a 2020, embora mostrem uma tendência decrescente, possivelmente influenciada pela emergência relacionada à COVID-19, conflitos e eventos climáticos extremos que afectam a redução das denúncias, são significativos: 28.556 (em 2018), 25.263 (em 2019) e 19.881 (em 2020). Esta mesma emergência, conflitos, medidas de contenção da COVID-19 e soluções de acomodação após desastres naturais, conflitos ou reassentamentos em campos de refugiados, aumenta a exposição de mulheres e meninas à VBG.

A taxa de casamento prematuro é alta: 14.3% de mulheres jovens entre 20-24 anos estavam casadas antes dos 15 anos, e 48.2%, antes dos 18 anos. A taxa de gravidez precoce é também alta, mas há grandes diferenças regionais: por exemplo, 20.5% de mulheres, em Maputo Cidade, e 51.7%, em Nampula, tiveram o seu primeiro filho antes dos 18 anos (UNICEF 2015a, 2015b).

A proporção de empregados no país diminui conforme o nível de instrução, registando-se 75,8% para indivíduos sem “qualquer formação educacional” e 48,3% para aqueles com “Ensino Secundário ou superior”. Apesar dos progressos em direcção à igualdade na educação, os homens continuam a predominar nos níveis mais altos de qualificação académica, usufruindo, assim, das principais vantagens no mercado de trabalho, em Moçambique. Os dados revelam que 27% das mulheres estão desempregadas, em comparação com 23% dos homens. Além disso, a segregação de género na distribuição de tarefas, tanto no emprego formal quanto no informal, tende a confinar as mulheres a sectores de baixa remuneração. As mulheres estão sobre representadas na categoria mais desfavorecida na esfera laboral, incluindo trabalhos remunerados por dia e afazeres domésticos.

O mercado de trabalho moçambicano é amplamente caracterizado pela informalidade, com mais de 86% dos trabalhadores sendo autónomos ou não remunerados, como trabalhadores domésticos. Dentro deste grupo, 52% são mulheres, sendo predominantemente encontradas em áreas rurais.

Nas áreas urbanas, o trabalho doméstico nos diferentes sectores é caracterizado por ausência de segurança laboral, longas jornadas de trabalho, remuneração baixa e irregular, parâmetros ambíguos de trabalho, ausência de medidas de saúde e segurança no trabalho, limitado descanso semanal e ausência de

férias pagas. Sendo este sector a principal fonte de acesso laboral feminino, estas são desproporcionalmente afectadas.

Fora do sector agrícola, as mulheres são mais activas no sector de vendas e serviços. No mercado informal, em que são a maioria, as mulheres desenvolvem as suas actividades nas formas mais precárias. Noutros sectores da economia, verificam-se oportunidades limitadas para o progresso feminino. Na generalidade, as políticas, práticas e normas sociais continuam a enquadrar as oportunidades económicas e de empreendedorismo, priorizando a participação e promoção dos homens, frequentemente à custa da exploração directa do envolvimento e trabalho das mulheres.

No ambiente laboral, persiste a desigualdade de género, incluindo a ausência de lei sobre não-discriminação no recrutamento e fraca estrutura para a execução da legislação sobre assédio sexual, incluindo no sector informal, onde se destaca o negócio transfronteiriço. Esta situação constitui uma barreira para a participação da mulher, na economia. Nas políticas das empresas, persiste a insensibilidade em relação ao género, o que, geralmente, desfavorece as mulheres, ao se considerar os homens como uma norma e a não se acomodar as situações e necessidades particulares das mulheres.

Globalmente, Moçambique apresenta os níveis mais baixos de posse de telefone celular e acesso à internet. As mulheres têm 17% menos probabilidade do que os homens de possuir um telefone celular e 39% menos probabilidade de usar a internet. Esta realidade limita as oportunidades sociais e económicas de participação cívica e activismo, bem como a compreensão cultural e das artes.

A análise de género da participação dos cidadãos mostra que a paridade de género nos cargos políticos é visível, nos níveis centrais de poder, nomeadamente entre Parlamentares, Ministros/as e Secretários/as de Estado. No entanto, ao nível provincial e distrital, a tendência é a dominância dos homens. Os partidos políticos continuam a usar estereótipos de género e falta de vontade política, para limitar a presença de mulheres candidatas. Quando as mulheres chegam a cargos de tomada de decisão, tendem a ser movidas pela lealdade e agenda do partido político, criando espaço para conflito entre a agenda de género e a agenda do partido.

### 3.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Segundo o Perfil de Igualdade de Género em Moçambique (2022), o alcance da igualdade de género implica, não somente a realização de reformas formais onde o país já realizou os maiores esforços, mas também em questões informais, tácitas, ocultas e inconscientes, que se consolidam nas normas sociais e culturais de determinada sociedade ou comunidade.

No contexto moçambicano, as relações de género são patrilineares no centro e sul do país; no norte, com uma tradição de descendência matrilinear, os bens passam geralmente de uma geração para a outra através dos familiares da mãe, mas o poder de decisão é investido no irmão da genetriz (tio materno), que possui a prerrogativa de distribuir os patrimónios e recursos.

São determinações das normas sociais e culturais para as mulheres: a submissão da voz e de participação activa da rapariga no espaço público; a tomada de decisão, o controlo do corpo da mulher e raparigas; o controlo sobre os recursos em desvantagem para as mulheres, particularmente para as raparigas. Estas determinações contribuem para as limitações estruturais no acesso das mulheres à terra, aos serviços de saúde, à educação, à participação como cidadã, incluindo na esfera política e à informação de qualidade.

Mesmo com o empenho da sociedade moçambicana através de execução de políticas, estratégias e assinatura de convénios internacionais, visando a igualdade do género, persistem aspectos socioculturais que estão enraizados nas comunidades e que contribuem de certa forma para a secundarização da mulher. Esta secundarização é manifestada, em parte, pela não contabilização da contribuição desta no desenvolvimento do seu núcleo familiar e na colectividade em que se encontra, remetendo-a, conseqüentemente, à (in)visibilidade.

## **CAPÍTULO 4**

### **PERSPECTIVAS DO BANCO MUNDIAL, ONU MULHER E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO NA PRÁTICA DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS**

#### **4.1 INTRODUÇÃO**

A pressão que é exercida por diferentes grupos sociais discriminados e que muitas vezes leva à secundarização e (in)visibilidade dos mesmos, tem levado a que a Organização das Nações Unidas (ONU), através das diferentes organizações a ela filiadas ou afins, tomem maior enfoque na questão dos direitos humanos. Um dos grupos que tem sido secundarizado ao longo da história da humanidade é o das mulheres. Este capítulo traz a abordagem dos diferentes estudos e relatórios que são produzidos sobre a actuação do Banco Mundial, ONU Mulheres e a Organização Mundial do Turismo sobre a igualdade de género na prática de actividades turísticas.

Na sua actuação e através de regras, o Banco Mundial orienta os Estados membros e não só, a incluírem, nos seus projectos nacionais de desenvolvimento, a promoção da igualdade de género, porque acredita que, havendo igualdade nas oportunidades disponibilizadas, a situação da pobreza, fome e os direitos humanos, pode ser minimizada. Esta organização em termos gerais, tem contribuído para aumentar em parte, a consciencialização sobre a necessidade de se ter em consideração a igualdade de género na educação, saúde, no emprego formal e na contabilização das actividades desenvolvidas no informal.

A OMT, orienta que o turismo deve capacitar as mulheres, especialmente mediante a geração de ocupações laborais directas e de geração de renda, por parte das Pequenas e Médias Empresas (PME) no geral e, em particular, nas empresas relacionadas com o turismo e a hotelaria. O turismo deve ser usado como uma ferramenta para o pleno engajamento e liderança feminina em todas as esferas sociais. A ONU Mulheres, desde a sua criação em 2010, procura influenciar aos Estados ou Governos membros para que, nas suas políticas e estratégias nacionais, levem sempre em conta a igualdade de género.

##### **4.1.1 Produção académica da actuação do Banco Mundial sobre a igualdade de género**

Ao aludir sobre as produções académicas da actuação do Banco Mundial, atinente à igualdade de género, é pertinente compreender a génese da sua criação, bem como a ideologia

empenhada nas políticas e estratégias por si emanadas e como estas têm influenciado os diferentes países.

Um ano antes do término da Segunda Guerra Mundial, em julho de 1944, representantes de 44 países se reuniram na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos da América. O objetivo era estabelecer uma estrutura para a cooperação e reconstrução económica internacional pós-guerra. Nessa conferência, foram criadas duas instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, conhecido como Banco Mundial. Atualmente, o Banco Mundial tem 190 Estados-membros.

Das várias áreas de actuação, o Banco Mundial estava virado para a reconstrução das economias dos países devastados pela guerra e o aumento do desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento. De 1946 a 1967, são criadas várias agências dentro desta instituição, tais como a Corporação Financeira Internacional (IFC), voltada exclusivamente ao sector privado, e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), voltada ao fornecimento de recursos a membros com menos crédito;

De 1968 a 1981, esta instituição tem o seu foco no combate à pobreza, uma vez que uma parcela que excede os 40% da população nos países em desenvolvimento viviam na pobreza absoluta. Entre os anos 1982 e 1994, o Banco Mundial centra as suas iniciativas nas economias em processo de transição e no ajuste estrutural. Em 1991, o Global Environment Facility (GEF) foi estabelecido para promover o foco na protecção do meio ambiente. De 1995 até aos nossos dias, o Banco Mundial tem o seu enfoque no desenvolvimento sustentável e nas parcerias globais. Surgiu, neste período, a ideia do Banco Mundial como uma instituição de conhecimento. “Em 2010, a Agenda Aberta guiou o Banco a uma abordagem mais transparente para o desenvolvimento. Em colaboração com os ODM, das NU, em 2000 e, posteriormente, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015, o Banco Mundial entrou no novo século, enfatizando o desenvolvimento orientado para a comunidade e a coordenação da ajuda, trabalhando para proteger os grupos vulneráveis e mitigar o impacto das Alterações Climáticas.”

24

---

<sup>24</sup> Visão Geral: <https://www.worldbank.org/>

Olhando para as várias áreas e enfoques que esta instituição foi tendo desde a sua criação até aos nossos dias, é perceptível que as suas políticas, estratégias e estudos foram, de certa forma, ditando o rumo do desenvolvimento do mundo.

Conforme observado por Silva (2017), no seu artigo intitulado “A equidade de género na agenda política do Banco Mundial”, o Banco consolidou a sua posição como um influente actor político, intelectual e financeiro, alcançando êxito na ampliação da sua autoridade, variedade de recomendações aos países membros, abrangendo diversas áreas de conhecimento e pesquisas sobre desenvolvimento. O seu contínuo crescimento desde a Segunda Guerra Mundial constitui um tema de grande interesse no meio académico, pois, embora a sua definição oficial o classifique como uma instituição económica, o Banco Mundial tem exercido um poder político crescente no cenário mundial. Isso não se deve exclusivamente ao seu papel financeiro, mas também à disseminação da sua visão sobre desenvolvimento e ao conteúdo ideológico das suas recomendações.

Conforme observado por Silva (2017), uma parcela das críticas ao Banco Mundial surgiu inicialmente durante a I Conferência realizada no México, em 1975 e, posteriormente, durante a sua IV Conferência em Pequim, em 1995, ambas organizadas pelas Nações Unidas. No México, as críticas concentraram-se na falta de representatividade das mulheres nos programas de desenvolvimento, e, em Pequim, as Nações Unidas novamente questionaram o espaço a elas concedido, reforçando a importância de integrar a discussão sobre “género” de forma institucionalizada. Foi a partir dessa segunda onda de críticas que o Banco Mundial começou a adoptar a categoria de género tanto teórica quanto politicamente.

Após a conferência no México, o Banco Mundial encetou iniciativas internas para incorporar as apreensões globais acerca da condição feminina na sua agenda. A estratégia de inclusão de mulheres no desenvolvimento começou informalmente dentro da instituição em 1972, com a criação do primeiro grupo de trabalho sobre a condição das mulheres. Somente em 1979, o Banco publicou o relatório “Recognizing the ‘Invisible’ Woman in Development: The World Bank's Experience”, que compilou algumas abordagens utilizadas pela instituição para melhorar a capacidade económica das mulheres (Silva, 2017).

No ano de 1995, decorreu, em Pequim, a IV Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres, onde foi oficializada a entrada da abordagem de género na agenda global de

desenvolvimento. Ou, como preferiu definir a ONU, o género foi *mainstreamed* (transversalizado/integrado) pelas instituições multilaterais.

Os estudos económicos realizados por agências financeiras ou organismos internacionais demonstraram números sobre o crescimento económico de determinado país. Os números conseguiam dizer a quantidade de população pobre, mas não as suas especificidades e necessidades. As análises sobre a captação de recursos económicos aos países em desenvolvimento, aos projectos de combate à pobreza e programas de preservação ambiental trataram os pobres como categoria analítica, sem diferenciar as formas com que homens e mulheres enfrentam e sofrem a carência de recursos de sobrevivência. Os dados económicos que suprimem a categoria mulher – e as diferentes identidades a que essa categoria se pode referir – nas análises de desenvolvimento humano, legitimam a continuidade de programas e políticas públicas que reforçam a iniquidade de género no trabalho profissional e doméstico (Silva, 2017).

Soederberg e Roberts (2012), no seu artigo sobre “Igualdade de género como economia inteligente? Uma crítica ao Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2012 (WDR)”, afirmam que este relatório representa uma tentativa do Banco Mundial e seus “parceiros”, de aprofundar e consolidar os valores e princípios fundamentais dos interesses capitalistas.

Mais adiante, Soederberg e Roberts (2012) defendem que o (WDR) enfatiza que as melhorias na igualdade de género ocorreram principalmente no sector formal, deixando de reconhecer os crescentes espaços de informalidade criados pelo desenvolvimento liderado pelo neoliberalismo. Especificamente, o relatório argumenta que, ao contrário da percepção pública, a liberalização do comércio e a integração económica global levaram à adopção de salários mais altos, ambiente laboral mais favorável e melhores direitos económicos para as mulheres, principalmente para aquelas que trabalham no sector formal. Isso deve-se, em parte, à pressão dos *media* e dos consumidores, que levou à adopção de códigos de conduta corporativos, bem como de cláusulas sociais em acordos comerciais.

No entanto, para aqueles que permanecem fora do emprego formal, como aqueles trabalhadores que estão sob acordos de subcontratação com empresas locais, nas quais não há controlo das circunstâncias laborais, as condições permanecem precárias. Da mesma forma, as diferenças salariais permanecem acentuadas entre homens e mulheres agricultores, no chamado sector informal, no qual as mulheres muitas vezes fazem trabalhos ocasionais.

Nalguns países da África Subsaariana e do sul da Ásia, mais de 80% do trabalho é informal. Embora na última década tenha havido um crescimento nos níveis de emprego e produtividade ao nível global, houve um aumento simultâneo de formas informais e precárias de trabalho. A crise económica global provavelmente terá também aumentado o trabalho informal, principalmente entre as mulheres, que tendem a ser empurradas do sector formal para o informal enquanto tentam proteger a renda familiar em tempos de crise (Soederberg e Roberts, 2012).

Por sua vez, Prügl (2017), no seu artigo denominado “Neoliberalismo com rosto feminista<sup>25</sup>: Construindo uma nova hegemonia no Banco Mundial”, afirma que, embora as agências de desenvolvimento tenham feito declarações públicas e documentos políticos escritos comprometendo-se a fazer do avanço da paridade de género e do fortalecimento da posição das mulheres uma meta, elas traduziram essas promessas na prática, com dificuldades. No entanto, actividades recentes no Banco Mundial sugerem uma nova determinação para finalmente levar a sério a integração de género.

Com o Plano de Acção de Género (2007–2010), o Banco colocou o empoderamento da mulher no centro da sua agenda. Sob o lema “Igualdade de género como economia inteligente”, mudou o foco do seu trabalho de igualdade de género na educação e saúde das mulheres para o crescimento económico e redução da pobreza, e alocou recursos para realizar essa reorientação. O Relatório de Desenvolvimento Mundial (WDR) de 2012 examinou a relação entre igualdade de género e desenvolvimento e resumiu o acúmulo de evidências de pesquisa sobre o tema no Banco Mundial e na economia do desenvolvimento, de forma mais ampla.

Mais adiante, Prügl (2017) defende que a adopção vigorosa da integração de género pelo Banco Mundial, desde 2007, parte de uma luta sobre os termos da incorporação das mulheres e do trabalho reprodutivo nas relações contemporâneas de mercadorias, dentro do tríplice movimento de mercantilização, protecção social e emancipação – argumento que foca na igualdade de género no Banco Mundial e constitui uma tentativa de estabelecer um novo consenso sobre a regulação da economia, uma versão temperada do neoliberalismo, que carrega uma face feminista.

---

<sup>25</sup> O neoliberalismo com uma face feminista se baseia no consenso pós-Washington que substituiu as prescrições políticas neoclássicas puras na década de 1990. Esse consenso reconheceu que o desenvolvimento precisava de um equilíbrio entre políticas financeiras e sociais, enfatizou a importância das instituições para a construção de mercados bem-sucedidos e aceitou a necessidade de abordar questões de inclusão social. (Prügl, 2017)

Duran (2021), no seu artigo sobre “Governança económica global e desigualdade de género: uma agenda para a pesquisa jurídica brasileira”, afirma que as organizações internacionais foram instituídas para supervisionar e administrar um conjunto de normas que passaram a orientar o comportamento dos Estados em diversas áreas. No contexto da redução da disparidade entre mulheres e homens, a maneira como as organizações internacionais estruturam as suas concepções, recomendações de políticas e normas jurídicas é crucial.

Embora tenha havido progressos na redução da discriminação de género no acesso à educação e ao emprego, isso não foi acompanhado pela diminuição da disparidade salarial e da incidência de violência contra as mulheres. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho também não resultou numa distribuição mais equitativa das responsabilidades domésticas (Banco Mundial, 2018, citado por Duran, 2021).

Tanto o Banco Mundial quanto o FMI têm desempenhado um papel significativo na conscientização sobre a desigualdade de género na dinâmica das economias. Ambos oferecem informações e análises abrangentes sobre os efeitos da disparidade em economias avançadas, em ascensão e em transição. O índice “Mulheres, Empresas e Direito” (Women, Business and the Law), que tem como objectivo avaliar a disparidade presente nas leis, é um dos instrumentos mais relevantes do Banco Mundial.

Refere-se a um conjunto de dados que identifica obstáculos à participação económica das mulheres e promove a reforma legislativa nos países membros. A autoridade intelectual é uma ferramenta poderosa e habilmente empregada por essas instituições. Por um lado, o uso da especialização macroeconómica tende a encontrar eco localmente, uma vez que os principais canais de comunicação entre essas organizações e as autoridades nacionais são os ministérios das finanças, planificação, bancos centrais e áreas especializadas em economia. Essas entidades compartilham a mesma linguagem das autoridades locais: a linguagem da macroeconomia.

As narrativas jurídicas e políticas elaboradas por instituições internacionais não são imparciais. Essas entidades adoptam determinadas concepções e pressupostos sobre o significado do género e sobre os papéis sociais ou económicos atribuídos às mulheres. Essas ideias têm consequências reais. Estereótipos podem ser perpetuados socialmente e resultar em efeitos indesejáveis nas regras e políticas públicas. Por exemplo, a noção de igualdade salarial estabelece o desempenho dos homens como um referencial para a remuneração das mulheres. Se a comunidade onde as relações económicas ocorrem for carente, ou se a presença masculina for reduzida em sectores caracterizados pela

predominância feminina (como o serviço doméstico), o impacto da norma pode ser perigoso ou irrelevante. (Duran, 2021)

Os diversos autores (Silva, 2017; Soederberg e Roberts, 2012; Prügl, 2017; Duran, 2021) concordam que o Banco Mundial, influenciado por críticas e pressões feministas, começou a implementar políticas e estratégias de financiamento que incluem projetos destinados a produzir relatórios e pesquisas orientadoras para os países membros, visando promover a igualdade de género no desenvolvimento.

#### **4.1.2 Produção académica da actuação da ONU Mulher nas questões de igualdade de género**

Diante das pressões de organizações feministas em nível global sobre o papel das mulheres, em julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu a ONU Mulheres, responsável pela igualdade de género e empoderamento das mulheres dentro da ONU. Essa decisão representou um marco significativo para impulsionar os objetivos da ONU em relação à paridade de género e ao empoderamento das mulheres. Ao longo dos anos, as Nações Unidas enfrentaram desafios significativos, como financiamento insuficiente e falta de reconhecimento da necessidade de priorizar questões de igualdade de género em suas atividades globais.

A instituição da ONU Mulheres emergiu como um componente da pauta prioritária de reformas da ONU, reunindo recursos e mandatos para alcançar um impacto maior. A sua criação é baseada no trabalho de relevância em quatro domínios que anteriormente faziam parte do sistema da ONU, as quais se concentravam exclusivamente na paridade de género e na capacitação feminina: a Divisão para o Progresso das Mulheres (DPM); o Instituto Global de Pesquisa e Treinamento para o Avanço da Mulher (INSTRAW); o Escritório do Assessor Especial sobre Questões de Género e Avanço da Mulher (OSAGI); e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Desde a sua criação em 2010, a ONU Mulheres tem produzido directivas e relatórios que são fruto de pesquisas em diferentes partes do mundo, sobre a igualdade de género. Estes relatórios abordam diferentes temáticas tais como: liderança e governação; violência baseada no género; justiça económica e direitos; autonomia corporal e direitos à saúde reprodutiva e sexual; acção

feminista para a justiça climática; tecnologia e inovação pela igualdade de género e movimentos feministas e liderança.

Razavi (2019), no seu artigo intitulado “Indicadores como Substitutos para Contestação de Políticas e Responsabilidade? Algumas Reflexões sobre a Agenda 2030 na Perspectiva de Igualdade de Género e Direitos das Mulheres”, afirma que as estratégias bem-sucedidas das organizações de direitos das mulheres e a atenção dada à igualdade de género e aos direitos das mulheres são consideravelmente amplas na Agenda 2023. Entretanto, a ambição de ter a igualdade de género como questão transversal tende a desaparecer ao nível das metas e indicadores na agenda 2023 e esta situação está relacionada às dificuldades de se usar indicadores quantitativos para captar as dimensões qualitativas, específicas do contexto da igualdade de género.

Razavi (2019) defende que algumas preocupações sobre o significado gigantesco atribuído à necessidade da medição decorrem do peso desproporcional que o quadro de indicadores globais traz, substituindo efectivamente a contestação sobre políticas-chave e mecanismos de responsabilidade que sejam significativos. Muito se tem falado sobre a natureza abrangente da Agenda 2030, e com razão, pelo impulso de ter um conjunto parcimonioso de metas para simplificar a comunicação e planeamento. O que é igualmente notável é o empenho à igualdade de género e aos direitos humanos das mulheres.

Enquanto os ODS, no objectivo 5, que é dedicado à igualdade de género (ODS-5), compartilham uma das principais limitações dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM-3), ou seja, a falta de afirmação explícita dos direitos humanos no próprio objectivo, ao contrário do ODM-3, nos direitos humanos encontraram o seu caminho para os alvos da nova agenda, tanto explicitamente quanto na meta sobre direitos e a saúde sexual e reprodutiva (5.6) e, implicitamente, em várias outras metas, sobre o fim de todas as formas de discriminação (5.1), violência (5.2) e práticas nocivas (5.3). Além disso, atendendo à chamada das feministas para abordar as barreiras estruturais para alcançar a igualdade de género, as metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-5) reflectem compromissos que procuram transformar as normas subjacentes, estruturas e práticas que impedem mulheres e meninas de terem acesso aos seus direitos.

Isso fica evidente na abrangência das questões tratadas nas nove metas do ODS-5, que vão desde a erradicação da violência contra a mulher e a eliminação de todas as práticas prejudiciais,

até à promoção da saúde e dos direitos reprodutivos. Além disso, incluem o reconhecimento e a valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado, a garantia da efectiva e abrangente participação feminina e da equidade de oportunidades para o exercício de liderança em todas as instâncias de formulação de políticas económica e pública. Também visam garantir a universalidade do acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, bem como aos direitos reprodutivos, e aumentar a adopção de tecnologias fundamentais. Além disso, buscam fomentar e fortificar medidas, políticas robustas e legislação pertinente, visando a equidade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todas as esferas.

Razavi (2019) defende que, apesar de importantes ganhos, mesmo na observação superficial aos detalhes da agenda, é possível confirmar que a atenção à igualdade de género está longe de ser transversal. O ‘deslize na ambição’ aludida pelos editores desta especial questão, certamente se aplica no caso dos direitos das mulheres. A ambição de ter a igualdade de género como uma questão transversal às vezes escapa na definição das metas e dos indicadores seleccionados.

Indicadores e estatísticas robustas são ferramentas indispensáveis para monitorar o progresso em direcção ao alcance da igualdade de género, mas a Agenda 2030 não trata apenas de melhorar a colecta de dados para fins de monitoramento, mas também sobre implementar políticas eficazes que irão promover mudanças respeitantes aos direitos das mulheres. É importante realçar que, embora os ODS incluam os chamados “meios de implementação”, estes não fornecem orientação adequada sobre a política ou sobre como os recursos para financiá-los serão gerados.

Os indicadores e dados podem ser úteis para monitorar o progresso. No entanto, eles dificilmente podem substituir uma estrutura robusta de prestação de contas, que permite a análise e o apoio a organizações de direitos das mulheres e outros actores da sociedade civil, para fazer com que governos e outros responsáveis prestem contas. O Fórum Político de Alto Nível, que é a plataforma-chave para a prestação de contas sobre o cumprimento dos ODS a nível global, forneceu fortes evidências das deficiências dos acordos existentes, com muito limitado espaço para a participação significativa de organizações da sociedade civil. (Razavi, 2019).

Taylor (2020), no seu artigo sobre “Engajamento feminista da ONU mulheres com governança<sup>26</sup> por indicadores nos objectivos do milénio e desenvolvimento sustentável”, defende que a ascensão da política baseada em evidências trouxe consigo um aumento no uso de indicadores e projectos globais baseados em dados. O Sistema das Nações Unidas usou os projectos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados em indicadores, para dirigir as iniciativas de igualdade de género. Ao usar a ‘governança por indicadores’ como uma estrutura para entender os processos políticos globais, pode-se entender melhor como o poder dos indicadores pode ajudar ou impedir o progresso em direcção à igualdade de género, dependendo da medida em que estes podem tornar visíveis as preocupações de género.

Apesar das suas origens muitas vezes complexas, os principais indicadores podem ser tomados como dados, quando se passa da formulação de políticas globais para as nacionais. Esses indicadores sinalizam prioridades políticas de maneiras mensuráveis, que se prestam a sistemas de monitoramento e classificação. A capacidade das organizações internacionais de transmitir informações por meio de sistemas de classificação transforma os indicadores em poderosas ferramentas de governança. Por exemplo, os sistemas de classificação oferecem um instrumento poderoso para encorajar certos padrões de comportamento. Procurando melhorar a sua posição, os Estados podem seguir políticas direccionadas a esses comportamentos, ajustando as suas actividades para alcançar ou aparentar alcançar o que o indicador mede. A investigação crítica da utilidade ou adequação de um indicador pode ser deixada de lado em face de uma estrutura de classificação incentivada. (Taylor, 2020)

Taylor (2020) afirma ainda que os actores que definiram a agenda dos ODS, por exemplo, queriam fazê-lo com base numa estrutura de indicadores. Usar a linguagem dos números pode avançar a agenda de interessados dentro de um espaço de contestação. O poder dos indicadores dentro de um universo de discurso político pode ajudar ou dificultar o progresso em direcção à igualdade de género, dependendo da dimensão em que os indicadores tornam visíveis as preocupações de género, as definem. É aqui que entra a perspectiva feminista. Uma abordagem

---

<sup>26</sup> A origem da palavra governança vem de um vocábulo grego que significa direcção. Assim, logicamente, o significado fundamental da governança é dirigir a economia e a sociedade visando objetivos coletivos. O processo de governança envolve descobrir meios de identificar metas e depois identificar os meios para alcançar essas metas. Embora seja fácil identificar a lógica da governança e os mecanismos para atingir essas metas sejam muito bem conhecidos pela ciência política e administração pública, a governança ainda não é uma tarefa simples (Peters, 2013).

feminista pode aprimorar o trabalho de políticas baseadas em indicadores ao aplicar uma lente feminista à produção de conhecimento envolvido na produção de indicadores. Essa lente pode ser aplicada ao envolver-se em debates dentro de um espaço de contestação. Algumas vertentes do pensamento feminista, como o feminismo pós-estrutural, destacam especificamente os esforços de contestação em torno do conhecimento e do poder. Os efeitos de enquadramento e as relações de poder que os indicadores trazem para a política social global trazem consigo um viés obscuro.

Esses preconceitos, geral, a política por trás dos indicadores de igualdade de género precisam de ser avaliados à luz dos objectivos feministas. As feministas criticaram os indicadores pela sua simplicidade redutiva e como eles são descontextualizados, deixando de abordar as complexidades e interacções de diferentes factores sociais inerentes às lutas por igualdade de género. Assim, é importante aplicar uma lente feminista aos projectos de esfera global, como as metas de género ODM- 3 e ODS- 5, mas também é importante fazê-lo de forma ampla. Aplicar essa lente aos espaços de contestação associado aos aos indicadores como forma de melhorá-los, também é importante. Junto às outras feministas, a ONU Mulheres faz isso por meio do seu engajamento com os ODM e ODS quando os espaços se abrem para que o façam. O seu engajamento directo está relacionado a questões de visibilidade, mas muito da sua crítica está ligada à política de mensuração e produção de conhecimento.

Taylor (2020) declara que os ODM e os ODS são documentos de referência fundamentais para a ONU Mulheres, associados aos instrumentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Declaração e Plataforma de Acção de Pequim e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança (ONU Mulheres). Os ODM e os ODS, delineando a visão da ONU para combater a pobreza global e promover o desenvolvimento de 2000 a 2030, destacam uma meta específica sobre género: o ODM-3 visa "Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres" (Nações Unidas, 2001), enquanto o ODS 5 visa "Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas" (Nações Unidas, 2015).

Hepp, Somerville e Borisch (2019), no seu artigo sobre 'Acelerando a Agenda Global 2030 das Nações Unidas: Porque a priorização da meta de género é essencial', afirmam que a igualdade de género, como a própria agenda de 2030 refere, é fundada nos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas de 1946 e da Comissão sobre o *Status* da Mulher (CSW), e está consagrada (não sem críticas à linguagem de género) na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma

abordagem de género para a agenda dos ODS, que prioriza esse direito humano ainda não cumprido, pode fornecer a dinâmica para desencadear unanimidade dos objectivos como sendo indivisíveis e universais. Priorizar uma abordagem de género transformadora e interseccional é transversal à agenda global e facilitará o alcance de todos os outros objectivos. Isso torna a igualdade de género uma urgência e, ao mesmo tempo, o único ODS que pode propagar o seu impacto por meio das metas e dos 5Ps (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria).

Hepp *et al.* (2019) argumentam que a intersecção da paridade de género com os objectivos e metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que almejam garantir direitos à terra, segurança alimentar, nutrição e práticas agrícolas sustentáveis, é uma questão interdisciplinar que conecta saúde, educação e sustentabilidade ambiental. Assegurar a igualdade de acesso aos recursos económicos, propriedade e controlo sobre a terra, pode desempenhar um papel crucial na erradicação da fome ao promover a produção agrícola global. Além disso, a participação activa das mulheres nos âmbitos social, político e económico demonstra ter efeitos positivos nos processos de construção da paz. Uma pesquisa global recente destacou que o sucesso em alcançar acordos durante negociações de paz está significativamente associado à influência que as mulheres conseguem exercer.

Deve-se começar a abordar a igualdade de género para alcançar um efeito positivo à jusante, que resolva vários outros ODS? A resposta é: Sim. Não apenas porque a alocação eficiente de recursos é vital, mas porque a desigualdade de género é uma das principais causas dos desafios em cada um dos 17 objectivos. As desigualdades de género cruzam-se com todas as outras desigualdades, desequilíbrios de poder e práticas discriminatórias e, como tal, são o caminho para abordar as causas profundas que impedem o desenvolvimento sustentável globalmente. Priorizar é, em última instância uma accção política. As evidências são inequívocas. Por outro lado, a comunidade global não pode contar com o alcance de outras metas para abordar o ODS-5, até porque o desenvolvimento económico sustentável por si só não resulta em igualdade de género para todos (Hepp *et al.*, 2019).

### **4.1.3. Produção académica da actuação da Organização Mundial do Turismo nas questões de igualdade de género**

Como instituição global responsável pela política de turismo, poder-se-ia esperar que a OMT, fornecesse alguma orientação sobre questões de igualdade de género. Apesar de ser uma agência especializada das Nações Unidas, especializada, a OMT tem sido lenta na adesão à integração da perspectiva de género, em comparação com outras instituições da ONU. Dentro da instituição, o género enquadra-se no âmbito do programa “Dimensões Éticas e Sociais do Turismo”, em que é apenas uma das várias áreas com que as pequenas equipas se preocupam, junto à migração, aos direitos humanos, à não discriminação e à protecção das crianças. Como tal, existem recursos ilimitados, para desenvolver e promover, uma agenda de género forte (Lucy Ferguson, 2011).

O género como conceito não era amplamente visível na OMT, até 2007. No âmbito do Dia Mundial do Turismo de 2007, com o lema 'O Turismo Abre Portas às Mulheres', dentro da OMT, os interessados nas questões de género conseguiram tirar partido do tema para dar visibilidade às questões de género. No evento, realizou-se uma mesa-redonda envolvendo um amplo leque de participantes, com o propósito expresso de explorar a relação entre este tema e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecendo uma agenda de trabalho para o futuro.

Na sequência disto, realizou-se um novo Fórum da OMT em Berlim, em Março de 2008, que explorou o tema “Mulheres no Turismo”, conduzindo a um memorando de entendimento com o Fundo de Desenvolvimento das NU para as Mulheres (UNIFEM), agora parte da ONU Mulheres. O plano de acção do UNIFEM-OMT para capacitar as mulheres através do turismo desenvolvido durante o fórum, incluiu os seguintes objectivos:

- Estabelecer uma equipa de trabalho multilateral;
- Implementar um mecanismo de recolha de dados, incluindo investigação documental e estudos de caso;
- Iniciar um relatório bienal da OMT-UNIFEM sobre a situação das mulheres no turismo;
- Expandir o website [www.tourismgender.com](http://www.tourismgender.com) num PORTAL para servir como uma rede electrónica global de partilha de conhecimento;

- Construir a consciência internacional sobre as oportunidades para as mulheres no turismo;
- Apelar aos membros da OMT para que tomem medidas enérgicas para apoiar a integração do género nos processos de desenvolvimento nacional, de modo a alcançar a igualdade das mulheres no sector do turismo;
- Promover uma rede de activistas, embaixadores, defensores e especialistas de todo o mundo, em questões de género.

No entanto, vários estudos têm sido desenvolvidos visando demonstrar que o turismo tem potencial para contribuir para o desenvolvimento e para a redução da pobreza. Lucy Ferguson (2011), no seu artigo intitulado ‘Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres? Turismo e o terceiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio’, expõe as tensões entre as visões feministas do desenvolvimento e a política de desenvolvimento do turismo. No entanto, os primeiros trabalhos críticos sobre turismo e desenvolvimento centraram-se na forma como a indústria do turismo frequentemente explorava associações coloniais e se voltava para estruturas de poder colonial, para promover e construir a indústria nos países em desenvolvimento. (Britton, 1982 ; Nash, 1989 ; Pérez, 1974 , 1975 citados por Lucy Ferguson, 2011, p. 236).

Brohman, (1996); Khan, (1997); Lea, (1993) , citados por Lucy Ferguson, (2011, p. 236), defendem que, em resposta, os estudos de turismo voltaram a sua atenção para formas “alternativas” de turismo, sugerindo que estas tinham maior probabilidade de superar as dimensões exploradoras do turismo de massa nos países em desenvolvimento.

Uma tradição bem estabelecida de investigação sobre género e turismo tem abordado uma vasta gama de questões, estudos de caso e abordagens, com base na premissa fundamental de que o turismo é uma actividade altamente ligada ao género (Cohen, 1995; Kinnaird & Hall, 1996; Kinnaird, Kothari, & Hall, 1994; Marshment, 1997; Pritchard & Morgan, 2000; Sinclair, 1997 citados por Lucy Ferguson, 2011, p. 236). Apesar da diversidade de áreas abrangidas por este trabalho, persistem fortes associações no imaginário popular entre género, turismo e indústria do sexo. A exploração sexual de mulheres e crianças é uma questão constante que precisa de ser abordada pela investigação e pela política, e o surgimento do “turismo sexual” nos países em desenvolvimento é uma preocupação fundamental para as feministas.

De acordo com Ferguson (2011), as teorias feministas do desenvolvimento enquadram-se aproximadamente em dois ramos – mulheres em desenvolvimento (WID) e gênero e desenvolvimento (GAD). Embora os limites tendam a ser um tanto confusos, pode-se afirmar que, em termos gerais, o WID adere a uma abordagem feminista liberal, baseada na integração das mulheres nos processos e resultados de desenvolvimento. Em termos práticos, isto tende a envolver rendimento, no âmbito dos direitos humanos das mulheres. O WID foi pioneiro na década de 1970 e orientou a política de desenvolvimento até a década de 1990. Em contraste, a abordagem GAD surgiu de agendas feministas mais radicais, orientadas pela política socialista e pós-colonial. No centro das análises do GAD, estava a natureza interligada da desigualdade de gênero e dos processos de reestruturação capitalista, *relações de desigualdade*, e não nas mulheres como uma categoria não problemática e globalmente universal. A agenda do GAD foi estabelecida na Conferência de Pequim, em 1995 e, desde então, tem sido adotada como o discurso oficial do desenvolvimento. Contudo, saber até que ponto o desenvolvimento contemporâneo adere às dimensões mais radicais da agenda do GAD, é um ponto de muito debate. Na verdade, muitas feministas argumentariam que, apesar da adoção da terminologia GAD, o desenvolvimento mantém uma abordagem profundamente liberal – ou WID.

Ferguson (2011) argumenta que, no âmbito das políticas de gênero no turismo, a relação entre a análise feminista e as políticas de gênero no desenvolvimento é altamente controversa. Ele enfatiza que os compromissos políticos com o "gênero" precisam ser examinados de forma crítica para compreender seu potencial em promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. A política de gênero muitas vezes é moldada em um ambiente que tende a despolitizá-la, marginalizando aspectos mais radicais da agenda feminista. Esse contexto também se reflete na política de desenvolvimento do turismo, onde não se deve esperar que o conteúdo de gênero supere facilmente essas restrições.

Lattimore, Ling Yang e Je (2019), em seu estudo intitulado “Avaliando a representação de gênero na produção de conhecimento: uma análise crítica dos eventos planejados da OMT”, destacam que as pesquisas atuais sobre desigualdade de gênero na representação e produção de conhecimento na área do turismo, têm se concentrado predominantemente em abordagens acadêmicas. Estes estudos indicam que mesmo entre a população educada, normas de gênero negativas são adotadas e práticas sociais prejudiciais são aceitas de maneira inconsciente. Em particular, as conferências acadêmicas tem sido identificadas como um indicador proeminente de

desigualdade de género. Em 2013, por exemplo, menos de 24% dos palestrantes principais, convidados e membros de painéis de especialistas em 33 conferências académicas sobre turismo eram mulheres. Em 2017, essa disparidade persistiu, com um leve aumento para 30% na representação feminina entre os palestrantes em um universo de 53 conferências académicas na área do turismo. Esta discrepância entre homens e mulheres como palestrantes é problemática, especialmente porque a informação sobre os palestrantes, que são vistos como líderes do conhecimento em turismo e suas subáreas, está publicamente disponível nos *websites* das conferências e é usada para promover os eventos.

Mulheres constituem a maioria da força de trabalho no setor turístico e, em muitos países menos desenvolvidos, o turismo tem proporcionado a elas acesso a oportunidades económicas e de empreendedorismo que não estariam disponíveis de outra forma (OMT e ONU Mulheres, 2010, citado por Lattimore et al., 2019). No entanto, há pouca informação sobre como a igualdade de género é implementada na OMT, especialmente em termos de liderança, e como o impacto da igualdade de género influencia o paradigma, o discurso e a formulação de políticas tanto na organização quanto nos países membros e afiliados ao redor do mundo.

A geração de conhecimento acerca do género no turismo reflecte-se, evidentemente, na publicação de pesquisas sobre género no turismo, com menos de 250 estudos publicados em revistas de turismo e hotelaria desde a década de 1980. A marginalização das pesquisas sobre a temática em causa é resultado directo da sub-representação de mulheres académicas em posições de liderança e de gestão. Isto é explicado no projecto “Enquanto Espera pelo Amanhecer” de Munar *et al* (2015), citado por Lattimore, *et al* (2019), que mapeou extensivamente a disparidade de género na academia, no tocante ao turismo.

Conforme o seu relatório, metade dos académicos da área do turismo eram mulheres, mas apenas 25% dos editores de revistas de turismo, detentores do conhecimento, são mulheres. A representação de mulheres oradoras em conferências continua a ser marginal, com apenas 30%, representando o número total de oradores principais, oradores convidados e membros de painéis de peritos. Esta distribuição de posições de liderança em conferências, em que mais mulheres do que homens assumem funções de secretariado e de organizadores e, mais homens do que mulheres recebem funções de destaque, é herdada de uma estrutura de longa data, de reprodução de conhecimento que privilegia os homens e é atribuída ao sexismo inconsciente e ao preconceito implícito.

Segundo Lattimore, *et al* (2019), nas conclusões do seu estudo, demonstram que, mesmo para uma organização que se comprometeu com a igualdade de género, existe uma marginalização significativa, na maioria dos seus principais eventos empresariais decorridos em 2017. Houve mais homens do que mulheres como oradores especialistas em mais de 90% dos eventos. Em eventos de negócios (aqueles que tinham informações disponíveis sobre os seus oradores) promovidos pela OMT e em 45% dos eventos, os oradores do sexo masculino superaram substancialmente o número de mulheres em 300% ou mais. Esta falta de representação feminina ameaça o quinto ODS que versa sobre a igualdade de género. É considerada também como tendo oportunidades limitadas na representação em cargos de liderança. Esta situação complica ainda mais a actual gestão de formulação de políticas.

Sánchez, P., Rafael, A., Chico, J. R., García, M. J. e Sánchez, J. A. L. (2020), no seu estudo intitulado “Turismo e os ODS: Uma Análise do Crescimento Económico, Emprego Digno e Igualdade de Género na União Europeia (2009 – 2018)”, afirmam que o principal inconveniente da avaliação do impacto económico do turismo reside, fundamentalmente, na natureza multisectorial deste sector, o que implica que existem variáveis difíceis de quantificar, minimizando inevitavelmente o valor da verdadeira contribuição do turismo para o desenvolvimento económico. Além disso, é importante destacar a falta de um instrumento estatístico sectorial a nível supranacional, que possa fornecer uma base de dados suficientemente desagregada, para permitir futuras pesquisas sobre o turismo.

De acordo com Sánchez *et al* (2020), são muitos os aspectos abordados pelo objectivo (O5) da igualdade de género na Agenda 2030. Neste sentido, é claro que este objectivo amplo, é alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres, através da reforma das leis e normas que permitem a concretização deste propósito com o apoio e os recursos adequados, bem como uma responsabilidade para com os compromissos assumidos para os direitos das mulheres. Além disso, trata-se de remover obstáculos relativos à sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos, incluindo restrições legais e a falta de autonomia na tomada de decisões. É claro que nada disto seria possível se as mulheres não tivessem as mesmas oportunidades de emprego que os homens.

Quando se analisa o pleno emprego, nos 28 países da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Suécia), observa-se uma predominância

masculina no mercado de trabalho. No entanto, o setor do turismo apresenta uma dinâmica diferente, onde há uma maior participação feminina. Entre 2009 e 2014, as mulheres representavam 55,78% dos empregos neste setor, e de 2015 a 2018, essa proporção manteve-se praticamente estável, com 55,16% de empregos ocupados por mulheres. Além disso, as disparidades entre os países da UE nesse aspecto são notavelmente significativas.

O sector do turismo, tem uma maior proporção de emprego feminino, mas há uma necessidade de que esta não seja marcada pela divisão sexual do trabalho, pela precariedade, por poucas possibilidades de promoção profissional, e por uma disparidade salarial e insegurança no trabalho. (Sánchez *et al* 2020).

No seu estudo, Sánchez et al (2020) afirmam que seria essencial utilizar o turismo como ferramenta de integração social na Europa e que o sector privado assumisse mais responsabilidade neste sentido. Isto cria um desafio fundamental para alcançar a mudança social através do turismo inclusivo, dadas as limitações existentes, tanto no sector do turismo como na política económica em geral. É necessário abordar questões relacionadas com o conceito de crescimento económico inclusivo e sustentável e devem ser feitos esforços para abordar factores-chave como a inclusão social, a igualdade de género, a redução do desemprego e da pobreza, a utilização eficiente de recursos limitados, a protecção ambiental e as alterações climáticas, valores culturais, diversidade e património, compreensão mútua e paz e segurança. Também é necessário incorporar princípios éticos ligados à igualdade de género, equidade e justiça, que são dimensões ainda pouco abordadas na literatura científica e são necessárias para enfrentar as alterações climáticas e a escassez de recursos com certas garantias.

#### **4.2 Políticas e estratégias**

Das várias organizações interessadas na promoção da igualdade de género no mundo, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Turismo e a ONU Mulheres, que são o enfoque deste trabalho, têm traçado diferentes políticas e estratégias que vêm influenciando os diferentes países, às políticas e estratégias adoptadas, visando a igualdade de género.

Em 2012, o Grupo Banco Mundial publicou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012: *Igualdade de Género e Desenvolvimento* (WDR2012). Ao longo da última década, foram alcançados progressos em diversas áreas-chave. A mortalidade materna diminuiu cerca de 10% e o ingresso das raparigas no ensino secundário aumentou 5%. O índice *Women Business and the*

*Law*<sup>27</sup> mostra que os direitos económicos das mulheres melhoraram e que há agora mais mulheres do que nunca nos parlamentos nacionais em todo o mundo. No entanto, o progresso tem sido lento em muitos domínios importantes. As taxas de participação das mulheres, na força de trabalho caíram para menos de 40%, nos países de baixa renda ou em desenvolvimento. Desigualdades salariais substanciais entre homens e mulheres continuam a existir e, em muitos países, as mulheres ainda estão agrupadas em sectores e profissões tipicamente associados a lucros mais baixos, à ausência de contratos de trabalho e à falta de protecção.

A disparidade digital de género representa uma ameaça ao acesso das mulheres e jovens a serviços de saúde de qualidade, oportunidades educacionais, emprego e participação cívica. As mulheres ainda carregam o fardo desproporcional dos cuidados domésticos, especialmente em relação às crianças e idosos, e permanecem sub-representadas em posições de liderança, particularmente nos escalões mais elevados. A violência contra mulheres e meninas persiste como um problema generalizado em todo o mundo. Torna-se cada vez mais evidente que as normas sociais desiguais de género limitam as oportunidades das mulheres de se tornarem cidadãs plenas, líderes e agentes de mudança. Essas normas sociais restringem a capacidade das mulheres de buscar emprego remunerado fora de casa, de almejar carreiras em campos e sectores historicamente dominados por homens e de adiar o casamento e a maternidade para concluir a sua educação.

No ano de 2022, o Grupo Banco Mundial lançou a iniciativa ‘Acelerar a Igualdade’, com a duração de um ano, que explora os importantes progressos alcançados e as lições aprendidas ao longo dos últimos 10 anos (2012-2022), na redução das disparidades de género e na promoção do empoderamento das raparigas e das mulheres, e impulsiona a mudança transformadora no futuro. Oferece uma oportunidade de mostrar sucessos, aprender e desenvolver ideias, e impulsionar ainda mais o futuro e da igualdade de género e da liderança das mulheres, ao mesmo tempo que faz um balanço dos desafios prevaletentes, e fortalecendo as parcerias na busca por “Acelerar a Igualdade” (*Accelerate Equality*).

---

<sup>27</sup> Mulheres, Empresas e a Lei (WBL) é um projecto do Grupo Banco Mundial que recolhe dados sobre as leis e regulamentos que afectam as oportunidades económicas das mulheres. <https://wbl.worldbank.org/en/aboutus>

A Estratégia de Género do Grupo Banco Mundial (GBM) para o período de 2024 a 2030 revela uma ambição significativa em promover a igualdade de género para um futuro sustentável, resiliente e inclusivo, alinhada com o Roteiro de Evolução do Grupo Banco Mundial.

Esta estratégia surge em resposta à urgência global e à complexidade subjacente à conquista da igualdade de género. Ela baseia-se na implementação anterior da Estratégia de Género do Grupo Banco Mundial para o período de 2016 a 2023 e visa uma abordagem ainda mais abrangente, enfatizando a importância da participação de todos na promoção da paridade de género como um elemento essencial para o desenvolvimento global. A estratégia para o período de 2024 a 2030 estabelece três grandes objectivos, destinados a alcançar seis resultados específicos.

**No objectivo estratégico ‘Bem-estar fundamental’**, que versa sobre como acabar com a violência baseada no género e elevar o capital humano, esperam-se os seguintes resultados: I: acelerar o progresso na eliminação de todas as formas de violência baseada no género; II: construir e proteger o capital humano.

**No objectivo estratégico ‘Participação Económica’**, que aborda a necessidade de expandir e viabilizar oportunidades económicas, esperam-se os seguintes resultados:

III: potencializar a equidade no acesso a oportunidades laborais, ampliadas e de maior qualidade, abrangendo empregos do futuro;

IV: expandir a propriedade e a utilização de activos económicos e

V: ampliar a disponibilidade e utilização de serviços que facilitem a inclusão económica.

**No objectivo estratégico ‘Liderança’**, que versa sobre o envolvimento das mulheres como líderes, o resultado que se espera é o seguinte:

VI: promover a participação, a tomada de decisões e a liderança das mulheres.

Em contraste com os quatro pilares da Estratégia de Género 2016-2023 (que buscam reduzir as disparidades de género nas capacidades humanas; promover mais e melhores oportunidades de emprego; garantir a posse e o controlo de activos; e ampliar a representação e influência das mulheres), a nova estratégia responde ao contexto global, ao enfatizar o combate à violência de género; a expansão dos serviços de cuidados, digitalização, mobilidade e outros serviços de capacitação; e o engajamento das mulheres como líderes para futuros sustentáveis,

resilientes e inclusivos Além disso, reafirma o compromisso do GBM com a não discriminação, a inclusão e a igualdade de oportunidades, abrangendo minorias sexuais e de género. Reconhece as dificuldades enfrentadas pelos homens e meninos, assim como as vulnerabilidades resultantes da intersecção do género com a pobreza, etnia, deficiência e outras características. Propõe a participação activa de homens e meninos na abordagem de questões específicas para eles, bem como aquelas que afectam a igualdade de género.

A seguir, a estratégia aborda a inovação, o financiamento e a actuação colectiva como motores da mudança rumo à igualdade de género. ‘Inovar’ refere-se à promoção de soluções baseadas em dados e evidências, ferramentas digitais e análises baseadas em percepções comportamentais, bem como no aprender a seleccionar soluções iniciadas localmente; O ‘financiamento’ envolve a garantia e a alocação de recursos de forma eficaz e através dos sectores público e privado; ‘Agir colectivamente’ reconhece que a concretização da igualdade de género requer o envolvimento concertado dos intervenientes dos sectores público e privado, da sociedade civil e das organizações e agências internacionais.

Diferentemente do Banco Mundial, a Organização Mundial do Turismo não apresenta uma estratégia unilateral com vista à igualdade de género. A OMT uniu forças com a ONU Mulheres, a Agência Alemã de Desenvolvimento GIZ, o Banco Mundial e a AMADEUS para produzir o “Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (2019)”, segunda edição. O relatório compila os dados estatísticos mais recentes e exemplos aprofundados de boas práticas para ilustrar a contribuição que o turismo está a dar para o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 5, da agenda 2030 da ONU, que visa ‘Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as Mulheres e Raparigas’.

O relatório analisa os principais componentes que contribuem para a falta de equidade de género no sector do turismo, identificando desafios e estratégias para mitigar essa disparidade e aproveitar o potencial do turismo para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em escala global.

Neste Segundo Relatório sobre as Mulheres no Turismo (2020), a situação delas é examinada sob as mesmas cinco áreas temáticas que foram abordadas na primeira edição do Relatório Global, em 2010: ocupação, iniciativa empresarial, instrução e capacitação, governança, política e formulação de políticas, e sociedade e organizações cívicas. Ao explorar essas cinco

áreas temáticas, foram estabelecidos objectivos específicos para demonstrar como a igualdade de género e o empoderamento das mulheres poderiam ser alcançados no contexto do turismo.

O Relatório Global sobre as Mulheres no Turismo (2019) é embaçado numa combinação de análise quantitativa, revisão da literatura e 25 estudos de caso aprofundados em 18 países. Ele investiga tendências em quatro regiões geográficas distintas: África, Ásia e Pacífico, América e Europa, e em quatro sectores-chave do turismo, incluindo plataformas digitais e tecnologia, hospedagem e acomodação, operadores turísticos e turismo comunitário. O relatório apresenta as seguintes conclusões:

**Constatação:** intervenções específicas de actores públicos e privados e, da sociedade civil, como a promoção da igualdade salarial, o combate ao assédio sexual e o recrutamento de mulheres para cargos de alto escalão, contribuem para lhes promover um trabalho digno no sector do turismo; **II. Constatação:** políticas legais e políticas macroeconómicas que consideram as disparidades de género a nível nacional contribuem para o fortalecimento económico das mulheres no domínio do turismo, quando implementadas de maneira eficaz; **III. Constatação:** investimentos em capacitação para mulheres, incluindo competências interpessoais e conscientização sobre as oportunidades de capacitação disponíveis, junto aos programas de formação em equidade de género em toda a esfera, levam a resultados melhores, em termos de igualdade de género; **IV. Constatação:** Estratégias para promover a igualdade de género no setor do turismo são essenciais para o empoderamento das mulheres e devem contar com apoio institucional e financeiro; **V. Constatação:** As mulheres podem fortalecer as suas habilidades políticas e sociais, por meio do turismo, estabelecendo vínculos com a comunidade mais ampla e com organizações da sociedade civil; **VI. Constatação:** Ao receberem capacitação sensível ao género e acesso à tecnologia adequada, a digitalização do turismo pode criar e empolgantes oportunidades para inovação e empoderamento feminino; e **VII. Constatação:** A disponibilidade de dados turísticos desagregados por género possibilita a implementação de intervenções específicas de promoção da igualdade de género no sector e contribui para um aumento do empoderamento das mulheres.

Das constatações acima descritas, surgem recomendações estratégicas a serem implementadas pelos países interessados na matéria de igualdade de género e turismo, a saber:

**Na dimensão do Emprego:** I. Implementar medidas para reduzir as discrepâncias remuneratórias entre indivíduos do sexo masculino e feminino no sector do turismo; II. Abordar a protecção social e o trabalho não remunerado das mulheres, no turismo; III. Abordar, de forma sistemática, o assédio sexual enfrentado pelas mulheres trabalhadoras, no sector do turismo, assim como as questões de assédio nas comunidades turísticas, contra membros locais e viajantes; IV. Desenvolver e institucionalizar abordagens de igualdade de género para a indústria turística; V. Desafiar os estereótipos de género nas ocupações relacionadas ao turismo.

**No âmbito do Empreendedorismo:** I. Trabalhar para permitir que as entidades turísticas lideradas por mulheres se possam formalizar, caso desejem, e contribuir para a inclusão financeira das mulheres; II. Expandir e enriquecer a inclusão das mulheres no mercado e no comércio equitativo dos seus produtos e serviços turísticos; III. Apoiar as mulheres na expansão e diversificação dos seus produtos e serviços turísticos; IV. Implementar medidas para melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal das mulheres no turismo e incentivar uma divisão equitativa do trabalho de cuidados não remunerados nas comunidades turísticas; V. Expandir o acesso das mulheres às tecnologias digitais, incluindo plataformas digitais de turismo.

**Na esfera de Liderança, Política e de Tomada de Decisão:** I. Trabalhar para alcançar equidade de género na alta gestão das empresas turísticas; II. Abordar a escassez de liderança feminina em cargos de alto nível nos sectores público e privado do turismo; III. Garantir a observância das políticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre licença-maternidade e cuidados; IV. Apoiar activamente a representação e liderança das mulheres nos sindicatos.

**No âmbito da Educação e Formação:** I. Elaborar programas de capacitação destinados às mulheres no sector do turismo, abrangendo competências interpessoais, *networking* e formação avançada, para progressão na carreira; II. Disponibilizar treinamento especializado às mulheres, para que possam explorar as tecnologias digitais, visando a inovação no turismo; III. Promover a formação em igualdade de género, para tomadores de decisão, gestores e colaboradores do sector turístico; IV. Estimular a participação de estudantes e profissionais do sexo feminino em programas e cursos relacionados ao turismo.

**No contexto da Comunidade e Sociedade Civil:** I. Facilitar a participação na tomada de decisões comunitárias e familiares; II. Garantir a implementação eficaz dos compromissos

nacionais em igualdade de género e de direitos humanos; III. Apoiar redes de turismo, feminino, ONG e cooperativas turísticas, para promoção de autonomia das mulheres, no sector.

**Para Melhores Políticas e Avaliação:** I. Colectar e relatar regularmente dados desagregados por sexo, sobre emprego no turismo, incluindo formal e informal, disparidades salariais, empreendedorismo, educação, liderança, utilização do tempo e equilíbrio entre vida pessoal e profissional; II. Fornecer regularmente dados desagregados por sexo sobre emprego no turismo à OMT; III. Realizar análises de género, consultar partes interessadas da sociedade civil e integrar uma perspectiva de género em todas as fases do ciclo de políticas e programas de turismo.

A ONU Mulheres é a entidade das NU dedicada à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres. Defensora global dos direitos das mulheres e das meninas, criada para acelerar o progresso na satisfação de suas necessidades em escala mundial, lança o Plano Estratégico 2022–2025, que procura alcançar a igualdade de género, o empoderamento de todas as mulheres e meninas e a plena realização dos seus direitos humanos.

O Plano Estratégico 2022–2025 baseia-se na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, no Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e noutros resultados de processos intergovernamentais relevantes, como resoluções da Assembleia Geral e conclusões acordadas na Comissão sobre o Estatuto Legal e Social da Mulher. Contribui para a implementação da Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável de uma forma que responda às questões de género, bem como uma determinação em defender a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, manifestado noutros instrumentos e resoluções relevantes das Nações Unidas.

A ONU Mulheres faz abordagens integradas para debater as causas profundas da desigualdade e provocar mudanças mais amplas nos sistemas, tendo como base os seguintes elementos:

- I. Reforçar os quadros regulatórios globais, as leis, políticas e instituições sensíveis ao género, oferecendo assistência técnica aos Estados-Membros, produzindo evidências sobre compromissos globais e apoiando as instituições públicas para atender às necessidades das mulheres e meninas, além de incentivar a participação delas na formulação de políticas e agendas.

- II. Na componente financiamento, para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, a ONU Mulheres irá fornecer orientações sobre políticas específicas e capacitação para cada contexto de mobilização e alocação de despesas com o impacto alinhado com os objectivos de igualdade género.
- III. Com relação às normas sociais positivas, incluindo a participação de homens e meninos, a ONU Mulheres utilizará suas diversas alianças para promover mudanças positivas nas regras sociais;
- IV. Para facilitar o acesso a bens, serviços e recursos públicos de melhor qualidade e mais adequados às necessidades de todas as mulheres e meninas, a ONU Mulheres oferecerá ajuda para a remoção de barreiras ao acesso, aumentará o conhecimento técnico relevante para prestadores de serviços e apoiará a contribuição feminina no desenho de políticas e na tomada de decisões, e bem como promoverá investimentos sustentáveis, para todos os níveis;
- V. Para garantir que mais mulheres e meninas façam o uso da sua voz, da sua autonomia e da sua liderança, a ONU Mulheres encorajará as mulheres a expressar a sua voz e autonomia, incluindo a protecção do direito à liberdade de opinião e de expressão, e igualdade dos direitos das mulheres de participarem na vida pública;
- VI. No tocante à capacidade para gerar melhores conhecimentos e dados, incluindo mais estatísticas mundiais desagregadas por sexo, a fim de fundamentar a estratégia de igualdade de género, a ONU Mulheres criará um ambiente propício ao aumento de geração de estatísticas e dados de género desagregados por sexo e melhorará o acesso aos mesmos, apoiará aos Estados-Membros para que preencham as lacunas de dados necessários para medir os compromissos globais; e
- VII. Para defender um sistema das Nações Unidas mais coordenado e unido, a ONU Mulheres intensificará o seu trabalho de coordenação incluindo a contribuição para a inclusão transversal de questões de género em todas as políticas e programas do sistema das Nações Unidas e desenvolverá marcos através dos quais os membros serão responsabilizados dos seus compromissos em relação à igualdade de género.

Para o alcance dos resultados acima descritos, a ONU Mulheres promove quatro temas de impacto estabelecidos: I. Governança e participação na vida pública; II. Empoderamento

económico das mulheres; III. Eliminação da violência contra mulheres e meninas; e IV. Mulheres, paz e segurança, acção humanitária e redução do risco de desastres.

#### **4.2.1 Linhas de conflitos**

Na implantação das suas directivas sobre a igualdade de género no mundo, que se materializam em políticas e estratégias, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Turismo e a ONU Mulheres têm enfrentado desafios a vários níveis, tais como: normativos, financeiros, socioculturais, etc., que podem criar linhas de conflito.

As análises sobre a busca de recursos económicos aos países em desenvolvimento, aos projectos de combate à pobreza e programas de preservação ambiental trataram os pobres como categoria analítica, sem diferenciar as formas com que homens e mulheres enfrentam e sofrem a carência de recursos de sobrevivência. Os dados económicos que suprimem a categoria mulher e as diferentes identidades que essa categoria pode referir nas análises de desenvolvimento humano legitimam a continuidade de programas e políticas públicas que reforçam a disparidade de género no trabalho profissional e doméstico.

Prügl (2017) afirma que o desenvolvimento da especialização em género no Banco Mundial, desde a virada do novo século, pode ser interpretado como um esforço para criar um senso comum na relação entre mercados, protecção social e emancipação, a partir das cinzas da ortodoxia económica neoliberal. Ao construir a igualdade de género como um motor do crescimento económico, a nova ortodoxia funciona para proteger os princípios centrais da economia neoclássica, embora moderada por um foco nas instituições e nas capacidades individuais. Igualmente, a nova ortodoxia mantém uma racionalidade neoliberal que celebra a eficiência do mercado como a medida de todas as coisas e como o principal fornecedor da verdade. O resultado foi a reconstrução do neoliberalismo para que ele assumira uma face feminista. Esta reconstrução preserva os privilégios da iniciativa privada, responsabilidade individual, e a sabedoria do mercado, enquanto reconhece a força produtora de desigualdade de vieses institucionais, normas informais, dotações desiguais e relações de poder, na sociedade. É um projecto para uma nova ideologia, que preserva os compromissos centrais com a racionalidade do mercado e enquadra-os com demandas por mais igualdade.

Silva (2017) defende que a perspectiva de género que ignora outros sistemas de opressão-exploração abre brechas para a formulação de estratégias que não atacam os valores culturalmente

construídos. Além disso, ignoram as diversas identidades que um indivíduo pode ter, como classe, raça/etnia, género, geração, sexualidade que formam e modificam os sujeitos históricos. No caso do Banco Mundial, o género é definido fundamentalmente como *questão feminina*, e as suas estratégias de Género e Desenvolvimento buscam transformar o papel da mulher, entendida como sujeito universal somente a partir do crescimento económico. Falar da perspectiva de género no Banco Mundial, não é só focalizar no que é dito e como é dito sobre *género e mulheres* nos seus relatórios, é considerar também os actores masculinos que engendram a produção, circulação e veiculação de diagnósticos e programas que, alicerçados numa suposta neutralidade técnico-científica, ocultam a matriz androcêntrica na produção desse saber.

Conforme Wade (1997), citado por Pereira, (2014), a ascensão do Banco Mundial (BM) à posição de organismo internacional relevante foi resultado de contingências históricas, decisões institucionais e, principalmente, da hegemonia dos Estados Unidos. O BM, em grande medida, é uma criação dos Estados Unidos (EUA), tendo sido moldado como parte da infraestrutura de poder externo dos EUA.

Pereira (2014) sustenta que este banco peculiar sempre aproveitou a intersecção entre empréstimos e teorias económicas, para ampliar a sua influência e estabelecer a sua agenda política no contexto internacional. Desde a sua concepção, a instituição bancária tem actuado de múltiplas formas como uma entidade política, intelectual e financeira, dada a sua posição singular como financiador, formulador e defensor de políticas, bem como difusor de ideias. Isso abarca tanto as correntes predominantes anglo-saxãs e suas ideias disseminadas, quanto aquelas geradas em sintonia com essas correntes, sobre os caminhos a seguir e os beneficiários a serem contemplados no contexto do desenvolvimento capitalista. É exactamente por meio dessa combinação singular de funções e responsabilidades que o banco exerce a sua operacionalidade.

A formalização de ideias e políticas requer, conseqüentemente, a criação, organização e sustentação de um ambiente político e intelectual acolhedor globalmente. É por isso que o Banco Mundial investe significativamente em relações públicas, pesquisa, programas de capacitação profissional e colaboração com instituições internacionais, agências bilaterais, entidades governamentais e organizações privadas nacionais nos países membros (Pereira, 2014).

É factível discernir que os Estados-Membros do Banco Mundial dificilmente podem exercer uma força contrária às normas emanadas por esta instituição, mesmo que essas nações tenham uma ideia clara de como uma política pública pode ser implementada para o benefício da sua população. Surgirão sempre linhas de conflito na implementação das normas emanadas por

aquela instituição financeira e as pretensões reais de uma determinada nação e o que irá pesar sempre será a política ou estratégia traçada pelo Banco.

No âmbito da aplicação de políticas nacionais que promovem a igualdade de género, o Banco Mundial delineou a Estratégia de Género para o período 2024-2030, que demonstra uma forte determinação em impulsionar a igualdade de género em direção a um futuro sustentável, resiliente e inclusivo, alinhado com o caminho de evolução do Grupo Banco Mundial. Esta estratégia responde à necessidade global urgente e multifacetada de alcançar a igualdade de género. Baseada na implementação anterior da Estratégia de Género do Grupo Banco Mundial para 2016-2023, a nova estratégia para 2024-2030 amplia a ambição de envolver todos os intervenientes na promoção da igualdade de género, reconhecendo-a como essencial para o desenvolvimento global.

A título de exemplo, na componente ‘Liderança’ na estratégia 2024-2030 em que se fala sobre envolver as mulheres como líderes, sendo que o Banco espera que o resultado seja a promoção e participação, a tomada de decisões e a liderança das mulheres, em muitos países que seguem o patriarcado, estas normas encontram alguma resistência na sua implementação. Esta resistência pode ser motivada pelo facto de estas populações levarem em consideração a questão cultural de que o homem é quem deve liderar e chefiar aquela determinada comunidade e o lugar da mulher ser reservado ao espaço privado.

No entanto, as nações são obrigadas a desenhar as suas políticas e estratégias, considerando as linhas orientadoras do Banco, sob o risco de os seus projectos e planos de desenvolvimento não serem levados em consideração, porque não seguem as orientações da instituição financiadora. Quando os aspectos culturais que influenciam um determinado comportamento não são observados, pode-se correr o risco de serem apresentados resultados que não condigam com a realidade. Estas linhas de conflito cultural têm que ser observadas não só pelo Banco, mas principalmente pela nação implementadora desta orientação.

Apesar dos avanços alcançados pela ONU Mulheres na implementação de directrizes, persistem desafios. Arat (2015) afirma que estes avanços teóricos e retóricos não levaram, no entanto, a melhorias significativas nas condições de vida ou no estatuto das mulheres. O uso crescente de quotas eleitorais e o conseqüente aumento da representação das mulheres nos parlamentos, o aumento da participação económica das mulheres, a redução dos níveis de pobreza durante as décadas anteriores à recessão global de 2008, e a ampla utilização de programas de

microcrédito que apoiam microempresas detidas pelas mulheres são usados como indicadores positivos do progresso no sentido de eliminar a disparidade de género e, portanto, como ferramentas ou provas do empoderamento das mulheres. Como consequência negativa, pode ser vista a questão da persistência da violência contra as mulheres, do aumento das desigualdades de rendimentos, do trabalho infantil, do tráfico de raparigas e mulheres, das fábricas exploradoras, dos fundamentalismos religiosos e de mercado, do militarismo e dos conflitos armados desde 1990.

Arat (2015) afirma que os microcréditos são criticados por permitirem a acumulação de capital através do trabalho das mulheres, forçando-as a explorar os seus filhos, dificultando a escolarização das raparigas, infligindo uma cultura de competição, em oposição à cooperação, contribuindo para a violência doméstica e, fazendo muito pouco para aliviar a pobreza. Apesar do estipulado na Resolução 1325, do Conselho de Segurança sobre Mulheres, Paz e Segurança, a justiça transicional e os procedimentos de reparação continuam centrados nos homens, inadequados e insensíveis às violações sofridas pelas mulheres. Embora o optimismo tenda a ser mais comum em organizações intergovernamentais, a falta de progressos no cumprimento dos ODM, relativa ao empoderamento das mulheres, foi notada por várias agências da ONU.

Se já notámos diferenças de poder entre os indivíduos, em especial entre as mulheres, bem como entre povos/nações/Estados, e identificámos o Estado e o capitalismo como mecanismos estruturais que sustentam e reproduzem tanto o privilégio como a marginalização, então porque é que celebramos as mulheres que ascendem? Essas estruturas de poder? Colocamos demasiada confiança na teoria da massa crítica, que questiona se, à medida que aumenta o número de mulheres nos órgãos legislativos ou nos conselhos executivos das empresas, estas serão mais eficazes na promoção e produção de políticas pró-mulheres. Será que uma representação notável de mulheres é suficiente para mudar a cultura e o papel destas instituições? A teoria confia que as mulheres irão conquistá-los por dentro e transformar as suas funções; mas alcançar o sucesso nestas instituições pode exigir assimilação e cooptação, o que os deixaria essencialmente inalterados. (Arat, 2015)

A OMT é o braço das Nações Unidas, responsável por direccionar as políticas e estratégias condicentes com a igualdade de género, na área do turismo. Neste sentido, a OMT compromete-se em cumprir o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 5, da agenda 2030, que versa sobre a promoção da paridade de género.

O Banco Mundial e a ONU Mulheres enfrentam desafios significativos na implementação de suas diretrizes, e o mesmo se aplica à OMT. O setor turístico, sendo uma plataforma crucial para o emprego em geral e especialmente para as mulheres, oferece várias oportunidades

empresariais. Embora as mulheres constituam 54% da força de trabalho no turismo, elas estão sub-representadas em cargos de liderança e recebem salários 14,7% inferiores aos homens (OMT e ONU Mulheres, 2019). Essa sub-representação é especialmente observada em empregos de meio período, ocasionais e sazonais, e as mulheres são frequentemente sujeitas a exploração e condições de trabalho precárias.

Segundo Gabrielli (2022), as dinâmicas sociais baseadas no gênero, estão presentes em todas as sociedades, moldando as interações socialmente construídas entre homens e mulheres. Essas interações variam conforme os contextos regionais. No setor do turismo, essas dinâmicas são evidenciadas através do encontro de atores que vivenciam diferentes arranjos nessas relações, resultando em interações em diversos ambientes que podem tanto mitigar quanto intensificar disparidades de gênero. Assim, torna-se crucial estabelecer diretrizes que promovam práticas turísticas de forma ética e equitativa.

Em 2010, a OMT lançou o inovador Relatório sobre Mulheres no Turismo – GROWIT, que revelou os seguintes pontos: I. As mulheres predominam na força de trabalho formal do setor turístico; II. Apesar de sua presença expressiva em serviços e funções administrativas, há uma sub-representação feminina em cargos de liderança; III. Mulheres que trabalham no turismo recebem salários entre 10% e 20% inferiores aos homens em posições similares; IV. O setor turístico possui aproximadamente o dobro de mulheres empreendedoras em comparação com outros setores; V. Um em cada cinco ministros de turismo, no mundo é mulher; VI. Mulheres constituem uma proporção significativamente maior de trabalhadores autônomos no turismo em comparação com outros setores; e VII. A maior parte do trabalho não remunerado em empresas turísticas familiares é realizado por mulheres.

Diante das conclusões supracitadas, a UNWTO formulou diretrizes com o propósito de embasar iniciativas concretas que impulsionem o empoderamento feminino e, por conseguinte, a redução das disparidades de gênero, com destaque para:

**Na esfera do emprego:** ampliar a conscientização sobre a contribuição econômica vital das mulheres na indústria turística; fortalecer as salvaguardas legais para as trabalhadoras no sector do turismo, abrangendo disposições sobre salários mínimos e normativas sobre equidade salarial; e aperfeiçoar as políticas relacionadas à licença de maternidade, flexibilidade de horários, oportunidades de trabalho remoto e serviços de cuidados infantis.

**No âmbito do Empreendedorismo:** promover o empreendedorismo feminino na esfera turística, assegurando às mulheres acesso a financiamento, terras e activos, junto à provisão de capacitação e recursos apropriados para respaldar empreendimentos liderados por mulheres.

**No campo da Educação:** facilitar a participação feminina em programas educacionais e capacitações, elevar o nível educacional das mulheres, que já trabalham em diversas áreas da indústria turística, através de um programa estratégico e direccionado de acção.

**Na esfera da Liderança:** apoiar a liderança feminina no turismo, estabelecendo programas de desenvolvimento de liderança a nível nacional e nas empresas turísticas de grande e pequeno porte.

**No contexto comunitário:** assegurar que o papel das mulheres no desenvolvimento comunitário seja devidamente valorizado e compensado, considerando o trabalho não remunerado realizado por elas, e monitorando as actividades turísticas realizadas no âmbito domiciliar e comunitário.

Em 2020, a UNWTO lançou a segunda edição do GROWIT, que visava avaliar o progresso na implementação das recomendações propostas em 2010, para promover a igualdade de género. O relatório identificou áreas de persistente desafio na adopção das directrizes estabelecidas em 2010, demandando intervenções específicas, por parte de actores públicos, privados e da sociedade civil. Essas intervenções incluem a promoção da equiparação salarial, o combate ao assédio sexual e o aumento da representação feminina em posições de liderança, visando aprimorar as condições de trabalho no sector turístico. Além disso, é crucial a implementação de políticas legais e macroeconómicas sensíveis ao género, para fortalecer o empoderamento económico das mulheres neste sector.

É imperativo ampliar os investimentos em capacitação para mulheres, abrangendo habilidades interpessoais, conscientização sobre oportunidades de treinamento e formação em toda a indústria. Estratégias de promoção da igualdade de género devem ser desenvolvidas para o turismo, com o apoio institucional e financeiro, e é fundamental uma colaboração estreita com a comunidade e organizações da sociedade civil, para impulsionar o empoderamento político e social das mulheres na indústria turística. O acesso à tecnologia apropriada é essencial para fomentar a inovação, enquanto os dados turísticos desagregados por género são essenciais para embaçar intervenções direccionadas.

Conforme apontado por Gabrielli (2022), embora tenham sido alcançados avanços na implementação das recomendações do GROWIT, de 2010 e de 2020, ainda persistem algumas áreas de conflito, na aplicação dessas propostas, visto que nem todos os países membros adoptam tais preceitos. A título de exemplo, entre as áreas de conflito observadas, encontram-se, em parte, nas próprias recomendações, as quais são direccionadas especificamente às mulheres envolvidas, sem considerá-las enquanto consumidoras dos produtos e serviços oferecidos. No contexto do emprego, as acções parecem estar concentradas apenas em "igualar" as mulheres, em relação aos homens, sob uma óptica liberal, sem abordar aspirações mais abrangentes de reexaminar a arraigada segregação ocupacional por género e os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens.

## **4.3 DISCUSSÕES**

### **4.3.1 Influência do Banco Mundial, da ONU Mulher e da Organização Mundial do Turismo, nas políticas de igualdade de género, no âmbito da prática de actividades turísticas em Moçambique**

Conforme as Nações Unidas declaram, faltando apenas sete anos para o término do prazo estipulado pela Agenda 2030, apenas 15,4% dos indicadores do Quinto Objectivo de ODS estão a caminho de alcançar as metas propostas, enquanto 61,5% se encontram num estágio moderado de progresso e 23,1% estão consideravelmente distantes de atingir as metas delineadas. Segundo o mesmo relatório, em diversas áreas, o avanço tem sido notavelmente lento. Aproximadamente 2,4 bilhões de mulheres em idade ativa enfrentam desigualdades económicas significativas. Além disso, cerca de 2,4 bilhões de mulheres globalmente não desfrutam dos mesmos direitos económicos que os homens, e em 178 países ainda existem barreiras legais que limitam a plena participação económica das mulheres. Em 2019, uma em cada cinco mulheres com idades entre 20 e 24 anos foi obrigada a se casar antes de completar 18 anos.

Considerando o actual ritmo tomado como exemplo, estima-se que serão necessários 300 anos para erradicar o casamento infantil; 286 anos para preencher lacunas na protecção legal e abolir leis discriminatórias; 140 anos para alcançar uma representação igualitária das mulheres em cargos de poder e liderança no ambiente de trabalho e, 47 anos para atingir a paridade de representação nos parlamentos nacionais.

Mas, para que o cenário acima descrito seja ultrapassado, é necessária uma liderança política, investimento e reformas políticas abrangentes que desfaçam as barreiras sistémicas à consecução do Objectivo 5 que é um objectivo transversal e deve ser o foco principal das políticas, orçamentos e das instituições nacionais.

Entretanto, foi descrito no início deste capítulo que, das várias instituições internacionais viradas para a promoção da igualdade de género, o presente trabalho centra-se nas directrizes emanadas pelo Banco Mundial, Organização Mundial do Turismo e ONU Mulheres. As orientações ditadas por estas instituições têm direccionado os programas ao nível global, bem como aos planos nacionais, projectos e programas dos países membros, em matérias de igualdade de género como um todo e, em particular, na área do turismo.

Com o intuito de contribuir para o alcance do 5 Objectivo Sustentável da Agenda 2030 das Nações unidas, a OMT orienta que o turismo deve capacitar as mulheres, especialmente através da criação de empregos directos e de geração de renda, por parte das pequenas e médias empresas no geral e, em particular, nas empresas relacionadas com o turismo e com a hotelaria. O turismo pode ser usado como uma ferramenta para facilitar a plena participação das mulheres, para que elas exerçam liderança em todos os sectores da sociedade. Isso implica assegurar que as mulheres representem 30% ou mais nos processos decisórios e na governança em todos os níveis e esferas de actividade das organizações relacionadas ao turismo. Além disso, é crucial garantir remuneração equitativa, incluindo benefícios proporcionais ao trabalho de valor equivalente, tanto para mulheres quanto para homens. Outra medida essencial é ampliar as parcerias comerciais com empresas lideradas por mulheres, abrangendo desde pequenos empreendimentos até iniciativas empresariais femininas de maior escala.

O Banco Mundial propõe, por meio de sua Estratégia de Género para o período de 2024 a 2030, uma ambição ousada para acelerar a igualdade de género em direcção a um futuro sustentável, resiliente e inclusivo, dando ênfase a três objectivos estratégicos: I. Acabar com a violência baseada no género e elevar o capital humano; II. Expandir e permitir oportunidades económicas; e III. Envolver as mulheres como líderes. Estes objectivos estratégicos vêm intensificar e melhorar o que havia sido desenhado na Estratégia de Género 2016-2023, do Banco Mundial, que tinha como pilares fundamentais: dotações humanas; mais e melhores empregos; propriedade e controlo de activos e voz às organizações das mulheres.

A ONU Mulheres, busca influenciar os Estados ou governos membros para que incorporem a igualdade de género, nas suas políticas e estratégias nacionais. Nesse sentido, a ONU Mulheres, através do seu Plano Estratégico 2022-2025, estabelece quatro objectivos estratégicos com o intuito de construir um mundo com equidade de género. Na esfera da Governança e Participação na Vida Pública, a ONU Mulheres colabora com parceiros-chave, para garantir que todas as mulheres participem plenamente na tomada de decisões, além de assegurar que mulheres e meninas se beneficiem de leis, políticas, orçamentos, instituições responsáveis e serviços com uma perspectiva de género. Quanto ao Empoderamento Económico das Mulheres, a ONU Mulheres promove a segurança da renda, emprego autónomo e decente para as mulheres, bem como o reconhecimento e remuneração do seu trabalho, reforçando ainda a protecção social. Defende a igualdade salarial, apoia mulheres como líderes e empresárias, e trabalha para eliminar a exclusão digital, garantindo oportunidades iguais, no acesso a oportunidades.

O Banco Mundial, a Organização Mundial do Turismo e, em particular, a ONU Mulheres, na implementação dos seus mandatos, têm dado um maior enfoque às questões de igualdade de género. Estas são transversais e interferem sobremaneira no bem-estar social e na redução da pobreza para os países que se encontram nesta situação e não só. Assim, as directrizes traçadas por estas instituições têm influenciado a forma como os Estados, ou governos elaboram e implementam as suas políticas e estratégias nacionais, visando a igualdade de género.

No entanto, para que se possa compreender a influência do Banco Mundial, da ONU Mulheres e da OMT, nas políticas de igualdade de género, no âmbito da prática de actividades turísticas em Moçambique, é necessário olhar para a evolução da actividade turística no país e a forma como os planos e as estratégias nacionais têm tratado a questão de igualdade de género.

A actividade turística em Moçambique ganha destaque durante o período colonial, especialmente nos anos 50, com o estabelecimento dos primeiros centros de informação e turismo. Em 1962, foram identificadas as primeiras 18 zonas turísticas, aumentando para 26 em 1972. Em 1973, Moçambique recebeu cerca de 400.000 turistas, principalmente da África do Sul, Zimbabue e Portugal, apesar do país estar envolvido na luta pela independência nacional, que culminou na Independência de Moçambique em 1975. A visibilidade de Moçambique no cenário turístico regional e global deve-se à sua riqueza em flora e fauna selvagens, que inclui mais de 5500 espécies de plantas, mais de 220 de mamíferos e 690 de aves, muitas das quais são endémicas. As principais atrações estão ao longo dos 2700 quilómetros de litoral, onde se encontram praias, lagoas, ilhas,

arquipélagos, recifes de coral, parques nacionais e reservas, com uma diversidade impressionante de vida selvagem.

Após a Independência, o país passa por uma guerra civil entre o Governo (Frelimo) e a Renamo, que durou 16 anos (1976-1992). Neste período, a actividade turística praticamente foi interrompida e as populações fugiram das suas zonas de origem para zonas relativamente mais seguras. Houve bastante destruição de infraestruturas turísticas, e a fauna bravia ficou praticamente inexistente. Com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, foram criadas condições mínimas de segurança, para que as populações regressassem às suas zonas de origem; em 1995, Moçambique faz a revisão da Política Nacional de Turismo, que tinha, entre outros objectivos: a importância de incorporar flexibilidade na operação do setor turístico, reconhecendo o valor genuíno das áreas de conservação e o seu papel crucial na promoção do turismo.

Em 2003, Moçambique lança a Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação e, em 2004, o PEDTM. Estes instrumentos legais criam condições bastantes para que as actividades turísticas, a par da agricultura, sejam vistas como fonte económica para o desenvolvimento do país, em particular, das comunidades locais, permitindo que as famílias estejam contempladas nesta actividade e trazendo-lhes, assim, mais uma fonte de recurso. No entanto, de acordo com Morrison (2006), se as oportunidades económicas proporcionadas pelo turismo forem adequadamente aproveitadas, além de promoverem o desenvolvimento económico, também podem fomentar o desenvolvimento social.

Alinhado com a Política de Turismo de 2003 e sua Estratégia de Implementação, o MITUR adotou em 2004 o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, como uma estratégia de longo prazo para impulsionar o turismo na última década. O PEDTM I delineou as diretrizes e objetivos para atrair mais de 4 milhões de turistas anualmente até 2013.

A indústria do turismo está em fase de crescimento e expansão, marcada por um aumento substancial no número de visitantes, que passou de menos de 500.000 em 2000 para mais de 1,9 milhão em 2013. Este progresso foi particularmente significativo entre 2003 e 2010. Vários avanços foram feitos na organização do setor turístico, incluindo a implementação de um quadro regulatório e a identificação de condições e oportunidades de investimento. Apesar desses avanços, o desenvolvimento do turismo em Moçambique enfrenta desafios importantes. Questões críticas incluem a estagnação recente da atividade turística nos últimos três anos e a diminuição do turismo de lazer. Há uma notável discrepância entre a demanda e a oferta, que estão concentradas em áreas

específicas, e a criação de empregos ainda está aquém dos padrões internacionais ideais. Além disso, a competitividade da indústria permanece substancialmente comprometida.

As razões que explicam esse desempenho insatisfatório são diversas e multifacetadas, estando relacionadas às quatro barreiras de crescimento denominadas 'ADIC'. Essas barreiras incluem: a) Acesso, que abrange os custos elevados do transporte aéreo e um regime de vistos restritivo; b) Demanda/Procura, caracterizada por preços elevados, má reputação e posicionamento de mercado inadequado; c) Investimento, que envolve preocupações com a propriedade da terra, alta dependência de importações, desenvolvimento limitado de atrações naturais e culturais, e escassez de resorts turísticos de alto padrão; e d) Competências, evidenciando uma falta de mão de obra qualificada na indústria hoteleira, lacunas nas habilidades e conhecimentos nas instituições do setor público tanto no nível central quanto no provincial do turismo, além de cooperação insuficiente entre os setores público e privado (PEDTM 2016-2025).

Visando monitorar o progresso do PEDTM I e garantir a continuidade do crescimento do setor turístico, o Ministério da Cultura e Turismo lançou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo II. Este plano estabelece estratégias de implementação com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo, reconhecendo-o como um componente essencial para o crescimento econômico acelerado e a geração de empregos no período de 2016 a 2025.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2016-2025) estabelece objetivos estratégicos para aumentar o fluxo de visitantes e receitas, promovendo o crescimento econômico e o PIB per capita. As metas incluem diversificar as atrações e serviços turísticos para atender à demanda crescente, sem comprometer a sustentabilidade e a qualidade ambiental dos destinos; fortalecer a reputação de Moçambique como o destino mais atraente para uma experiência autêntica, que inclui sol, praia e natureza africana, enriquecida por diversas atrações relacionadas à vida selvagem, aventura, cultura, entre outras; além de promover a criação de empregos e utilizar o turismo como um meio para o desenvolvimento de recursos humanos e a redução da pobreza.

Entre as várias políticas e estratégias de planificação, a elaboração do PEDTM II (2016-2025) foi fundamentada no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2010-2014, que representava a estratégia de médio prazo adoptada pelo Governo de Moçambique para impulsionar o crescimento económico e combater a pobreza. Este instrumento de médio prazo estava integrado

ao Sistema Nacional de Planeamento (SNP) e alinhado com a visão estabelecida pela Agenda 2025, visando contribuir para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Contudo, o PEDTM II 2016-2025, ao abordar o desenvolvimento de recursos humanos, apresenta dados diagnósticos sobre o emprego na indústria turística, porém, esses dados não são desagregados por gênero, o que dificulta a avaliação dos esforços em prol da igualdade de gênero. Por exemplo, o número de empregos no setor privado da indústria turística é estimado em aproximadamente 46.000 postos de trabalho, com a maioria concentrada em alojamentos (25.890) e em restaurantes e bares (19.460). Os agentes de viagens (cerca de 200), operadores turísticos (cerca de 250) e guias turísticos (menos de 200) representam o restante. Em relação ao emprego no setor turístico, a ANAC emprega 1.028 funcionários (a maioria camponeses), o MICULTUR conta com 131 funcionários, o INATUR possui 46 funcionários (dos quais apenas 15 estão diretamente envolvidos na execução de programas turísticos), e as Direções Provinciais de Cultura e Turismo, têm cerca de 33 funcionários.

Assumindo que a elaboração do PEDTM II (2016-2025) teve também em consideração os ODM, que incluíam, no seu objectivo estratégico 3, a promoção da igualdade de género e a autonomização da mulher, é incompreensível que esta estratégia não incorpore, de forma mandatária, as questões de igualdade de género nas suas linhas estratégicas.

De acordo com Gabrielli (2022), em 2010, ano da criação da ONU Mulheres, a OMT, também ligada às Nações Unidas, publicou seu primeiro relatório sobre mulheres no turismo, estabelecendo diretrizes para promover o empoderamento feminino nesse setor. A segunda edição, mais abrangente, foi lançada em 2020.

O Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (2010) da Organização Mundial do Turismo apresentou as seguintes recomendações principais: no âmbito do emprego, políticas e estratégias nacionais devem aumentar a conscientização sobre o papel económico fundamental desempenhado pelas mulheres na indústria do turismo; fortalecer as proteções legais para mulheres empregadas no setor, incluindo regulamentações sobre salários mínimos e leis de igualdade salarial; melhorar os padrões de licença maternidade, horários flexíveis, opções de trabalho remoto e disposições para cuidados infantis. No que diz respeito ao empreendedorismo, as diretrizes para o setor turístico devem facilitar o empreendedorismo feminino, assegurando acesso a crédito, terras e propriedades, e fornecendo treinamento e recursos adequados para apoiar empresas lideradas por mulheres. Na área educacional, deve-se incentivar a participação feminina em

programas educacionais e de treinamento na indústria do turismo, além de elevar o nível educacional das mulheres já engajadas em diversos setores dessa indústria, por meio de um plano de ação estratégico e direcionado.

Em termos de liderança, as políticas e estratégias nacionais devem promover o apoio à liderança feminina no turismo em todos os níveis: setor público, privado e de gestão comunitária, estabelecendo programas de liderança a nível nacional em empresas de turismo de grande e pequeno porte. Na esfera comunitária, as diretrizes para a formulação de políticas e estratégias nacionais na indústria do turismo devem garantir o reconhecimento e a adequada recompensa pela contribuição das mulheres para o desenvolvimento comunitário, considerando o trabalho não remunerado e monitorando as atividades turísticas realizadas no ambiente doméstico e na comunidade.

O PEDTM II 2016–2025 estabelece diretrizes para: aprimorar o desempenho e a competitividade, promovendo tanto o turismo de lazer quanto o de negócios; expandir as atrações, infraestruturas e serviços turísticos de alta qualidade; melhorar a qualidade dos produtos e serviços e sua relação custo-benefício; proporcionar acesso turístico de qualidade e infraestrutura correlata; promover e comercializar eficazmente a marca Moçambique nos mercados de alto poder aquisitivo; criar um ambiente favorável a investimentos e empreendimentos; facilitar a oferta de profissionais qualificados na indústria do turismo; garantir operações turísticas sustentáveis e benéficas para as comunidades; estabelecer instituições turísticas bem estruturadas e capacitadas; e assegurar um ambiente regulatório eficiente e favorável ao turismo.

Com base nas linhas orientadoras do PEDTMII 2016–2025, não está claro como serão tratadas as questões de igualdade de género, uma vez que o recomendado pelos ODM, no seu objectivo 3, bem como pelo Relatório Global das Mulheres no Turismo, 2010, da Organização Mundial do Turismo, é que as políticas e as estratégias nacionais devem trazer consigo a questão de igualdade de género. Este aspecto, por si só, pode induzir, aos interessados na área do turismo, a não considerarem, nas suas actividades, a questão da igualdade de género, isto porque o instrumento estratégico que orienta as actividades nesta área não é claro no que se deve fazer e nem como fazer para que a mesma seja levada em consideração nas várias componentes estratégicas. As políticas baseadas em princípios gerais de igualdade de oportunidades podem intensificar a secundarização da mulher, concorrendo para a (in)visibilidade da mulher, na prática

das actividades turísticas, uma vez que não há uma clara orientação para a contabilização do seu contributo.

#### **4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A pressão exercida por diversos grupos sociais discriminados, frequentemente resultando na marginalização e invisibilidade desses grupos, tem levado a Organização das Nações Unidas, por meio de suas diversas organizações afiliadas, a dar maior ênfase à questão dos direitos humanos. Historicamente, as mulheres são um dos grupos que têm sido marginalizados.

Como mencionado no início deste capítulo, a abordagem foca-se na contribuição do Banco Mundial, da ONU Mulheres e da Organização Mundial do Turismo. Por meio de suas diretrizes, o Banco Mundial orienta os Estados-membros a incluir a promoção da igualdade de gênero em seus projetos nacionais de desenvolvimento, acreditando que a igualdade nas oportunidades pode ajudar a minimizar problemas como pobreza, fome e violações de direitos humanos. Esta organização tem aumentado a conscientização sobre a necessidade de considerar a igualdade de gênero em áreas como educação, saúde, emprego formal e a contabilização das actividades no setor informal.

Entretanto, para que as directrizes ditadas e financiadas por esta organização surtam os efeitos desejados, não fiquem numa mera carta de intenções, os Estados e governos, aquando da incorporação destas orientações, tenham sempre em conta a sua realidade e a operacionalização das mesmas do nível nacional até ao local, para que não sejam meras orientações inscritas e de difícil aplicação nas diferentes comunidades beneficiárias destes projectos de desenvolvimento.

O desafio persistente na implementação das orientações da ONU Mulheres reside na dificuldade de integrar a igualdade de género em todas as políticas, estratégias e planos nacionais. Essa barreira institucional pode impedir o alcance das metas estabelecidas para a igualdade de género. Outros desafios importantes incluem a medição inadequada dos resultados obtidos, decorrente, em parte, da má formulação e implementação das directrizes definidas, das políticas baseadas em princípios gerais de igualdade de oportunidades e das barreiras institucionais.

A incorporação de questões de género nas diversas áreas de desenvolvimento das sociedades enfrenta resistência, tanto por factores socioculturais quanto por políticas baseadas em princípios gerais e barreiras institucionais. No entanto, a OMT, como instituição responsável pela política de turismo, tem demonstrado uma adesão mais lenta à integração da perspectiva de género,

em comparação com outras instituições da ONU. Apenas em 2007, no contexto do Dia Mundial do Turismo com o tema “O Turismo Abre Portas às Mulheres”, foi possível dar visibilidade a essa questão através de uma mesa-redonda destinada a explorar a relação entre o turismo e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Pouco se sabe sobre como a igualdade de género é implementada na OMT, especialmente em termos de liderança, discurso e elaboração de políticas da organização nos países membros e afiliados globalmente. Sánchez et al. (2020) destacam que a principal dificuldade na avaliação do impacto económico do turismo reside na sua natureza multissetorial, o que resulta em variáveis difíceis de quantificar e inevitavelmente minimiza a verdadeira contribuição do turismo para o desenvolvimento económico. Além disso, é importante ressaltar a ausência de um instrumento estatístico setorial a nível supranacional que forneça uma base de dados suficientemente detalhada para permitir futuras pesquisas sobre turismo e, especialmente, para medir o impacto desta área na igualdade de género.

No contexto moçambicano, essa lacuna é evidente na análise situacional apresentada no PEDTM 2016-2025, que omite a segmentação por género, dificultando a avaliação do progresso em direção à equidade de género. Por exemplo, a força de trabalho no setor privado da indústria turística é estimada em cerca de 46.000 empregos, predominantemente distribuídos entre hospedagem (25.890) e estabelecimentos de alimentação e bebidas (19.460). Os agentes de viagem (aproximadamente 200), operadores turísticos (cerca de 250) e guias turísticos (menos de 200) compõem o restante. No que se refere ao emprego no setor turístico, a ANAC possui 1.028 colaboradores, principalmente provenientes da população rural. O MICULTUR conta com 131 funcionários, enquanto o INATUR emprega 46 indivíduos, dos quais apenas 15 estão diretamente envolvidos na execução de programas turísticos. As Direções Provinciais de Cultura e Turismo possuem cerca de 33 colaboradores dedicados ao setor turístico.

Com base nos dados estatísticos mencionados, é evidente que uma análise sobre a igualdade de género é difícil de realizar. Outro ponto a considerar é que o PEDTM 2016–2025, que serve como guia para os interessados no setor de turismo, não esclarece em seus objetivos estratégicos como a igualdade de género deve ser abordada. Isso contribui para o desafio previamente mencionado de elaborar políticas baseadas em princípios gerais de oportunidades.

## **CAPÍTULO 5**

### **5.0 PERSPECTIVA HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA DA (IN)VISIBILIDADE DA MULHER E AS RELAÇÕES DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE**

#### **5.1. INTRODUÇÃO**

Este capítulo tem como objectivo investigar a história e sociologia relativas à (in)visibilidade da mulher e às dinâmicas de género em Moçambique. Pretende-se esclarecer o papel das mulheres na estrutura social do país, identificar as causas da sua subordinação e examinar os esforços para validar a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade. Adicionalmente, será conduzida uma análise da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, como base para compreender a luta pela valorização do papel das mulheres. Segundo Honneth (2009), são os conflitos arraigados moralmente nas comunidades sociais e a busca colectiva por formas ampliadas de reconhecimento mútuo, tanto institucional quanto culturalmente, que facilitam a transformação social geralmente promovida pela sociedade.

O capítulo também se concentra na caracterização geral do sector responsável pela promoção do género em Moçambique, nos planos quinquenais do Governo moçambicano e na componente de promoção da igualdade de género; na política de género e na estratégia da sua implementação; no plano estratégico de desenvolvimento do distrito de Jangamo; no plano operacional de mulheres e da acção social do distrito, e na adaptação das metas globais de igualdade de género à realidade de Moçambique.

#### **5.2. Teoria de reconhecimento de Axel Honneth**

Axel Honneth foi assistente de Jurgen Habermas e estabeleceu uma posição singular e notória no interior da Teoria Crítica. A Teoria Crítica surge dos dilemas históricos nas primeiras décadas do século XX, ante o fracasso da sociedade burguesa - falida em sua promessa de criação de uma sociedade justa e igualitária, livre e fraterna e da decepção com os rumos autoritários seguidos pelo socialismo real. Ela aparece a partir da fundação do Instituto de Pesquisas Sociais, no ano de 1923, em Frankfurt, na Alemanha. (Ribeiro,2010). Honneth apresenta a sua teoria como uma resposta aos impasses encontrados em teorias anteriores, ao mesmo tempo que incorpora elementos pouco explorados nelas, permitindo-lhe traçar novas direcções para a teoria social-crítica. O cerne da sua abordagem reside na consideração do conflito social como o fulcro da Teoria Crítica. A fundamentação teórica repousa na premissa de que o desenvolvimento humano

e a realização pessoal estão intrinsecamente ligados à existência de relações éticas bem definidas. Visando uma fundamentação empírica, Honneth utiliza os conceitos da psicologia social de G.H. Mead e, assim, estabelece os padrões de reconhecimento intersubjectivo: o amor (que fomenta a autoconfiança), o direito (autonomia) e a solidariedade (auto-estima).

Honneth (2009) centra-se nos conflitos que surgem de experiências de desrespeito social, propondo uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados considerando acções que visam restaurar ou desenvolver relações de reconhecimento mútuo a um nível evolutivo superior. Nesse contexto, as lutas por reconhecimento podem ser vistas como a força moral que impulsiona os desenvolvimentos sociais.

Como forma de compreensão dos elementos fundamentais da Teoria de Reconhecimento na perspectiva de Honneth, descrevem-se os três elementos fundamentais da mesma. O primeiro estágio na luta pelo reconhecimento dos grupos sociais que se sentem desrespeitados na sociedade começa com o 'afecto' que fomenta autoconfiança: “Por relações afectivas, entendem-se todas as conexões primárias, consistem em fortes vínculos emocionais entre poucas pessoas, que podem ser casais, amigos, ou entre pais e filhos. Na experiência mútua de devoção afectiva, dois sujeitos reconhecem a sua união na condição de serem dependentes um do outro, nos seus estados de necessidade. Além disso, as carências e os afectos só podem ser confirmados, de certa forma, quando são directamente atendidos ou correspondidos, o próprio processo de reconhecimento deve ser marcado por uma validação e um estímulo emocional; assim, essa dinâmica de reconhecimento está intimamente relacionada à presença física dos outros indivíduos concretos, os quais manifestam entre si sentimentos de apreço distintivo” (Honneth, 2009).

Honneth (2009) também argumenta que toda relação afectiva, seja entre pais e filhos, seja de amizade ou intimidade, está enraizada na simpatia e atracção, elementos que não são totalmente controlados pelo indivíduo. Somente essa ligação mutuamente nutrida, que surge da deliberação reciprocamente desejada, estabelece a auto-confiança individual, sendo essencial para a participação autónoma na esfera pública.

Portanto, o que acontece primeiro na forma de amor entre mãe e filho, na primeira infância, desenvolve-se ao longo do que se pode chamar de aventura infantil do pré-reconhecimento, e é nesse movimento intersubjectivo em que se constrói, ao mesmo tempo, o amor de si mesmo e a auto-confiança, possibilitados pela experiência do amor do outro e da confiança no amor do outro,

formando-se, assim, a base concreta emotiva para a defesa e reivindicação de direitos, na rede do reconhecimento jurídico, bem como as condições pessoais para a participação no plano da rede de solidariedade e da estima social (Honneth, 2009).

O segundo nível da Teoria do Reconhecimento de Honneth refere-se ao direito (auto-respeito) como uma forma de reconhecimento mútuo. A compreensão de si mesmo como portador de direitos só é possível quando se entende quais obrigações devem ser observadas em relação ao outro. Apenas a partir da perspectiva de um “outro generalizado”, que ensina a reconhecer os demais membros da coletividade como portadores de direitos, o indivíduo pode também se entender como uma pessoa de direito, no sentido de estar seguro de que algumas de suas pretensões serão socialmente cumpridas.

O reconhecimento da pessoa como detentora de direitos deve ser universal, aplicável a todos os indivíduos sem distinção. Esse reconhecimento legal reflecte a ideia de que todo o ser humano deve ser considerado de *igual modo*, com base no princípio universal de respeito pela liberdade individual. Os direitos individuais não estão mais vinculados a expectativas específicas dos papéis sociais, mas competem a todos os seres humanos como seres livres, independentemente da sua posição na sociedade. Isso estabelece um novo aspecto do reconhecimento legal, resultando em duas formas distintas de respeito: o reconhecimento jurídico enfatiza que todo o ser humano, sem exceção, deve ser visto como um “fim em si mesmo”, enquanto o “respeito social” avalia o “valor” de cada indivíduo com base em critérios sociais de relevância. No primeiro caso, o respeito é universal, baseado na liberdade de vontade individual; no segundo, são consideradas as qualidades e conquistas individuais que são socialmente reconhecidas.

Reconhecer um ser humano como pessoa, independentemente de suas realizações ou caráter, aponta para a distinção entre duas formas de respeito: o respeito por um ser humano como pessoa é um tipo de reconhecimento cognitivo. Esse reconhecimento como pessoa é distinto da estima por um ser humano específico. No caso do respeito por um indivíduo particular, não estão em jogo apenas normas gerais e intuitivas; trata-se de avaliar um ser humano com características pessoais e capacidades concretas, o que requer um sistema de referência valorativo que informe sobre o valor dos traços de personalidade em uma escala de melhor ou pior. Para o reconhecimento jurídico, o desafio é determinar aquela propriedade geral das pessoas como tais; para a estima social, o que está em questão é o sistema de referência valorativo que mede o “valor” das virtudes individuais (Honneth, 2009).

Albornoz (2011), no seu artigo sobre “As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth”, destaca que Honneth apresenta uma análise que se assemelha, em termos de proximidade e complementaridade, à realizada por Norberto Bobbio, ao examinar a evolução dos direitos modernos. Honneth faz uma identificação histórica dos direitos conquistados pelos homens modernos: na “primeira geração” de direitos estão as liberdades. A primeira delas, que marcou o início de todo o processo de afirmação dos direitos humanos, foi a liberdade religiosa, obtida como resultado das guerras de religião. Após a liberdade religiosa, surgiram as liberdades civis, resultantes da luta dos parlamentos contra os soberanos absolutos.

Posteriormente, emergiram a autonomia política e as prerrogativas sociais, impulsionadas pelo movimento dos assalariados, dos camponeses com escassa ou nula propriedade de terra e dos desfavorecidos, que demandavam das autoridades não somente o reconhecimento da autonomia individual e das liberdades negativas, mas também a salvaguarda do labor contra o desemprego, os primeiros elementos educacionais contra o analfabetismo, e, mais adiante, o amparo diante da incapacidade e da senescência.

Paralelamente aos direitos sociais, chamados de “direitos de segunda geração”, Bobbio observou a emergência, em período recente, de “direitos de terceira geração”, que julgava constituírem uma categoria ainda heterogênea e vaga, o que impedia de compreender a sua verdadeira significação. Entre esses direitos novos de terceira geração, julgava ser o mais importante “o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído”. O pensador italiano ainda conseguiu vislumbrar emergências que julgou poderem ser chamadas de “direitos de quarta geração”, referentes, por exemplo, aos efeitos da pesquisa biológica, que permite e permitirá, cada vez mais, manipulações do património genético de cada indivíduo. Os avanços da pesquisa científica e da capacidade tecnológica da medicina, por exemplo, questões que se têm afirmado como de “bioética”, configurariam um âmbito novo de direitos que, se postos nessa sequência ligada à história moderna da afirmação de direitos, seriam os de “quarta geração” (Albornoz, 2011).

O terceiro estágio de reconhecimento, conforme discutido por Honneth (2009), está relacionado com a estima social (solidariedade). Ele argumenta que, para desenvolver uma auto-relação robusta, os indivíduos não apenas precisam da experiência de afeto dedicado e do reconhecimento jurídico, mas também da estima social que permite valorizar positivamente suas características e habilidades específicas. A compreensão cultural intrínseca determina os critérios pelos quais o valor social das pessoas é estabelecido, considerando como suas capacidades e

realizações são avaliadas de maneira intersubjetiva, em relação à contribuição para a promoção de valores culturalmente reconhecidos. Esse tipo de reconhecimento mútuo também pressupõe um ambiente social onde os membros formam uma comunidade de valores, guiados por ideias de objetivos compartilhados.

Honneth (2009) também observa que, quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e capacidades que representam colectivamente, maior é a possibilidade de elevar o valor social da reputação dos seus membros na sociedade. As interações de valorização social estão correlacionadas de maneira indirecta com os padrões de distribuição de recursos, pois os conflitos económicos são inerentes a essa dinâmica de busca por reconhecimento.

**Tabela 14: Estrutura das Relações Sociais de Reconhecimento**

Modelos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito Cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afectiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Auto-relação prática	Auto-confiança	Auto-respeito	Auto-estima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

Honneth (2009, p. 211)

No entanto, Honneth (2009), na sua análise sobre a “luta pelo reconhecimento”, afirma que, além da influência indirecta dos padrões de distribuição de renda e dos conflitos económicos, a integridade do ser humano é subterraneamente determinada por padrões de aceitação ou reconhecimento. Na auto-descrição daqueles que se sentem maltratados por outros, categorias morais como "ofensa" ou "rebaixamento" desempenham um papel dominante, referindo-se a formas de desrespeito ou negação de reconhecimento. Honneth introduz o conceito de desrespeito como um dos padrões que levam os seres humanos a envolverem-se em movimentos em busca do reconhecimento de pertencimento à sociedade e do valor da sua participação ser considerado. Se o primeiro tipo de violação está associado às vivências de abusos físicos que minam a auto-estima básica de um indivíduo, o segundo tipo de desrespeito manifesta-se nas experiências de depreciação que impactam a sua auto-dignidade moral, denotando os modos de desconsideração pessoal impostos a um sujeito pela sua exclusão estrutural do exercício de determinados direitos na sociedade.

Honneth (2009) sustenta que direitos são aquelas reivindicações individuais, cuja realização social de uma pessoa pode legitimamente, esperar como membro de igual valor numa comunidade, participando em pé de igualdade com a ordem institucional. Contudo, se certos direitos desse tipo lhe forem negados, então está implicitamente sugerido que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade. Para o indivíduo, a negação de reivindicações jurídicas socialmente reconhecidas significa ser privado da expectativa intersubjectiva de ser reconhecido como sujeito capaz de exercer um juízo moral. O terceiro tipo de desrespeito ou depreciação refere-se, negativamente, ao valor social de indivíduos ou grupos, pois apenas com essas formas valorativas de desrespeito ou depreciação de estilos de vida individuais ou colectivos se atinge a “ofensa” ou “degradação”. Com a experiência de ser rebaixado e humilhado socialmente, os seres humanos são ameaçados na sua identidade da mesma forma que o são na sua integridade física com o sofrimento de doenças.

Honneth (2009) argumenta ainda que a forma como a vivência de desrespeito social impacta o indivíduo pode incitá-lo a envolver-se numa disputa ou confronto prático. Essa reacção pode ser desencadeada por emoções negativas, como vergonha, ira, vexame ou desprezo, das quais derivam os sintomas psíquicos que permitem ao sujeito perceber que o reconhecimento social lhe está a ser negado de forma injusta. Assim sendo, a vivência de desconsideração é frequentemente

acompanhada por sentimentos afectivos que, na sua essência, podem sugerir ao sujeito que determinadas formas de validação lhe são socialmente negadas.

Honneth postula a existência de uma tensão moral subjacente nas três esferas de reconhecimento - afeto (promotor de autoconfiança), justiça (autonomia moral) e solidariedade (autovalorização) - que pode resultar em conflitos sociais. Um conflito só pode ser considerado "social" quando seus objetivos podem ser generalizados para além das intenções individuais, alcançando um estágio onde possam fundamentar um movimento coletivo. Portanto, as três formas de reconhecimento - afeto, justiça e valorização pessoal - estabelecem as bases sociais nas quais os indivíduos podem desenvolver uma atitude positiva em relação a si mesmos. Através da aquisição gradual de autoconfiança, autonomia moral e autovalorização, um indivíduo se percebe como um ser autônomo e singular, identificando-se com seus próprios propósitos e aspirações.

A contribuição de Axel Honneth na análise dos motivos subjacentes ao surgimento de movimentos em busca de reconhecimento é notável. Ele argumenta que a desigualdade e a marginalização social estão profundamente ligadas à falta de reconhecimento social e interpessoal, assim como às experiências de abuso, discriminação e desconsideração. Seguindo uma tradição crítica dentro do estudo da sociedade capitalista, conforme proposto por Fuhrmann (2013), o trabalho de Honneth desafia a predominância da perspectiva materialista ao relativizar a precariedade econômica como a única causa dos conflitos sociais urbanos. A teoria de Honneth destaca que experiências cotidianas de desvalorização, humilhação e insulto, tanto em contextos privados quanto públicos, são motores essenciais dos movimentos sociais que buscam restaurar o reconhecimento mútuo negado a esses indivíduos.

Após analisar as condições que levam grupos específicos a se engajarem na luta pelo reconhecimento dentro de sua sociedade, torna-se compreensível o surgimento generalizado do movimento pela visibilidade das mulheres e pelo reconhecimento de suas contribuições sociais. Essa luta assume formas variadas, adaptadas às realidades sociais e culturais onde se desenvolve. Historicamente, observa-se que as mulheres frequentemente foram relegadas aos espaços domésticos em detrimento dos espaços públicos em muitas sociedades.

Em Moçambique, esta realidade da (in)visibilidade do contributo da mulher não é distinta de outras sociedades, apesar de a sua secundarização e consequente (in)visibilidade manifestar-se de maneiras diferentes. Na zona norte do país, por exemplo, predomina o sistema matrilinear, em

que o poder e a responsabilidade familiar são assegurados pelo irmão da mãe, ou seja, o tio materno. Mesmo neste caso, a figura da mulher está secundarizada em termos de poder e a figura que é dominante é masculina.

Na zona sul de Moçambique, onde predomina o sistema patrilinear, que é o foco deste trabalho, mais concretamente na província de Inhambane, distrito de Jangamo, a secundarização da mulher e a (in)visibilidade do seu contributo no desenvolvimento da comunidade em que está inserida, é mais impactante, uma vez que este pouco está contabilizado nas estatísticas trazidas nos relatórios dos interessados na actividade turística, no caso específico, da mais-valia trazida para o desenvolvimento desta comunidade, pela participação da mulher na prática de actividades turísticas, apesar de ela ser um agente activo.

Como discutido anteriormente, a teoria de Honneth identifica como causa subjacente dos conflitos sociais, as vivências humanas de depreciação, humilhação e afrontas experimentadas pelos indivíduos no seu dia-a-dia, tanto nos domínios privados quanto nos públicos, aos quais estão vinculados, proporcionando, dessa forma, incentivos para os embates que visam restaurar o reconhecimento mútuo que lhes foi negado.

No contexto das mulheres em Jangamo Sede e Ligogo, apesar dos desafios socioculturais e das políticas que, embora baseadas na igualdade de oportunidades, frequentemente impõem barreiras institucionais negadoras de seus direitos, essas mulheres são impulsionadas a buscar reconhecimento através da visibilidade de suas contribuições para as actividades turísticas locais. Elas não se veem como vítimas, mas sim como agentes ativos no desenvolvimento de suas famílias e comunidade. Sua luta pelo reconhecimento se manifesta através do engajamento nas actividades turísticas realizadas no distrito de Jangamo, demonstrando uma superação contínua.

### **5.3. Caracterização geral do sector responsável pela promoção da igualdade de género em Moçambique.**

Para entender o setor responsável pela promoção dos assuntos de género em Moçambique, é essencial iniciar com uma análise histórica e sociológica da luta pela visibilidade das mulheres. A partir dos anos 90, Moçambique testemunhou o surgimento de diversas organizações dedicadas aos direitos das mulheres e à sua defesa. Esse crescimento foi facilitado pela aprovação da II

Constituição da República pela Assembleia Popular em novembro de 1990, bem como pela promulgação da Lei 8/91 sobre Associações (CASIMIRO, 2011).

A nova Constituição de Moçambique estabeleceu o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos, dentro de um sistema multipartidário, além do princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, e a realização de eleições livres em uma democracia representativa de estilo ocidental. A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), durante a Luta Armada de Libertação Nacional de 1964 a 1974, desempenhou um papel crucial ao promover a emancipação das mulheres como um elemento essencial para a libertação da sociedade. Essas políticas foram consolidadas após a Independência de Moçambique em 25 de junho de 1975 (CASIMIRO, 2011).

O aparecimento das organizações femininas ocorre vinculado a vários aspectos históricos que caracterizaram Moçambique ao longo do século XX, especialmente nas últimas quatro décadas. Algumas delas surgiram como resultado da imposição da ajuda ao desenvolvimento, num contexto neoliberal, marcado pela crítica ao Estado pós-independência, acusado de não ter conseguido impulsionar o desenvolvimento. Algumas dessas organizações foram criadas por grupos específicos que sentiram a urgência de se organizar para enfrentar questões práticas relacionadas à sua subsistência. Essas iniciativas demonstraram ser mais eficazes na provisão de meios mais eficazes e eficientes para o desenvolvimento em nível micro (CASIMIRO, 2011).

As entidades voluntárias femininas, emergindo do âmbito não-doméstico ou familiar, constituíram-se como uma das precursoras no cenário social a partir da década de 80. Estas organizações, com ou sem finalidades lucrativas, englobam uma gama diversificada de campos de actuação, tais como o Desenvolvimento Familiar (exemplificado pela AMODEFA, fundada em 1989), Mulheres Empresárias e Executivas (caso da ACTIVA, estabelecida em 1990), Desenvolvimento Rural (representado pela AMRU e criada em 1991), Donas de Casa (ADOCA, instituída em 1992) e aquelas que se dedicam à promoção dos direitos das mulheres (a exemplo da MULEIDE, pioneira na área de direitos humanos em Moçambique, fundada em 1991).

De maneira geral, essas instituições emergiram em torno de esferas concernentes à condição feminina, explorando a dicotomia sexual e social do labor, a formação da identidade mulheril, bem como as dinâmicas sociais e de hegemonia vigentes. Dentro dessa categoria, incluem-se entidades vinculadas à saúde materno-infantil e ao planeamento familiar, à salvaguarda

e tutela infanto-juvenil, ao ensino, às actividades domésticas, ao desenvolvimento rural e comunitário, à defesa dos direitos das mulheres, e a diferentes segmentos socioprofissionais (tais como empreendedoras e executivas, docentes, juristas, funcionárias públicas), além de organizações orientadas para a problemática agrária, como cooperativas e associações de agricultores, bem como questões ambientais (CASIMIRO, 2011).

De acordo com Casimiro (2011), os movimentos femininos e feministas englobam uma diversidade de teorias e acções que objectivam questionar a hegemonia masculina e a subordinação feminina. Estes movimentos comprometem-se com a erradicação da disparidade de género e adoptam uma abordagem transformadora perante qualquer desafio que afecte tanto mulheres quanto homens, questionando a construção social das relações de género.

Estas entidades apresentam uma vasta gama de metas, características dos seus membros, áreas de intervenção. As suas preocupações abarcam direitos humanos, questões económicas de subsistência, bem-estar social, desenvolvimento familiar, terra, educação, saúde, alojamento, emprego, desenvolvimento comunitário e provisão de recursos hídricos. Algumas destas associações demonstraram uma abordagem mais autoritária na procura por recursos e influência, adoptando uma postura pouco colaborativa com organizações similares na competição por financiamento e planos de acção colectiva. Por outro lado, outras optaram por colaborar de forma solidária com os seus pares e com entidades comunitárias, desafiando as desigualdades através de iniciativas conjuntas que possam catalisar mudanças nas dinâmicas de poder (CASIMIRO, 2011).

Na sua análise histórica e sociológica da invisibilidade das mulheres e das relações de género em Moçambique, Casimiro (2011) argumenta que o movimento de mulheres, moldado a partir do movimento nacionalista que excluía as lutas de género, enfrentou uma relação problemática com o nacionalismo e seus líderes, especialmente após a Independência. As lealdades estabelecidas durante os diferentes estágios da luta nacionalista, por um lado, e os desafios decorrentes da construção de novas identidades femininas e relações distintas entre o Estado e a sociedade, após a Independência, por outro, são citados como razões para essa relação conflituosa.

Essa relação contraditória também está ligada à aceitação das mulheres como agentes sociais e à questão da transformação do pessoal em político. Qualquer chamado para a especificidade das mulheres era visto como deslealdade à comunidade e ao partido Frelimo, e uma ameaça à preservação do que os líderes masculinos consideravam como a cultura e autenticidade

africana, definida pelo altruísmo e pela disposição das mulheres em cuidar dos outros (Casimiro, 2011).

O movimento experimenta ritmos diferentes desde os anos 70, num processo de transformação através da prática política. Destaca-se a resposta do Estado a esse activismo, por meio de mecanismos políticos e legais que, enquanto abrem espaços para diferentes formas de participação, também bloqueiam ou dificultam os espaços públicos conquistados pelas mulheres. As diversas associações respondem de maneiras distintas, algumas buscando alianças com partidos ou o Governo, enquanto outras constroem plataformas solidárias, reconhecendo o contributo das mulheres para essas plataformas, por meio da prática do seu activismo. O papel do Estado tem sido, portanto, contraditório, criando condições para o processo de democratização, mas considerando subversivas as organizações que não o apoiam abertamente, apoiando movimentos conservadores para neutralizar o movimento progressista das mulheres e aprovando projectos económico-sociais que excluem segmentos crescentes da população (Casimiro, 2011).

Diversas organizações femininas, embora adoptem uma perspectiva fundamentada nos direitos humanos e de género, distanciam-se do rótulo de feminismo, uma tendência que parece estar enraizada nas múltiplas interpretações que o movimento feminista tem enfrentado, desde os tempos da luta armada pela libertação em Moçambique. Tais organizações defendem uma perspectiva enraizada nos direitos humanos e na equidade de género, moldada pelos avanços ocorridos dentro do movimento feminista, a partir dos anos 70, impulsionados tanto pela globalização capitalista e pelas agendas dos financiadores quanto pela disseminação global do feminismo, através da participação em fóruns e encontros de alcance continental e global.

Essa amálgama de pontos de vista pode apresentar desafios. Por trás da narrativa da igualdade de oportunidades, persistem práticas discriminatórias, estereótipos de género e a subordinação das mulheres, tanto no lar, quanto no mercado de trabalho, bem como nos processos decisórios. Os movimentos de mulheres tendem a apoiar abordagens liberais, permitindo que análises fundamentadas nas dinâmicas de género se convertam em programas políticos concretos, tais como a extensão das licenças de maternidade, a disponibilização de creches e jardins-de-infância, a garantia de salários iguais para trabalho igual, a implementação de leis contra a violência baseada no género e o assédio sexual, bem como a promoção de vantagens nos campos da saúde, educação e justiça (Casimiro, 2011).

Apesar de os movimentos de mulheres, e não só, estarem envolvidos na luta pelo reconhecimento social na sociedade moçambicana persistem ainda situações que concorrem para a sua secundarização. Ora, Moçambique é um país com 30,8 milhões de habitantes, dos quais 52% são mulheres, no caso a maioria da população, com um rápido crescimento populacional e elevadas taxas de fertilidade e mortalidade, onde cerca de 70% da população vive e trabalha nas zonas rurais e 45% dos cidadãos têm menos de 15 anos de idade.

Os dados apresentados no Perfil de Género 2016, corroborados pelo Perfil de Género 2022, reiteram a marginalização enfrentada pelas mulheres em Moçambique, destacando que factores socioculturais continuam a perpetuar a sua discriminação e exclusão incluindo as raparigas, dos espaços sociais, políticos e económicos. Em grande parte, mulheres e raparigas, encontram-se em desvantagem, em relação aos homens e rapazes, especialmente em contextos de pobreza, deficiência, residência em áreas rurais ou falta de fluência em língua portuguesa.

Um aspecto relevante é a existência de leis que, em teoria, garantem a igualdade entre homens e mulheres em diversos sectores; porém, na prática, a sua implementação é limitada. Muitas vezes, as mulheres e as raparigas desconhecem os seus direitos, e o sistema judiciário não está adequadamente preparado para lidar com questões de justiça, sensíveis ao género. Isso ocorre, em parte, devido à percepção equivocada de que "género" diz respeito apenas às mulheres, ignorando a igualdade de direitos, oportunidades e partilha de poder entre homens e mulheres.

Em Moçambique, a desigualdade continuam a afectar, de forma desproporcional, as mulheres. No campo da educação, a elevada taxa de analfabetismo entre as mulheres, especialmente nas áreas rurais, limita o seu acesso a empregos remunerados e ao bem-estar. No mercado de trabalho, as mulheres, predominantemente, ocupam posições no sector informal e agrícola, muitas vezes em trabalhos não qualificados, e na agricultura de subsistência, enfrentando obstáculos como o acesso limitado a recursos agrícolas, assistência técnica, adopção de tecnologia e crédito. A taxa de mortalidade materna permanece elevada, sobretudo entre as raparigas, que também são mais vulneráveis à infecção pelo HIV-SIDA em comparação com os rapazes. Essa vulnerabilidade está ligada às condições e práticas socioculturais que influenciam a saúde e o empoderamento económico e social das mulheres. Além disso, mulheres e crianças são as principais vítimas de violência doméstica (Perfil de Género 2016).

A elevada taxa de pobreza em Moçambique (63% da população vive com menos de 2 USD por dia)<sup>28</sup> é perpetuada por frequentes desastres naturais, elevada incidência de doenças, elevadas taxas de mortalidade geral e mortalidade materna, elevado crescimento populacional e uma distribuição desigual da riqueza. A prevalência do HIV-SIDA é de 12,6% (15–49 anos) e é particularmente mais alta entre as mulheres jovens, principalmente quando associada ao adoecimento e à mortalidade por tuberculose<sup>29</sup>. No ensino primário, existem sérias limitações de aprendizagem – em média, apenas 4,9% das crianças na terceira classe têm competências de leitura definidas para esta classe, muito abaixo dos países africanos vizinhos<sup>30</sup>. Algumas das razões mais comuns para a baixa frequência escolar das meninas, mesmo no nível primário, incluem situações de pobreza, carga excessiva de trabalho doméstico, falta de modelos femininos, casos de abuso sexual na escola, violência baseada no género (VBG), casamento precoce e gravidez não planejada. A taxa de casamento precoce é significativa: 14,3% das mulheres jovens entre 20-24 anos se casaram antes dos 15 anos e 48,2% antes dos 18 anos. A incidência de gravidez precoce também é alta, com grandes variações regionais, por exemplo, 20,5% de mulheres, em Maputo Cidade, e 51,7%, em Nampula, tiveram o seu primeiro filho antes dos 18 anos<sup>31</sup> (UNICEF 2015).

O recrudescimento de ataques militares, iniciados em 2017, na província de Cabo Delgado, tendo feito, aproximadamente, 2,800 vítimas mortais e mais de 800 000 deslocados até Julho de 2020, sendo 31% mulheres, 23% homens e 46% crianças, incluindo crianças desacompanhadas, é outra situação que empurra a mulher para uma situação ainda mais precária da que se encontrava antes destes ataques.

Este sentimento de invisibilidade do seu contributo, segundo Honneth (2009), é condição para o surgimento de movimentos de luta pelo reconhecimento, na medida em que a desigualdade e a exclusão social, estão relacionadas com a ausência de reconhecimento intersubjectivo e social e com as respectivas experiências de maus-tratos, discriminação e desrespeito. No caso de Moçambique, diferentes movimentos de mulheres tem obrigado o Estado a criar uma área responsável pelas questões de género.

---

<sup>28</sup> Embaixada da Suécia. 2019. Moçambique: Análise Multidimensional da Pobreza - Estado e Tendências

<sup>29</sup> USAIDMozambique: Nutrition Profile.

<https://2017-2020.usaid.gov/sites/default/files/documents/1864/Mozambique-Nutrition-Profile-Mar2018-508.pdf>

<sup>30</sup> USAID Moçambique. 2019. Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento do País (CDCS) Dezembro de 2020-Dezembro de 2025.

<sup>31</sup> Perfil de Igualdade de Género de Moçambique, 2022.

O MMCAS foi criado no ano 2000, como órgão responsável pelas questões de género, bem como pelas questões de coordenação relacionadas com a mulher e o desenvolvimento. O nome foi subsequentemente alterado para "Ministério da Mulher e da Acção Social" (MMAS, 2005) e para o actual "Ministério do Género, Criança e da Acção Social" (MGCAS, 2015), mas ainda é a entidade central do Governo a abordar as políticas e regulamentos de género e a liderar o Mecanismo de Coordenação Nacional de Género. No seu escopo de actividades, o MGCAS é responsável pela coordenação e monitoria da implementação dos diversos compromissos internacionais e regionais, ratificados pelo país para a promoção da igualdade de género. Visando a igualdade de género, o Estado moçambicano assumiu compromissos descritos na tabela abaixo.

**Tabela 15: Compromissos internacionais de Igualdade de Género assumidos por Moçambique**

<b>Compromisso</b>	<b>Descrição</b>
<b>Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).</b>	Ratificada pelo Governo de Moçambique em 1993, obriga os Estados signatários a rever toda a legislação discriminatória existente e a adoptar novas leis para eliminar qualquer discriminação contra as mulheres.
<b>Declaração de Beijing</b>	Ratificada em 1995, estabelece estruturas programáticas a serem implementadas pelos governos para melhorar a condição da mulher, por meio da implementação da Plataforma de Acção de Beijing (com 12 áreas prioritárias).
<b>Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento</b>	Ratificada em 1997, obriga os países signatários a rever as leis discriminatórias e a aprovar novas, a fim de eliminar os factores que limitam o acesso e o controlo das mulheres sobre os recursos e espaços de tomada de decisão.
<b>Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos, Relativo aos Direitos da Mulher em África</b>	Ratificado em 2005, reforça as medidas tomadas para eliminar todas as formas de

	discriminação contra a mulher em África e proteger os seus direitos.
<b>Declaração Solene sobre Igualdade de Género em África</b>	Ratificada em 1994, estabelece os objectivos para a União Africana, em termos de igualdade de género a serem alcançados pelos Estados Membros.
<b>Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento</b>	Adoptado em 2008, define metas para a SADC no que diz respeito ao alcance da equidade de género, incluindo a recomendação para atingir a participação de 50% das mulheres nos espaços de tomada de decisão.
Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência	Ratificada em 2010, inclui um artigo sobre mulheres com deficiência.
Resolução 1325 das Nações Unidas	Resolução sobre Mulheres, Paz e Segurança. Primeiro Plano elaborado para o período 2009-2013 e o segundo para o período 2018-2022.

Perfil de Igualdade de Género de Moçambique, 2022

Ao Ministério do Género, Criança e da Acção Social (MGCAS) compete, no âmbito da componente de género, elaborar propostas de legislação, políticas, estratégias, programas e planos de desenvolvimento nas áreas relacionadas com o género. Além disso, é responsável pela divulgação, monitorização e avaliação da implementação dessas medidas. O Ministério também tem o papel de promover a ratificação e o cumprimento das normas do Direito Internacional, no domínio do género. Estabelecer e fomentar mecanismos de diálogo contínuo com a sociedade civil. Ademais, deve realizar acções destinadas a sensibilizar a sociedade em geral, para a importância da igualdade de género no desenvolvimento socioeconómico do país. O Ministério também tem a incumbência de adoptar e promover medidas de prevenção e combate à violência baseada no género e à violência doméstica. Por fim, deve promover e defender a participação equilibrada de mulheres, homens, raparigas e rapazes, em todos os níveis, sectores e órgãos de decisão.

Com base nas atribuições acima descritas, pode-se compreender que, em termos de princípios, existe interesse do Estado moçambicano nas questões de género. No entanto, é necessário questionar se este interesse nas matérias de género está a ser materializado através de

políticas e estratégias de género com vista à igualdade de género em Moçambique. Para tal, far-se-á a seguir a descrição das políticas desenhadas para a igualdade de género.

#### **5.4. Planos quinquenais do Governo de Moçambique e a componente da promoção da igualdade de género**

No contexto do avanço da condição feminina, o Programa Quinquenal do Governo (PQG: 2005-2009) propunha-se a promover a conscientização da sociedade acerca dos direitos da mulher; fortalecer a presença feminina em instâncias decisórias, em todos os âmbitos e, particularmente, nos sectores político, económico, social e cultural, assegurando-lhes a igualdade de oportunidades e recorrendo à acção afirmativa, sempre que se mostrar necessária; fomentar a sua participação em cargos de liderança e decisão, em diferentes esferas; elevar o nível educacional feminino através de medidas que incentivem o acesso e o sucesso das raparigas nas instituições de ensino.

Através do balanço do meio-termo do PQG (2005-2009), foi possível verificar que as questões do género registaram um progresso significativo ao nível das políticas públicas, testemunhado pela elevação progressiva da participação da mulher nos órgãos de tomada de decisão e da rapariga, nos diversos níveis educacionais, incluindo de formação de professores; a elevação do acesso da mulher aos serviços primários de saúde através da expansão do número de maternidades e das casas de mãe, bem como a integração do homem nos programas de saúde; a aprovação da Política Nacional do Género e respectiva Estratégia de Implementação (2006); a institucionalização das unidades do género ao nível dos ministérios-chave, bem como a criação dos Conselhos Provinciais de Avanço da Mulher, marcam as grandes realizações dos primeiros três anos de governação. Por outro lado, a criação e expansão, dos gabinetes de atendimento à mulher vítima da violência doméstica, junto às esquadras da Polícia da República de Moçambique, e a submissão à Assembleia da República para aprovação da proposta de Lei contra a Violência Doméstica, constituíram um momento marcante rumo à erradicação da violência doméstica, base para a criação da paz e harmonia dentro de cada família moçambicana.

Como desafios na componente de igualdade de género, verificou-se a necessidade de criação de unidades de género nos sectores económicos, como na agricultura, que se deveria reflectir na maior participação e benefícios económicos para as mulheres, sobretudo no acesso ao emprego agrícola rural, na exploração de terras agrícolas em áreas irrigáveis; no aumento do acesso das mulheres ao crédito, concedido pelas instituições financeiras e de micro-finanças rurais, e no

aumento do acesso aos serviços de extensão rural. No âmbito do combate à violência doméstica, os esforços deveriam incidir na análise do desfecho dos processos remetidos pelos gabinetes de atendimento às vítimas, nos tribunais.

O Programa Quinquenal do Governo (2010–2014) estabelece cinco metas gerais, a saber: (1) consolidação da unidade nacional, paz e democracia; (2) combate à pobreza e promoção da ética de trabalho; (3) boa governança, descentralização, luta contra a corrupção e promoção da cultura de prestação de contas; (4) fortalecimento da soberania; e (5) intensificação da cooperação internacional. O PQG 2010-2014 preconiza que “a mulher em Moçambique constitui a maioria da população, sendo imperativo o seu maior engajamento nos âmbitos político, económico e social, bem como noutras esferas que impulsionem o desenvolvimento do país”.

A avaliação do PQG (2010–2014) descreve que foram implementadas diversas iniciativas, para fortalecer o papel feminino e familiar, na promoção dos direitos e na prestação de assistência aos seus membros e à população em geral. No contexto da valorização da mulher e sua participação nos domínios político, económico e social do país, o Governo, por intermédio do sector do Género, prestou apoio abrangente a aproximadamente 430 associações, na sua maioria constituídas por mulheres, alcançando uma taxa de execução de cerca de 430%, e excedendo a meta de 100 estabelecida para 2014. Este esforço contribuiu para o desenvolvimento de actividades geradoras de renda em todo o território nacional e para o empoderamento económico da mulher.

Foram igualmente criados e operacionalizados 101 Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher, em todo o país, para impulsionar e acompanhar a implementação de políticas e programas aprovados pelo Governo, concernentes às áreas da mulher e género. Foram construídos 9 Centros de promoção da mulher, sendo 1 em Cabo Delgado (Palma) em 2010, 5 em 2011, dos quais 3 em Nampula (Meconta, Monapo e Moma), 1 na Zambézia (Maganja da Costa), 1 em Inhambane (Massinga), 3 em 2012, sendo 2 em Niassa (Mavago e Muembe) e 1 em Sofala (Caia), que se destinam à capacitação vocacional das mulheres em várias áreas. No âmbito da promoção da equidade de direitos e de oportunidades entre o homem e a mulher na sociedade e perante a lei, foram realizadas a II e III Conferências Nacionais sobre Mulher e Género, na Cidade de Maputo, em 2010 e 2012, respectivamente. Na promoção da estabilidade e respeito da família, foram levadas a cabo acções de sensibilização sobre o papel da família na protecção dos seus membros, sendo que os direitos da mulher e da criança merecem um destaque especial, garantindo, deste modo, que sejam conhecidos e respeitados por todos os cidadãos.

O Plano Quinquenal de Governação (PQG) 2015–2019 estabelece cinco áreas prioritárias para a governança durante o período de cinco anos, nomeadamente: (i) Consolidação da Unidade Nacional, Paz e Soberania; (ii) promoção do desenvolvimento do capital humano; (iii) estímulo ao emprego e aprimoramento da produtividade e competitividade; (iv) desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais; e (v) garantia da gestão sustentável e transparente dos recursos naturais. Estas prioridades são fundamentadas em pilares de apoio que incluem: (i) consolidação do estado de direito democrático; (ii) promoção de um ambiente macroeconómico equilibrado e sustentável; e (iii) fortalecimento da cooperação internacional.

A componente de igualdade de género no PQG 2015–2019 está adstrita à prioridade (ii) Desenvolver o Capital Humano, no Objectivo Estratégico (v): Promoção da igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural; garantia da protecção e desenvolvimento integral da criança, da assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade, tendo sido desenvolvidas as seguintes acções:

- Aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica e da Estratégia de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros, o que permitirá melhorar as intervenções viradas ao atendimento dos grupos populacionais vulneráveis e à incidência de casamentos prematuros na sociedade;
- Assistência a 91,849 crianças em idade pré-escolar, no período de 2015 a 2018, das quais 49,849 de sexo feminino, o que assegura o seu desenvolvimento integral, proporcionando-lhes capacidades para uma fácil adaptação no processo de ensino e aprendizagem, em idade escolar;
- Apoio psicossocial providenciado no período de 2015 a 2018 a 3,768 crianças vítimas de violência, 242 crianças vítimas de tráfico, 1,934 pessoas idosas, 668 pessoas com deficiência e 9,964 mulheres vítimas de violência. Estas acções asseguram a redução do impacto psicológico causado pela violência sofrida e maior integração nas respectivas suas famílias e comunidades, estabelecendo oportunidades para gozarem os seus direitos;
- Atendimento a 592,710 crianças em situação difícil, no período de 2015 a 2018, das quais 325,887 do sexo feminino, que se beneficiaram de apoio multiforme, contribuindo, deste modo, para a sua inclusão social e habilitando-as a participar no desenvolvimento do país;

- Assistência a 519,347 agregados familiares no período de 2015 a 2018, fornecendo-lhes vantagens que possibilitam aprimorar o seu padrão de subsistência.

### **5.5. Política de Género e Estratégia da sua Implementação**

A implementação de políticas de género em Moçambique tem gerado avanços significativos no que diz respeito às relações de género, promovendo o fortalecimento do processo de desenvolvimento. A participação activa e positiva das mulheres moçambicanas tem impulsionado o movimento feminino, que tem defendido uma mudança gradual na legislação e nas políticas que as marginalizam. Neste cenário, o Governo ratificou a Política de Género e delineou a estratégia para a sua execução, conforme expresso na Resolução nº 19/2007, de 15 de Maio, do Conselho de Ministros. Este documento orientador estabelece linhas de orientação, para o desenho de políticas e a definição de medidas, visando elevar a condição feminina e fomentar a equidade de género.

A referida política definiu uma visão, missão, princípios orientadores e objectivos que visam garantir: o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana; a igualdade de direitos entre mulheres e homens; a participação equitativa no processo de desenvolvimento; o aumento dos níveis educacionais e de formação; a promoção do direito à saúde, com acesso a serviços de qualidade; e a obtenção de resultados justos para ambos os sexos, aproveitando as sinergias das acções. Além disso, visa contribuir para a redução das desigualdades de género e promover uma mudança gradual na mentalidade tanto dos homens quanto das mulheres, sensibilizando para a existência de discriminação nas esferas sociais, económicas, políticas e culturais.

Em 2018, após a aplicação da política de género, o Ministério do Género, Criança e Acção Social conduziu uma avaliação que destacou avanços substanciais, tais como, o aumento da representação feminina em instâncias decisórias, a reformulação da legislação referente aos direitos das mulheres, a ampliação da matrícula e retenção de jovens do sexo feminino na esfera educacional, o aprimoramento no acesso aos cuidados de saúde e a assistência às vítimas de violência baseada no género. Contudo, a avaliação também evidenciou deficiências na aplicação da legislação e na participação das mulheres em órgãos decisórios a nível distrital e local, assim como nas lideranças de municípios e assembleias municipais.

No campo educacional, persistem desafios na retenção e conclusão dos estudos por parte das jovens no ensino secundário. No âmbito da saúde, as taxas de mortalidade materna permanecem elevadas, entre outras vulnerabilidades. O fortalecimento económico das mulheres enfrenta barreiras em termos de capacitação e de acesso aos recursos produtivos e financiamento. A análise também revelou que os recursos disponíveis, os mecanismos institucionais e os instrumentos de planeamento e monitoramento empregados na implementação da política de género podem ser aprimorados para alcançar maior eficiência e contribuir mais significativamente para o desenvolvimento de Moçambique e sua ascensão a um país com um índice de desenvolvimento humano médio. Com base nos resultados da avaliação realizada pelo MGCAS, tornou-se urgente revisar a política de género, reconhecendo-se as várias mudanças ocorridas desde sua aprovação em 2006, tanto em nível nacional quanto regional e global.

Em 2018, foi aprovada a Política de Género e sua implementação, que se fundamenta na análise da situação actual em Moçambique e está alinhada com os conteúdos e a estrutura do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. Esta política estabelece a visão, missão, princípios gerais, objectivo geral e objectivos estratégicos, em vários domínios, para alcançar a igualdade de género, as medidas a adoptar para melhorar a eficácia dos mecanismos e instrumentos para a sua implementação. Assim como o Protocolo da SADC, esta política aborda a imperiosidade de assegurar recursos financeiros e humanos apropriados, duradouros e previsíveis, para garantir a divulgação, coordenação, capacitação e orientação dos sectores indispensáveis à sua implementação.

A Política de Género e sua Implementação (2018) estipula um objectivo geral de coordenação integrada das principais estratégias para fomentar a equidade de género e a observância dos direitos humanos. Os seus objectivos específicos abrangem: contribuir para a abolição de práticas prejudiciais que infringem os direitos de mulheres, homens, raparigas e rapazes; fomentar iniciativas que garantam a representação equitativa de mulheres e homens em instâncias decisórias a todos os níveis; garantir a igualdade de direitos e de oportunidades no acesso à educação e a formação de qualidade para raparigas, rapazes, mulheres e homens; promover a equidade de direitos e oportunidades na posse e gestão de recursos produtivos, emprego formal e informal, e trabalho doméstico não remunerado; implementar medidas para erradicar todas as formas de violência baseada no género, particularmente contra mulheres e raparigas, em ambientes públicos e privados; apoiar programas de saúde sexual e reprodutiva e de direitos reprodutivos;

fomentar a participação equitativa de mulheres e homens na prevenção, mediação de conflitos e consolidação da paz; incentivar os meios de comunicação, a contribuir para a mudança de mentalidades, promovendo uma representação equilibrada e não estereotipada de mulheres e raparigas; ampliar o acesso às tecnologias de informação e comunicação para mulheres e raparigas e, promover a igualdade de acesso e controlo de recursos naturais, tecnologias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, benefícios e oportunidades de desenvolvimento entre homens e mulheres, rapazes e raparigas, visando a sustentabilidade dos recursos naturais na luta contra a pobreza.

A responsabilidade pela operacionalização da Política de Género é partilhada entre os diversos actores da sociedade moçambicana, e a sua implementação requer uma forte ligação intersectorial e interdisciplinar, envolvendo vários intervenientes (em todos os níveis), tais como: Governo; instituições do Estado; instituições de pesquisa; sector empresarial (público e privado); meios de comunicação; organizações políticas, religiosas e comunitárias; organizações não-governamentais e organizações internacionais.

## **5.6. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Jangamo**

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital - PEDD III (2017-2026) do distrito de Jangamo é um documento que dá continuidade ao PEDD-II (2011-2015). Ele se diferencia do anterior em termos de duração e na estruturação de sua matriz de acções, que agora é organizada por prioridades, oferecendo uma abordagem mais aprofundada sobre o Desenvolvimento Económico Local. Este plano é resultado de levantamentos realizados na base, com o objetivo de identificar as principais potencialidades, demandas da população e problemas, para elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o distrito nos próximos dez anos (2017-2026). A estratégia é baseada na elaboração de programas e projetos específicos. O PEDD III estabelece uma conexão e continuidade com os principais instrumentos de planificação, alinhando-se com os planos a nível nacional e provincial, como o Programa Quinquenal do Governo (PQG) (2015-2019), que tem como objetivo central a Erradicação da Pobreza para melhorar as condições de vida da população moçambicana, em um ambiente de paz e harmonia, juntamente com o Plano Estratégico da Província II, (2011-2020).

Para alcançar a visão do distrito, foram estabelecidas quatro prioridades, a saber:

1. **Desenvolvimento Humano e Social:** A melhoria das condições de vida da população, através de uma educação de qualidade, relevante para o mercado de emprego, o acesso à saúde e uma habitação condigna;
2. **Infra-Estruturas e Serviços Básicos:** Garantir o acesso a infra-estruturas e serviços básicos às populações do distrito;
3. **Desenvolvimento Económico Local:** Promover o crescimento da produção, produtividade e competitividade, para impulsionar o desenvolvimento económico e social através da agricultura mecanizada, agroprocessamento e exploração sustentável das potencialidades do distrito, privilegiando a *produção da mandioca, hortícolas, coco, citrinos, pesca e turismo*;
4. **Boa Governação:** Assegurar que os serviços públicos sejam prestados com eficácia e eficiência, centrados no cidadão, privilegiando o profissionalismo na Função Pública; promover a transparência administrativa e financeira; fortalecer e capacitar os órgãos locais, consolidando a descentralização, a desconcentração e uma boa governação, orientada para a busca de oportunidades de investimento;
5. **Participação da Rapariga:** no que concerne à taxa de participação da rapariga no ensino, esta situou-se, em 2016, a uma taxa média de 87,7% no ensino primário, 79,8 no ESGI e 82,5 no ESGII. Na Alfabetização e Educação de Adultos, a taxa de participação foi de 78,9%. Analisando a situação, observa-se uma subida do aproveitamento em cerca de 30%, no ensino primário e ensino secundário.

**Tabela 16: Participação da Rapariga**

<b>Escolas</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>EP1</b>	53,5	46,4	48,6	49,5	49,6	89,1
<b>EP2</b>	48,8	48,3	42,0	50,1	52,7	83,3
<b>ESG1</b>	36,3	37,3	37,3	37,3	43,3	79,8
<b>ESG2</b>	0,0	0,0	45,3	53,3	49,3	82,5
<b>AEA</b>	90,8	80,8	91,3	99,3	97,0	78,9

Fonte: SDEJT/2017

6. **Atendimento da mulher e criança vítima de violência:** nesta componente, foram controlados e registados 34 casos em 2016, segundo ilustra o quadro seguinte.

**Tabela 17: Atendimento da mulher e criança vítima de violência**

TIPOS DE CRIME	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ofensas Vol Qualificadas	0	2	1	2	2	4
Recusa de Paternidade	0	0	2	0	2	1
A falta Prest. Alimentos	2	0	18	7	42	22
Abandono de Lar	0	0	1	0	0	0
Violação de Menor	2	1	2	4	4	0
Violação de Mulher	1	1	1	4	1	5
Expulsão de Lar	0	0	1	0	4	0
Divisão de Bens	0	0	0	0	0	0
Abandono de Infante	0	1	1	0	1	0
Crianças Perdidas	0	0	0	2	0	2
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>19</b>	<b>56</b>	<b>34</b>

Fonte: PRM

Quanto a lugares de direcção e chefia, existiam 98 lugares, dos quais 26% foram ocupados por mulheres até 2016.

### Mulher e Acção Social

**Tabela 18: Desenvolvimento do Capital Humano e Social-Mulher e Acção Social**

Objectivo Específico 1	Situação Actual/2016	Meta até 2026
Melhorar a assistência aos idosos, pessoas com deficiências e com doenças crónicas.	Num universo de 8670 pessoas do grupo-alvo, 2462 beneficiam-se da assistência social, o correspondente a 28,4%.	Pelo menos 4.335 pessoas do grupo-alvo beneficiaram-se da assistência social.
Objectivo Específico 2	Situação Actual/2016	Meta até 2026
Potenciar grupos de mulheres, chefes de famílias, e vivendo em situação de vulnerabilidade, e organizadas em associações.	Existem 3 associações em actividade.	Criar pelo menos 6 associações.

<b>Objectivo Específico 3</b>	<b>Situação Actual/2016</b>	<b>Meta até 2026</b>
Melhorar a assistência social de crianças órfãs e vulneráveis vivendo em famílias carentes.	204 crianças estão a ser apoiadas com suplementos alimentares e material escolar.	Apoiar 246 crianças
<b>Objectivo Específico 4</b>	<b>Situação Actual/2016</b>	<b>Meta até 2026</b>
Fortalecer o apoio de pessoas com deficiência, com meios de compensação, como cadeiras de roda, canadianas, triciclos e bengalas.	32 Pessoas receberam cadeiras de roda, canadianas, triciclos e bengalas.	Apoiar 28 pessoas.

Plano Estratégico da Província II, (2011-2020)

Estratégia de implementação:

### **Género, Criança e Acção Social**

- Mobilizar apoios a nível das ONG, para financiar projectos de geração de renda;
- Intensificar o processo de mapeamento de crianças órfãs e vulneráveis (COV);
- Identificar possíveis famílias de acolhimento para posterior avaliação e selecção.
- Atribuir meios de compensação a pessoas deficientes, em parceria com organizações não-governamentais.

### **5.7. Adequação das metas globais à realidade do país**

Em Setembro de 2015, Moçambique e mais 192 países membros da Organização das Nações Unidas, deliberaram para o estabelecimento da Agenda 2030, sobre Desenvolvimento Sustentável, com 17 Objectivos, 169 metas e 232 indicadores. A Agenda 2030 constitui uma fonte de inspiração nacional, na adopção e gestão de políticas públicas mais eficientes e inovadoras, tendo como fim último a redução da pobreza, sobretudo dos grupos mais vulneráveis: mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e populações de baixa renda.

O país implementou mecanismos para a execução da Agenda 2030, destacando-se a adaptação e o alinhamento dessa agenda com os instrumentos nacionais de planeamento, incluindo: a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035, os Programas Quinquenais do Governo 2015-2019 e 2020-2024, o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE),

além de Políticas e Estratégias Setoriais e Territoriais, e a adoção do Quadro Nacional de Indicadores para os ODS. No contexto nacional, entende-se que, ao contrário dos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio, cuja implementação era responsabilidade exclusiva dos governos, a Agenda 2030 exige a participação de todos os atores do desenvolvimento nacional, ressaltando a necessidade de esforços conjuntos.

O princípio de “*não deixar ninguém para trás*” assegura a inclusão de todos, com especial foco para os mais vulneráveis. Foi nestes termos que, em 2017, foi constituído o Grupo Nacional de Referência dos ODS (GNR), que é um fórum de consulta que reúne actores de desenvolvimento (organizações da sociedade civil, sector privado, academias, parlamentares, municípios, parceiros de desenvolvimento e Agência das Nações Unidas), com o objectivo de coordenar a implementação e avaliação da Agenda 2030.

A execução da Agenda 2030 requer a formulação de um Quadro Nacional de Indicadores (QNI), dos ODS, o qual deve contextualizar os compromissos globais, no âmbito nacional, por meio de metas e indicadores específicos e pertinentes, garantindo a disponibilidade de dados e a capacidade de gerar informações para avaliar o desempenho dos indicadores. Em 2020, o país adoptou a ENM dos ODS da Agenda 2030, devidamente alinhada com o PQG 2020–2024, considerando as suas prioridades e pilares de desenvolvimento. A selecção dos indicadores para o QNI teve como base os compromissos internacionais, regionais e instrumentos de Planificação Nacional, a saber: *Quadro Sendai para a Redução de Riscos de Desastres e Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas; Agenda 2063 da União Africana; Novas Parcerias para o Desenvolvimento (NEPAD); Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) e Programa Quinquenal do Governo; Políticas Estratégicas Sectoriais e Territoriais.*

O QNI é constituído por 147 indicadores totalmente alinhados que respondem às prioridades nacionais, cobrindo os 17 Objectivos e 91 metas. Do total dos indicadores, 96 são internacionalmente comparáveis e podem ser reportados tanto ao nível nacional como internacional, garantindo, assim, a visibilidade do País ao nível global.

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelos membros do Conselho de Liderança da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável, analisa o progresso feito a cada ano, em relação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. A versão de 2023 do relatório índice de SDG classificou Moçambique na posição número 149 (dos 162 países

considerados neste *ranking*), com uma classificação de 52,7 pontos, em termos do seu desempenho nos ODS. As estimativas indicam que Moçambique tem um bom desempenho na Acção Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). Por outro lado, estão a ser feitos alguns progressos, em relação à Educação de Qualidade (ODS 4), Igualdade de Género (ODS 5), Água Potável e Saneamento (ODS 6), Trabalho Digno e Crescimento Económico (ODS 8), no Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12) e Vida Subaquática (ODS14).

O alinhamento dos ODS ao PQG 2020–2024 foi um ponto de partida para a domesticação da Agenda 2030, embora a sua integração efectiva tenha sido feita no PESOE 2023, a qual poderá ser aprimorada, constituindo um desafio para a implementação efectiva dos ODS a todos os níveis (central, provincial, distrital incluindo o sector privado). Em 2022, iniciou-se um exercício para tornar visíveis os ODS no e-SISTAFE. No processo de elaboração do PESOE 2023, participaram os sectores centrais e provinciais, através da carga dos indicadores dos ODS no Módulo de Planificação e Orçamento (MPO) e alinhamento com as funções sectoriais e codificação dos 17 objectivos do QNI. Desta forma e pela primeira vez, estão visíveis as alocações financeiras para cada um dos 17 ODS, correspondendo a um valor total de 400 932,5 milhões de Meticais, e representando 84,9% da despesa total, conforme a tabela abaixo:

Tabela 19: Financiamento dos ODS através do OE

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	Prop. PESOE 2023	
	Em milhões de MT	Em % da Despesa Total dos ODS
ODS1 Erradicação da Pobreza	110,013.1	27.4
ODS2 Fome zero e Agricultura Sustentável	6,465.7	1.6
ODS3 Saúde e Bem-Estar	35,833.9	8.9
ODS4 Educação de Qualidade	53,898.4	13.4
ODS5 Igualdade de Género	23,614.9	5.9
ODS6 Água Potável e Saneamento	6,113.4	1.5
ODS7 Energia Limpa e Acessível	4,468.0	1.1
ODS8 Trabalho Decente e Crescimento Económico	44,155.4	11.0
ODS9 Indústria, Inovação e Infraestrutura	24,432.2	6.1
ODS10 Redução das Desigualdades	16,552.0	4.1
ODS11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	4,890.9	1.2
ODS12 Consumo e Produção Responsáveis	84.6	0.0
ODS13 Acção contra Mudança geral do Clima	15,098.1	3.8
ODS14 Vida na Água	1,132.3	0.3
ODS15 Vida Terrestre	2,266.5	0.6
ODS16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	47,872.2	11.9
ODS17 Parceria para Implementação dos Objectivos	4,040.7	1.0
<b>Despesa total dos ODS</b>	<b>400,932.5</b>	<b>100.0</b>

Fonte: MEF, PESOE (2023)

A tabela abaixo apresenta o resumo do progresso dos ODS à excepção do ODS-10 (Redução das Desigualdades) e ODS-15 (Vida sobre a Terra), abrangendo 40 metas e 57 indicadores, destacando-se o ODS-4 (Educação de Qualidade) com 5 metas e 11 indicadores, seguido do ODS-16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) com 5 metas e 8 indicadores e ODS-8 (Emprego e Crescimento Económico).

**Tabela 20: Resumo das metas e indicadores que registaram progressos**

	ODS	META	Nr. Indicador
1	 <b>ERRADICAÇÃO DA POBREZA</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
2	 <b>ERRADICAÇÃO DA FOME</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
3	 <b>SAÚDE DE QUALIDADE</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
4	 <b>EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</b>	<b>5</b>	<b>11</b>
5	 <b>IGUALDADE DE GÊNERO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
6	 <b>ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
7	 <b>ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
8	 <b>TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
9	 <b>INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
11	 <b>CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
12	 <b>PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
13	 <b>ACÇÃO CLIMÁTICA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
14	 <b>PROTEGER A VIDA MARINHA</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
16	 <b>PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</b>	<b>5</b>	<b>8</b>
17	 <b>PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJECTIVOS</b>	<b>2</b>	<b>5</b>
<b>Total</b>		<b>40</b>	<b>57</b>

*Fonte: Relatório sobre o progresso dos ODS em Moçambique – (2023)*

Como foi descrito acima, o Estado moçambicano procurou domesticar os ODS, para que reflectissem a realidade do país. Tendo em conta o foco do trabalho, que é a mulher, cingimo-nos ao Objectivo 5 dos ODS, pois queríamos perceber o esforço que tem sido feito por Moçambique para atingir as metas propostas.

### **ODS 5: Igualdade de Género**

Relativamente à promoção da igualdade e equidade de género, segundo Relatório sobre o Progresso dos ODS em Moçambique (2023), durante os exercícios económicos de 2020 e 2021, o Governo realizou acções de capacitação a cerca de 5898 mulheres, em matéria de gestão de

negócios para auto-sustento e empreendedorismo. Destaca-se, ainda, a capacitação de 6271 associações, maioritariamente constituída por mulheres, em matérias de equidade e igualdade de género.

Além disso, foram capacitados 3.840 provedores de serviços públicos em questões de igualdade e equidade de género; 7.901 mulheres foram treinadas em empreendedorismo e gestão de negócios; e 337 instituições públicas e 171 privadas foram sensibilizadas sobre a importância de incluir mulheres em cargos de gestão.

**Meta 5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e raparigas em toda a parte.

**Indicador: 5.1.1** Existência ou não de quadros jurídicos para promover, aplicar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo.

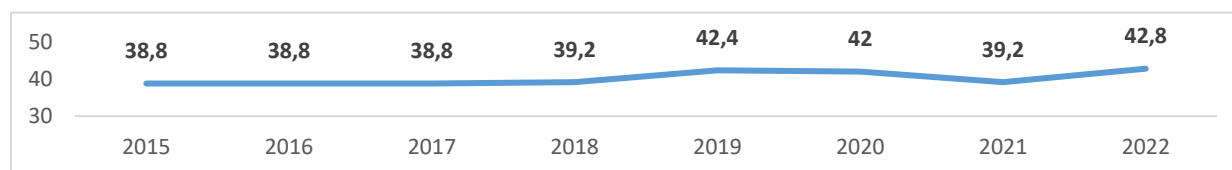
Moçambique, através do quadro jurídico para promover, aplicar e monitorar a igualdade e a não discriminação baseada no sexo, com principal enfoque na Constituição da República, que consagra o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres e a igualdade de género, durante o período em referência, aprovou e estabeleceu os seguintes instrumentos jurídicos: (i) *Lei N° 22/2019, de 11 de Dezembro – Lei da Família*; (ii) *A Política de Género e Estratégia de sua Implementação*; e (iii) *Resolução 39/2020, de 8 de Julho – Estratégia de Género da Administração Pública 2020–2024*.

**Meta 5.5** Até 2030, garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança, em; todos os níveis de tomada de decisão, na vida política, económica e pública.

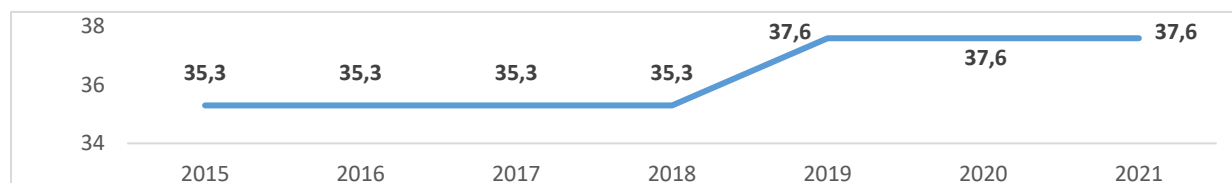
**Indicador 5.5.1** Proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República.

O país regista avanços significativos para atingir a paridade de género, na perspectiva de incluir a mulher nos processos de tomada de decisão, ao mais alto nível; consequentemente, o Conselho de Ministros é representado por 50% de mulheres. Esta tendência também se verifica ao nível do parlamento, embora registre alguma oscilação derivada da mobilidade de membros para cargos de direcção em diversas áreas e sectores do Governo.

**Gráfico 5: Proporção de mulheres na Assembleia da República.**



**Gráfico 6: Proporção de mulheres na Assembleia Municipal**



Fonte: AR/MAEFP, dados administrativos, 2015–2022

No que se refere ao acesso, 78,9% das crianças ingressaram no ensino primário com idade certa (6 anos). A taxa líquida de escolarização da rapariga cresceu de 78,2% em 2020 para 89,6% em 2022. A taxa bruta de conclusão no ensino primário, para mulheres, aumentou de 35% em 2015 para 47,8% em 2021 e, para os homens, de 39% para 51,4% no mesmo período. Apesar de 52% da população moçambicana serem mulheres, este grupo representa 47% da população do ensino superior.

No âmbito da criação de emprego, foram criados 1.102.963 novos postos de trabalho, o correspondente a uma realização de 37,3% da meta do quinquénio (2.952.907). Deste total, 286.871 foram para mulheres, contribuindo, deste modo, para o aumento da renda e da sustentabilidade das famílias.

Em 2022, o Governo de Moçambique e a ONU contribuíram para aumentar a capacidade das mulheres e dos jovens do sexo feminino nos processos de paz, segurança e recuperação. Isto foi feito através da consciencialização do importante papel da liderança das mulheres, na construção e sustentação de normas e valores socioculturais positivos para a coesão social e construção da paz, de acordo com a agenda sobre mulheres, paz e segurança.

A iniciativa foi uma oportunidade para aumentar a consciencialização sobre a Resolução 1325 da ONU, bem como sobre o Plano de Acção Nacional (PNA) Moçambicano sobre MPS e

discutir a importância da participação e liderança das mulheres nos processos de paz, segurança e recuperação. A iniciativa também abordou a sensibilidade ao género na Desmobilização, Desarmamento e Reintegração(DDR) e para a construção e consolidação de uma paz sólida e duradoura em Moçambique, identificando estratégias adicionais para superar os desafios sobre a protecção dos direitos humanos e liberdades das mulheres e raparigas, no contexto de insurgência e deslocamentos internos. A iniciativa multilateral contou com a participação de defensores da igualdade de género e representantes de organizações, redes e movimentos de mulheres das províncias de Maputo, Manica, Tete, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Outros participantes incluíram mulheres afectadas pelo conflito, nas províncias de Cabo Delgado e Sofala, associações de jovens, líderes religiosos e comunitários, agências das Nações Unidas, organizações internacionais e funcionários do Governo. De um total de 133 participantes, 110 mulheres compareceram presencialmente (101) e (32) participaram virtualmente.

Em resultado dos conhecimentos e da sensibilização adquiridos, segundo o Relatório sobre o progresso dos ODS em Moçambique (2023), as mulheres tornaram-se mais activas na liderança de eventos comunitários de construção da paz e de resolução de conflitos. As mulheres estão a organizar sessões de sensibilização da comunidade nos centros de deslocados internos e nas comunidades de acolhimento. Elas organizaram um total de 35 sessões de sensibilização comunitária sobre a Resolução 1325 da ONU e GEWE, em diferentes províncias e desenvolveram actividades de sensibilização comunitária e de reforço de capacidades que atingiram um total de 413 mulheres, homens, líderes comunitários e religiosos e parceiras.

Em 2022, a ONU apoiou a organização de um acampamento de solidariedade internacional de dois dias, liderado pelo movimento de mulheres – Grupo de Partilha de Ideias de Sofala (Grupo Rede de Mulheres). O Acampamento de Solidariedade reuniu 297 mulheres de Moçambique, concretamente de Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Nampula e Cabo Delgado, e 4 mulheres dos PALOP, nomeadamente, da Guiné-Bissau (1), Cabo Verde (1), São Tomé e Príncipe (1) e Angola (1). As mulheres partilharam experiências e desenvolveram alternativas conjuntas, para a construção da paz, segurança e luta contra a VBG, incluindo a sensibilidade ao género nos processos de DDR.

A ONU também facilitou a participação do Secretariado da Paz no campo de solidariedade, para apresentar o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos antigos guerrilheiros da Renamo (DDR) e identificar formas de coordenação com os grupos de mulheres

existentes. O acampamento ofereceu um espaço aberto, seguro e unido, para que as mulheres pudessem cruzar os seus conhecimentos e criar alternativas e propostas que considerassem pertinentes para a construção de uma paz sustentável. Como resultado, foi elaborado um manifesto das mulheres dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), expressando as suas necessidades, preocupações e recomendações no contexto da paz e segurança, que posteriormente servirá como instrumento de advocacia nos respectivos países (incluindo Moçambique) e aos mais altos níveis.

## **5.9 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A contribuição de Axel Honneth, a compreensão dos motivos que justificam o surgimento de movimentos de luta pelo reconhecimento é relevante, porque demonstra os aspectos que podem levar a que um determinado grupo de pessoas seja movido para a luta pelo reconhecimento do seu contributo na sociedade em que está inserido. Assim, a desigualdade e a exclusão social, na sua essência, estão relacionadas com a ausência de reconhecimento intersubjectivo e social e com as respectivas experiências de maus-tratos, discriminação e desrespeito.

Esta ausência de reconhecimento que é manifestada, em parte, através da não contabilização do contributo da mulher, em Moçambique, as questões culturais, políticas e as estratégias baseadas em oportunidades gerais, bem como as barreiras institucionais, têm sido motivo para que movimentos de mulheres se unam, visando o seu reconhecimento.

Esta luta pelo reconhecimento das mulheres como agentes activos do desenvolvimento de Moçambique vem influenciando o Estado de Moçambique para que mais políticas e estratégias concernentes à igualdade de género, sejam implementadas pela área responsável pelas questões de género. Percebe-se, nos instrumentos de planificação de gestão da administração pública, a preocupação da inclusão da igualdade de género como um aspecto importante a ser levado em consideração, com o objectivo de se reduzir as desigualdades de oportunidades e conseqüente reconhecimento do contributo da mulher. Entretanto, quando se verificam os resultados da implementação das políticas e estratégias, que concorrem para a igualdade de género, percebe-se que ainda há bastante caminho por percorrer, principalmente no distrito de Jangamo (nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo), que é o foco do nosso trabalho. Nestas localidades, os instrumentos que orientam a administração pública muito pouco tem sido para a visibilidade do contributo da mulher como agente activo no desenvolvimento da comunidade, resumindo-se

apenas na não-violência contra a mulher e na inclusão da rapariga na escola, aspectos extremamente importantes, mas insuficientes.

Assim, a domesticação da Agenda 2030 pelos actores nacionais (sector público e privado, sociedade civil, academia, parlamentares, *media*) impõe igualmente desafios associados ao reforço dos mecanismos de coordenação, articulação e partilha de informação, havendo toda a necessidade de uma maior socialização dos compromissos assumidos no âmbito da Agenda e o papel a ser desempenhado por cada actor neste processo.

## CAPÍTULO 6

### 6.0 PARTICIPAÇÃO DA MULHER, NA PRÁTICA DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS

#### 6.1 Introdução

Este capítulo descreve a participação da mulher na prática de actividades turísticas em Moçambique e os seus benefícios para as comunidades acolhedoras. Demonstra a (in)visibilidade da mulher na prática de actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário, concretamente nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo.

O objecto de análise abrange a totalidade dos indivíduos com 15 anos ou mais, residentes em lares situados nas comunidades de Jangamo Sede e Ligogo. Engloba aproximadamente 8677 núcleos familiares domiciliados em residências privadas, sendo que 4430 estão estabelecidos em Ligogo e 4247 em Jangamo Sede. A pesquisa entrevistou um total de 864 pessoas, distribuídas equitativamente, entre mulheres e homens, perfazendo 50% para ambos os sexos. Ligogo detém o maior contingente de indivíduos economicamente activos, com 448 participantes, igualmente distribuídos entre os dois géneros, enquanto Jangamo Sede contabiliza 416 indivíduos economicamente activos, também com uma distribuição equitativa por género. A alocação da amostra para cada comunidade levou em consideração a estrutura demográfica da população-alvo deste estudo. Por último, são apresentadas conclusões preliminares da investigação.

A actividade turística é uma das mais relevantes no distrito de Jangamo, com uma costa de 42 km, onde se pode explorar o turismo de sol e praia, cultural, religioso, cinegético, gastronómico, agro-turismo, entre outras. Este tipo de actividade inclui os acampamentos, hotéis, *lodges*, centro de desportos aquáticos (mergulho, pesca desportiva, vela), restaurantes, quiosques, bares e casas de hóspedes. A actividade dá contributo às comunidades, ao criar postos de emprego fixos e sazonais, aumento de locais de venda de produtos artesanais e o incremento da pesca artesanal. Existem, ainda, produtos turísticos como: florestas sagradas, casas que remontam ao período colonial, vala comum, espécies marinhas (dugongo, golfinhos, tubarão, baleias, tartarugas marinhas, etc).

**Figura 1: Potencialidades turísticas costeiras do distrito**



*Fonte: CTD/2017*

O turismo gastronómico é um dos mais apreciados, que consiste em apreciar e deliciar-se de pratos tipicamente locais (matapa com camarão ou ostra, xiguinha de cacana, xiguinha de feijão nhemba, cogumelo), bebidas tradicionais (sura de coqueiro, aguardente de cana-de-açúcar e jambu, vinho de jambu, sumo de caju), frutas (laranja, tangerina, ananás, papaia, pera- abacate, coco) e piri-piri. Olhando para as potencialidades acima descritas, o Governo do distrito afirma que tem encorajado as mulheres a participarem na actividade turística, através de criação de associações e sua capacitação em matéria de gestão de pequenos negócios, e tantos outros tipos de incentivos, lançando bases para a geração de auto-emprego e sustento para as suas famílias. No entanto, o Balanço do Plano Económico e Social 2022, na componente Género, Mulher, Criança e Acção Social, descreve que apenas 50 mulheres foram capacitadas em matérias de gestão básica de negócios.

## **6.2. Análise da correlação entre os níveis de escolaridade da população de Jangamo Sede e Ligogo e a prática de actividades turísticas nessa localidade**

A tabela 9 do estudo mostra que a maior parte da população (25,5%), do local de estudo, não sabe o seu nível de escolaridade. Em Jangamo Sede e Ligogo, a maioria dos residentes tem o nível de ensino primário do segundo grau, seguido do ensino secundário geral do primeiro ciclo, 20,1% e 12,6%, respectivamente.

No que tange à escolaridade, assume-se que os indivíduos com elevado nível de escolaridade têm mais e melhores instruções; contudo, apresenta falta de conhecimento sobre como desempenhar uma actividade, assim como fazer uso dos meios para o seu trabalho.

A partir do quadro 13 deste trabalho, podemos verificar que, em Jagamo Sede e Ligogo, apenas 20,7% da população pratica alguma actividade turística, mas a maior parte (79,3%) não

pratica nenhuma actividade turística. Do que se verificou no local de estudo, a população que pratica alguma actividade tem-na como a sua principal e a sua fonte de rendimento e de sobrevivência. Verificou-se, ainda, que as mulheres que têm algum conhecimento sobre a prática de actividade turística têm tido rendimentos baixos, comparativamente às que não têm certo conhecimento sobre a prática desta actividade.

Em Jangamo Sede e Ligogo, os níveis de escolaridade presentes, tal como foi apresentado no quadro 9 desse estudo, são: nível pré-escolar, alfabetização, ensino primário do primeiro e segundo grau (EP1e EP2), ensino secundário do primeiro e segundo ciclo (ESG1e ESG2), ensino técnico elementar, básico e médio, licenciatura e há indivíduos que não sabem o seu nível académico.

Conforme a análise realizada para cada estrato educacional, notámos que alguns níveis de instrução apresentam uma correlação estatisticamente significativa com a participação na actividade turística, tais como os níveis pré-escolar, alfabetização, ensino primário do primeiro grau, ensino secundário do primeiro ciclo, formação técnica inicial, formação técnica básica, formação técnica intermediária e ensino superior.

Para analisar a correlação entre a população de Jangamo Sede e Ligogo com estes níveis de ensino e a sua participação na prática das actividades turísticas, foram colocadas as questões: *Qual é o seu nível de escolaridade do/a (NOME)?\* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?*

Portanto, na variável nível de escolaridade, codificou-se cada resposta da amostra dos indivíduos entrevistados que disseram ter os níveis de alfabetização, ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral do primeiro ciclo, técnico elementar, técnico básico, técnico médio e ensino superior, transformando-a numa variável dicotómica.

Aplicou-se o teste de Qui-Quadrado para cada resposta dada, para perceber se existe uma correlação entre cada um destes níveis de ensino e a prática da actividade turística, no local de estudo.

Para o efeito, criou-se a hipótese nula que pressupõe que, para cada resposta dada (alfabetização, ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral do primeiro ciclo, técnico elementar, técnico básico, técnico médio e ensino superior), não há uma correlação entre cada um destes níveis de ensino e a prática da actividade turística no local de estudo. A hipótese alternativa aliada a esse teste é que, para cada resposta dada (alfabetização, ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral do primeiro ciclo, técnico elementar, técnico básico, técnico

médio e ensino superior), há uma correlação entre cada um destes níveis e a prática da actividade turística no local de estudo.

Para esta teste, rejeitámos a hipótese nula porque os Sigs são maiores que  $\alpha = 0.05$ , (Quadros do ANEXO A); portanto, podemos concluir que, na população de Jangamo Sede e Ligogo, há uma correlação entre os níveis de ensino de alfabetização, ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral, técnico elementar, técnico básico, técnico médio e ensino superior e a prática da actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo.

Durante a mesma análise, observámos que certos níveis de instrução não apresentam uma correlação estatisticamente significativa com a participação na actividade turística, nomeadamente, os níveis de ensino primário do segundo ciclo, ensino secundário geral do segundo ciclo e os indivíduos que desconhecem o seu nível de escolaridade. Para perceber a correlação da população englobada nestes níveis de ensino e o seu envolvimento na prática de alguma actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo, colocaram-se questões como: "Qual é o seu nível de escolaridade?" e "O (nome) já participou nalguma actividade turística na sua localidade?", sendo que a variável de nível de escolaridade foi codificada apenas para os indivíduos que afirmaram possuir os níveis de ensino primário do primeiro ciclo, Ensino Secundário Geral do segundo ciclo e aqueles que desconhecem o seu nível de ensino, transformando cada uma das respostas em uma variável dicotómica correspondente.

Posteriormente, foi aplicado o teste de Qui-Quadrado para cada resposta fornecida, com o objectivo de avaliar se existe uma correlação entre cada nível de instrução mencionado e a prática da actividade turística, no local de estudo.

Para o efeito, criou-se a hipótese nula que pressupõe que, para cada resposta dada (ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral do segundo ciclo e os que não sabem o seu nível de ensino) não há uma correlação entre cada um destes níveis de ensino e a prática da actividade turística, no local de estudo. A hipótese alternativa aliada a esse teste é que, para cada nível de ensino (ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral do segundo ciclo e os que não sabem o seu nível de ensino), houvesse uma correlação entre cada um destes níveis de ensino e a prática da actividade turística, no local de estudo. Para esses testes, não rejeitámos a hipótese nula porque os Sigs são menores que  $\alpha = 0.05$ , (Quadros do anexo B); portanto, podemos concluir que, na população de Jangamo Sede e Ligogo, não há uma correlação entre os níveis de

ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral do segundo ciclo e os que não sabem o seu nível de ensino e, a prática da actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo.

### **6.3 Turismo e benefícios para as comunidades do distrito de Jangamo Sede e Ligogo**

O turismo é um facto social irreversível, que gera uma série de inter-relações e trocas, tem consequências de vários tipos, mas principalmente económicas e ecológicas. O turismo internacional tem um efeito directo na balança comercial dos países que recebem viajantes do estrangeiro, uma balança que é normalmente favorável. Ingarra (2003) afirma que os gastos dos turistas nos lugares visitados representam recursos novos que estão a entrar na economia local e têm o poder de redistribuição de renda. No entanto, o turismo não só traz benefícios económicos para as comunidades receptoras, como pode trazer impactos económicos negativos através do efeito inflacionário que o mesmo provoca. Isso acontece pelo facto de a demanda turística ser muitas vezes concentrada em pequenos períodos e de os turistas terem uma propensão maior para gastar do que os não-turistas, havendo uma tendência de elevação dos preços dos bens e serviços da região visitada.

Os impactos económicos do turismo, não raramente, podem provocar reflexos ambientais e sociais. A exploração intensiva de determinadas regiões, para a construção de equipamentos turísticos e residências secundárias pode provocar a devastação dos recursos naturais e destruição do património cultural, o que resulta na degeneração de hábitos, no consumo de produtos não originários da região, drogas e prostituição, de entre outros (Ingarra, 2003).

O Posto Administrativo de Jangamo é uma área onde a actividade turística vem ganhando o seu espaço, junto das comunidades locais. Este distrito tem uma costa de 42,13 km, com uma superfície de 1,293km<sup>2</sup> e uma população de 107 757 habitantes, sendo 58 620 mulheres (54,4%) e 49 138 homens (45,6%), segundo o IV Recenseamento Geral da População e Habitação, de 2017. A existência, no distrito, de diversas estâncias turísticas de grande valor, ao longo das praias de Massavana, Guinjata, Paineane, Gumula, Guicunela, Guifugo e Ligogo, faz com que grande parte dos turistas internacionais e nacionais procure esta zona, para efeitos de turismo de lazer. As atracções turísticas, no Posto Administrativo de Jangamo incluem acampamentos, hotéis, *lodges*, centro de desportos aquáticos (mergulho, pesca desportiva, vela, etc.), restaurantes, quiosques, bares e casas de hóspedes, que proporcionam aos residentes uma fonte alternativa de rendimento das suas famílias e da sua comunidade.

Como já foi referido, o enfoque deste estudo é demonstrar a (in) visibilidade da mulher, na prática de actividades turísticas no distrito de Jangamo, precisamente nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo, onde ocorrem várias actividades turísticas. Esta (in)visibilidade da mulher é manifestada através da não contabilização do seu contributo no desenvolvimento desta comunidade. Para tal, o grupo-alvo do estudo foi questionado se já tinha ouvido falar das potencialidades turísticas, bem como se sabia da existência das potencialidades turísticas de Jangamo Sede e Ligogo. Em reacção a esta questão, 71,4% e 67,9% das mulheres e da população, respectivamente, responderam positivamente (vide o quadro 14).

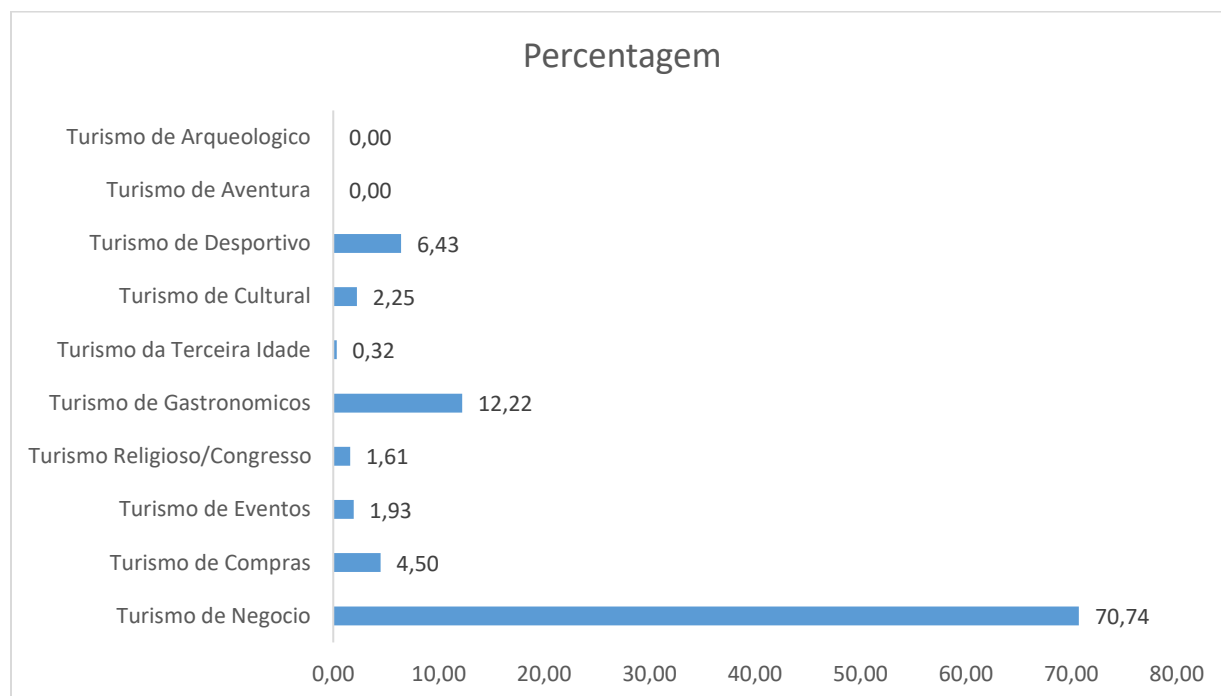
**Tabela 21: 204. Distribuição de frequência de indivíduos que já ouviram falar das potencialidades e actividade turísticas em Jangamo Sede e Ligogo**

Variáveis	Sim	Não	Total
Indivíduos que já ouviram falar das potencialidades turísticas	71.4	28.6	100.0
Indivíduos que acham existir alguma actividade turística a ser desenvolvida	67.9	32.1	100.0

Fonte: Autora do estudo, 2023

O grupo-alvo do estudo foi questionado quais as actividades turísticas praticadas pelas mulheres destas localidades. Os dados demonstraram que as mulheres de Jangamo Sede e Ligogo praticam diversos tipos de actividades turísticas, das quais o turismo de negócio é o mais praticado, com 70,74%, seguido do turismo de gastronomia, com 12,22% respectivamente. Portanto, as mulheres do local de estudo não praticam o turismo arqueológico nem de aventura, ambos com 0,00%

**Gráfico 7: Distribuição percentual de tipo de actividade turística mais praticada nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo**



Fonte: Autora do estudo, 2023

Para analisar a correlação entre as mulheres que já praticaram alguma actividade turística e o entendimento delas de como esta actividade pode ser praticada em Jangamo Sede e Ligogo (*C5. O (nome) entende como pode ser praticada a actividade turística na sua localidade? \* C6. O (nome) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?*), aplicou-se o teste de Qui-Quadrado.

Para o efeito, criou-se a hipótese nula que pressupõe que não há uma correlação entre as mulheres que já praticaram alguma actividade turística e o entendimento delas sobre como essa actividade pode ser praticada em Jangamo Sede e Ligogo. A hipótese nula, aliada a esse teste, é que há uma correlação entre as mulheres que já praticaram alguma actividade turística e o entendimento delas sobre como essa actividade pode ser praticada em Jangamo Sede e Ligogo.

Para esse teste, não rejeitámos a hipótese nula porque o  $\text{sig}=0,000$  é menor que  $\alpha = 0,05$  (Quadro 15), portanto podemos concluir que não há uma correlação entre as mulheres que já praticaram alguma actividade turística e o entendimento delas sobre como essa actividade pode ser praticada em Jangamo Sede e Ligogo.

**Tabela 22: Teste de Qui-Quadrado para população que entende como pode ser praticada a actividade turística e a que já participou em Jangamo Sede e Ligogo.**

**Teste de Qui-Quadrado**

	Valor	df	Asimp. Sig. (2- lados)	Exacto Sig. (2- lados)	Exacto Sig. (1- ados)
Qui-Quadrado de Pearson	30.396 <sup>a</sup>	1	.000		
Correcção de Continuidade	29.037	1	.000		
Razão de Probabilidade	33.528	1	.000		
Teste Exacto de Fisher				.000	.000
Associação Linear-por-Linear	30.303	1	.000		
Número de casos válidos	328				

a. As células 0 (,0%) têm um número esperado inferior a 5. O número mínimo esperado é de 36,11.

b. Calculado apenas para uma tabela 2x2

Fonte: Autora do estudo, 2023

Quanto a este ponto, fez-se uma análise comparativa entre homens e mulheres de Jangamo Sede e Ligogo sobre o mesmo entendimento, tendo-se constatado que há 95% de confiança e rejeitámos a hipótese nula porque o sig = 0,062 é maior que  $\alpha = 0,050$ , (Quadro 16), ou seja, não há uma correlação entre os homens que já praticaram alguma actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo e o entendimento deles sobre como pode ser praticada, ou seja, os homens de Jangamo Sede e Ligogo, praticam a actividade turística e têm algum entendimento acerca de como esta actividade pode ser praticada na sua localidade, enquanto as mulheres que praticam não têm alguma percepção.

**Tabela 23: Teste de Qui-Quadrado para população que entende como pode ser praticada a actividade turística e a que já participou nalguma em Jangamo Sede e Ligogo, em relação ao género.**

**Teste de Qui-quadro**

A2. Qual é o sexo do (NOME)?		Valor	df	Asimp. Sig. (2-lados)	Exacto Sig. (2-lados)	Exacto Sig. (1-lados)
Masculino	Qui-Quadrado de Pearson	3.487 <sup>a</sup>	1	.062	.094	.048
	Correcção de Continuidade <sup>b</sup>	2.750	1	.097		
	Razão de Probabilidade	3.557	1	.059		
	Teste Exacto de Fisher					
	Associação Linear-por-Linear	3.457	1	.063		
	Número de casos validos	120				
Feminino	Qui-Quadrado de Pearson	25.623 <sup>c</sup>	1	.000	.000	.000
	Correcção de Continuidade <sup>b</sup>	23.941	1	.000		
	Razão de Probabilidade	30.061	1	.000		
	Teste Exacto de Fisher					
	Associação Linear-por-Linear	25.500	1	.000		
	Número de casos válidos	208				

a. As células 0 (,0%) têm um número esperado inferior a 5. O número mínimo esperado é 14,47.

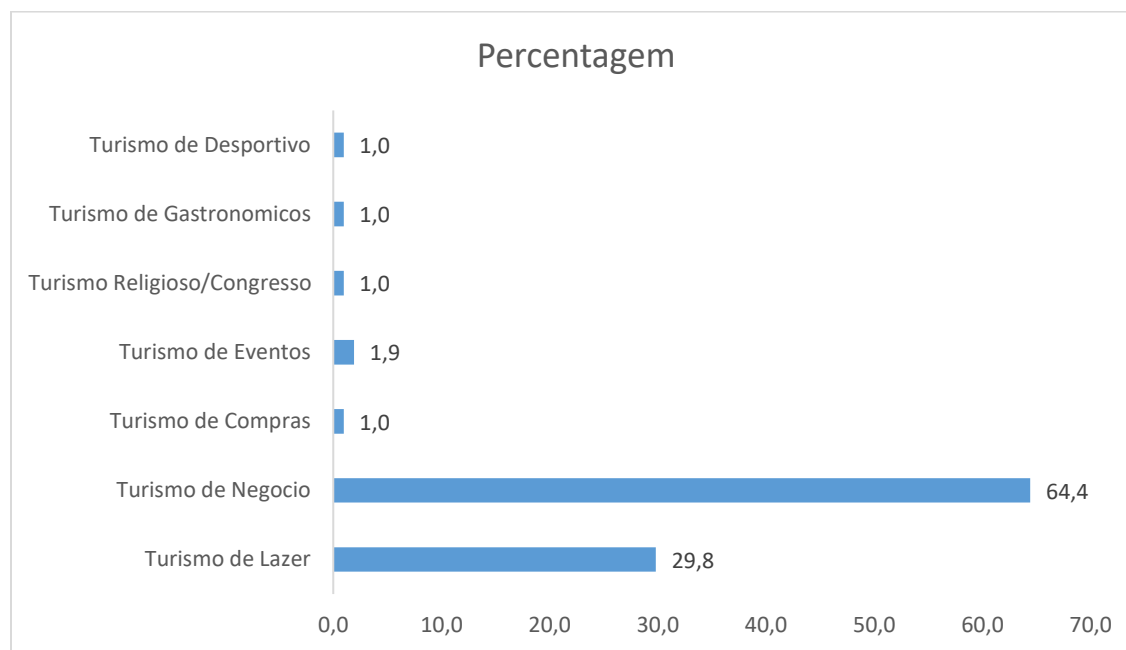
b. Calculado apenas para uma tabela 2x2

c. As células 0 (,0%) têm um número esperado inferior a 5. O número mínimo esperado é 18,98.

Fonte: Autora do estudo, 2023

As mulheres de Jangamo Sede e Ligogo praticam diversos tipos de actividades turísticas. No decorrer da entrevista, quisemos saber delas a mais recente que tinham praticado e constatámos o seguinte: turismo de negócio com 64,4%; turismo de lazer com 29,8%; e outras formas com 1% e 1,9% (gráfico 5).

**Gráfico 8: Distribuição percentual das principais actividades turísticas praticadas em Jangamo Sede e Ligogo**



Fonte: Autora do estudo, 2023

As mulheres de Jangamo Sede e Ligogo que entendem como pode ser praticada a actividade turística têm ganhos médios de 2 668,5 MT e as mulheres sem entendimento algum têm ganhos médios de 4 042,9 MT (tabela 7).

Usou-se o teste de comparação de médias de duas amostras independentes, de forma a perceber se existem diferenças estatisticamente significativas ou não, com a hipótese nula que diz que o rendimento médio das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo que entendem como pode ser praticada a actividade turística é igual ao rendimento das mulheres sem tal entendimento, com a hipótese alternativa de que o rendimento médio das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo que entendem como pode ser praticada a actividade turística é diferente ao rendimento das mulheres que não têm a mesma percepção.

Pelo teste apresentado no quadro 17, a 95% de confiança, rejeita-se a hipótese nula, porque  $\text{sig}=0,349$  é maior que  $\alpha = 0,050$ , isto é, o rendimento das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo, que não entendem como a actividade turística deve ser praticada é maior relativamente ao das mulheres sem o mesmo entendimento, ou seja, em Jangamo Sede e Ligogo, as mulheres que não entendem como a actividade turística deve ser praticada têm mais ganhos mensais.

**Tabela 24: Ganhos mensais das mulheres que entendem e as que não entendem sobre a prática das actividades turísticas em Jangamo Sede e Ligogo**

**Teste de amostras independentes**

	Teste de Levene para igualdade das variâncias	Teste –T para igualdades das médias								
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença das médias	Diferença do erro padrão	Intervalo de confiança de 95% de diferença	
									Baixo	Superior
C9. Quanto o (NOME) ganha mensalmente com a prática da actividade turística na sua localidade?	Assume a igualdade das variâncias	2.880	.093	-1.523	101	.131	-1374.31	902.18	-3164.00	415.36
	Não assume a igualdade das variâncias			-.968	14.123	.349	-1374.31	1419.76	-4416.93	1668.30

Fonte: Autora do estudo, 2023

**6.4 Importância da participação da mulher na prática de actividades turísticas**

Durante a etapa de trabalho de campo, revelou-se crucial compreender a perspectiva das mulheres, na actividade turística, em Jangamo Sede e Ligogo. Para isso, analisou-se a sua opinião sobre a contribuição delas para o desenvolvimento das actividades turísticas locais e o seu envolvimento na prática do turismo, de lazer (por exemplo: "O (nome) acha que as mulheres contribuem para o desenvolvimento das actividades turísticas na sua localidade?" e "O (nome) acha que a prática do turismo de lazer por mulheres, na sua localidade, está a impulsionar o turismo?"). A fim de investigar esta questão, formulou-se a hipótese nula que afirma que não há uma correlação entre as mulheres que contribuem para o desenvolvimento das actividades turísticas e a prática destas por mulheres, em Jangamo Sede e Ligogo. A hipótese alternativa, associada a este teste, sugere que existe uma correlação entre as mulheres que contribuem para o desenvolvimento das actividades turísticas e a sua participação nestas, em Jangamo Sede e Ligogo.

Para esse teste, não rejeitamos a hipótese nula porque o sig=0,000 é menor que  $\alpha = 0,05$ , (Quadro 18), portanto podemos concluir que não há correlação entre as mulheres que contribuem para o desenvolvimento das actividades turísticas e a prática destas actividades por elas, em Jangamo Sede e Ligogo.

**Tabela 25: Mulheres que contribuem para o desenvolvimento das actividades turísticas e para a prática da actividade turística, no turismo de lazer.**

**Teste de Qui-Quadrado**

	Valor	df	Asimp. Sig. (2-sided)	Exacto Sig. (2-sided)	Exacto Sig. (1-sided)
Qui-Quadrado de Pearson	130.834 <sup>a</sup>	1	.000		
Correcção de Continuidade <sup>b</sup>	128.568	1	.000		
Razão de Probabilidade	131.927	1	.000		
Teste Exacto de Fisher				.000	.000
Associação Linear-por-Linear	130.563	1	.000		
Número de casos válidos	483				

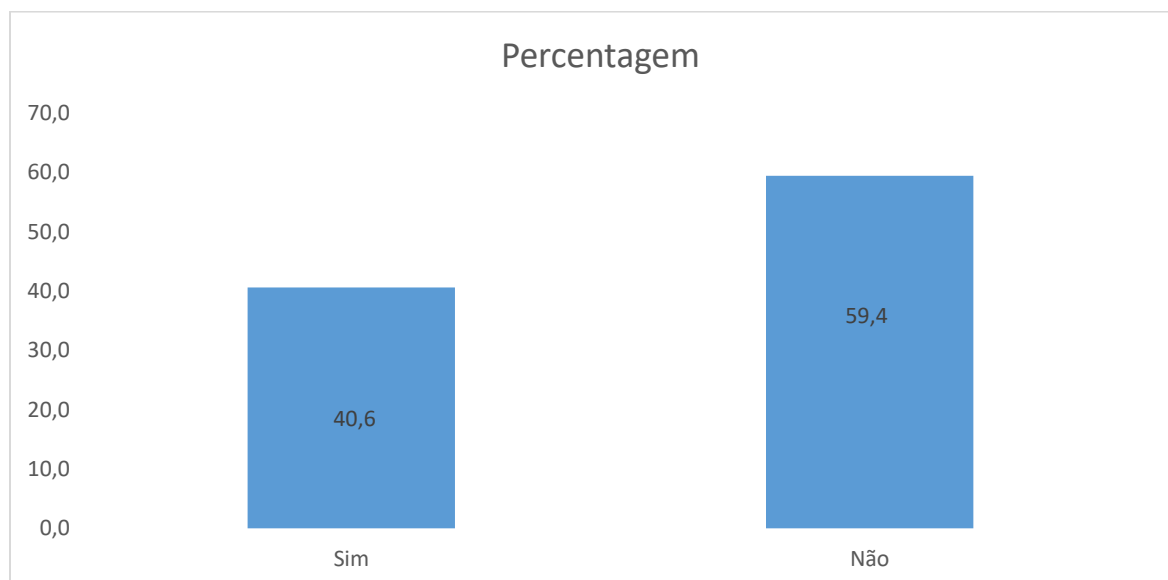
a. As células 0 (,0%) têm um número esperado inferior a 5. O número mínimo esperado é de 60,52.

b. Calculado apenas para uma tabela 2x2

Fonte: Autora do estudo, 2023

A maior parte da população de Jangamo Sede e Ligogo (59,4%) não acredita que a actividade turística desenvolvida ou praticada por mulheres não ajude no desenvolvimento destas (gráfico 7).

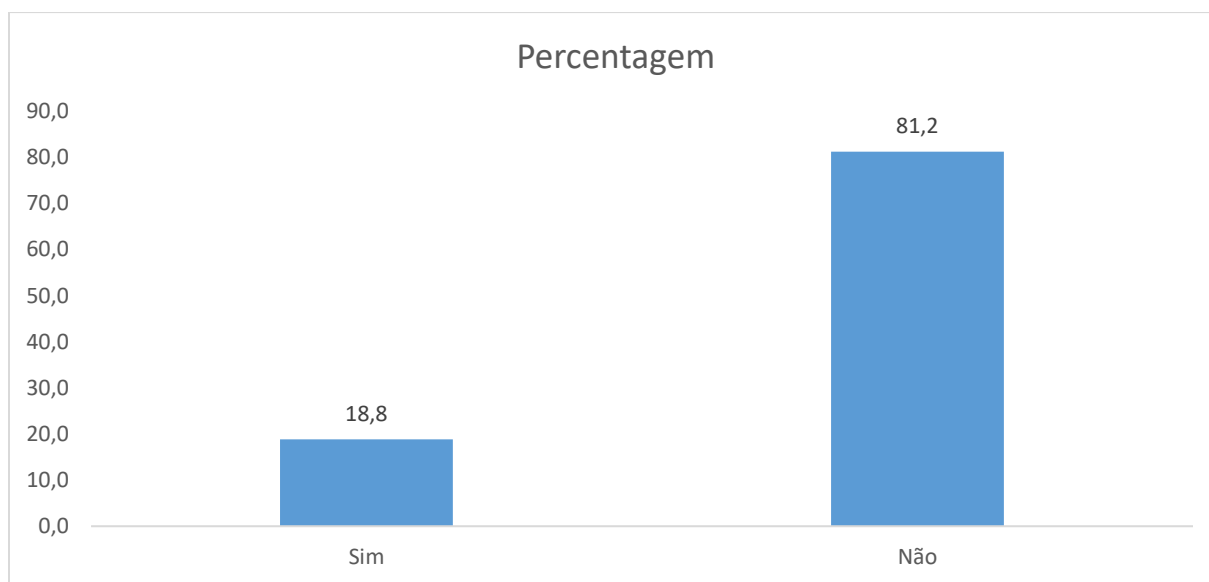
**Gráfico 9: Distribuição percentual da opinião sobre a prática de actividades turísticas por parte das mulheres no apoio ao desenvolvimento das mulheres.**



Fonte: Autora do estudo, 2023

A maior parte das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo (81,2%) pensa que a actividade turística não ajuda a melhorar o nível de vida dos agregados familiares.

**Gráfico 10: Distribuição de frequência de indivíduos que praticam de actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo.**

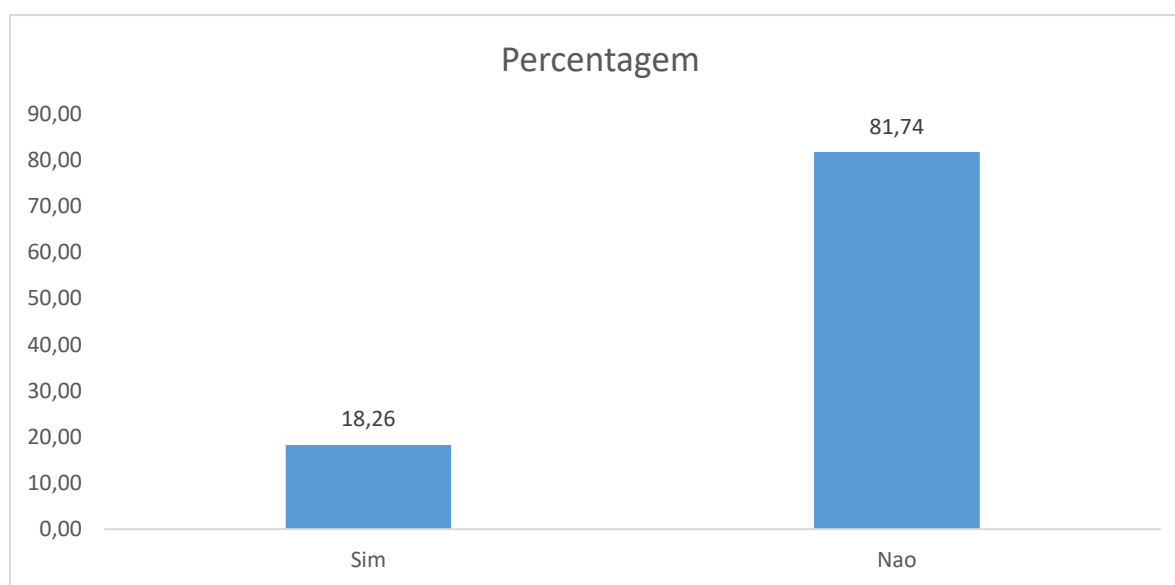


Fonte: Autora do estudo, 2023

## 6.5 Estágio de políticas e estratégias de igualdade de género, para a participação da mulher na prática de actividades turísticas, em-Jangamo Sede e Ligogo

Em Jangamo Sede e Ligogo, apenas cerca de 18,26% das mulheres afirmam que as actividades turísticas têm algum financiamento e 81,74% dizem o contrário (gráfico 9).

**Gráfico 11: Distribuição percentual de indivíduos que afirmam haver algum financiamento para as actividades turísticas em Jangamo Sede e Ligogo.**

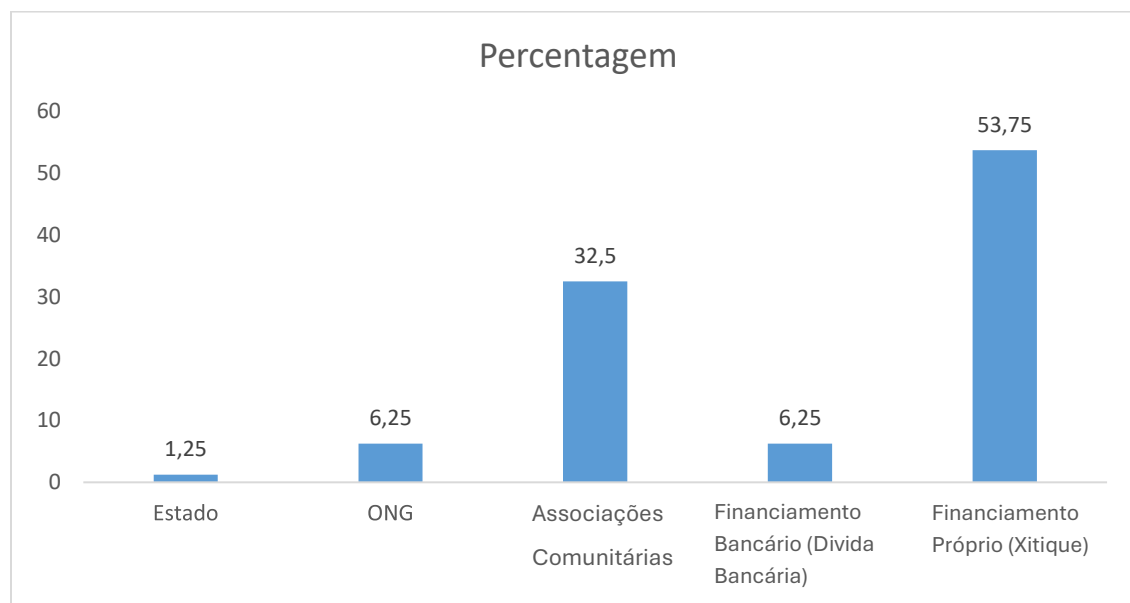


Fonte: Autora do estudo, 2023

Mulheres de Jangamo Sede e Ligogo, numa percentagem de 53,75%, têm um financiamento próprio para a execução de alguma actividade turística e 32,50% têm um financiamento por associações comunitárias (gráfico 10). O mesmo gráfico mostra que há uma outra forma de financiamento feita por via das ONG e via bancos (dívidas), essas últimas com 6,25%.

O Governo tem uma contribuição muito baixa no que tange ao financiamento às mulheres para as actividades turísticas, com apenas 1,25% (gráfico 10).

**Gráfico 12: Distribuição percentual de entidades que financiam actividades turísticas em Jangamo Sede e Ligogo.**



Fonte: Autora do estudo, 2023

Nessa temática, é crucial compreender o pensamento das mulheres do local de estudo, se as actividades turísticas ajudam a melhorar a vida da comunidade (C32. *O (nome) acha que a actividade turística praticada por mulheres da sua comunidade ajudou a melhorar a vida na sua comunidade?* \* C37. *O (nome) acha que as mulheres ajudam a dinamizar a prática de actividades turísticas na sua comunidade?*)

Para o efeito, criou-se a hipótese nula de que não há uma correlação entre as actividades turísticas praticadas por mulheres, a melhoria da vida da comunidade e a dinamização feita por elas. Assim, a hipótese alternativa aliada a esse teste dizia o contrário.

Para esse teste, a 95% de confiança não rejeitámos a hipótese nula porque o  $\text{sig}=0,000$  é menor que  $\alpha = 0,05$  (quadro 19), portanto podemos concluir que o dinamismo dos turistas em Jangamo Sede e Ligogo não é influenciado pelas actividades turísticas realizadas por mulheres dessa comunidade.

**Tabela 26: Correlação entre as actividades turísticas praticadas por mulheres na melhoria da vida da comunidade e o dinamismo dos turistas em Jangamo Sede e Ligogo.**

**Teste de Qui-Quadrado**

	Valor	df	Asimp. Sig. (2-sided)	Exacto Sig. (2-sided)	Exacto Sig. (1-sided)
Qui-Quadrado de Pearson	57.697 <sup>a</sup>	1	.000		
Correcção de Continuidade <sup>b</sup>	56.187	1	.000		
Razão de Probabilidade	57.012	1	.000		
Teste Exacto de Fisher				.000	.000
Associação Linear-por-Linear	57.578	1	.000		
Número de casos válidos	483				

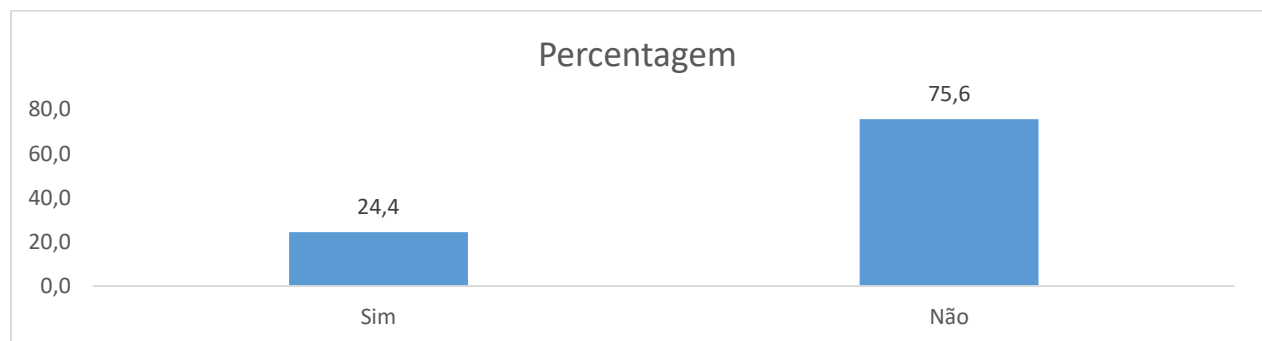
a. As células 0 (,0%) têm um número esperado inferior a 5. O número mínimo esperado é de 59,06.

b. Calculado apenas para uma tabela 2x2

Fonte: Autora do estudo, 2023

Uma parte das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo acredita na valorização das actividades turísticas por elas praticadas (24,4%), mas a maior parte diz que não (75,6%) – gráfico 11.

**Gráfico 13: Distribuição percentual de opinião sobre a valorização da actividade turística desenvolvida por mulheres em Jangamo Sede e Ligogo.**



Fonte: Autora do estudo, 2023

## **6.6 Impacto da participação da mulher, na prática de actividades turísticas, na província de Inhambane, no Posto Administrativo de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo**

As actividades turísticas praticadas por mulheres de Jangamo Sede e Ligogo têm um impacto directo na vida dos agregados familiares: muitas delas constroem a própria casa (67,4%), compram alimentos para a sua família (63,4%) e desenvolvem os seus próprios negócios (51,4%). Estas fazem-no com rendimentos provenientes das actividades turísticas (quadro 20).

A mesma actividade tem uma contribuição significativa na compra de bens domésticos (48,6%) e pagamento de propinas escolares (45,1%).

**Tabela 27: Percentagem do impacto de actividade turística praticada por mulheres de Jangamo Sede e Ligogo.**

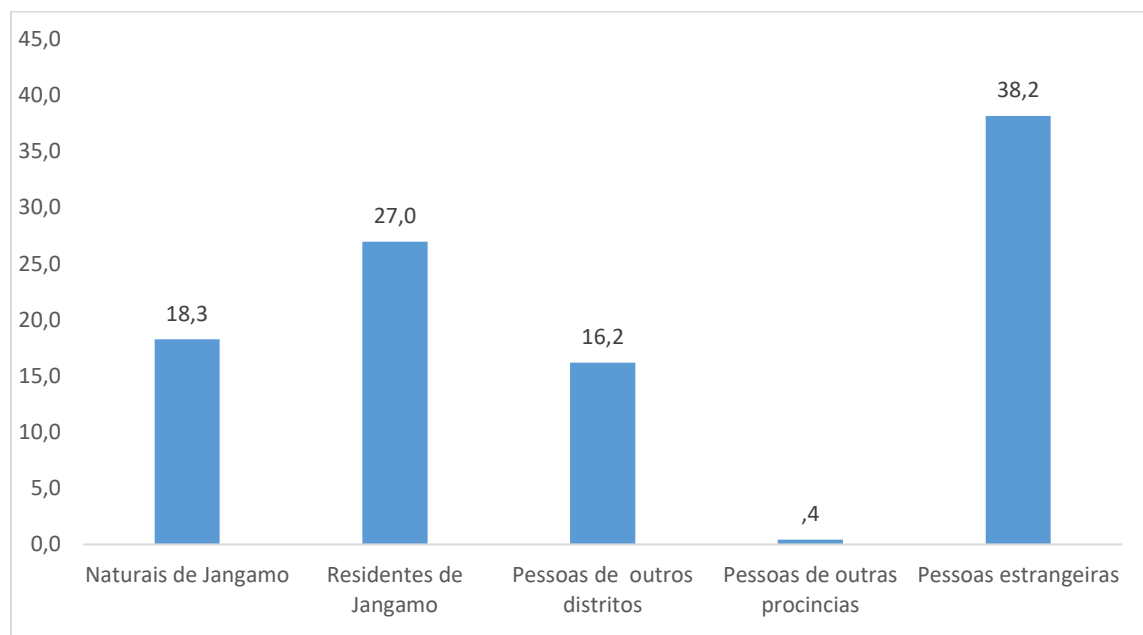
<b>Impacto da actividade turística praticada por mulheres</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Construir a própria casa	67.4	32.6	100.0
Pagar renda na casa onde vive	1.1	98.9	100.0
Desenvolver um negócio	51.4	48.6	100.0
Pagar propinas escolares	45.1	54.9	100.0
Comprar bens domésticos	48.6	51.4	100.0
Comprar alimentos para a sua família	63.4	36.6	100.0
Pagar meios de transporte para membros da família	10.3	89.7	100.0
Comprar transporte próprio	12.6	87.4	100.0

Fonte: Autora do estudo, 2023

## **6.7. O impacto da actividade turística praticada pelas mulheres na população de Jangamo Sede e Ligogo**

As actividades turísticas praticadas por mulheres de Jangamo Sede e Ligogo têm um impacto directo na população de Jangamo Sede e Ligogo. A maior parte da população que vive na área de estudo acredita que a actividade turística praticada nesse local é feita, na sua maioria, por pessoas estrangeiras (38,2%) e outra parte por residentes (27,0%).

**Gráfico 14: Distribuição da frequência de pessoas que estão mais envolvidas na prática das actividades turísticas em Jangamo Sede e Ligogo.**



Fonte: Autora do estudo, 2023

A maior parte da população de Jangamo Sede e Ligogo afirma que apenas 39,8% das mulheres é que praticam a actividade turística nas duas localidades e (60,8%) são homens – quadro 21.

**Tabela 28: Distribuição de frequência do pensamento da população de Jangamo Sede de Ligogo, sobre o envolvimento das mulheres na actividade turística**

Há mulheres envolvidas na prática de actividades turísticas?	Percentagem
Sim	39.8
Não	60.2
<b>Total</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

Cerca de 86,5% da população residente afirma que há mais homens que mulheres, na prática da actividade turística, em Jangamo Sede e Ligogo – quadro 22.

**Tabela 29: Distribuição de frequência da população de Jangamo Sede e Ligogo sobre a relação de género no envolvimento das actividades turísticas**

<b>Há mais mulheres ou homens envolvidos na actividade turística?</b>	<b>Percentagem</b>
Mais mulheres que homens	7.3
O número de mulheres e de homens é aproximadamente igual	6.3
Mais homens que mulheres	86.5
<b>Total</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

A maior parte da população do local de estudo afirma que a principal actividade turística praticada por mulheres, nesse local, é o turismo de negócio (com 60,9%), seguido do turismo de lazer com 34,9%. A mesma população afirma que existe uma participação quase nula das mulheres no turismo de eventos, religioso/congresso e desportivo – quadro 23.

**Tabela 30: Distribuição de frequência do pensamento da população sobre as actividades turísticas praticadas por mulheres em Jangamo Sede e Ligogo**

<b>Actividades turísticas mais praticadas por mulheres</b>	<b>Percentagem</b>
Turismo de Lazer	34.9
Turismo de Negócio	60.9
Turismo de Eventos	0.5
Turismo Religioso/Congresso	0.5
Turismo de Gastronómicos	2.6
Turismo de Desportivo	0.5
<b>Total</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

No quadro 24, do estudo, podemos verificar que a maior da parte da população de Jangamo Sede e Ligogo afirma que as mulheres desse local devem participar activamente nas actividades turísticas (95,3%) e ainda existe um número muito reduzido de pessoas que afirmam que as mulheres não devem participar nas actividades turísticas (cerca de 4,7%).

**Tabela 31: Distribuição de frequência da percepção da população, de Jangamo Sede e Ligogo sobre a participação das mulheres nas actividades turísticas**

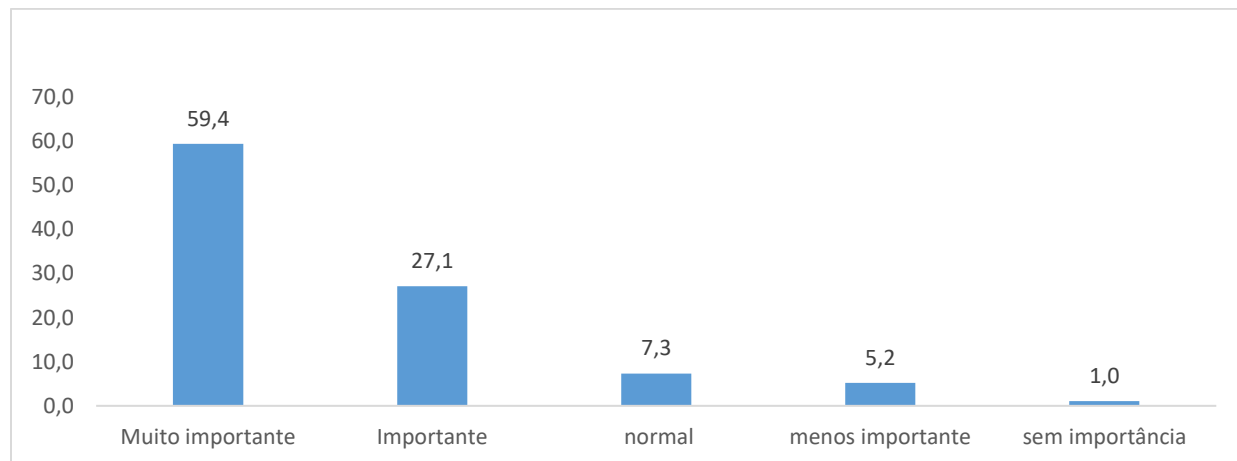
Acha que a mulher deve participar na prática das actividades turísticas na sua localidade?	Porcentagem
Sim	95.3
Não	4.7
<b>Total</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Autora do estudo, 2023

A maior parte da população, de Jangamo Sede e Ligogo, afirma que é muito importante a participação das mulheres nas actividades turísticas (59,4%), mas há aqueles que dizem o contrário (26,1%).

Apenas 1% da população dessa área de estudo afirma que as actividades turísticas das mulheres não têm importância alguma – gráfico 13.

**Tabela 32: Distribuição percentual da importância da participação das mulheres nas actividades turísticas, em Jangamo Sede e Ligogo.**

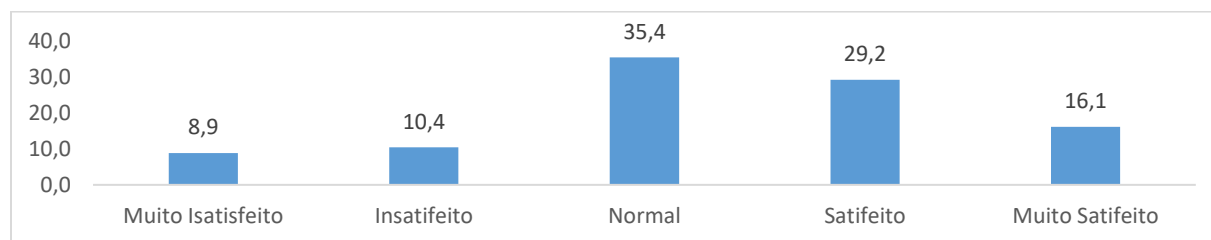


Fonte: Autora do estudo, 2023

No gráfico 14 do estudo, podemos verificar que a maioria da população de Jangamo Sede e Ligogo afirma ter uma atitude compreensível em relação ao nível de satisfação das mulheres na prática das actividades turísticas. seguido de indivíduos que estão satisfeitos, estes com 35,4% e 29,2% respectivamente.

No que tange ao nível de (in)satisfação da população em relação à prática das actividades turísticas pelas mulheres, 16,1% está muito satisfeita e cerca de 8,19% muito insatisfeita.

**Gráfico 15: Distribuição de percentual do nível de satisfação da população sobre a participação das mulheres nas actividades turísticas.**



Fonte: Autora do estudo, 2023

## 6.8 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em Jangamo Sede e Ligogo, 67,1% das mulheres que praticam alguma actividade turística vivem em casas ocupadas por um único agregado familiar; depois, segue-se 31,7%, que vivem em condomínio, com uma família; a maioria dos agregados familiares vive na sua própria casa (96,1%), cerca de 92,3% são proprietários das casas onde vivem.

A maioria das mulheres que pratica alguma actividade turística no local de estudo vive em agregados familiares que têm apenas uma divisão para dormir (um quarto, com 31,7%) e 23,4 tem entre 1 e 3 divisões.

A maioria das mulheres que pratica alguma actividade turística no local de estudo vive em residências de caniço/bambu/colmo/palmeiras (50,3%), seguida das que têm as com blocos/tijolos rebocados com cimento ( 14,3%) e pedra e cimento ( 14,1%).

Portanto, a maioria das residências estão cobertas de chapas de zinco (73,8%) e capim/palmeira (25,1%); e 77,8% das casas dos agregados familiares têm cimento como principal material do piso e 11,0% têm adobe (terra batida) dentro das suas casas.

A população de Jangamo Sede e Ligogo, que pratica alguma actividade turística e tem-na como sua fonte de renda, vive em condições precárias. Existe o dilema de as mulheres que praticam actividade turística com certo conhecimento, terem menos ganhos comparativamente àquelas sem conhecimento. Mesmo nessas situações, a actividade turística praticada por mulheres dessa região ajuda-as a comprar as suas próprias casas (67,4%), alimentos para suas famílias (63,4%), e a desenvolver os seus próprios negócios (51,4%).

As mulheres que praticam a actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo têm um fraco apoio do Governo (apenas 6,25%); e há casos em que recebem apoio das ONG, que operam na

área de estudo. As ONG devem reforçar as suas intervenções na área turística, visto que essa é uma das potencialidades que pode impulsionar o desenvolvimento local e contribuir para a melhoria do nível de vida das mulheres que praticam essa actividade de forma particular e, de uma forma geral, o de toda a população das duas localidades.

O Governo e as ONG locais podem promover palestras sobre as principais actividades turísticas, modos de conservação do meio ambiente e da biodiversidade, de forma que se pratique uma actividade turística segura; promover e/ou distribuir meios apropriados para a prática do turismo de negócio e de lazer, visto que estas são as principais formas de actividades turísticas praticadas por mulheres em Jangamo Sede e Ligogo.

Desta forma, a longo prazo, pode haver uma correlação forte e positiva entre o conhecimento sobre a actividade turística e os ganhos mensais adquiridos pelas mulheres praticantes. Embora 71,4% das mulheres que praticam actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo já tenham ouvido falar das potencialidades turísticas e 67,9% saibam que existe alguma actividade turística a ser desenvolvida na região, elas não estão envolvidas directamente e não têm meios suficientes para explorar as potencialidades existentes; por isso, a maior parte pratica o turismo de negócio, desenvolvendo apenas pequenos negócios de geração de renda familiar ou para servir às estâncias hoteleiras e turísticas que lá existem.

A prática de turismo de aventura, arqueológico e de eventos são formas bastante lucrativas, mas requerem um bom investimento para a preparação do local, facto que, para as mulheres, por si só, é muito difícil.

O acesso aos locais turísticos pode ser uma das maiores limitações para a prática dessa actividade pelas mulheres destes locais. Este desafio é a sua maior barreira, visto que usam financiamento próprio ou de *xitique* para financiar a sua deslocação aos locais turísticos, reduzindo a capacidade de financiamento dos seus projectos.

Essas mulheres vivem com base nessa actividade, de forma que possam criar os seus próprios locais ou empreendimentos para a prática de actividades turísticas, ou que possam desenvolver as suas próprias ideias, para poderem praticar ou desenvolver uma actividade turística de maior rendimento.

Uma forma de apoiar a desenvolver a actividade turística praticada por mulheres e torná-las visíveis poderia ser por via de financiamento das associações que as apoiam, visto que 54,4%

das mulheres que já receberam financiamento para a sua actividade foi por via de associações comunitárias. Isso poderia ser feito pelo Governo ou pelas ONG que operam em Jangamo Sede e Ligogo, como forma de apoiá-las a promover o desenvolvimento local e a melhorar o nível de vida dos seus agregados familiares.

38,2% da população acredita que a actividade turística é praticada por pessoas estrangeiras, 27,0% diz ser praticada por pessoas residentes em Jangamo Sede e Ligogo e apenas 18,3% da população afirma que é praticada por naturais. Portanto, deve-se ter uma estatística sobre a prática de actividade turística a nível do Governo do distrito de forma a facilitar o processo de monitoria dessa actividade.

Cerca de 39,8% da população de Jangamo Sede e Ligogo afirma que há envolvimento das mulheres na prática das actividades turísticas no local de estudo. 86.5% da população desse local afirma existirem mais homens que mulheres, facto visível dentro da comunidade.

Nas actividades turísticas praticadas por mulheres, 60,9% da população afirma que a mais praticada por mulheres é o turismo de negócio (60,9%), seguido do turismo de lazer (34,9%). Na área de estudo, durante a recolha de dados, foi possível ver mulheres a fazerem seus negócios a nível da comunidade. Sendo uma zona turística, a população tem consciência de que, para além de negócio, também se está a desenvolver alguma actividade turística. Outra parte da população desse local talvez entenda que uma simples banca pode estar a desencadear um turismo de lazer pela mesma razão; sendo assim por essa ser uma zona habitada por uma população de baixa renda, sem condições de fazer o turismo local nas estâncias turísticas.

Quase toda a população de Jangamo Sede e Ligogo (95,3%) afirma que as mulheres devem praticar actividades turísticas, e 59,4% da população diz que a actividade turística praticada pelas mulheres nesse local é muito importante, seguido de 27,1% que afirma não ser importante.

Em termos do nível de satisfação da população local, cerca de 35,4% tem uma muita satisfação em relação à prática dessa actividade por parte das mulheres, ao que se segue 9,2% da população que afirma que está satisfeita com a actividade turística realizada por mulheres. Existem ainda cerca de 8,9% da população que está insatisfeita com a actividade turística praticada por mulheres em Jangamo Sede e Ligogo – uma palestra comunitária para melhor percepção e compreensão sobre isso pode ser uma alternativa adequada para o efeito.

Nessa senda, as entidades que trabalham em Jangamo Sede e Ligogo devem, de forma eficaz, criar meios apropriados para o aprimoramento dessa actividade, pois os benefícios da mesma não só estão no seio do agregado familiar, no qual as mulheres que praticam essa actividade vivem, mas também os esforços das mesmas são expressos no seio da população com uma satisfação de cerca de 45,3% acima da média escalada.

No que tange à correlação entre os níveis de ensino e a prática das actividades turísticas em Jangamo Sede e Ligogo, verificámos que existem níveis de ensino que têm uma correlação estatisticamente significativa na prática das actividades turísticas. Portanto, existem alguns níveis de ensino que não têm uma correlação estatisticamente significativa. Na prática das actividades turísticas têm correlação com a prática de actividades turísticas.

A população de Jangamo Sede e Ligogo, com os níveis de ensino de alfabetização, ensino primário do primeiro grau, Ensino Secundário Geral do primeiro ciclo, técnico elementar, técnico básico, técnico médio e ensino superior, apresentam uma correlação estatisticamente significativa na prática da actividade turística.

A população com os níveis de ensino primário do primeiro grau, ensino secundário geral do segundo ciclo e os que não sabem o seu nível de ensino não apresentam uma correlação estatisticamente significativa na prática da actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordando com a importância das actividades turísticas no desenvolvimento das comunidades locais e assumindo que são praticadas tanto por homens como por mulheres, esta pesquisa pretende demonstrar como as barreiras socioculturais, institucionais e as políticas baseadas em princípios gerais de igualdade de oportunidades, contribuem para a (in) visibilidade da mulher, na prática de actividades turísticas e no desenvolvimento comunitário no Posto Administrativo de Jangamo, no distrito de Jangamo.

O trabalho teve a sua ancoragem na pesquisa mista, porque abrangeu dois tipos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Recorreu-se à pesquisa qualitativa com o objectivo de interpretar os fenómenos observados nas teorias sobre o tema em estudo, e verificar o contexto teórico sobre a (in)visibilidade da mulher, na prática de actividade turística, através das leituras bibliográficas e pesquisas virtuais adjacentes à área de estudo. Para obter uma amostra representativa e estatisticamente significativa, por meio de análises estatísticas e generalizar as tendências encontradas numa pequena parte de indivíduos economicamente activos (amostra), para todos os indivíduos economicamente activos, nas duas localidades do posto administrativo de Jangamo (Jangamo Sede e Ligogo), usou-se o método de pesquisa quantitativa.

Em teoria, as políticas desenhadas na área de turismo em Moçambique formalizam a igualdade entre homens e mulheres no acesso aos recursos investidos para iniciativas individuais, empresariais ou em associações, nas oportunidades de trabalho, etc. No entanto, na prática, as mesmas são pouco implementadas, tendo em conta a visibilidade do contributo da mulher no desenvolvimento das comunidades das localidades de Jangamo Sede e Ligogo onde decorreu a pesquisa. A não contabilização do contributo da mulher na prática de actividades turísticas nessas localidades, nos instrumentos que medem o desenvolvimento, remete a este grupo da sociedade um papel secundário e de (in)visibilidade, o que conduz, em parte, a uma situação de não reconhecimento das mulheres como agentes activos do desenvolvimento.

Para o efeito de condução da pesquisa, desenhou-se o seguinte objectivo geral: demonstrar a (in) visibilidade da mulher, na prática das actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário, na província de Inhambane, no posto administrativo de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo. Dessa forma, procedeu-se à análise da visibilidade, ou falta dela, da mulher e das dinâmicas de género na sociedade. Foi constatado que, em contextos históricos mais antigos, as mulheres foram frequentemente retratadas como seres incompletos, sujeitas a

deformidades e, por conseguinte, marginalizadas. Ao examinar as diferentes concepções sobre o papel da mulher ao longo do tempo, observamos que as perspectivas difundidas no século XVII reforçavam a ideia de que a mulher era um ser desprovido de autonomia. Rousseau defendia que a educação feminina deveria ser restrita ao âmbito doméstico, argumentando que a busca pelo conhecimento era contrária à essência feminina. Kant, influenciado pelas ideias de Rousseau, adotava um discurso sexista, defendendo que a educação das mulheres deveria se limitar a conhecimentos superficiais, excluindo conteúdos complexos que poderiam perturbar a tranquilidade esperada delas, mantendo-as em um estado de independência restrito.

Essa desigualdade de tratamento entre os géneros, que favorece os homens, fundamentada em preconceitos e estereótipos, possivelmente contribuiu para a consolidação de uma sociedade patriarcal nos séculos XIX e XX. No entanto, no século XIX, surgiu um novo discurso filosófico sobre a mulher, junto com movimentos de protesto contra a discriminação feminina e a luta pelo direito ao voto, eventos que prenunciaram melhorias na qualidade de vida das mulheres. Foi nesse período que os movimentos feministas ganharam força. Nas últimas décadas do século XX, como resultado das pressões dos movimentos feministas, as ciências sociais passaram a ser influenciadas pelos estudos feministas, que analisaram a vida social sob a perspectiva das relações de género.

Globalmente, ao longo das últimas décadas, observaram-se avanços na esfera educacional, com o aumento do ingresso de meninas nas instituições de ensino, uma crescente presença feminina no mercado laboral e uma maior representatividade nos órgãos de poder e em posições de liderança, tanto no sector público quanto no privado. As mulheres conquistaram um maior acesso à propriedade e à sucessão de bens, tanto no contexto do casamento quanto no do divórcio. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e tratados internacionais subsequentes, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, desempenharam um papel crucial na construção das bases jurídicas da igualdade de direitos, os quais podem ser reivindicados na prática, por meio de constituições, políticas e estratégias adoptadas por diversos países.

Em África, é evidente que o poder se concentra principalmente nos homens, já que estes, actuando como líderes políticos e religiosos, garantem a continuidade da linhagem masculina, preservam a coesão social e mantêm a ordem em seu favor, conferindo autoridade às figuras encarregadas da administração de terras, propriedades, assuntos domésticos, conflitos, entre outros. Às mulheres, por sua vez, são designadas actividades domésticas, consideradas de menor

importância, enquanto que aos homens é concedido o controlo dos meios de produção, garantindo-lhes uma posição de domínio. Na sociedade moçambicana, desde tempos remotos até o período colonial, a mulher era vista como fraca e inferior ao homem.

A divisão de tarefas entre homens e mulheres, seguia critérios desiguais e, já nos séculos IX e X, essa prática era característica da sociedade moçambicana. Apesar da condição de inferioridade imposta às mulheres, Zimba (2012) argumenta que um aspecto peculiar é a capacidade de superação delas, visando tornar-se agentes de desenvolvimento familiar e comunitário. Destacam-se, nessa condição de agentes de desenvolvimento na sociedade moçambicana, algumas mulheres que assumiram posições de liderança ao longo da história.

Embora persista a disparidade entre os sexos na sociedade moçambicana, é notável que algumas mulheres conseguiram transcender as limitações impostas, assumindo papéis de destaque nas diversas comunidades em que viviam, tornando-se exemplos de como em certas comunidades africanas, especialmente em Moçambique, elas estavam aptas a ocupar espaços públicos de forma igualitária aos homens. No entanto, mesmo desempenhando actividades de destaque, as mulheres não detinham o poder de influenciar a necessidade da igualdade entre os sexos.

Nas primeiras décadas do século XX, com a presença colonial consolidada em Moçambique, e a disseminação das ideias de subordinação da mulher trazidas pelo Ocidente, a desigualdade entre homens e mulheres, foi acentuada, contribuindo para a opressão feminina pelo homem. Durante o período colonial, de uma maneira geral, às mulheres era reservado o espaço doméstico, onde as suas responsabilidades se limitavam à reprodução e aos cuidados com o marido e filhos.

Após a conquista da Independência, as mulheres, em virtude do espaço adquirido e da crescente conscientização na sociedade moçambicana, sobre a importância do seu contributo, passaram a organizar-se em associações de diversos propósitos: voluntariado, promoção de direitos e igualdade de oportunidades na sociedade, âmbito académico e advocacia para a implementação de leis, políticas e estratégias visando a equidade de género. No contexto moçambicano, as relações de género assumem configurações diversas: no centro e sul do país, predominam padrões patrilineares, ao passo que, no norte, há uma tradição de descendência matrilinear, na qual os bens são geralmente transmitidos de uma geração para outra, através dos parentes maternos, sendo o poder decisório investido no tio materno, responsável por distribuir os recursos. As normas sociais e culturais impõem restrições às mulheres, incluindo a limitação das

suas vozes e participação activa no espaço público, o controlo sobre as suas decisões e seus corpos, bem como o acesso desigual aos recursos, especialmente para as raparigas. Tais determinações contribuem para as restrições estruturais, no acesso das mulheres à terra, aos serviços de saúde, à educação, à participação cívica, e política, e à informação de qualidade.

Mesmo com o empenho da sociedade moçambicana através de implementação de políticas, estratégias e assinatura de convénios internacionais, visando a igualdade do género, persistem aspectos socioculturais que estão enraizados nas comunidades e que contribuem, de certa forma, para a secundarização da mulher. Esta secundarização é manifestada, em parte, pela não contabilização da contribuição desta no desenvolvimento da sua família e da comunidade em que se encontra e, conseqüentemente, remetendo-a à invisibilidade.

O estudo procurou, ainda, verificar a influência do Banco Mundial, da ONU Mulheres e da Organização Mundial do Turismo (OMT), no âmbito internacional, sobre a igualdade de género, na prática de actividades turísticas. Sabendo-se que as questões de género são transversais e interferem, sobremaneira, no bem-estar social e na redução da pobreza, para os países que se encontram nesta situação e não só, as directrizes traçadas por estas instituições têm influenciado a forma como os Estados ou Governos elaboram e implementam as suas políticas e estratégias nacionais, visando a igualdade de género.

Olhando para o local do estudo, é possível perceber que a incorporação das directrizes traçadas pelas organizações internacionais acima citadas não encontram a sua aplicabilidade nos planos de desenvolvimento locais, porque os dados colhidos indicam que as mulheres que praticam a actividade turística em Jangamo Sede e Ligogo, têm um fraco apoio do Governo. Em Jangamo Sede e Ligogo, apenas cerca 18,26% das mulheres afirmam que as actividades turísticas têm algum financiamento e 81,74% afirmam que essa actividade não tem nenhum financiamento; contudo, a maior parte das mulheres que pratica a actividade turística, no local de estudo, usa os valores obtidos dessa actividade, para comprar suas próprias residências, alimentar as suas famílias e pagar propinas escolares.

No entanto, o governo e as ONGs locais podem promover palestras sobre as principais actividades turísticas, formas de conservação do meio ambiente e da biodiversidade, de forma que se pratique uma actividade turística segura; promover e/ou distribuir meios apropriados para a prática de turismo de negócio e de lazer, visto serem as principais formas de actividades turísticas praticadas por mulheres em Jangamo Sede e Ligogo e, contabilizar o contributo das mulheres nos

instrumentos de desenvolvimento local. Esta contabilização poderá garantir a visibilidade das mulheres no desenvolvimento deste local de estudo, permitindo, assim, a elaboração de políticas e estratégias condizentes a uma dinamização e envolvimento destas na prática de actividades turísticas.

Em relação aos mecanismos que são utilizados, no posto administrativo de Jangamo, para influenciar a prática de actividades turísticas, o estudo não encontrou evidências por parte das comunidades locais. Apesar de não ter evidências, a pesquisa pôde captar que, nas actividades turísticas praticadas por mulheres, 60.9% da população afirma que a actividade turística mais praticada é o turismo de negócio, seguido de turismo de lazer, este com 34.9%.

A partir do final dos anos 1980, mas especialmente durante a década de 90, Moçambique testemunhou o surgimento de um grande número de organizações femininas, voltadas para a defesa dos direitos humanos das mulheres. Esse fenómeno foi viabilizado pela aprovação da II Constituição da República em Novembro de 1990, pela então Assembleia Popular, assim como pela promulgação da Lei 8/91 sobre Associações.

No contexto histórico e sociológico da (in) visibilidade das mulheres e das relações de género, em Moçambique, o movimento de mulheres, surgido e influenciado pelo movimento nacionalista, que negligenciava as questões de género, caracterizou-se por uma relação complexa com o nacionalismo e seus líderes, especialmente após a Independência. Em Moçambique, a pobreza e a desigualdade ainda afectam principalmente, as mulheres. No campo da educação, a alta taxa de analfabetismo entre mulheres e meninas, especialmente nas áreas rurais, também limita o seu acesso à renda e ao bem-estar. No mercado de trabalho, as mulheres estão predominantemente, envolvidas no sector informal e na agricultura, ocupando principalmente posições não qualificadas e trabalhando sobretudo em culturas de subsistência, com acesso limitado a insumos agrícolas, serviços de extensão e tecnologias, além de enfrentarem dificuldades para obter crédito. No sector de saúde, a taxa de mortalidade materna continua elevada, especialmente entre as jovens, que também são mais vulneráveis à infecção pelo HIV/SIDA em comparação com os jovens do sexo masculino.

Apesar de os movimentos de mulheres, e não só, estarem envolvidos na luta pelo reconhecimento social do contributo da mulher, na sociedade moçambicana persistem ainda situações que concorrem para a secundarização da mulher. Ora, sendo Moçambique um país com 30,8 milhões de habitantes, em que 52% são mulheres, no caso a maioria da população, com um

rápido crescimento populacional e elevadas taxas de fertilidade e mortalidade, onde cerca de 70% da população vive e trabalha em zonas rurais e 45% menos de 15 anos de idade, como compreender o desrespeito social que continua persistindo na sociedade moçambicana sobre esta camada social?

No contexto das mulheres do distrito de Jangamo, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo, apesar dos obstáculos socioculturais, das políticas baseadas em princípios gerais de igualdade de oportunidades e das barreiras institucionais que, de certa forma, negam os seus direitos, elas enfrentam experiências de desrespeito social que as impulsionam a lutar pelo reconhecimento, por meio da visibilidade do seu papel na participação em actividades turísticas. Não se percebem como vítimas, mas como agentes activos no desenvolvimento das suas famílias e comunidades. A busca pelo seu reconhecimento manifesta-se através do seu engajamento nas actividades turísticas realizadas naquele distrito.

Durante o trabalho de campo, foi necessário compreender a opinião das mulheres, em relação à sua participação na actividade turística, em Jangamo Sede e Ligogo. Para o efeito, analisou-se através de um questionário, o seu ponto de vista sobre a sua contribuição para o desenvolvimento das actividades turísticas na sua localidade e a prática da actividade turística de lazer, realizada por elas.

O estudo realça um aspecto importante, que tem a ver com os rendimentos que as mulheres ganham, na prática de actividades turísticas. Foi possível demonstrar que as mulheres de Jangamo Sede e Ligogo que compreendem como pode ser praticada a actividade turística têm ganhos médios mensais de 2.668,05 MT, enquanto as mulheres sem entendimento algum têm ganhos médios mensais de 4.042,09 MT.

A pesar da maior parte da população do local de estudo ser feminina e com disponibilidade de participar em actividades turísticas, o estudo refere que, cerca de 86,5% da população residente afirma que há mais homens que mulheres, na prática da actividade turística, em Jangamo Sede e Ligogo, o que nos remete a questão cultural ainda enraizada nestas localidades de que a mulher lhe é reservado o espaço doméstico e não publico.

O estudo confirmou a **Hipótese 1** que defende que a (in) visibilidade da mulher na prática das actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário, no Posto Administrativo de Jangamo, tem relação significativa com barreiras socioculturais. Esta confirmação, deve-se ao facto de que quando questionadas sobre a valorização das actividades turísticas por elas praticadas,

75,6% das mulheres do local do estudo afirmam que não há valorização do seu contributo, tanto pelos seus parceiros, pela comunidade e bem como pelo governo local. Quando questionada a população do local do estudo sobre se as mulheres devem ou não participar nas actividades turísticas naquelas localidades, a maior parte da população das localidades de Jangamo Sede e Ligogo, 95,3% afirmam que estas devem participar activamente. Portanto, apesar desta população do local do estudo, concordar com a necessidade da participação da mulher nesta actividade, a mesma em termos práticos não valoriza o trabalho por elas desempenhado, fazendo com que o seu contributo se torne invisível. Esta desvalorização em parte, está relacionada aos factores socioculturais desta comunidade que é patrilinear, que vê o trabalho da mulher nos espaços públicos como sendo secundário.

A **Hipótese 2** levantada para o estudo, em que se afirma que a (in) visibilidade da mulher na prática das actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário no posto administrativo de Jangamo, tem uma relação significativa com políticas baseadas em princípios gerais de igualdade de oportunidades, foi confirmada. A título de exemplo, as mulheres de Jangamo Sede e Ligogo, numa percentagem de 53,75%, têm um financiamento próprio para a execução de alguma actividade turística e 32,50% têm um financiamento por associações comunitárias e, a outra forma de financiamento é feita por via das ONG e via bancos (dívidas), essas últimas com 6,25%. O Governo tem uma contribuição muito baixa no que tange ao financiamento às mulheres para as actividades turísticas, com apenas 1,25%.

Portanto, o governo do distrito afirma que tem encorajado as mulheres a participarem na actividade turística, através de criação de associações e sua capacitação em matéria de gestão de pequenos negócios, e tantos outros tipos de incentivos, lançando bases para a geração de auto-emprego e sustento para as suas famílias. No entanto, o Balanço do Plano Económico e Social 2022 deste distrito, na componente Género, Mulher, Criança e Acção Social, descreve que apenas 50 mulheres foram capacitadas em matérias de gestão básica de negócios.

A **Hipótese 3** foi confirmada, esta defende que, a (in) visibilidade da mulher na prática das actividades turísticas, com vista ao desenvolvimento comunitário no Posto Administrativo de Jangamo, tem relação significativa com barreiras institucionais. Este aspecto, pode ser verificado na decisão que é tomada com relação às políticas e gestão de recursos a serem implementados visando a redução das desigualdades de oportunidades e conseqüente reconhecimento do contributo da mulher.

Entretanto, quando se verificam os resultados da implementação das políticas e estratégias, que concorrem para a igualdade de género, percebe-se que ainda há bastante caminho por percorrer, no distrito de Jangamo (nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo), que é o foco do nosso trabalho. Nestas localidades, os instrumentos que orientam a administração pública muito pouco tem sido para a visibilidade do contributo da mulher como agente activo no desenvolvimento da comunidade, resumindo-se apenas a tratar a questão da não-violência contra a mulher e na inclusão da rapariga na escola, aspectos extremamente importantes, mas insuficientes. Assim, as hipóteses levantadas para o estudo foram confirmadas.

Apesar dos aspectos demonstrados no estudo, o turismo em Jangamo Sede e Ligogo assume um papel crucial no desenvolvimento socioeconómico, por apresentar um grande potencial para o crescimento e desenvolvimento das actividades turísticas praticadas por mulheres, apesar de a sua contribuição actual ser ainda um pouco baixa, porque este sector ainda possui um vasto campo para ser explorado. No entanto, foi possível apresentar as contribuições mais importantes das actividades turísticas praticadas por mulheres em Jangamo Sede e Ligogo, nomeadamente:

- Contribuições económicas;
- Contribuições socioculturais;
- Contribuições ambientais.

### **7.1 Contribuições económicas em Jangamo Sede e Ligogo**

Apesar de as mulheres em Jangamo Sede e Ligogo estarem numa situação de (in)visibilidade no que diz respeito à contabilização do seu contributo, a prática de actividades turísticas por estas cria emprego que contribui para a geração de renda alternativa.

A pesquisa verificou que, a maior parte destas mulheres usam o valor obtido das actividades turísticas, para construir as suas próprias casas, comprar alimentos, pagar propinas escolares para elas e para os seus filhos, bem como para suportar as despesas de transporte.

Nesse contexto, o Governo, as ONG e as associações comunitárias devem impulsionar o financiamento para as actividades turísticas, sobretudo o turismo de negócio e de lazer, uma vez que o estudo verificou que estas práticas estimulam a economia das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo. Nesta zona, o turismo de lazer e de negócio dinamiza diversos sectores da economia, como hospedagem, alimentação, transporte, artesanato, agricultura e pesca, fazendo com que o

consumo de produtos e de serviços locais pelos turistas gere renda para as comunidades, contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural.

Ademais, o Governo, as ONG e as associações comunitárias devem atrair investimentos nacionais e estrangeiros para a prática e desenvolvimento do turismo, em Jangamo Sede e Ligogo e tornar o turismo deste local mais atraente, especialmente na área de infraestruturas, hotéis, *resorts* e outros empreendimentos relacionados ao sector, o que irá criar mais empregos para mulheres da região.

## **7.2. Contribuições socioculturais em Jangamo Sede e Ligogo**

O estudo constatou que apenas 1% dos inquiridos praticam o turismo desportivo e cultural, o que constitui fraca participação neste tipo de actividade turística. É importante que o Governo, as ONG e as associações comunitárias que trabalham na área de turismo, em Jangamo Sede e Ligogo, sensibilizem as comunidades, para a importância da prática destas actividades turísticas, visto que contribuem para a valorização da cultura local, promovendo o conhecimento e a preservação das tradições, da culinária, da música, do artesanato e outros aspectos da identidade da população, permitindo, com isso, a visibilidade e o reconhecimento do contributo das mulheres, na prática desse tipo de actividade. Com a prática de actividades turísticas desportivas, pode-se promover o desenvolvimento social das comunidades através da implementação de projectos que melhorem a qualidade de vida da população de Jangamo Sede e Ligogo, como o acesso, à educação, à saúde e ao saneamento básico, promovendo, deste modo, o envolvimento das mulheres e visando a sua visibilidade como agentes activos de desenvolvimento das suas famílias e da comunidade em que estão inseridas.

Ao se incentivar a prática de actividades turísticas culturais ou desportivas que envolvem mulheres de Jangamo Sede e Ligogo, permitir-se-á um maior contacto com turistas de diferentes culturas, o que poderá proporcionar intercâmbio cultural e promover a tolerância, o respeito à diversidade e a compreensão mútua entre os turistas nacionais e estrangeiros. Pode-se criar formas de cooperação para o desenvolvimento das actividades turísticas, pelo que o Governo e as ONG devem colocar as mulheres como o epicentro das actividades turísticas.

## **7.3. Contribuições ambientais do turismo em Jangamo Sede e Ligogo**

O turismo está intrinsecamente ligado ao meio ambiente; nesse contexto, as actividades turísticas praticadas por mulheres, em Jangamo Sede e Ligogo, podem ser um instrumento para

a conservação ambiental, quando desenvolvidas de forma responsável e sustentável, e podem gerar renda para a gestão e protecção do meio ambiente. Este tipo de turismo pode, ainda, ser importante, no que diz respeito à promoção da consciência dos visitantes das áreas turísticas sobre a necessidade da preservação do meio ambiente, incentivando, assim, as práticas sustentáveis.

Outro aspecto importante, verificado pelo estudo tem a ver com a necessidade de existirem infraestruturas adequadas, para a prática de actividades turísticas. Assim, a melhoria destas poderá contribuir para o maior envolvimento de mais mulheres. É importante que se disponibilizem recursos ou fundos de forma que as mulheres de Jangamo Sede e Ligogo possam ter as suas próprias estâncias turísticas que possam ajudar a promover o desenvolvimento do distrito e, em particular, das localidades onde estão inseridas.

Verificou-se, também que a maior parte das mulheres que têm mais ganhos com a actividade turística, são mulheres com baixo nível académico; portanto, é de extrema importância qualificá-las, de forma que os ganhos provenientes dessa actividade sejam usados de forma racional e adequada. Aliado a isso, as entidades que apoiam as actividades turísticas (Governo, ONG e associações comunitárias) devem, igualmente, ajudar nesse processo de qualificação, concretamente no treinamento profissional que pode ser através de programas de alfabetização e formações de curta duração.

#### **7.4. Limitações da actividade turística de Jangamo Sede e Ligogo**

A actividade turística, apesar de ser um importante impulsionador da economia e do desenvolvimento local onde esta é praticada, também apresenta algumas limitações que precisam de ser consideradas para um crescimento sustentável e responsável. As principais limitações da actividade turística praticadas por mulheres de Jangamo Sede e Ligogo podem ser categorizadas em duas esferas:

- Socioeconómicas; e
- Ambientais.

#### **7.5. Limitações socioeconómicas do turismo em Jangamo Sede e Ligogo**

Os rendimentos das mulheres de Jangamo Sede e Ligogo apresentam uma desigualdade na distribuição de benefícios; portanto, os ganhos provenientes da actividade turística não são distribuídos de forma equitativa. As mulheres que trabalham em estâncias turísticas, tendem a ter menos ganhos, por terem um salário constante, o que não acontece com as que praticam essa

actividade por conta própria. Estas, embora tenham um baixo nível académico, tendem a ter mais ganhos provenientes da actividade turística, em Jangamo Sede e Ligogo. Esta situação, se não for bem esclarecida às comunidades, pode fazer com que algumas mulheres, já empregadas nas estâncias turísticas prefiram participar nesta actividade de uma forma autónoma, pois, muitas vezes, não oferece segurança de renda, porque a actividade turística não ocorre todo o ano.

A presença dos turistas na época festiva provoca um aumento do custo de vida para a população de Jangamo Sede e Ligogo, devido ao elevado fluxo de turistas, criando, especulação de preços dos bens e serviços, o que poderá dificultar o acesso da população local aos produtos de necessidades básicas e encarecer o nível de vida, sobretudo nesse período. O elevado número de turistas estrangeiros, o que deveria ser benéfico para a obtenção de mais renda, tende a criar situações de exploração da mão-de-obra local, sobretudo para as mulheres, porque, nalguns casos e devido ao elevado fluxo de turistas, os proprietários de algumas das grandes estâncias turísticas fazem com que as mulheres de Jangamo Sede e Ligogo, trabalhem nos seus estabelecimentos, com um contrato precário e com uma remuneração insignificante, comparativamente aos ganhos obtidos através dessa actividade neste período de “alta”. Outro aspecto a considerar tem a ver com o trabalho que estas desempenham por longas horas e em condições precárias.

#### **7.6. Limitações ambientais do turismo em Jangamo Sede e Ligogo**

A prática de actividades turísticas, quando não planificadas, traz consigo impactos ambientais a considerar, nos locais onde estas actividades ocorrem, pois pode criar destruição e poluição de recursos hídricos, de recursos marinhos e de recursos do solo. No entanto, esta actividade nas praias das localidades de Jangamo Sede e Ligogo, tem trazido um grande desafio para o local, porque na procura de acesso as estâncias turísticas, são destruídas vegetações e solos, visando a abertura de caminhos para o alcance das praias sem uma planificação correcta para a reposição dos solos que são destruídos. A perda destas paisagens e dunas que são um atrativo turístico nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo, poderá levar à um decréscimo na satisfação dos turistas.

Outro aspecto a levar se em consideração, na prática de actividade turística, nas localidades de Jangamo Sede e Ligogo, é a concentração de estâncias turísticas, segundas residências e serviços turísticos, no mesmo local que interfere na paisagem local. Este aglomerado de estâncias turísticas no mesmo local, provoca concentração de despejo de esgotos que a longo prazo, irão agredir as espécies marinhas e os solos daquela comunidade.

## **7.7. Pesquisas futuras para actividade turística de Jangamo Sede e Ligogo**

Apesar dos desafios, o turismo em Jangamo possui um futuro promissor. O distrito possui um enorme potencial a ser explorado, com as suas belas paisagens, cultura rica, biodiversidade única e população hospitaleira. O desenvolvimento sustentável do turismo, com foco na preservação ambiental, na valorização da cultura local e na geração de benefícios para as comunidades, é fundamental, para que o sector alcance o seu pleno potencial e contribua para o desenvolvimento socioeconómico do país. Pesquisas futuras podem ser feitas para a melhoria das actividades turísticas em Jangamo e Moçambique visando a melhoria das condições de vida dos beneficiários directos e indirectos:

- Contribuições económicas da prática da actividade turística no desenvolvimento de Moçambique.
- Acções para a conservação da fauna e biodiversidade durante o pico do turismo em Moçambique.
- Reflexão sobre o desenvolvimento das actividades turísticas praticadas por mulheres nas regiões turísticas.
- Desafios e perspectivas das mulheres na prática da actividade turística em Moçambique.
- Incentivos do governo para o desenvolvimento da actividade turística e promoção de investimentos.
- Necessidade de promoção de emprego para os nativos através do turismo.
- Alavancagem do setor turístico como catalisador para o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albornoz, S. G (2011). *As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth*. Universidade de Santa Cruz do Sul. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2011, vol. 14, n. 1, pp. 127-143.

Alves, J. E. D (2016). *Desafios da Equidade de Género no Século XXI*, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24 (2): pp. 629-638. [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Busca feita em Março de 2023.

Arat, Z. (2015). *Feminismos, Direitos das Mulheres e a ONU: Alcançar a Igualdade de Género capacitaria as mulheres? Revisão de Ciência Política Americana*, 109 (4), 674-689. doi:10.1017/S0003055415000386

Ballakrishnen, S., Fielding-Singh, P., & Magliozzi, D. (2019). *Invisibilidade intencional: mulheres profissionais e a navegação nas restrições do local de trabalho. Perspectivas sociológicas*, 62 (1), 23-41. <https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0731121418782185>.

Cabral, F.; Díaz, M. (1998). *Relações de género. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda.

Casimiro, I. (2004). *Paz na Terra, Guerra em Casa*. - Pernambuco- Brasil. Editora UFPE. 2004.

Casimiro, I. (2011) Movimentos sociais e movimentos de mulheres. COSDERIA, 13ª Assembleia Geral: A África e os desafios do século XXI. <https://publication.codesria.org/index.php/pub/catalog/download/61/323/697?inline=1>. Busca efectuada em Fevereiro de 2024.

Catheryn Khoo-Lattimore, Elaine Chiao Ling Yang e Jess Sanggyeong Je (2019) Avaliando a representação de género na produção de conhecimento: uma análise crítica dos eventos planejados da OMT, *Journal of Sustainable Tourism*, 27:7, 920-938, DOI: 10.1080/09669582.2019. 1566347

Carvalho, N. P. (2013) *Folclore e educação*. Rio de Janeiro: Forense.

Carneiro, A. M.; Moraes, E. A. de; Vieira, L. F. (2012). Conhecimentos tradicionais da pesca artesanal para a conservação sustentável do mar: Valores Patrimoniais do Espaço Marítimo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo RJ. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ.

Coriolano, L. N. (2012). A contribuição do turismo no desenvolvimento local. In: Portuguese, Anderson, P.; SEABRA, Giovanni, F.; Queiroz, O. T. M. M. *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

Corporação Financeira Internacional. (2021) *Criando Mercados em Moçambique: Um estudo realizado pelo Grupo do Banco Mundial em parceria com a SIDA - Country Private Sector Diagnostic*. Banco Mundial, Washington, DC. © Corporação Financeira Internacional. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37846>. Licença: CC BY 3.0 IGO.” Busca feita em fevereiro de 2023.

Cunha, R. F. (2010). A voz feminina: constituição da literatura pós-colonial moçambicana. *Revista Historiador* n.3. Ano 03. <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Busca Feita em Março de 2023.

Duby, G. e Perrot, M. (1991) *História das Mulheres: O Século XX*. Porto- Portugal. Edições Afrontamento. 1991.

Duran, C. V. (2021) *Governança econômica global e desigualdade de gênero: uma agenda para a pesquisa jurídica brasileira*. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8251-1052>. Busca feita em Agosto de 2023.

Fabrino, N. H.; Nascimento, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-90, dez. 2016. Busca feita em Março de 2024

Farah, F; Azizpour, F; Sharghi, N, S; e Mair, H, L. (2022): Análise Booleana dos Factores que Afetam a Participação das Mulheres em Turismo Rural. *Tourism. Sustainability* 2022, 14, 5305. <https://doi.org/10.3390/su14095305>. Academic Editor: Andrea Pérez. Busca efectuada em Janeiro de 2023.

Fuhrmann, N. (2013) Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Rio Grande do Sul – Brasil*. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38. Busca Feita em Janeiro de 2024.

Gabrielli, C. (2022) Análise das diretrizes internacionais sobre Gênero e Turismo e suas ausências nos Planos Nacionais de Turismo do Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16, e 2310. <http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2310>. Busca feita em Fevereiro de 2023.

Gil, A. C. (2008) *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Golabi, M. (2022) Estética da invisibilidade na identidade das mulheres iranianas e seu espaço doméstico durante a década de 1980, *Gender, Place & Culture*, 29:11, 1616-1638, DOI: 10.1080/0966369X.2022.2056146. busca feita em Fevereiro de 2023.

Hélder Muteia; pag: 12: O País 1 Quarta - feira, 06 de Agosto de 2014 em: [www.ipcinfo.org/fileadmin/user\\_upload/faoweb/lisbon/docs/O\\_Pa%C3%ADs\\_6\\_8\\_214.pdf](http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/faoweb/lisbon/docs/O_Pa%C3%ADs_6_8_214.pdf).

Hepp, P., Somerville, C. e Borisch, B. (2019), Acelerando a Agenda Global 2030 das Nações Unidas: Por que a priorização da meta de gênero é essencial. *Glob Policy*, 10: 677-685. <https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1111/1758-5899.12721> Busca feita em Agosto de 2023.

Honneth, A. (2009) Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. 2ª Edição. São Paulo- Brasil. Editora 34 Ltda.

Ignarra, L. R. (2003) Fundamentos do Turismo. 2ª Edição. São Paulo- Brasil. Pioneira Thomson.

Iglésias, O. (2007) Na entrada do novo milénio em África, que perspectivas para a mulher moçambicana? In: MATA, I.; PADILHA, L. C.(org). *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri.

Jacimara Souza Santana: A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique, em Notícias (*REVISTA TEMPO 1975-1985*). Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Nº 4 dez./2009.

José Julião da Silva: Turismo em Moçambique: oportunidades, desafios e riscos - Universidade Pedagógica de Maputo in <file:///C:/Users/Tino/Downloads/35342-102773-1-PB.pdf>. Busca feita em Março 2022.

José, N. C. (2001): *A Mulher na História Actas Dos Colóquios Sobre A Temática Da Mulher* (1999-2000), Câmara Municipal da Moita.

Lattimore, C. K., Yang, E. C. L. & Je, J. S. (2019) Assessing gender representation in knowledge production: a critical analysis of UNWTO's planned events, *Journal of Sustainable Tourism*, 27:7, 920-938, DOI: 10.1080/09669582.2019.1566347.

Licínio, C. (1997) *Economia e Política do Turismo*. Portugal. McGraw-Hill.

Lima, Cila. (2014) *Um Recente Movimento Político Religioso: Feminismo Islâmico*. Estudos Feministas, Florianópolis, 22 (2): 304, Maio-agosto. Pesquisa efectuada em Fevereiro de 2023. <https://www.scielo.br/j/ref/a/Pkz877QxtTnmTCZSYjFbNBb/?format=pdf&lang=pt>

Louro, G. L. (2008) *Género e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - Maio/Ago. Busca feita em Fevereiro de 2023.

Lucy Ferguson (2011) Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres? Turismo e o terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, *Questões Atuais no Turismo*, 14:3, 235-249, DOI: 10.1080/13683500.2011.555522.

Lundin, I. B. (2016). *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. Maputo, Moçambique: Escolar Editora.

Macêdo, G. S e Macedo, K. B. (2004) As relações de género no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. *Ver. Psicol., Trab.* V.4 n.1 Florianópolis. Busca feita em Fevereiro de 2023.

Marconi, M. de A; Lakatos, E. M. (2003). *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Maria da Piedade, A. (2012) *Metodologia Científica*. Lisboa. Editora Escolar.

Melo, H. P. e Thomé, D. (2018) *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Minasi, S. M.; Mayer, V. F.; Santos, G. E. O. (2022). *Desigualdade de género no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16, e-2494. <http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2494>. Pesquisa efectuada em Fevereiro de 2023.

Mohabeer, Ravindra N. (2021). *Um Método Para Analisar a Invisibilidade: Navegando Na Dissonância Entre Acordado e Seguro*. <https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1177/00113921211017605>. Publicado pela primeira vez *online* em 28 de maio de 2021. Pesquisa efectuada em Fevereiro de 2023.

Neel, R., & Lassetter, B. (2019). O estigma da irrelevância percebida: uma teoria de gerenciamento de recursos da invisibilidade interpessoal. *Psychological Review*, 126 (5), 634-659. <https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1037/rev0000143>, pesquisado em Fevereiro de 2023.

Nitza, B., Anat, W. & Niza, Y. (2012) A política da (in) visibilidade: Sobre os pontos cegos da discriminação das mulheres na academia. *Culture and Organization*, 18:3, 251-275, DOI: 10.1080/14759551.2011.644669. Busca feita em fevereiro de 2023.

Nunes, E., D. (2020) Da invisibilidade social: breve reflexão. Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp. Campinas SP Brasil. (<https://orcid.org/0000-0002-2285-7473>) consultado em Fevereiro de 2023.

Olga Iglésias (2007). África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD. Departamento de História, Universidade Lusófona, Lisboa. *Campus Social*, 2007, 3/4, 133-15. *Campus Social*, 2007, 3/4, 133-15 Disponível em <http://hdl.handle.net/10437/1935>. Consultado em Janeiro de 2023.

Osório, C. (2010) Género e democracia: as eleições de 2009 em Moçambique. WILSA.CIEDIMA,SARL. Maputo-Moçambique.

Pereira, J. M. M. (2014). As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil. *Revista Brasileira de Educação* v. 19 n. 56.

Pereira, O. P. (2001). *Ciência e dialética em Aristóteles*. São Paulo: Ed. Unesp.

Pelá, M. C. H. e Chaveiro, E. F. (2021) As mulheres na produção socioespacial de Goiânia: invisibilidade e sexismo. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 202 – 218. Busca efectuada em Fevereiro de 2023.

Prügl, E. (2017) Neoliberalism with a Feminist Face: Crafting a new Hegemony at the World Bank, *Feminist Economics*, 23:1, 30-53, DOI: 10.1080/13545701.2016.1198043. Busca feita em Agosto de 2023.

Razavi, S. (2019) Indicadores como Substitutos para Contestação de Políticas e Responsabilidade? Algumas Reflexões sobre a Agenda 2030 na Perspectiva de Igualdade de Género e Direitos das Mulheres. UN Women. *Global Policy Volume 10. Supplement 1*.

Rodrigues, S. R. (2003). Segmentação do Turismo. Disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/segmentacao.html>.

Rodrigues da Silva, E. (2008) *A (In) Visibilidade Das Mulheres No Campo Científico*. Travessias, Cascavel, v. 2, n. 2. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Rodrigues, V. L. (2016) A Importância Da Mulher. [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br). Busca feita em Julho de 2023.

Santana, J.S. (2009) A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985) in Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana.

Santos, J. B. (2011). Novos Movimentos Sociais: Feminismo e a Luta Pela Igualdade de Género. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n.9, p.81-91. [www.mulheresprogressistas.org](http://www.mulheresprogressistas.org). Busca efectuada em Março de 2023.

Sánchez, P., Rafael, A., Chico, J. R., García, M. J. e Sánchez, J. A. L. (2020) "Turismo e os ODS: Uma Análise do Crescimento Económico, Emprego Digno e Igualdade de Género na União Europeia (2009–2018)" *Sustentabilidade* 12, no. 13: 5480. <https://doi.org/10.3390/su12135480>

Santos, S. M. M.; Oliveira, L. (2010) Igualdade nas Relações de Género na Sociedade do Capital: Limites, Contradições e Avanços, in Ver. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1p. 11-19. [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Busca feita em Março de 2023.

Silva, J. J. (2019) Turismo em Moçambique: oportunidades, desafios e riscos. Universidade Pedagógica de Maputo. AbeAfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v.03, n.03. <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/35342>. Busca feita em Maio de 2022.

Silva, M. D. C. (2017) A equidade de gênero na agenda política do banco mundial. 29º Simpósio Nacional de História. Contra os Preconceitos: História e Democracia. Brasil. [www.ampun.org](http://www.ampun.org). Busca feita em Agosto de 2023.

Siqueira, T. L. e Scott. J. (2008) o Papel da História Na Construção Das Relações de Género. Revista *Ártemis* Vol 8, pp,110-117. [www.repositorio.ufba.br](http://www.repositorio.ufba.br). Busca efectuada em Fevereiro de 2023.

Soederberg, S. e Roberts, A. (2012) Igualdade de género como economia inteligente? Uma crítica do Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2012. *Third World Quarterly*, 33:5, 949-968, DOI: 10.1080/01436597.2012.677310. Busca feita em Agosto de 2023.

Sohi, K. K and Singh, P. (2016) Experiencing Microaggression: Invisibility, Distress, and Self-Stereotyping Among Northeasterners in India. *Front. Psychol.* 7:1995. doi: 10.3389/fpsyg.2016.01995. Busca feita em Fevereiro de 2023.

Taylor, S. R. (2020). *Engajamento feminista da ONU Mulheres com governança por indicadores nos Objectivos do Milénio e Desenvolvimento Sustentável*. *Política social global*, 20 (3), 352–366. <https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1468018120931696>. Busca feita em Agosto de 2023.

Teles, N. e Brás, E. J. (2010). *Género e Direitos Humanos em Moçambique*. Maputo, Moçambique. CIEDIMA.

Trindade, C. C. e Rocha, S. (2020). *Feminismos e Mulheres que Lutam por Direitos: uma breve história moçambicana*. <https://aliadasemmovimento.org/>. Busca feita em Agosto de 2023.

Tomas, J. (2012) *A invisibilidade Social, Uma Construção Teórica*. Colóquio “Crise das Socializações” 2012. Busca feita em : [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net) no dia 2 de fevereiro de 2023.

<https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/589-o-desenvolvimento-do-pais-passa-pela-integracao-das-mulheres-na-economia-formal>. Busca feita em Dezembro de 2022.

<https://www.psicanaliseclinica.com/invisibilidade-social-significado-conceito-exemplos/>. Busca feita em Fevereiro 2023.

Zimba, B. (2003) *Mulheres invisíveis: O género e as políticas comerciais no sul de Moçambique, 1720-1830*. Maputo: Promédia.

Ministério do Turismo (2003). *Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação*. Maputo: MT.

Ministério do Turismo (2004). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique: (2004-2013)*. Maputo: MT.

Ministério do Turismo (2014). *Balanço da Estratégia de Marketing Turístico: 2006 – 2013*. Maputo: MT.

Ministério do Género, Criança e Acção Social (2006). *Política de Género e Estratégia da sua Implementação*. Maputo: MGCAS (2007).

Ministério do Género, Criança e Acção Social (2016). *Perfil de Género de Moçambique*. Maputo: MGCAS (2016).

Ministério do Género, Criança e Acção Social (2018). *Política de Género e Estratégia da sua Implementação*. Maputo: MGCAS (2018)

Ministério da Cultura e Turismo (2022) *Balanço da Estratégia fe Marketing Turístico: 2017-2021*. Maputo: MCT.

Ministério do Género. *Criança e Acção Social (2022) Perfil de Igualdade de Género de Moçambique*. Maputo: MGCAS (2022).

Banco Mundial. *Estratégia de Género 2024 - 2030 do Grupo Banco Mundial: Acelerar a Igualdade de Género para um Futuro Sustentável, Resiliente e Inclusivo - Minuta de Consulta (Inglês)*. Washington, DC: Grupo Banco Mundial.

<http://documents.worldbank.org/curated/en/099013107142345483/SECBOS04cf7b650208a5e08b784c0db6a4>.

World Tourism Organization (2019), *Global Report on Women in Tourism – Second Edition, Key Findings*, UNWTO, Madrid, DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284420407>.

Plano Estratégico da ONU Mulheres 2022-2025: *Construindo um mundo com igualdade de género*. <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2021/09/un-women-strategic-plan-2022-2025>.

## APÊNDICE A. TABELAS COMPLEMENTARES DOS TESTES APLICADOS

**Nível Pré-Escolar de Escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma atividade turística na sua localidade?**

### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	.157 <sup>a</sup>	1	.692		
Continuity Correction <sup>b</sup>	.009	1	.923		
Likelihood Ratio	.165	1	.685		
Fisher's Exact Test				1.000	.484
Linear-by-Linear Association	.157	1	.692		
N of Valid Cases	483				

a. 1 cells (25.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3.66.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Alfabetização de Escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma atividade turística na sua localidade?**

### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2.953 <sup>a</sup>	1	.086		
Continuity Correction <sup>b</sup>	1.857	1	.173		
Likelihood Ratio	2.524	1	.112		
Fisher's Exact Test				.144	.092
Linear-by-Linear Association	2.947	1	.086		
N of Valid Cases	483				

a. 1 cells (25.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2.58.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Primário EP1 de Escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3.039 <sup>a</sup>	1	.081		
Continuity Correction <sup>b</sup>	2.629	1	.105		
Likelihood Ratio	3.162	1	.075		
Fisher's Exact Test				.088	.051
Linear-by-Linear Association	3.033	1	.082		
N of Valid Cases	483				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 30.14.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Secundário\_ESG1de Escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	.083 <sup>a</sup>	1	.773		
Continuity Correction <sup>b</sup>	.015	1	.903		
Likelihood Ratio	.082	1	.774		
Fisher's Exact Test				.741	.442
Linear-by-Linear Association	.083	1	.773		
N of Valid Cases	483				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 13.13.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Pré Elementar de Escolarizacao \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	.275 <sup>a</sup>	1	.600		
Continuity Correction <sup>b</sup>	0.000	1	1.000		
Likelihood Ratio	.486	1	.486		
Fisher's Exact Test				1.000	.785
Linear-by-Linear Association	.274	1	.600		
N of Valid Cases	483				

a. 2 cells (50.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .22.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Técnico Básico de Escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	.275 <sup>a</sup>	1	.600		
Continuity Correction <sup>b</sup>	0.000	1	1.000		
Likelihood Ratio	.486	1	.486		
Fisher's Exact Test				1.000	.785
Linear-by-Linear Association	.274	1	.600		
N of Valid Cases	483				

a. 2 cells (50.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .22.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Técnico Básico de escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3.652 <sup>a</sup>	1	.056		
Continuity Correction <sup>b</sup>	.481	1	.488		
Likelihood Ratio	3.079	1	.079		
Fisher's Exact Test				.215	.215
Linear-by-Linear Association	3.644	1	.056		
N of Valid Cases	483				

a. 2 cells (50.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .22.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Superior de escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	.249 <sup>a</sup>	1	.618		
Continuity Correction <sup>b</sup>	0.000	1	1.000		
Likelihood Ratio	.224	1	.636		
Fisher's Exact Test				.518	.518
Linear-by-Linear Association	.248	1	.618		
N of Valid Cases	483				

a. 2 cells (50.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .65.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível primário\_EP2 de escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	5.027 <sup>a</sup>	1	.025		
Continuity Correction <sup>b</sup>	4.426	1	.035		
Likelihood Ratio	4.741	1	.029		
Fisher's Exact Test				.028	.020
Linear-by-Linear Association	5.016	1	.025		
N of Valid Cases	483				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 20.89.

b. Computed only for a 2x2 table

**Nível Secundário\_ESG2 de escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4.069 <sup>a</sup>	1	.044		
Continuity Correction <sup>b</sup>	3.155	1	.076		
Likelihood Ratio	3.592	1	.058		
Fisher's Exact Test				.054	.043
Linear-by-Linear Association	4.061	1	.044		
N of Valid Cases	483				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5.81.

b. Computed only for a 2x2 table

**Não sabe o seu Nível de escolarização \* C6. O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turística na sua localidade?**

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4.647 <sup>a</sup>	1	.031		
Continuity Correction <sup>b</sup>	4.116	1	.042		
Likelihood Ratio	4.945	1	.026		
Fisher's Exact Test				.031	.019
Linear-by-Linear Association	4.638	1	.031		
N of Valid Cases	483				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 26.48.

b. Computed only for a 2x2 table

## APÊNDICE B. QUESTIONÁRIO



--	--	--	--	--	--	--

**O TURISMO E AS RELAÇÕES DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE:  
A VISIBILIDADE DA MULHER NA PARTICIPAÇÃO DAS ACTIVIDADES  
TURÍSTICAS EM MOÇAMBIQUE, O CASO DO DISTRITO DE JANGAMO, 2004 -  
2013**

IDENTIFICAÇÃO									
PROVÍNCIA _____ DISTRITO _____ POSTO ADMINISTRATIVO _____ LOCALIDADE _____ NOME DO BAIRRO _____ URBANO / RURAL (URBANO = 1, RURAL = 2) ..... NÚMERO DA ÁREA DE ENUMERAÇÃO _____									
NOME DO INQUIRIDOR _____	DIA ..... <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table> MÊS ..... <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table> ANO ..... <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">2</td><td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">0</td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>					2	0		
2	0								
PESQUISADORA: _____	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>								

### CONSENTIMENTO

Bom dia / Boa tarde. Meu nome é (DIZER O NOME). Sou estudante finalista da Universidade Apolitecnica de Moçambique, minha identificação é esta (MOSTRAR O CRACHÁ/CREDENCIAL). Estou a realizar um estudo para a conclusão da minha tese para obter o grau de doutoramento em Saude Publica, neste instante estou a trabalhar com a população do distrito de Jangamo. Garanto-lhe que os dados que me providenciar serão estritamente confidenciais, e não serão partilhadas com ninguém além dos membros da equipa de trabalho.

O/A senhor/a foi seleccionado/a aleatoriamente para participar neste estudo, os dados que me fornecer servirão para si e vai representar também para outros moradores dessa localidade/bairro ou distrito que não foram seleccionados para a entrevista. A entrevista vai durar cerca de 15 a 20 minutos, espero que participe no inquérito, pois as suas respostas são importantes para compreender as actividades turísticas nessa localidade/bairro em particular e de uma forma geral para representar o distrito de Jangamo

Gostaria de me fazer algumas perguntas relacionadas com o estudo? No caso de precisar mais informações a cerca deste estudo pode contactar o Professor Doutor Lourenço do Rasário, pelo número: ..... (supervisor da estudante)

### INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

O presente questionário é composto por quatro (3) secções, a secção A é composta por 6 perguntas referente a informação demográfica. A secção B é composta por 9 perguntas referente a informação as características da habitação, a secção C é composta por 39 perguntas referentes a actividade turística

O questionário é composta por perguntas de pré-codificadas e perguntas abertas.

#### Notas Importantes:

1. Nas perguntas onde as respostas estão ordenadas por ordem numérica (1, 2, 3...), deve escolher apenas uma resposta;
2. Nas perguntas de escolha múltiplas, onde as respostas estão ordenadas por ordem alfabéticas (A, B, C...), pode-se escolher uma, duas ou mais respostas;
3. Nas perguntas abertas a estudante deve escrever a resposta do paciente; e
4. Se a opção de resposta escolhida for de salto deve-se saltar até a pergunta ou grupo de perguntas indicada pelo salto





P	Perguntas	Respostas	Saltar pra
C5	O (NOME) entende como pode ser praticada a actividade turistica na sua localidade?	01. Sim..... 02. Não.....	
C6	O (NOME) já participou na prática de alguma actividade turistica na sua localidade?	01. Sim..... 02. Não.....	→ C11
C7	Quais são as actividades turísticas que (NOME) já participou na sua localidade?	A. Turismo de Lazer ..... B. Turismo de Negocio ..... C. Turismo de Compras ..... D. Turismo de Eventos ..... E. Turismo Religioso/Congresso ..... F. Turismo de Gastronomicos ..... G. Turismo da Terceira Idade ..... H. Turismo de Cultural ..... I. Turismo de Desportivo ..... J. Turismo de Aventura ..... K. Turismo de Arqueologico ..... L. Turismo de Arqueologico .....	
C8	Qual é a ultima actividade turistica que o (NOME) praticou/participou na sua localidade?	01. Turismo de Lazer ..... 02. Turismo de Negocio ..... 03. Turismo de Compras ..... 04. Turismo de Eventos ..... 05. Turismo Religioso/Congresso ..... 06. Turismo de Gastronomicos ..... 07. Turismo da Terceira Idade ..... 08. Turismo de Cultural ..... 09. Turismo de Desportivo ..... 10. Turismo de Aventura ..... 11. Turismo de Arqueologico ..... 12. Turismo de Arqueologico .....	
C9	Quanto o (NOME) ganha mensalmente com a pratica da actividade turistica na sua localidade?	<input type="text"/> Meticais	
C10	Quanto o (NOME) ganhou com a pratica da última actividade turistica na sua localidade?	<input type="text"/> Meticais	
<b>Relações de género na prática das actividades turísticas</b>			
C11	O (NOME) acha que existem outras pessoas que estão envolvidas em actividades turísticas nessa comunidades?	01. Sim..... 02. Não.....	→ C14
C12	Quem são as pessoas envolvidas na prática das actividades turísticas na sua localidade?	A. Naturais de Jangamo ..... B. Residentes de Jangamo ..... C. Pessoas de outros distritos ..... D. Pessoas de outras provincias ..... E. Pessoas estrangeiras .....	
C13	Quem são as pessoas que estão mais envolvidas na prática das actividades turísticas na sua localidade?	01. Naturais de Jangamo ..... 02. Residentes de Jangamo ..... 03. Pessoas de outros distritos ..... 04. Pessoas de outras provincias ..... 05. Pessoas estrangeiras .....	
C14	Existem mulheres envolvidas na prática de actividades turísticas na sua localidade?	01. Sim..... 02. Não.....	→ C20
C15	Na sua opinião acha que há mais mulheres ou homens envolvidos na actividade turistica na sua localidade?	01. Mais mulheres que homens..... 02. Mulheres e homens é aproximadamente igual..... 0. Mais homens que mulheres.....	
C16	Quais as actividades turísticas praticadas por mulheres na sua localidade?	01. Sim..... 02. Não.....	
C17	Acha que a mulher deve participar na prática das actividades turísticas na sua localidade?	01. Sim..... 02. Não.....	
C18	Qual é a importância da participação da mulher na prática de actividades turísticas na sua localidade?	01. Sim..... 02. Não.....	

P	Perguntas	Respostas	Saltar pra
C19	Qual é o seu nível de satisfação com a actividade turística das mulheres da sua localidade?	01 . Muito Satisfeito..... 02 . Insatisfeito..... 03 . Normal..... 04 . Satisfeito..... 05 . Muito Satisfeito.....	
<b>Relação existente entre a actividade turística e as relações do género</b>			
C20	O (NOME) acha que as actividades turísticas na sua localidade são praticadas tendo em conta a equidade de género?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C21	O (NOME) acha que a sua localidade valoriza a prática das actividades turísticas desempenhadas por mulheres?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C22	O (NOME) acha que as actividades turísticas são influenciadas pelo desempenho das mulheres na sua localidade?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C23	O (NOME) acha que as actividades turísticas desenvolvidas por mulheres na sua comunidade são visíveis?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C24	O (NOME) sente-se confortável a praticar as actividades turísticas na sua localidade?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
<b>O papel da mulher no Desenvolvimento comunitário, através das actividades turísticas</b>			
C25	O (NOME) acha que a prática de actividades turísticas por parte das mulheres na sua localidade ajuda no desenvolvimento das mulheres?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C26	Em que aspectos o (NOME) acha que a actividade turística ajuda no desenvolvimento da mulher	A . Construir a propria casa..... B . Pagar renda na casa onde vive..... C . Desenvolver um negocio..... D . Pagar proprias escolares..... E . Comprar de bens domesticos..... F . Comprar alimentos para a sua familia..... G . Pagar meios de transporte para membros da familia..... H . Comprar de transporte proprio.....	
C27	O (NOME) acha que as mulheres contribuem para o desenvolvimento das actividades turísticas na sua localidade?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C28	O (NOME) acha que a prática da actividade turística por mulheres na sua localidade está a desenvolver o turismo de lazer?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C29	Em que aspectos, o (NOME) acha que a actividade turística ajuda no desenvolvimento a sua localidade	A . Construir a propria casa..... B . Pagar renda na casa onde vive..... C . Desenvolver um negocio..... D . Pagar proprias escolares..... E . Comprar de bens domesticos..... F . Comprar alimentos para a sua familia..... G . Pagar meios de transporte para membros da familia..... H . Comprar de transporte proprio.....	
C30	O (NOME) acha que a prática de actividades turísticas por mulheres ajudou a reduzir as desigualdades entre homens e mulheres na sua localidade?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
<b>O impacto económico e social da participação da mulher nas actividades turísticas</b>			
C33	Com a prática das actividades turísticas na sua comunidade, o (NOME) acha que a sua vida e da sua família melhorou?	01 . Sim..... 02 . Não.....	→ C32
C31	Em que aspectos da sua vida melhorou com a pratica da actividade turística	A . Construir a propria casa..... B . Pagar renda na casa onde vive..... C . Desenvolver um negocio..... D . Pagar proprias escolares..... E . Comprar de bens domesticos..... F . Comprar alimentos para a sua familia..... G . Pagar meios de transporte para membros da familia..... H . Comprar de transporte proprio.....	

P	Perguntas	Respostas	Saltar pra
C32	O (NOME) acha que a actividades turistica praticada por mulheres da sua comunidade ajudou a melhorar a vida na sua comunidade?	01 . Sim..... 02 . Não.....	→ C34
C33	Em que aspectos (NOME) acha que a actividade turistica das mulheres ajudou a melhorar a vida do moradores da sua comunidade?	A . Construir a propria casa..... B . Pagar renda na casa onde vive..... C . Desenvolver um negocio..... D . Pagar proprinas escolares..... E . Comprar de bens domesticos..... F . Comprar alimentos para a sua familia..... G . Pagar meios de transporte para membros da familia..... H . Comprar de transporte proprio.....	
C34	o (NOME) acha que as actividades turísticas desempenhada pelas mulheres da sua localidade é valorizada?	01 . Sim..... 02 . Não.....	
C35	O (NOME) acha que as actividades turísticas praticadas na sua comunidade tem um financiamento?	01 . Sim..... 02 . Não.....	→ C37
C36	Quem financia a sua actividade turistica?	A . Estado..... B . ONG..... C . Associações comunitarias..... D . Financiamento Bancario (Divida Bancaria)..... E . Financiamento proprio (Xitique).....	
C37	O (NOME) acha que a mulher ajudam a dinamizar a prática de actividades turísticas na sua comunidade?	01 . Sim..... 02 . Não.....	→ C39
C38	Em que aspectos o (NOME) acha que a mulher ajudou a dinamizar a actividade turistica na sua comunidade?	A . Atrai mais turista..... B . Dinamiza o turismo..... C . Facilita as actividades turísticas..... D . Coordenada o turismo na comunidade..... E . Oferece infraestruturas..... F . Oferece informacoes turísticas..... G . Oferecem mais produtos locais..... H . Criam mais eventos..... I . Oferece a gastronomia..... J . Vendem mais produtos naturais.....	
C39	Gostaria de saber qual a importância da prática da actividade turistica para a sua localidade?	A . Melhora o nivel de vida da comunidade..... B . Gera oportunidade de emprego..... C . Gera rendas familiar..... D . Promove a inclusao social..... E . Estimula a melhoria das infraestruturas..... F . Cria instalações recreativas..... G . Promove o desenvolvimento cultural..... H . Promove a conservação do meio ambiente..... I . Promove novos desafios.....	

## APÊNDICE C. LISTA DE ÁREAS DE ENUMERAÇÃO SELECIONADAS



### O TURISMO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOÇAMBIQUE: A VISIBILIDADE DA MULHER NA PARTICIPAÇÃO DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EM MOÇAMBIQUE, O CASO DO DISTRITO DE JANGAMO, 2004 - 2013

#### LISTA DE ÁREA DE ENUMERAÇÃO SELECIONADAS

CODIGO	Província	Distrito	Posto	Localidade	Bairro	NomeN1	NomeN2	Cod AE2017	AFS CENSO 2017	Probabilidade de inclusão de conglomerados
0101	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Madava	Bairro 3	001	97	0.33333
0102	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Mhaduga	Bairro 4	013	99	0.40000
0103	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Mhaduga	Bairro 1	011	98	0.40000
0104	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Madava	Bairro 2	006	87	0.33333
0105	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Malitca/ Mhanala	Bairro 4	018	67	0.40000
0106	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Malitca/ Mhanala	Bairro 2	014	89	0.40000
0107	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Indudo	Bairro 4	023	65	0.33333
0108	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Indudo	Bairro 1	025	132	0.33333
0109	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Jangamo Sede	Bairro 2	034	100	0.33333
0110	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Jangamo Sede	Bairro 2	030	85	0.33333
0111	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Jangamo Sede	Bairro 2	038	96	0.33333
0112	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Jangamo Sede	Bairro 1	042	93	0.33333
0113	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Jangamo Sede	Nao Aplicavel	Jangamo Sede	Bairro 5	045	81	0.33333
0201	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Guicunela Guifugo	Bairro 4	002	96	0.40000
0202	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Guicunela Guifugo	Bairro 2	004	106	0.40000
0203	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Ligogo Sede	Bairro 6	010	102	0.40000
0204	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Madonga	Bairro 4	008	91	0.40000
0205	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Madonga	Bairro 2	020	112	0.40000
0206	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Ligogo Sede	Bairro 2	012	95	0.40000
0207	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Ligogo Sede	Bairro 1	016	73	0.40000
0208	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Ligogo Sede	Bairro 5	015	75	0.40000
0209	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Xuxululo	Bairro 2	031	104	0.50000
0210	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Xuxululo	Bairro 1	033	105	0.50000
0211	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Uraca	Bairro 1	026	149	0.33333
0212	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Ravene	Bairro 1	037	70	0.40000
0213	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Ravene	Bairro 5	042	109	0.40000
0214	Inhambane	Jangamo	Jangamo	Ligogo	Nao Aplicavel	Xuxululo	Bairro 3	035	126	0.50000

APÊNDICE D. TABELA DE SELECÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES NA ÁREA DE ENUMERAÇÃO



O TURISMO E AS RELAÇÕES DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE: A VISIBILIDADE DA MULHER NA PARTICIPAÇÃO DAS ACTIVIDADES TURISTICAS EM MOÇAMBIQUE, O CASO DO DISTRITO DE JANGAMO, 2004 - 2013

TABELA DE SELECÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES

CODIGO	AFS CENSO 2017	AFs por Conglomerados	Intervalo de amostragem	Numero aleatorio	AF1	AF2	AF3	AF4	AF5	AF6	AF7	AF8	AF9	AF10	AF11	AF12	AF13	AF14	AF15	AF16
0101	97	16	6	1	1	7	13	19	25	31	37	43	50	56	62	68	74	80	86	92
0102	99	16	6	3	3	9	15	22	28	34	40	46	53	59	65	71	77	83	90	96
0103	98	16	6	2	2	8	14	20	27	33	39	45	51	57	63	69	76	82	88	94
0104	87	16	5	4	4	9	15	20	26	31	37	42	48	53	58	64	69	75	80	86
0105	67	16	4	1	1	5	9	14	18	22	26	30	35	39	43	47	51	55	60	64
0106	89	16	6	3	3	9	14	20	25	31	36	42	48	53	59	64	70	75	81	86
0107	65	16	4	2	2	6	10	14	18	22	26	30	35	39	43	47	51	55	59	63
0108	132	16	8	6	6	14	23	31	39	47	56	64	72	80	89	97	105	113	122	130
0109	100	16	6	3	3	9	16	22	28	34	41	47	53	59	66	72	78	84	91	97
0110	85	16	5	1	1	6	12	17	22	28	33	38	44	49	54	59	65	70	75	81
0111	96	16	6	5	5	11	17	23	29	35	41	47	53	59	65	71	77	83	89	95
0112	93	16	6	3	3	9	15	20	26	32	38	44	50	55	61	67	73	79	84	90
0113	81	16	5	1	1	6	11	16	21	26	31	36	42	47	52	57	62	67	72	77
0201	96	16	6	5	5	11	17	23	29	35	41	47	53	59	65	71	77	83	89	95
0202	106	16	7	6	6	13	19	26	33	39	46	52	59	66	72	79	86	92	99	105
0203	102	16	6	4	4	10	17	23	30	36	42	49	55	61	68	74	81	87	93	100
0204	91	16	6	2	2	8	13	19	25	30	36	42	48	53	59	65	70	76	82	87
0205	112	16	7	2	2	9	16	23	30	37	44	51	58	65	72	79	86	93	100	107
0206	95	16	6	3	3	9	15	21	27	33	39	45	51	56	62	68	74	80	86	92
0207	73	16	5	2	2	7	11	16	20	25	29	34	39	43	48	52	57	61	66	70
0208	75	16	5	4	4	9	13	18	23	27	32	37	42	46	51	56	60	65	70	74
0209	104	16	7	2	2	9	15	22	28	35	41	48	54	61	67	74	80	87	93	100
0210	105	16	7	3	3	10	16	23	29	36	42	49	56	62	69	75	82	88	95	101
0211	149	16	9	3	3	12	22	31	40	50	59	68	78	87	96	105	115	124	133	143
0212	70	16	4	4	4	8	13	17	22	26	30	35	39	43	48	52	57	61	65	70
0213	109	16	7	2	2	9	16	22	29	36	43	50	57	63	70	77	84	91	97	104
0214	126	16	8	5	5	13	21	29	37	44	52	60	68	76	84	92	100	107	115	123

